

Catarina Maria Nogueira Marques da Cruz Menezes

JOVENS, MEDIA E CIDADANIA

USOS DOS MEDIA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM ESTUDANTES DO
ENSINO SUPERIOR



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

Catarina Maria Nogueira Marques da Cruz Menezes

JOVENS, MEDIA E CIDADANIA

USOS DOS MEDIA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM ESTUDANTES DO
ENSINO SUPERIOR

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de Ciências da
Comunicação, especialidade Media e Sociedade, apresentada à Faculdade
de Letras da Universidade de Coimbra e realizada sob a orientação
científica da Professora Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha e da
Professora Doutora Maria Cristina Mendes da Ponte

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do POHP/Fundo Social
Europeu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio



À Carlota e ao Renato

AGRADECIMENTOS

Um percurso de investigação e de aprendizagem não se cumpre de forma solitária, é um caminho acompanhado por muitos, a quem, por esse acompanhamento, deixamos todo o agradecimento:

Às Professoras, Doutora Maria João Silveirinha e Doutora Maria Cristina Mendes da Ponte, pela orientação científica do presente trabalho, pelas correcções, pelas sugestões e ainda pela confiança, incentivo e generosidade manifestados antes e durante o desenvolvimento do mesmo. Sem o seu apoio não teria sido possível realizar a pesquisa.

Aos órgãos de gestão da Instituição onde foi desenvolvido o estudo, que o permitiram, mas também às direcções das escolas, docentes e funcionários que, com toda a disponibilidade, possibilitaram e agilizaram a sua operacionalização.

À Dr.^a Florbela Vitória, que contactámos para apoio no tratamento de dados em SPSS e que, para além das operações solicitadas, sempre se mostrou disponível para partilhar o seu conhecimento. Estendemos este agradecimento à Dr.^a Carla Machado pelo prévio desenho da base e imenso cuidado colocado na árdua tarefa de introdução dos questionários em SPSS.

Agradecemos ainda à Instituição e à unidade orgânica a que pertencemos pelas condições proporcionadas durante o processo e por nos terem possibilitado um último período de dedicação exclusiva essencial à conclusão do trabalho.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo financiamento do projecto.

Dirigimos também um agradecimento à Susana Faria pelos esclarecimentos relativos ao programa de análise de conteúdo *NVivo*, à Inês Conde pela tradução do resumo para inglês e pelo apoio prestado sempre que foi necessário rever e esclarecer dilemas relacionados com a tradução das citações para português e à Maria José Gamboa por um último ‘olhar literário’ e pela troca de opiniões.

Ao grupo de doutorandos das reuniões de Sábado pelas leituras e pela produtividade das discussões.

A todos os colegas com quem foi sendo partilhado o percurso, que nos acompanham no dia-a-dia profissional, e com quem, nesse quotidiano, temos aprendido científica, pedagógica e humanamente.

À família e amigos mais próximos pelo estímulo, disponibilidade e compreensão incondicionais.

Finalmente, um particular agradecimento a todos os jovens envolvidos na pesquisa e razão de ser do próprio projecto.

RESUMO

Palavras-chave: juventude, cidadania, media, informação, socialização política.

Pelo impacto que pode causar no futuro das democracias, o desenho de um quadro de desconexão entre as novas gerações e a vida pública tem constituído matéria de preocupação e discussão social, integrando também a agenda académica. Nas chamadas ‘sociedades de informação’, caracterizadas por uma acentuada mediação da política e pelo alargado impacto simbólico dos media, a reflexão sobre o tema inclui frequentemente a ponderação do papel dos meios de comunicação nos processos de interacção social.

No quadro de um entendimento cultural e alargado de cidadania que considere não só a sua dimensão formal mas todo um conjunto de práticas socioculturais e políticas, é objectivo deste trabalho explorar a articulação entre os usos dos meios e as formas de participação de jovens adultos estudantes do ensino superior.

Procurando enquadrar a observação na complexidade de dinâmicas mais vastas, relacionadas não só com transformações socioculturais e com alterações na experiência de vida dos jovens, mas também do campo político e do próprio sistema comunicativo, é privilegiada uma abordagem de recepção, assente em metodologias quantitativas e qualitativas, e centrada nos sujeitos, nos jovens enquanto actores sociais.

Nesta exploração de dinâmicas de cidadania, propõe-se o reconhecimento de similitudes e de diferenças, de convergências e divergências, através da identificação de orientações transversais mas também de uma proposta de mapeamento de diversidades nas formas de actualização do envolvimento e da participação.

A identificação de uma maioria caracterizada por alguma desarticulação entre a sensibilidade face a questões públicas e uma actuação efectiva, de carácter comprometido e continuado, visível a vários níveis, mas particularmente acentuada em relação com a esfera da política formal, articula-se com a observação de posturas de maior comprometimento, em diferenças que incluem os usos dos meios mas também outras práticas comunicacionais e socioculturais, condições sociais, representações e atitudes. Esta exploração introduz ainda a discussão sobre factores e dinâmicas capazes de intensificar uma cultura de participação.

ABSTRACT

Keywords: youth, citizenship, media, information, political socialization

Given its impact on the future of democracies, the mapping out of a framework of disconnection between the new generations and public life has been a matter of concern and social discussion, also within academic contexts. In the so called “information societies”, characterized by a strong mediation of politics and by a large symbolical impact of the media, the reflection upon the theme frequently considers the role of the media in the processes of social interaction.

Within a framework of a broad cultural understanding of citizenship which not only considers its formal dimension but also a whole set of sociocultural and political practices, this work aims at exploring the articulation between the uses of the media and the forms of participation undertaken by undergraduate young adults.

By framing observation within the complexity of broader dynamics, not only related to sociocultural transformations and changes in the life experiences of young people, but also to shifts in both the political field and the system of communication, this study privileges a reception approach which is grounded on quantitative and qualitative methodologies and is focused on subjects, on young people as social actors.

Throughout the exploration of citizenship dynamics, research proposes the recognition of similarities and differences, of convergences and dissonances, by means of the identification of transversal orientations and the mapping out of diversity in the way involvement and participation are realized.

The identification of a majority characterized by some disarticulation between the sensitivity to public issues and engaged continuous action, visible at various levels but particularly clear in relation to formal politics, articulates with the observation of more committed positions, within differences that include the use of the media but also other communicational and sociocultural practices, social conditions, representations and attitudes. This exploration also includes the discussion on factors and dynamics which can intensify a culture of participation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Sobre a questão da desconexão	1
-------------------------------------	---

PRIMEIRA PARTE

Jovens, media e cidadania: um enquadramento teórico	8
---	---

Capítulo 1

Ser jovem na modernidade tardia.....	9
1.1 A juventude como construção moderna.....	10
1.2 Dinâmicas de individuação e risco.....	14
1.3 O novo conceito de <i>jovem adulto</i>	22
1.4 Do conceito de <i>jovem</i> ao conceito de <i>jovens</i>	29

Capítulo 2

Pensando as relações entre jovens e vida pública	35
2.1 Individuação e Individualismo	36
2.2 Governantes, cidadãos e a mediação da política.....	39
2.3 O silêncio como protesto e as novas políticas da vida	45
2.4 Política formal e ‘subpolítica’	51
2.5 Novos desafios de uma cidadania alargada.....	56

Capítulo 3

Jovens: usos dos <i>velhos</i> e dos <i>novos media</i>	61
3.1 Uma nova cultura multimédia.....	62
3.2 A questão da informação.....	66
3.3 A esfera do entretenimento	72
3.4 A internet como espaço político.....	75
3.5 Micro redes e agendamento.....	80

SEGUNDA PARTE

Construção metodológica e caracterização da amostra.....	88
--	----

Capítulo 4

Das questões de investigação ao traçado de uma metodologia.....	89
4.1 Delineando objectivos e perspectivas de pesquisa.....	89
4.2 Um olhar de ‘recepção’ e a opção por um método ‘misto’	97
4.2.1 O Questionário	100
4.2.2 As entrevistas	102
4.3 O objecto de estudo, a amostra e a aplicação dos instrumentos de pesquisa	104
4.4 Procedimentos de análise e tratamento da informação.....	108

Capítulo 5

A caracterização da amostra.....	110
----------------------------------	-----

TERCEIRA PARTE

Jovens, media e cidadania: apresentação e discussão de resultados	120
---	-----

Capítulo 6

<i>Homo</i> e heterogeneidades nos usos dos meios.....	121
6.1 Uma cultura de ecrãs.....	121
6.2 O papel secundário da imprensa.....	127
6.3 Os noticiários como base de acesso à actualidade.....	132
6.4 Usos (menos públicos) da rede.....	143
6.5 Diversidades nas relações com a informação.....	151

Capítulo 7

Tendências e diversidades em torno da participação.....	162
7.1 Acção social, defesa de causas e a desvalorização da política.....	162
7.2 Pertença e colaboração associativa: o predomínio da esfera desportiva e cultural	170
7.3 Acção tradicional e novas acções: uma actuação menos proactiva?.....	175
7.4 A sensibilidade face ao ‘público’ e outros indicadores de pertença.....	179
7.5 Género, idade e outros impactos nas questões da participação	190

Capítulo 8

Em torno da participação e dos usos dos media.....	198
8.1 Mapeando tendências de participação.....	199
8.1.1 Institucionais	201
8.1.2 Alternativos	204

8.1.3 Comunitários	209
8.1.4 Associativistas	212
8.1.5 Espectadores	214
8.2 Sobre os (contextuais) impactos da informação	219
8.3 Percepções e atitudes: a participação como processo ‘difícil’	227
8.4 Um entendimento pouco ‘público’ (e político) de cidadania	234
CONCLUSÃO	
A construção de ligações	240
Índice de Figuras	249
Índice de Gráficos	250
Índice de Tabelas	252
BIBLIOGRAFIA	255
ANEXOS (CD)	
Anexo 1: Questionário	
Anexo 2: Guião de Entrevistas	
Anexo 3: Mapa de Análise das Entrevistas (<i>NVivo</i>)	
Anexo 4: Resultados Globais do Questionário	
Anexo 5: Cruzamento de Variáveis	
Anexo 6: Entrevistas	

INTRODUÇÃO

Sobre a questão da desconexão

É frequente encontrarmos o desenho de um quadro de alienação, indiferença, cinismo e apatia no debate sobre o papel dos jovens na vida pública das sociedades contemporâneas. O fenómeno da abstenção, o desprestígio da carreira política, a fraca participação partidária ou a diminuição dos níveis de confiança no sistema, apontam para uma postura de ‘desconexão’ que, não sendo exclusiva dos mais novos, parece ser neles mais expressiva ou preocupante, pelos danos que, a longo prazo, pode causar à democracia.

O cenário, associado sobretudo às democracias ocidentais, tem vindo a ser confirmado pela investigação empírica que alerta para um desinvestimento dos jovens no sistema. Dados do Euro Barómetro relativos a 2007 revelam, com efeito, um envolvimento genericamente pobre na vida da comunidade, organizações e partidos políticos onde, ainda assim, os mais activos parecem provir dos países nórdicos. Segundo os dados apresentados, na União Europeia, apenas um em cada cinco jovens é membro de uma organização sendo esta, geralmente, de carácter desportivo e apenas uma pequena percentagem desenvolve actividade num partido político (5%) ou num sindicato profissional (8%) (Eurobarómetro, 2007: 5-20). Tem vindo, desta forma, desde a década de 90, a diagnosticar-se um crescente desinteresse dos jovens por questões públicas e políticas, pelo menos, ao nível do seu envolvimento em instituições tradicionais.

Este menor envolvimento parece vir acompanhado de um decréscimo de confiança no sistema político e nos seus responsáveis. David Buckingham (2000: 202) verificou, através da sua pesquisa baseada em grupos de foco, que os políticos são frequentemente vistos como pouco honestos, inconsistentes e incompetentes e a política como um jogo com pouca relevância para o dia-a-dia dos mais novos; um descrédito que parece aplicar-se a todos os quadrantes do espectro político. Este será, em certa medida, o «paradoxo da democracia»: o sistema democrático tende a expandir-se, mas existe nas democracias maduras uma tendência geral para uma «enorme desilusão quanto aos processos democráticos» (Giddens, 2000: 72).

Ainda que as leituras sobre estes sinais de enfraquecimento da vida pública sejam, como veremos, muitas vezes múltiplas e, até, contraditórias, num desfile de argumentos que oscilam entre a culpabilização dos jovens e a sua justificação e enquadramento em dinâmicas sociais mais vastas, este desenho de uma crise ao nível da participação política e cívica tem constituído matéria de reflexão por parte de vários agentes, surgindo como um ponto de crescente relevo na agenda da investigação, mas também na agenda política e na agenda dos *media*. Podemos dizer que, «de alguma forma, a esfera pública concorda que a esfera pública está em apuros» (Gitlin, 1998: 170).

A reflexão académica, em áreas como a Sociologia da Juventude, Sociologia Política ou Estudos de Comunicação, tenta ajustar cenários e aprofundar a análise, enquanto organismos e responsáveis de várias ordens procuram ir delineando e implementando estratégias para fomentar o envolvimento dos jovens nas estruturas e processos democráticos. A existência de uma agenda para a cidadania consubstancia-se, assim, quer na proliferação da investigação sobre o tema quer no desenvolvimento de medidas de promoção da participação.

A criação de observatórios e comissões para a cidadania (como o *Center for Communication and Civic Engagement* nos Estados Unidos ou a *Comissão Europeia para a Cidadania*), a par com documentos como a *Carta Europeia da Participação dos Jovens na Vida Local e Regional*, subscrita pelos estados membros em 1992, vão sublinhando a necessidade de monitorizar a situação e implementar boas práticas na defesa de uma ‘cultura de participação’. Também a inserção nos currículos escolares de disciplinas especificamente orientadas para a participação cívica ou a dinamização de programas de intervenção como o *Parlamento Jovem* evidenciam um reconhecimento oficial do problema.

A questão da participação das novas gerações surge, assim, como uma preocupação a que é necessário dar resposta em nome da saúde e do futuro da democracia, revelando como, muitas vezes, os jovens são, simultânea e paradoxalmente, encarados como um problema, mas também como um alvo merecedor de investimento e esperança.

A reflexão sobre as questões relativas à participação tem envolvido, quase sempre, uma reflexão semelhante sobre a atitude dos jovens face à informação de actualidade, surgindo a metáfora do ‘desligado’ (Mindich, 2005) para caracterizar não só a forma como os jovens estarão a afastar-se dos processos de decisão política, mas também a forma como parecem manifestar um desinteresse crescente pela informação noticiosa. O

declínio de consumidores abaixo dos 30 anos, ainda que mais visível ao nível da imprensa, parece também afectar outros meios. Não há, por exemplo, indicações de que a própria internet, apresentada muitas vezes como justificação para o decréscimo do consumo de notícias nos meios tradicionais, esteja, efectivamente, a ser utilizada como alternativa de acesso à informação (Cornog, 2005: 2).

Neste contexto, a identificação de uma aproximação crescente das novas gerações a formatos de entretenimento e práticas superficiais de consumo propostas pelas indústrias culturais, numa lógica de preocupação auto-referencial, adensa as preocupações, e a sociedade contemporânea vai sendo identificada por assistir a uma «ampliação [do espaço público] no sentido espacial», assente na presença de um sistema de media cada vez mais alargado e complexo, sem que a esse alargamento corresponda, necessariamente, uma efectivação da sua «força política» (Silveirinha, 2001: xvii).

Surgem indícios de que a sociedade da informação, em grande medida resultado da concepção moderna de indivíduo que impôs a informação e o conhecimento como recursos indispensáveis ao exercício da auto-construção dos sujeitos enquanto seres autónomos, aptos para pensar e decidir sobre a sua individualidade, mas também sobre as suas relações sociais e sobre a vida colectiva, começa a fraquejar no seu papel.

Se considerarmos que esclarecer o cidadão, fornecendo-lhe as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas, foi, efectivamente, um dos princípios fundadores do campo de mediação moderno e, até hoje, particularmente legitimador da acção dos media; percebemos como um eventual desinvestimento dos jovens em formatos de informação pode ser interpretado como um «sério descomprometimento dos cidadãos de um dos principais deveres da cidadania - saber o que está a acontecer no seu Governo e na sociedade» (Cornog, 2005: 5).

Consumo de informação e cidadania surgem, assim, como faces de uma mesma moeda em crise, num cenário que tem sido apontado como preocupante quer para a indústria jornalística quer para as nações (Cornog, 2005: 2).

Não sendo fácil verificar o que condiciona o quê neste ciclo que une informação e participação, e podendo esta perspectiva - que relaciona a participação cívica e política com o grau de informação noticiosa capitalizado pelos cidadãos - ser, a vários níveis, problematizada (na medida em que implica uma reflexão mais aprofundada sobre os próprios conceitos de informação e conhecimento), é inegável a centralidade que os media têm apresentado na discussão sobre as questões da participação. Neste sentido, a utilização de imagens associadas ao funcionamento de aparelhos e tecnologias de media

(‘ligado’/’desligado’, ‘sintonizado’/’dessintonizado’, ‘conectado’/’desconectado’) não será, como refere Stephan Coleman, casual: «Numa cultura política tão profundamente mediada, os pessimistas acusam os media de desligarem as pessoas da política (...) os optimistas esperam que os novos media *online* os liguem de novo; e os políticos clamam pela ‘reconexão’ política, como se procurassem restabelecer uma ligação outrora robusta» (2004: 4).

Em qualquer dos casos, será incontornável o facto de, nas sociedades actuais, a orientação para questões públicas ser essencial e inevitavelmente mediada (Couldry, 2006: 6). Os meios de comunicação são os principais responsáveis pela visibilidade dos processos políticos e pela gestão das relações entre cidadãos e governos, o palco privilegiado da política contemporânea (Dahlgren, 2009: 35) e, nessa medida, a acção política (actividade por natureza eminentemente comunicativa) organiza-se cada vez mais como um «fenómeno de media» (Axford, 2001: 21). O alargamento progressivo da presença dos meios de comunicação e conseqüente impacto no sistema político, faz com que seja hoje difícil quer para os responsáveis governamentais e partidários, quer para os restantes cidadãos, actuar ou ter conhecimento das questões públicas estando fora do sistema mediático.

Para além disso, os media constituem-se como poderosos sistemas culturais, referências fundamentais, com impactos nas identidades, trajectórias de vida e quotidiano dos sujeitos e nos enquadramentos simbólicos que medeiam a intersubjectividade e as relações sociais (Alexander e Jacobs, 1998: 27; Deacon *et al*, 2007: 1).

Apesar de, como veremos, ser controversa a forma como o papel, e o próprio relevo dos media no conjunto de outros factores de socialização política, tem vindo a ser avaliado, esta visão dos media como espaço privilegiado da comunicação política e como enquadramento sociocultural alargado, ferramenta para compreender o quotidiano das democracias e o mundo, justifica, por si, a necessidade de os incluir na reflexão sobre as questões relativas à participação dos jovens na vida pública. De acordo com Sonia Livingstone, «não podemos conceptualizar os meandros da esfera pública, ou os processos culturais de individualização, ou globalização ou consumo (...) sem articular um papel chave para os media» (2000: 9).

Considera-se que, se grande parte da relação dos indivíduos com a vida política em particular, e com a vida em geral, se faz de forma mediada, os media terão algum tipo de participação nos processos (Dahlgren, 2009: 81).

Ultrapassando um discurso de lamento sobre o comportamento das novas gerações, procuraremos reflectir sobre as formas como se envolvem e participam na vida pública, sobre a sua vivência da política e da cidadania e sobre o papel das suas relações com os media nesses processos. Surge, assim, sublinhada a importância de aprofundar o conceito de ‘desconexão’: De que práticas se estão a afastar os jovens? Estão a desligar-se da vida pública ou de determinadas formas de acção? De que conteúdos se estão a desconectar? A que estão ligados e de que estão desligados, afinal? O que faz com que estejam sintonizados com algumas práticas, conteúdos e formatos, e não com outros?

Porque nas questões da participação pública, os desafios são demasiado universais e interdependentes para culpabilizar um indivíduo ou um grupo em particular, haverá necessidade de abordar vários factores (Blumler, 1997: 396). Assim, para um entendimento das relações dos jovens com o espaço público, procuraremos reflectir sobre as transformações da experiência dos jovens, mas também sobre as transformações do campo político e do sistema comunicativo, evidenciando a forma como a complexidade da gestão das identidades, das redes de participação e do sistema de comunicação nas sociedades contemporâneas envolvem a identificação de poderosas forças sistémicas, mas também a identificação de um potencial de resposta aos desafios colocados.

Num primeiro momento, agenciaremos os conceitos de reflexividade, individuação e risco, equacionando as transformações que introduzem na vida dos jovens da modernidade tardia e no seu envolvimento com a comunidade, mas também as implicações que impõem quer ao nível dos conceitos de jovem e juventude, quer ao nível da pesquisa sobre as suas realidades.

Num segundo momento, procuraremos abordar a relação dos jovens com a política e a cidadania nas sociedades complexas. A questão será, então a de pensar como as novas concepções de identidade, como a experiência individual se articula com as questões da participação: introduzem uma crise, são geradoras de quietismo político ou podem também ser abordadas como uma transformação, um processo de mudança qualitativa, onde as noções de política, cidadania e esfera pública necessitam de ser repensadas?

Finalmente, procuraremos considerar as alterações verificadas no espaço público e nas relações que os jovens estabelecem com os media, equacionando, em concreto, os impactos que essas relações podem ter nas formas de envolvimento e participação das

novas gerações. Neste sentido, procuraremos reflectir sobre a questão da informação, mas também sobre outras e novas funções dos media nas dinâmicas da cidadania. Novas realidades e possibilidades, introduzidas em larga escala pela internet, sublinharão a importância de não focar a abordagem num só media ou num só formato, olhando para a relação com os meios tradicionais, mas também com os novos meios, para os consumos de informação noticiosa mas também para a ligação a outros produtos.

A investigação terá assim como principal objectivo tentar compreender que envolvimento demonstram os jovens pelas questões públicas, como vêem a política e os políticos e como participam. Que formas de acção valorizam ou desvalorizam. Quais as suas predisposições para agir. Como consciencializam o seu papel de cidadãos. Pensando, também, sobre o impacto dos usos dos media nesses processos. Ou seja, procuraremos compreender que influência têm os usos dos meios na forma como é percebida e exercida a cidadania e como esses usos se articulam com outros factores de socialização política. A preocupação recairá na avaliação do impacto dos media tradicionais, vendo até que ponto a participação é sustentada, por exemplo, pelo consumo de imprensa, mas tentando também compreender se (e como) o desenvolvimento dos novos meios, com grande aceitação nas camadas mais jovens da população, introduz novos padrões de participação, uma nova ‘cultura’ de cidadania. Procuraremos abordar a forma «como os media são usados (...) e como, por sua vez, os media podem ser vistos como veículos de estabilidade social e mudança» (Schroder, 1999: 38).

Ainda que muitas destas questões sejam transversais à juventude (com todas as ressalvas que, como veremos, o conceito nos impõe), procuraremos reflectir sobre a realidade dos jovens adultos, observando em concreto as dinâmicas de uso dos media e participação junto de um grupo de estudantes do ensino superior.

A opção por um olhar mais detalhado sobre os jovens adultos advém do facto de, ao contrário de grupos etários inferiores, os jovens adultos gozarem de maioridade legal, de direito ao voto e, portanto, de uma cidadania completamente ‘actualizável’. A decisão de abordar em concreto um grupo de estudantes do ensino superior, decorre do facto de, no seio desta geração habitualmente designada de ‘digital’, serem os estudantes quem apresenta uma mais intensiva e regular utilização dos novos meios, permitindo, dessa forma, uma observação privilegiada dos usos e dos impactos dos diferentes media nas questões da participação. Procurámos ainda abordar jovens ‘comuns’ no sentido em que representam uma maioria muitas vezes invisível aos olhos

dos media, das instituições políticas e da própria investigação académica (Sánchez, 2004: 10) que mais frequentemente centram as suas atenções em grupos mais desviantes.

Para além da pesquisa bibliográfica e documental que permita o estabelecimento de um enquadramento teórico, bem como a articulação com dados globais sobre os jovens portugueses no que respeita à utilização dos media mas também aos padrões de participação pública, e partindo do pressuposto de que as inúmeras questões que se colocam hoje ao funcionamento espaço público envolvem, inevitavelmente, uma reflexão sobre os públicos, procuraremos, em termos de investigação empírica, privilegiar uma abordagem à recepção, tendo por base a aplicação de um inquérito por questionário e realização de entrevistas de profundidade. O questionário terá por principal objectivo a identificação de tendências e padrões de usos dos media, envolvimento e participação; a realização de entrevistas o aprofundamento da reflexão sobre o discurso dos actores sociais.

Embora tenhamos constituído, como veremos, uma amostra por conveniência, sem ambições de representatividade, esperamos poder constituir uma base para observação de algumas dinâmicas e reflexão mais geral sobre a questão da participação dos jovens. Efectivamente, a discussão sobre a forma como as novas gerações se envolvem e participam, para além de poder contribuir para, em concreto, compreender as suas realidades, pode ser uma «porta de acesso para o conhecimento das mudanças e dinâmicas sociais de um dado contexto» (Carvalho e Brites, 2006: 9), permitindo também antever o futuro da vida cívica de uma sociedade. Os jovens podem, neste sentido, constituir um espelho privilegiado de inúmeras problemáticas da contemporaneidade, uma espécie de barómetro anunciador de tendências da sociedade futura (Melucci, 1996: 120; *Idem*, 2001: 134-145).

Uma última referência para indicar que, por uma questão de fluidez de discurso, optámos por traduzir para português as citações de textos em língua estrangeira, assumindo e ressalvando, desde já, qualquer opção menos exacta, bem como os limites no processo de negociação de significantes e significados, inerentes ao próprio processo de tradução.

PRIMEIRA PARTE

Jovens, media e cidadania: um enquadramento teórico

Capítulo 1

Ser jovem na modernidade tardia

Num projecto que pretende equacionar a relação dos jovens com a vida pública, verificando em que medida os usos dos *media* se conectam com a participação cívica e política, importa começar por introduzir uma reflexão sobre o próprio conceito de *jovem*, pensando, nomeadamente, sobre o que é *ser jovem* e pensando, em concreto, sobre o que é *ser jovem hoje*, nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Estas questões não têm tido resposta fácil e remetem-nos para a pesquisa desenvolvida no campo da Sociologia da Juventude que tem vindo a recusar uma definição essencialista, universal, a-histórica e a-social de jovem. No presente capítulo, procuraremos, então, reflectir sobre a forma como o conceito de juventude tem vindo a ser reconhecido como uma construção, historicamente relativa e socialmente contextualizada, que apresenta, por isso, variações dependentes das épocas e respectivas dinâmicas sociais bem como variações dependentes dos contextos específicos onde os indivíduos se encontram inseridos. Ou seja, estamos perante um termo que escapa a definições absolutas e que necessita de ser pensado em função de realidades históricas, geográficas, culturais e sociais efectivas.

Neste percurso, verificaremos como algumas mudanças nas condições das sociedades actuais, nomeadamente ao nível da escolarização, trabalho, lazer, família, impuseram um prolongamento das trajectórias e conseqüente reconhecimento da juventude como condição cada vez mais estendida, justificando, assim, a introdução do conceito (categoria social) de *jovem-adulto*, objecto da nossa análise, e de atenções e preocupações crescentes por parte da pesquisa.

Finalmente, e porque as problemáticas da identidade surgem como centrais e transversais a todas estas questões, reflectiremos sobre a forma como os processos de autonomização, inaugurados pela modernidade, intensificados e complexificados na modernidade tardia, criam dinâmicas de individualização nos trajectos dos sujeitos e nos obrigam a pensar também em realidades individuais diversas, em vários e simultâneos modos de *ser jovem*.

1.1 A juventude como construção moderna

Para pensarmos o que é *ser jovem* é fundamental compreender que a juventude (enquanto conceito e enquanto condição social) nem sempre existiu. Pelo contrário, é uma condição relativamente recente, uma invenção social, cultural e historicamente situada, dinâmica, cujas condições de definição têm vindo a evoluir com a própria sociedade (Galland, 1985: 7).

Neste sentido, reconhece-se hoje que a juventude (assim como a infância, a adolescência ou qualquer outra categoria etária) é, em grande medida, um fenómeno construído pelas sociedades europeias modernas, tendo emergido no contexto de profundas mudanças associadas à industrialização e urbanização (Wallace e Kovatcheva, 1998: 2). Assim, a juventude enquanto categoria só começou a assumir algum significado no final do século XVIII, decorrente da forma como no seio da burguesia prosperante se passou a encarar a descendência, conferindo uma maior atenção às crianças e à sua educação (Galland, 1985: 9).

Ainda que com profundas desigualdades geográficas, demográficas e socioeconómicas, o século XIX traria consigo o alargamento do fenómeno da juventude, contribuindo para o reconhecimento desta categoria entendida como intermediária entre a infância e a idade adulta. No final do século, assiste-se ao alargamento progressivo da escolaridade obrigatória e gratuita, começam a aparecer os primeiros liceus para raparigas (cujo processo de educação estava anteriormente confinado ao espaço doméstico); desenvolve-se o ensino superior, começa a surgir legislação de protecção laboral à infância e tentativas de regulamentação das condições de trabalho. Como explicam Wallace e Kovatcheva: «A partir do final do século XIX o papel da educação como missão civilizadora (...) tornou-se mais generalizado e aceite» (1998: 57).

A constituição de uma condição social juvenil surge, desta forma, de mãos dadas com o próprio desenvolvimento do ideal de educação e alargamento do processo de escolarização, ainda que este movimento tenha estado inicialmente associado ao género masculino e a determinadas classes sociais, excluindo outras formas de ser jovem. A juventude ganhou progressivamente «um espaço mais alargado e, claramente, saiu das fronteiras limitadas do grupo doméstico para a obtenção de um outro reconhecimento a nível social» (Carvalho e Brites, 2006: 14). Cumprindo o ideal moderno de construção de um Homem novo,

A criança deixa de ser o laço de uma cadeia familiar, ligada de forma intangível a um património, ela é cada vez mais um ser a formar, livre de se lançar na vida para vencer ou falhar em função das suas capacidades e não só segundo os privilégios associados ao seu nome. (...) Se assim é, o lugar de cada não é mais determinado a priori, é, evidentemente, a criar pela educação. (Galland, 1985: 14)

Este crescente interesse pela juventude viria a equivaler ao desenvolvimento de múltiplas vontades e recursos para a sua normalização. Galland (1985: 20) afirma ainda que começa no século XIX, e sobretudo com a juventude burguesa, a delinear-se uma tensão entre a liberdade de construção de um percurso individual e a tentativa de controlo familiar e disciplinar. Os primeiros esforços de enquadramento desta nova condição social surgem na viragem de século em que se assiste a um desenvolvimento progressivo de movimentos e políticas para a infância e juventude. «Desta forma, a juventude torna-se, à medida que aumenta a importância da educação, seja ela escolar ou extra-escolar, uma questão directamente política» (*Idem*: 29). Do mesmo modo, também Wallace e Kovatcheva referem:

Com a criação de um Estado Nação torna-se necessário ordenar e regular as vidas dos seus cidadãos através da idade. Neste sentido, a juventude foi construída como categorial social, destinada à educação, legislação e outras intervenções. Além disso, novos estudos científicos foram desenvolvidos para analisar a nova categoria e isso forneceu a ideologia profissional aos novos profissionais da juventude. (1998: 83)

Menciona-se a edificação de um projecto educativo global, abrangendo todas as áreas de estruturação do sujeito (formação, alimentação, lazer, sociabilidade, sexualidade...) que justifica alusões a uma «ambição higienista que vê médicos e psicólogos ocuparem rapidamente o lugar dos filantropos burgueses ou dos eclesiásticos do início do século», num processo em que a juventude e a infância «depois de serem escolarizadas, são também progressivamente medicalizadas» (Galland, 1985: 33).

O conceito de *jovem* é progressivamente introduzido na agenda de investigação e a juventude explicada com base em critérios biológicos e psicológicos universais, numa lógica darwinista de progressão linear do desenvolvimento humano.

Para esta etapa da pesquisa, parecem ter sido muito significantes as teorias sobre as fases da vida, cuja suposição sobre estádios biológicos e de desenvolvimento da personalidade conduziu a uma concepção de sujeito baseada no desenvolvimento progressivo e na evolução cronológica (Bolin, 2004: 238).

A juventude foi genericamente entendida como uma fase transitória entre a infância e a idade adulta, esperando-se que à maturação física correspondesse uma

maturação psicológica e social, numa adaptação progressiva da autonomia individual às instituições sociais vigentes.

São, com efeito, vários os autores a identificar na modernidade o desenvolvimento do peso relativo da condição de jovem enquanto estado social muito ligado ao prolongamento de um período transitório de escolarização, mas também a sua valorização crescente em termos de interesse científico e «em função de factores de natureza sociopolítica» (Carvalho e Brites, 2006: 13), num reconhecimento de que a própria pesquisa é muitas vezes utilizada para legitimar vários tipos de intervenção, quer por parte do Estado, quer por parte de educadores, instituições educativas e organizações sociais (Wallace e Kovatcheva, 1998: 212). A este respeito, e numa premissa que incluirá as actuais abordagens ao comportamento político e cívico das gerações mais jovens, sublinha-se que:

(...) a pesquisa nesta área potencia o debate não apenas sobre os próprios jovens, os seus modos de vida e diversidade de trajetórias e contextos sociais atravessados, mas, de igual modo, a identificação das preocupações sociais, psicológicas e políticas dos indivíduos e do Estado sobre os mesmos. (Carvalho e Brites, 2006: 10)

Estas preocupações surgem, em parte, pelo paradoxo que parece sempre ter envolvido a condição social de jovem: os jovens têm sido, por um lado, representados como um problema, uma ameaça (irresponsáveis, transgressores da ordem social, fonte de conflitos geracionais, degeneradores culturais, desafidores da autoridade) mas também, vistos como uma promessa, como esperança de progresso e de um futuro melhor e até, mais recentemente, via de abertura a novas identidades e estilos de vida (Bolin, 2004: 240). Este entendimento ambivalente tem sido alimentado quer pela investigação, quer pelos discursos circulantes no espaço social e, em particular, nos *media* que, na cobertura que efectuam das temáticas relacionadas com juventude, tendem a focar a sua atenção nestes dois extremos.

A inquietação da sociedade adulta pelos comportamentos juvenis e consequentes tentativas de normalização intensifica-se durante o século XX, nomeadamente nas décadas de 40 e 50. Com diferenças em função do país, e ao final da Segunda Guerra Mundial que tende a corresponder a expansão de uma sociabilidade e cultura juvenil, «cujos traços mais espectaculares foram a ascensão dos ‘ídolos’, a imprensa juvenil e, numa vertente menos estandardizada, o fenómeno das ‘bandas’ com toda a cultura comportamental e de vestuário que lhe está associada» (Galland, 1985: 39). Esta explosão da sociabilidade está ligada à escolarização massiva, à urbanização que

favorece e multiplica as oportunidades de integração em grupos, a novos movimentos musicais e foi amplamente explorada pela indústria cultural que criou um novo mercado juvenil. O tempo dedicado ao lazer e as dinâmicas do grupo de pares vão adquirindo uma nova expressão.

Em consequência destas dinâmicas, e num movimento semelhante ao verificado noutras áreas da vida dos sujeitos, a juventude torna-se cada vez mais uma questão de Estado:

Iniciativa privada, incentivo e orientação públicas combinar-se-ão para traçar os contornos do que hoje designamos de uma 'política da juventude'. Esta inscrição da juventude como objecto político não deixará de contribuir para revelar - para criar - problemas sociais especificamente juvenis, e em primeiro lugar a delinquência, que a segunda metade do século conhecerá e quererá tratar. (Galland, 1985: 37)

É o Estado que passa a intervir na mediação da subjectividade: é assim com a infância numa perspectiva de modernidade, mas também é assim com toda a subjectividade, como defende Foucault, numa perspectiva pós-estruturalista.

Como explicam Carvalho e Brites (2006: 11), começam a assinalar-se problemas sociais associados a modos de vida juvenis, nomeadamente pela identificação de algumas problemáticas como a exclusão, o desvio e a delinquência. A juventude passa a ser caracterizada por um estilo de vida específico e verdadeiramente autónomo e os seus processos de socialização passam, em termos de pesquisa, a estar no centro das atenções (*Idem*, 2006: 15). Uma nova agenda de investigação debruça-se sobre as culturas juvenis e tende já a introduzir um novo enfoque social e cultural mas que, ainda, assim, parece assentar também, ou na identificação de características definidoras de *ser jovem*, ou na identificação e rotulagem de diferenças entre grupos particulares.

Até meados do século XX, a investigação, orientada inicialmente por critérios de evolução biológica e psicológica, depois, por critérios sociais e culturais, parece evidenciar uma mesma ambição essencialista, quer pela procura de características universais próprias à condição de jovem, quer pela tentativa de caracterização (muitas vezes estereotipada) de grupos particulares. A cultura juvenil foi, em muitos destes trabalhos, reduzida a uma transgressão, a uma oposição à ordem dominante, legitimando um discurso pedagógico de integração numa qualquer suposta e idealizada normalidade social.

Estas definições de jovem baseadas numa identidade ou em identidades colectivas estáveis são hoje desafiadas por novas dinâmicas sociais introduzidas pela modernidade

tardia que apontam para novas formas de *ser* e, nomeadamente, de *ser jovem* e, simultaneamente, para novas formas de pensar a juventude. Como afirmam Wallace e Kovatcheva, inúmeras mudanças intersectam diferentes áreas da vida dos jovens, «mas afectam também a própria construção da juventude» (1998: 216), obrigando a uma reconceptualização de termos. Reconhece-se, assim, uma indissociabilidade entre a condição social e a sua representação, a interdependência entre os discursos e os seus contextos sociais.

Este percurso histórico permite perceber como a modernização foi construindo as condições para a emergência da condição social de jovem, como foi contribuindo para a definição de juventude como fenómeno de massas, uma categoria intermédia situada entre a educação e o trabalho, «entre a infância não socializada e a adultez completamente socializada» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 11); mas permite, também, compreender como a modernidade tardia introduz alterações nos paradigmas essencialistas modernos de compreensão da juventude. É neste contexto que as autoras argumentam que, enquanto a modernidade construiu a juventude como categoria social, a pós-modernidade estará a desconstruí-la: «A tendência geral para construir a juventude enquanto categoria social pode ser identificada na modernização e é acompanhada por uma tendência para desconstruir a juventude no processo de pós-modernização» (*Idem*: 2).

1.2 Dinâmicas de individuação e risco

As últimas décadas do século XX trouxeram consigo mudanças consideráveis nas dinâmicas sociais, mudanças essas que alguns autores têm identificado com a emergência de uma época pós-moderna e que outros têm caracterizado como uma «modernidade tardia» (Giddens, 1997a) ou como uma «segunda modernidade» (Lash, 2003). Independentemente das designações, e das consequências que cada uma impõe, nomeadamente no que respeita às leituras do sujeito¹, parece haver, nos vários autores, um diagnóstico e um reconhecimento comum de uma nova arquitectura social das sociedades contemporâneas: desenvolvimento de inovações tecnológicas de carácter global; consequente reorganização do tempo e do espaço; mudanças na infra-estrutura

¹ Ao contrário do conceito de modernidade tardia que vê nos processos de individuação um prolongamento e complexificação das dinâmicas introduzidas pela modernidade, as teorias pós-modernas apontam para um processo de ruptura com a identificação de uma tendência de desintegração do sujeito e consequente dissolução do social.

comunicacional e interações cada vez mais mediadas pelas tecnologias da informação; passagem de uma lógica industrial baseada na produção, para uma lógica pós-industrial assente na informação e comunicação; destradicionalização; passagem de um paradigma materialista (valores centrados nas necessidades básicas), para um paradigma pós-materialista decorrente da intensificação do conceito de liberdade individual e do ideal de auto-realização pessoal.

Ora, esta nova conjuntura tem sido apontada como responsável por introduzir várias alterações na vida dos sujeitos, nomeadamente ao nível da construção das identidades. Autores como Anthony Giddens (1997a) ou Ulrich Beck (2000) afirmam que as sociedades contemporâneas assistem a uma intensificação dos processos de individuação iniciados pela modernidade.

Através de uma destradicionalização crescente, normas e valores que constituíam poderosos guias culturais tendem a tornar-se fluidos e, como explica Beck:

As oportunidades, as ameaças e as ambivalências da biografia que antes podiam ser ultrapassadas no grupo familiar, na comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social têm de ser cada vez mais percebidas, interpretadas e geridas pelos próprios indivíduos. (2000: 8)

Neste sentido, o autor refere que individuação significa uma desintegração das certezas da sociedade industrial. Uma observação sublinhada por Giddens quando afirma que «os sinais de trânsito estabelecidos pela tradição estão agora em branco» (1997a: 74).

A identidade deixa de ser um «dado» para se converter numa «tarefa» (Bauman, 2001: 40) e o processo torna-se mais complexo. A vida tende a ser cada vez mais encarada como um projecto biográfico individual que resulta de uma escolha entre múltiplas alternativas, de uma negociação permanente de uma variedade de possibilidades e caminhos.

Este não é um fenómeno novo. Para muitos autores é resultado de uma dinâmica iniciada pela própria modernidade. No entanto, como sublinha Melucci (2001: 43), se o tempo moderno introduziu os fundamentos para a autonomia dos sujeitos, nunca, como hoje, elas estiveram disponíveis de forma tão alargada e generalizada. Também Craig Calhoun afirma que a política da identidade é uma questão profundamente moderna, no entanto, refere que existe hoje uma multiplicação dos esquemas possíveis e «um novo tipo de foco na identidade» (1994: 9).

O processo adquiriu uma nova intensidade e qualidade e a oportunidade das pessoas se pensarem como indivíduos e desenharem os seus trajectos e biografias está potencialmente aberta a todos «através da universalização da cultura e da circulação da informação a um nível planetário» (Melucci, 2001: 44). O autor acrescenta que:

Os processos que observamos na actualidade seguem sem dúvida um curso profundamente moderno. No entanto, produz-se ao mesmo tempo um salto qualitativo porque se compreende, pela primeira vez, que se alcançaram os limites do sistema. (...) chegámos a um ponto em que – literalmente – todo o mundo é potencialmente um centro de tomada de decisões autónomo. (Melucci, 2001: 78-79)

Os sujeitos deparam-se com a necessidade de uma construção reflexiva² do *self* por entre uma intensa e confusa diversidade de signos e sinais. A autonomização dos campos da experiência, que conduz a uma participação simultânea dos sujeitos em diferentes espaços e grupos, bem como a ampliação das possibilidades simbólicas e imaginárias por via de um sistema mediático cada vez mais global, confrontam os sujeitos com a necessidade da escolha. Giddens explica que o *self* passa a ser reflexivamente criado à medida que as pessoas são forçadas a interpretar a diversidade das suas experiências, de forma a conseguirem construir uma biografia coerente. Sem referências externas, fornecidas pela tradição, «o tempo de vida passa a estruturar-se em torno de ‘limiares de experiência aberta’ e não tanto de passagens ritualizadas» (Giddens, 1997a: 132).

O autor defende então que a noção de *estilo de vida* (enquanto conjunto mais ou menos interligado de práticas adoptadas para satisfazer necessidades utilitárias e para dar forma material a uma narrativa particular de auto-identidade³) assume um significado particular de negociação perante uma diversidade de opções:

A noção de estilo de vida soa algo trivial porque é muitas vezes pensada em termos de um consumismo superficial (...) Mas passa-se qualquer coisa de muito mais fundamental do que uma tal concepção sugere: em condições de modernidade tardia, não só todos nós prosseguimos estilos de vida, como somos sobremaneira forçados a isso – não temos outra escolha senão escolher. (Giddens, 1997a: 73)

² Beck explica que o adjectivo reflexivo não significa reflexão, «mas sim (e sobretudo) auto confrontação» (2000: 5)

³ Bourdieu (1983b: 83-84) descreve também o estilo de vida como «um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem, ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega directamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados», mas, ao contrário de Giddens, aponta para uma ligação estreita entre o conceito de estilo de vida e o conceito de classe quando refere por exemplo um estilo de vida dos jovens burgueses por oposição ao estilo de vida dos jovens operários.

Como referem Beck e Gernsheim, esta não é uma experiência privada, pelo contrário, é estrutural, ou seja, não depende da decisão dos sujeitos: a individuação é para as pessoas uma inevitabilidade (2003: 42). Ora, se todos os indivíduos parecem estar expostos a esta tendência, será precisamente nos jovens (que constituem habitualmente um excelente barómetro das mudanças sociais) que podemos identificar uma maior exposição à multiplicação de possibilidades (Melucci, 2001: 136-137).

Uma interessante metáfora é, a este nível, apresentada por Furlong e Cartmel (1997: 7), que identificam o percurso dos jovens modernos a uma viagem de caminho de ferro (com o comboio como meio de transporte) e o percurso dos jovens na modernidade tardia a uma trajectória (cumprida de automóvel). Esta mudança de via e de meio de transporte – da ferrovia para a estrada e do comboio para o automóvel - é uma boa ilustração do processo de individualização introduzido pela modernidade tardia. Enquanto no transporte colectivo o percurso surge como pré-definido; de automóvel, os jovens têm constantemente a possibilidade de escolher entre várias alternativas e confrontam-se, permanentemente, com uma série de decisões sobre o caminho.

Cada indivíduo surge como «actor», «desenhista», «malabarista», «encenador da sua própria biografia e identidade, das suas redes sociais, dos seus compromissos e convicções» (Beck, 2000: 14). Os percursos tornam-se mais individualizados, introduzindo novos desafios aos sujeitos mas também, como exploraremos mais à frente neste trabalho, novos desafios ao espaço público e à acção colectiva.

As novas dinâmicas de construção das identidades têm sido alvo de entendimentos contraditórios. Parecem emergir novos processos que apontam para a criação de uma variedade de possibilidades, mas também de novos problemas para os jovens. «A individualização de transições confronta os jovens com novas oportunidades assim como com novos dilemas sobre a forma como devem monitorizar e gerir as suas biografias» (Cieslik e Pollock, 2002: 9).

Se, por um lado, se identifica uma maior liberdade e criatividade na experimentação de caminhos, identidades e estilos de vida, um alargamento das opções com que o indivíduo se defronta, a possibilidade de um papel mais activo dos sujeitos

no traçado dos seus percursos; por outro, as novas dinâmicas podem apresentar um impacto negativo, sendo geradoras de dúvida, incerteza, insegurança e ansiedade⁴.

Giddens e Beck trabalham o conceito de sociedade de risco que utilizam para caracterizar o estágio de desenvolvimento das sociedades na modernidade tardia mas também os próprios processos de individuação. Como afirmam Beck e Gernsheim, «a biografia ‘faça você mesmo’ é sempre uma ‘biografia de risco’» (2003: 40).

Num ciclo em que é difícil identificar qual a causa e qual a consequência, há o reconhecimento de uma inter-relação entre formas mais complexas de construção identitária e incerteza social. Este aumento do risco, ou como preferem referir alguns autores o aumento da percepção do risco⁵, tem implicações na experiência dos indivíduos. Hoje os jovens defrontam-se com uma série de desafios que eram desconhecidos das anteriores gerações, nomeadamente a incerteza que pode constituir-se como «uma fonte de *stress* e vulnerabilidade» (Furlong e Cartmel, 1997: 1). É referida uma insegurança ontológica crescente, reflectida muitas vezes em novos problemas como a depressão, os distúrbios alimentares ou o suicídio. Perante o cenário de incerteza e tendo os indivíduos de operar uma gestão individualizada e reflexiva dos riscos, acaba por desenvolver-se «um mercado para as fábricas de respostas» como a psicologia, os livros de auto-ajuda⁶, ou o misticismo (Beck e Gernsheim, 2003: 46).

Numa sociedade onde os papéis e relações sociais se tornam cada vez mais incertos, os indivíduos tendem a conceber o mundo como «imprevisível e cheio de riscos que só podem ser negociados a um nível individual» (Furlong e Cartmel, 1997: 2-3). Regressando à metáfora do percurso feito de automóvel:

A experiência de conduzir o seu próprio carro em vez de viajar como passageiro num transporte público conduz à impressão de que as competências e decisões individuais são cruciais para a determinação dos resultados (...) Para além disso, porque há um muito maior leque de caminhos por onde escolher, os jovens podem desenvolver a impressão de

⁴ Giddens refere que a ansiedade deve ser distinguida do medo, na medida em que «o medo é uma resposta a uma ameaça específica, tendo portanto um objecto definido» enquanto a ansiedade menospreza o objecto, «é essencialmente um medo que perdeu o seu objecto» (1997a: 38-39).

⁵ A este respeito Furlong e Cartmel (1997: 8) afirmam que de um ponto de vista objectivo as mudanças na distribuição do risco foram mínimas. O que mudou foi a experiência subjectiva do risco que se tornou um desafio significativo na vida dos jovens. Também Giddens afirma que «a modernidade é uma cultura do risco», sublinhando não querer com isso dizer «que a vida social seja inerentemente mais arriscada do que antigamente, para a maioria das pessoas nas sociedades desenvolvidas não é este o caso», mas apenas «que o conceito de risco se torna fundamental para o modo como tanto os actores leigos como os especialistas técnicos organizam o mundo social» (1997a: 3).

⁶ Sublinhando a proliferação da oferta no âmbito da auto-ajuda e a procura de «instrumentos para combater a desorientação e o mal-estar pessoal» Lipovetsky e Serroy (2010: 130-131) mencionam também a emergência de «novos gurus do ‘viva melhor’».

que o seu percurso é único e de que os riscos que enfrentam devem ser superados enquanto indivíduos mais do que como membros de uma colectividade. (Furlong e Cartmel, 1997: 7)

Quer isto dizer que:

Apesar de os riscos serem produzidos por condições sociais, o paradigma associado a essa perspectiva é de que os indivíduos sejam capazes de tecer considerações sobre eles e de os controlar em termos individuais. Como senhores do 'seu destino', por contraste com as dependências tradicionais, os indivíduos são levados a pensar-se como tendo uma elevada margem de controlo sobre os perigos com que são confrontados e encaram-se como culpados quando são afectados pelo risco. (Ponte, 2007: 30)

O insucesso tende, por isso, a ser visto como uma consequência do desempenho individual. Para evitar e contornar o fracasso, os sujeitos têm de investir em planificação, desenvolver competências de adaptação à mudança, organização, imprevisto; devem ser diligentes, perseverantes, ágeis e flexíveis; têm de «aceitar as derrotas e tentar novas saídas» (Beck e Gernsheim, 2003: 42). A experimentação como forma de vida e os desafios à concepção de identidade como essência, integral, coerente, não problemática, colocar-se-ão, como veremos, tanto ao nível individual como ao nível colectivo, sublinhando «a incompletude, fragmentação, e contradições» de ambas as experiências (Calhoun, 1994: 14).

Os indivíduos enfrentam dúvidas permanentes sobre a sua identidade, carreira, biografia e pertença social também na medida em que se deparam com um «leque crescente de possibilidades», estando os seus problemas muitas vezes relacionados com «a necessidade de efectuar escolhas, de restringir os seus campos de experiência» (Melucci, 2001: 155). O seu sucesso dependente da capacidade para integrar e incorporar na acção as linguagens circulantes.

Alberto Melucci insiste bastante nesta duplicidade da contemporaneidade, constituída por uma extensão do espaço de autonomia individual que, simultaneamente, tem representado aumentadas dificuldades de definição identitária. A crescente «diversificação de referenciais» significará assim, e paradoxalmente, uma «fragilização da capacidade de auto-identificação» dos sujeitos (Fortuna, 1999: 18).

A indústria cultural, veiculada por um sistema mediático e por estratégias de *marketing* cada vez mais poderosas, tem um papel preponderante nestas novas dinâmicas de gestão das identidades, facilitando a criação, circulação e comercialização global de diferentes modelos e estilos de vida. Surgem diferentes expressões simbólicas materializadas em diversas opções musicais, visuais, de lazer, de comportamento e

linguagem que são determinantes na definição dos modos de vida dos jovens. Neste contexto, devemos destacar a indústria musical que tem tido um importante significado na criação de diferentes sub-grupos culturais «diferenciados de acordo com estilos e gostos» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 158).

Numa tentativa de sublinhar a sua identidade, os jovens são convidados e encorajados à adopção de um estilo seleccionável no meio de tantos (Furlong e Cartmel, 1997: 53; Osgerby, 2004: 222). Os sujeitos tendem a manifestar a sua individualidade e criatividade através de estilos de vida - materializados em modos específicos de consumo - numa dinâmica onde a moda, as preferências musicais, as opções de lazer e os gostos definem os indivíduos e os grupos sociais.

A produção extensiva – ou sobre produção – de imagens, sinais e estilos encoraja a reorganização de identidades comuns em torno de diferentes temas. As pessoas conseguem desenvolver gostos e estilos individuais baseados já não na posição social nos sistemas de classes ou em relação com os meios de produção, mas de acordo com estas imagens flutuantes, como ‘tribos de consumo’, e os símbolos podem ser reinterpretados e as suas reinterpretações, reinterpretadas numa interminável pastiche de estilos. (Wallace e Kovatcheva, 1998: 160)

Ora, este poder da indústria cultural sobre a construção identitária, sobre os estilos de vida dos jovens, tem sido também frequentemente interpretado como podendo ter implicações ideológicas. Furlong e Cartmel (1997: 53) sublinham que a acompanhar os processos de diversificação novas formas de standardização foram introduzidas. Paradoxalmente, os jovens confrontam-se com uma variedade de oportunidades, um maior leque de opções em diversos aspectos da vida, mas também com um poderoso conjunto de constrangimentos e influências. Os autores referem um processo de pacificação inerente às indústrias culturais que funcionariam, desta forma, como mecanismos de integração social numa sociedade caracterizada pela diversidade (*Idem*: 54).

Numa relação profundamente ambivalente, vão-se desenhando tendências de individualização e de globalização, autonomização e massificação, liberdade e conformidade, constituindo-se os próprios media como «meios de reflexividade e fontes de estruturação social» (Jensen, 2002: 2). O seu papel é, por isso, muitas vezes considerado perverso, na medida em que introduzem respostas para os dilemas da identidade através das indústrias culturais e da oferta de propostas ao nível do consumo. Na modernidade tardia, o consumo surge, aliás, como uma componente fundamental da gestão dos estilos de vida, numa influência que se estende, como veremos, à própria

acção política contemporânea, por vezes associada a práticas comerciais ou a figuras com ligação à indústria do entretenimento. As marcas surgem como veículos de expressão, numa lógica em que «o sentido substantivo da identidade» pode estar a ser substituído pelo da mera «identificação» (Fortuna, 1999: 16).

Neste sentido, Cieslik e Pollock (2002: 12) afirmam que a aproximação aos estilos de vida propostos pelas indústrias culturais é uma fórmula que permite aos indivíduos sobreviver à insegurança introduzida pela sociedade de risco. Por isso, a exclusão das culturas de consumo tem sido apontada por vários autores, como um factor gerador de fragilidade, marginalidade e insegurança para os indivíduos que, por alguma razão, deixam de ter acesso a este sistema quase universal de identificações e reconhecimentos.

Para além disso, Scott Lash chama atenção para a aceleração do tempo, dizendo que, numa sociedade onde os signos circulam rapidamente⁷, os indivíduos precisam de tomar decisões rápidas, mas não têm «nem tempo, nem espaço para reflectir» (2003: 13). Neste contexto, e a par das referências de Melucci (2001: 144) a uma época com demasiadas possibilidades, entende-se que «o esvaziamento que os media promovem não é o do aniquilamento da identidade, mas o da sua saturação» (Esteves, 2003: 87).

A modernidade tardia tem sido, por estas razões, descrita como ambivalente e paradoxal, um tempo tensional onde a intensificação dos processos de individuação e diversificação coexistem com uma globalização crescente, onde local e global, experiência personalizada e experiência mediada se cruzam na criação de estilos de vida particulares. Estas alterações na experiência dos indivíduos, e em particular, dos jovens, que remetem para dificuldades acrescidas na construção de identidades individuais e sociais estáveis, são, simultaneamente, causa e consequência de mudanças ao nível dos tradicionais processos de transição e de profundas alterações nas próprias instituições sociais: «Aquelas outrora previsíveis instituições que compunham a fábrica da modernidade – a família, emprego, bem-estar e comunidade, tornaram-se cada vez mais fluidas e imprevisíveis» (Cieslik e Pollock, 2002: 4).

⁷ Em *Lufa-Lufa Quotidiana, Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*, José Machado Pais refere a «passagem de um paradigma da lentidão para o do encontro (...) da vida lenta, habitual e regular para a vida da rápida aglomeração de imagens cambiantes» (2010: 65).

1.3 O novo conceito de *jovem adulto*

A pesquisa tem recentemente apontado para mudanças na estrutura do emprego, família e comunidade com consequências muito profundas ao nível das trajetórias entre infância e idade adulta. Ou seja, têm vindo a ser identificadas alterações na condição de *ser jovem*, decorrentes de uma diminuição da natalidade; de uma expansão da educação e da escolarização (nomeadamente por via da massificação do ensino superior); da degradação das condições de inserção profissional, aumento do desemprego e mudanças estruturais no mercado de trabalho (emprego cada vez mais casual e informal); do casamento e parentalidade tardios; de novas formas de organização doméstica (coabitação, monoparentalidade...) (Wallace e Kovatcheva, 1998: 2).

O percurso entre a escola e o trabalho, que durante muito tempo contribuiu para assinalar a passagem para um estado adulto tende, assim, a ser hoje mais demorado, mais diverso e sobretudo mais complexo e «neste sentido a distinção entre a finalização da escolaridade e o início da vida activa esbate-se» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 100). Se os jovens tendiam a efectuar transições bastante directas da escola para empregos a tempo inteiro, a situação, a partir de meados de 1990, começa a modificar-se. Assistimos a uma extensão do período de escolarização, permanecendo a maioria dos jovens cada vez mais tempo num sistema de ensino que apresenta, por sua vez, um maior leque de opções académicas e vocacionais (Furlong e Cartmel, 1997: 13).

Wallace e Kovatcheva (1998: 85) referem também que enquanto em 1945, 80 por cento dos jovens europeus de 14 anos seguiam directamente da escola para o mercado de trabalho, hoje, 80 por cento dos jovens entre os 14 e os 17 anos frequentam o sistema de ensino; uma permanência que tende a alongar-se com a expansão do ensino superior. Para além disso, em resultado de perspectivas que têm vindo a sublinhar a necessidade de formação ao longo da vida, escolaridade e emprego vão-se constituindo como realidades cada vez mais simultâneas.

Mesmo no final de um período de escolarização cada vez mais alongado, as sociedades contemporâneas assistem a uma complexificação dos processos de integração profissional, a um crescimento do emprego não convencional, casual, flexível, a tempo parcial.⁸

⁸ Em Portugal, entre 1980 e 2009, o número de alunos matriculados no ensino superior aumentou de 4 para cerca de 15% (Pordata, 2011). Apesar da maior qualificação dos jovens, assinala-se também maior

Para descrever o quadro actual, Galland (1985: 67) utiliza a expressão «emprego de circulação»:

Em resumo, os modos de entrada na vida profissional sofrem três evoluções: são mais longos; conduzem menos frequentemente e menos directamente a um emprego estável (...) a relação entre os títulos e os cargos diminui no sentido de uma desvalorização dos diplomas. (*Idem*: 72)

Esta demora na entrada no mercado de trabalho tem consequências ao nível dos processos de autonomização. A instabilidade laboral e os baixos rendimentos dificultam, por vezes, a independência económica e prolongam a dependência relativamente à família de origem⁹. Gill Jones (1995: 2) introduz a este respeito uma distinção importante entre ‘morar fora’ (*living away*) e ‘deixar a casa dos pais’ (*leaving home*), na medida em que *home* (lar) é um conceito que comporta uma ideia de família. Hoje, os jovens saem de casa, mas não necessariamente para criar o seu lar e constituir família, saem para estudar, para trabalhar; experienciam várias formas de acomodação com amigos ou colegas num mais longo período de semi-dependência:

«Mas em que sentido pode ser dito que estes jovens saíram de casa? Neste tipo de alojamento, eles podem regressar aos pais para comer, para lavar roupa, para férias ou quando o período de formação termina» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 142-143).

As mudanças na educação, no mercado de trabalho, na família têm também implicações ao nível do lazer. O prolongamento escolar e o consequente alongamento do tempo de ‘inocução’ fazem com que para muitos dos jovens, a vida se constitua num movimento, num «trânsito constante entre os espaços e tempos institucionais, da obrigação, da norma e da prescrição, e os espaços e os tempos intersticiais, nos quais predomina a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, o prazer» (Dayrell, 2007: 207). Os jovens conseguem mais cedo autonomia nos campos da sociabilidade, do consumo, do lazer, dos estilos e projectos de vida e mais tarde a autonomia financeira e a independência relativamente à família de origem; justificando que alguns autores se

vulnerabilidade a situações de desemprego (5% em 1991 e 21% em 2001 nos jovens entre os 15 e os 29 anos de idade) (Ferreira *et al*, 2006: 18). Este cenário, justificará as conclusões de um estudo qualitativo sobre a auto-imagem geracional dos jovens urbanos portugueses, realizado pela Novadir/Markttest em 2008, que descreve os jovens adultos urbanos como uma geração não realizada, marcada pela instabilidade e por um esforço não compensador (desemprego, trabalho precário, remuneração baixa).

⁹ Segundo Ferreira *et al*, em 1991, contavam-se em Portugal cerca de 59% de jovens a cargo da família, valor que aumenta em 2001 para cerca de 76% (2006: 92). Os autores sinalizam ainda o aumento da idade do primeiro casamento e do nascimento do primeiro filho (2006: 57).

refiram a uma substituição de uma «ética do trabalho», por uma «ética do lazer» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 216).

Como explica Jones, ainda que a maioria seja, em muitos países ocidentais, legalmente atingida aos dezoito anos de idade, muitos dos direitos e responsabilidades tradicionalmente associadas à independência adulta (fim do processo de escolarização, início da vida profissional activa, independência material relativamente à família de origem, criação de novos laços afectivos estáveis e consequente constituição de novo núcleo familiar e residência própria) chegam hoje mais tarde, fazendo com que a juventude se constitua como «um período alargado» (1995: 1). Um alargamento que, como veremos, pode criar também o adiamento da própria intervenção política, um sentimento de que não é ainda direito nem dever intervir publicamente.

A existência de relações menos lineares, mais incertas e diluídas entre a escola e o trabalho, a família de partida e a família de destino, evidenciam uma espécie de congelamento da condição de jovem e uma dificuldade crescente em determinar «onde acaba a juventude e começa a adultez» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 14).

Como consequência destas alterações sociais observadas nos tradicionais rituais de sinalização de passagem, vários são os autores que chamam a atenção para este adiamento da condição de adulto e consequente prolongamento da juventude que tende a arrastar-se por bastante mais tempo: «Agora, a adolescência prolonga-se muito para além das suas fronteiras biológicas e as obrigações para com a vida adulta adiam-se até depois dos 25 e inclusivamente dos 30 anos» (Melucci, 2001: 138).

Neste sentido, Wallace e Kovatcheva falam de um novo alinhamento na relação entre gerações, afirmando que o conceito de juventude tem vindo a ser alargado a montante (pela participação precoce em mercados de consumo adulto) mas também a jusante (encorajamento dos indivíduos a uma experimentação mais alongada de estilos de vida e identidades) (1998: 14).

É através desta constatação de uma extensão de processos, que surge uma preocupação crescente dos Estados, mercados e ciência com uma nova categoria social habitualmente designada de *jovens adultos* - que nos vai especificamente preocupar ao longo deste trabalho - e cuja emergência demonstra, por si, o esbatimento das fronteiras clássicas entre estas duas fases da vida. Os *jovens adultos* configuram-se, assim, como uma nova condição legitimada quer pelo mercado, que os encara como um novo segmento; quer pela pesquisa e pela intervenção sociopolítica, que os aponta como novo

alvo de preocupação e análise, nomeadamente, quando, entre outras questões, discute a sua posição e papel nos sistemas democráticos.

Podemos então concluir que, enquanto na modernidade foram identificados factores de sinalização de uma passagem para a idade adulta, que ocorrendo tendencialmente de forma simultânea, permitiam indicar e delimitar de uma forma relativamente clara o percurso entre a juventude e a adultez; na modernidade tardia, estes factores tendem a dissolver-se enquanto marcos transitórios porque ocorrem cada vez mais tarde e sobretudo de forma cada vez menos concomitante. Galland (1991: 148) diz que passámos de um modelo «instantâneo» a um modelo «progressivo» de autonomização e acesso à independência adulta.

Não se trata, no entanto, apenas de um alongamento da condição de jovem mas também um esbatimento de fronteiras entre as diferentes fases da vida. Ou seja, se a juventude foi caracterizada pela modernidade como um período transição linear entre a imaturidade e a maturidade, entre a irresponsabilidade e a responsabilidade, entre a dependência e a autonomia; é hoje cada vez mais difícil identificar de forma evidente estes estádios e respectivos limites. Por via das novas dinâmicas sociais já referidas, que incluem a intensificação dos processos de individuação, os percursos são hoje não apenas mais longos, são também mais diversos, mais complexos, obrigando a uma mudança de paradigma na forma de abordar os conceitos.

Os jovens hoje estão a crescer num mundo diferente do experienciado pelas anteriores gerações, mudanças que são suficientemente significativas para merecer a reconceptualização das transições juvenis e dos processos de reprodução social. (Furlong e Cartmel, 1997: 6)

À medida que se percebem novas realidades, desactualizam-se as já referidas teorias das fases da vida, bem como o próprio conceito de transição, que pressupunham uma passagem clara de um estado a outro, na cadeia linear do desenvolvimento pessoal e social. A diluição de fronteiras entre infância e adolescência ou entre juventude e adultez, surge a par com a diluição dos ritos de passagem, apenas «possíveis num mundo relativamente estável» (Melucci, 2001: 135) que, como referimos, a modernidade tardia desfez. O conceito de *transição*, tem vindo, desta forma, a ser problematizado e tendencialmente substituído pela ideia de *trajectória*, na medida em que melhor parece caracterizar os percursos que os indivíduos vão cumprindo de forma crescentemente individualizada. Glen Elder (1998: 6) refere, por exemplo, que a noção de ‘ciclo de vida’ assenta numa determinada sequência, numa expectativa sobre o tempo

e a ordem com que os acontecimentos devem suceder-se na vida de uma pessoa e, evitando essa normatividade, sustenta a teoria do «curso de vida» por estar bastante mais próxima da forma desigual e desordenada (mas interconectada¹⁰) com que os sujeitos vão construindo os seus caminhos.

Sobre a vida dos jovens, Dayrell (2007: 207-208) fala de uma lógica baseada na reversibilidade, na medida em que as trajetórias se cumprem com avanços e recuos, fazendo justiça à designação introduzida por José Machado Pais (2001) de geração «iô-iô». Uma geração que apresenta hoje, mais do que nunca, um ‘vaivém’ entre condições; marcada, como já vimos, por mais liberdade, mas marcada também, a vários níveis, pela indefinição, pela incerteza e pela instabilidade.

Estas mudanças são sublinhadas por Lia Pappamikail que refere igualmente um novo paradigma assente na «dessincronização» (2007: 166) e na «experimentação como modo de ser» (*Idem*: 178). Ou seja, se na primeira modernidade se identifica uma lógica de «estruturas», à segunda corresponde uma lógica de «fluxos» (Lash, 2003: 9) A metáfora «modernidade líquida» introduzida por Zygmunt Bauman (2001) é também particularmente expressiva na forma como dá conta do novo contexto.

Como explica Cristina Ponte, alguns dos binómios mais estabilizados pela sociedade moderna como adulto/não adulto ou independente/dependente confrontam-se «na sociedade actual com a hibridez que marca a sua vida profissional (com o contrato temporário ou a situação de *free-lancer* a implicar a revisão de categorias como emprego/desemprego)» (2007: 32).

A adulez torna-se, assim, uma categoria tão fluida como a juventude, não sendo automaticamente conferida pelo facto de se atingir uma determinada idade. Não é possível determinar um fim claro para o estatuto infantil, adolescente ou jovem, assim como não é possível determinar uma idade clara que confira aos indivíduos, de uma forma completa e absoluta, direitos e obrigações adultas (Furlong e Cartmel, 1997: 41).

Esta questão remete, necessariamente, para uma reflexão em torno do conceito de jovem enquanto categoria etária. Mesmo reconhecendo que nunca foi consensual o estabelecimento claro de limites de idade para o que se considera *ser jovem* (cobrindo o conceito em diferentes contextos e até em diferentes autores, diferentes intervalos etários), a verdade é que hoje, mais do que nunca, se reconhecem diferenças nessa

¹⁰ Nas teorias do curso de vida, esta ideia de interconexão remete para a interdependência entre diferentes acontecimentos da vida de um mesmo indivíduo, para a interdependência entre vidas e para a própria interdependência entre estes tempos individuais e os seus contextos sociais e históricos.

delimitação (por via do alongamento da condição de jovem) e sobretudo se reconhecem dificuldades nessa delimitação (por via dos processos de individuação e do esbatimento de fronteiras entre as diferentes condições). Quer isto dizer que se tem vindo não só a questionar os intervalos de idade tradicionalmente assentes, mas sobretudo a reflectir sobre a dificuldade e arbitrariedade dessa delimitação. É neste sentido que podemos hoje falar de uma construção social e cultural do conceito de jovem e, paradoxalmente, de uma desconstrução da juventude enquanto categoria etária:

Podemos portanto colocar a questão: ‘O que é a Juventude?’ O nosso argumento é que isso necessita de ser visto em termos de uma perspectiva histórica alargada, de forma a compreender como as relações etárias foram inicialmente configuradas pelas sociedades modernas e depois continuamente reconfiguradas e ao mesmo tempo desestruturadas. (Wallace e Kovatcheva, 1998: 3)

Como argumentam as autoras, esta tendência de dissolução da juventude enquanto grupo etário, pela alteração ao nível das condições sociais, é acentuada, a outro nível, pela indústria cultural que se tem vindo a apropriar do conceito, tendendo a representar a juventude como um estilo de vida, potencialmente associado a diferentes idades. Parece ter-se desenvolvido nas sociedades contemporâneas uma idealização de juventude decorrente das mensagens veiculadas pelo próprio sistema de media, numa lógica em que ser jovem significa também comportar-se como jovem: «Os indivíduos não são jovens porque (ou só porque) têm uma certa idade, mas porque seguem uns certos estilos de consumo ou certos códigos de comportamento e vestuário» (Melucci, 2001: 138).

Sublinha-se hoje que os conceitos de ‘novo’ e ‘velho’, de ‘jovem’ e ‘idoso’, ainda que pareçam naturais, são socialmente relativos e decorrem frequentemente dos direitos e deveres que a sociedade confere/espera dos indivíduos e das linhas de intervenção em vigor num determinado contexto (Wallace e Kovatcheva, 1998: 9; Carvalho e Brites, 2006: 23).

Pierre Bourdieu foi um dos primeiros autores a sublinhar a arbitrariedade na divisão entre idades, acrescentando que o estabelecimento de fronteiras corresponde muitas vezes a uma luta de poder entre gerações (1980 : 143). O autor sublinha, assim, que a infância, a juventude ou a velhice são construções sociais que correspondem, muitas vezes, a interesses na distribuição dos privilégios.

(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e o facto de falar dos jovens como de uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses

comuns e de relacionar esses interesses com uma idade definida biologicamente, constitui já uma manipulação evidente. (Bourdieu, 1980: 145)

Por isso, considerou Bourdieu *juventude* uma *mera palavra*¹¹ que, para se efectivar, necessita da observação de condições sociais concretas. O autor refere que só «por um formidável abuso de linguagem é que se podem subordinar sob o mesmo conceito universos sociais que não têm praticamente nada em comum» (1980 : 145).

Este argumento é reiterado, também, pela constatação de diferenças culturais. A observação de diferentes culturas espalhadas pelo globo e da forma diferenciada como estabelecem marcos de idade para assinalar as transições entre as diferentes fases da vida provam que estas não são universais como acreditavam as primeiras agendas de investigação; são, como já referimos, histórica e culturalmente relativas, socialmente construídas. Como assinala Gill Valentine (2003: 38) encontramos, por exemplo, em diferentes países, diferentes definições na idade considerada para determinadas permissões como trabalhar, comprar e consumir álcool, ou até mesmo votar. Para além disso, mesmo em contextos determinados, é frequente encontrarmos uma grande variabilidade no entendimento de maioridade, dependendo do ponto de vista a que a ela nos referimos. Por exemplo, pode reconhecer-se num indivíduo maioridade jurídica mas não psicológica, afectiva ou sexual.

Este reconhecimento da impossibilidade de estabelecer balizas de idade ou outras características universais que definam o que é *ser jovem*, não deve, no entanto, significar uma dissolução absoluta do conceito. Recorrendo aos argumentos de Calhoun, «pode não ser útil permitir que a crítica ao essencialismo se torne numa proibição contra o uso de todas as categorias gerais da identidade» (1994: 18), até porque o género e a idade parecem distinguir as pessoas em qualquer parte do mundo (*Idem*: 9). Neste sentido, também Galland afirma que a multiplicidade social da categoria jovem não inviabiliza o conceito porque «toda a categoria operatória cobre realidades socialmente diversificadas» (1991: 54).

Assim, e apesar da juventude não poder ser reduzida a uma mera correspondência a um intervalo de fronteiras biologicamente definidas, o conceito tem operacionalidade metodológica, na medida em que sem os critérios etários seria difícil balizar qualquer pesquisa. Recordamos, apenas, que a condição de jovem nem sempre existiu, foi histórica e culturalmente criada pela modernidade, reconfigurada na modernidade tardia

¹¹ Título do artigo publicado em 1980: «La jeunesse n'est qu'un mot».

e que, nesse sentido, é uma categoria socialmente dinâmica. Reconhecemos a necessidade metodológica do estabelecimento de fronteiras etárias na operacionalização das pesquisas, mas reconhecemos também a artificialidade dessa delimitação, bem como a inevitável dependência entre os critérios utilizados e condições sociais determinadas.

1.4 Do conceito de *jovem* ao conceito de *jovens*

A tónica nos contextos é particularmente relevante, não só, como já referimos, pelo reconhecimento da juventude como categoria histórica e socialmente construída ou pela observação de várias formas de ser jovem ao longo do tempo e em diferentes culturas, mas também por via da observação de várias formas de ser jovem mesmo nas sociedades ocidentais contemporâneas.

A intensificação e complexificação dos processos de individuação e transição já referidos sublinham as dificuldades na manutenção de definições de jovem de natureza essencialista. Modelos que apresentam a juventude como categoria homogénea têm vindo a ser substituídos por uma concepção menos redutora e artificial de juventude, não como uma espécie de essência universal, mas como conceito marcado pela diversidade.

A partir do momento em que se admite que cada indivíduo tem a possibilidade de construir reflexivamente a sua biografia, cumprindo trajectórias mais híbridas, complexas e individuais, torna-se difícil, ao nível da pesquisa, falar de juventude como se este período fosse vivenciado de igual forma por todos os indivíduos.

Wallace e Kovatcheva (1998: 216) resumem as diferenças entre uma representação moderna e uma representação pós-moderna de jovem, sublinhando a passagem de um modelo assente na assimilação das diferenças para um modelo que assume o hibridismo e a multiculturalidade.

Reconhece-se, assim, que não só é variada a forma como cada época representa a juventude, como é variada também a forma como, no seu interior, cada cultura, cada grupo social, e cada indivíduo, vivenciam essa condição. «O facto é que a categoria juventude não se traduz num grupo homogéneo. Antes se materializa numa realidade social atravessada por muitas clivagens» (Ferreira *et al*, 2006: 16) havendo, na realidade, «muitas, e cada vez mais, maneiras de se ser jovem» (*Idem, Ibidem*). Segundo Dayrell não se trata de falar de uma juventude mas de jovens, «enquanto sujeitos que a

experimentam e sentem, segundo um determinado contexto sociocultural onde se insere» (2007: 197).

Observando o complexo mosaico de estilos de vida coexistentes nas sociedades contemporâneas, bem como a multiplicidade de percursos e de possibilidades de construção identitária à disposição dos indivíduos, teremos de reconhecer a impossibilidade de falar de juventude ou de uma cultura juvenil e a obrigatoriedade de pensar no plural, em várias formas de *ser jovem*.

Ainda que esta desconstrução do conceito como categoria homogénea coloque dificuldades na operacionalização da investigação (Carvalho e Brites, 2006: 10), há, hoje, uma necessidade crescente de falar de ‘juventudes’ (*Idem*: 12) e de falar de juventudes de uma forma diferente da pesquisa anterior:

(...) já não se fala hoje, como se fazia nos anos sessenta, do problema da juventude, do conflito de gerações, fala-se de jovens emigrados, dos jovens sem formação, enfim, a condição juvenil já não é associada nas representações a esta imagem de uma classe homogénea e ameaçadora para a sociedade adulta, ela é actualmente associada a um grupo fragmentado e frequentemente marginalizado. (Galland, 1985: 119)

Enfim, mesmo considerando, em momentos históricos e contextos particulares, a existência de alguns traços geracionais comuns (anteriormente já enunciados), é necessário sublinhar a heterogeneidade que constitui o *ser jovem*, nomeadamente pelo reconhecimento de pluralidades decorrentes da origem social, cultural e geográfica, decorrentes do género, etnia, classe social, decorrentes do próprio contacto com diferentes campos e factores de socialização.

Tem, neste âmbito, existido um intenso debate teórico: enquanto uns autores defendem uma tendência para o enfraquecimento do impacto das categorias e estruturas sociais tradicionais na vida dos sujeitos, outros continuam a sublinhar a sua pertinência. Tem sido considerado, através da intensificação do ideal de auto realização e individualização dos percursos, um enfraquecimento, um apagamento das divisões tradicionais (classe, etnia, género)¹², argumentando-se que os estilos juvenis atravessam hoje todas as fronteiras. No entanto, autores como Furlong e Cartmel (1997: 4) ou Wallace e Kovatcheva (1998: 123), por exemplo, contestam esta ideia, afirmando que, mesmo num quadro de auto-construção biográfica, as possibilidades de vida continuam

12 Por exemplo, Beck e Gernsheim (2003: 341) falam das categorias tradicionais como categorias ‘zombie’, na medida em que são categorias que estão mortas e vivas ao mesmo tempo.

ainda muito estruturadas por factores como classe e género, etnia e sublinhando que os recursos económicos e sociais continuam a ser fundamentais na compreensão dos diferentes percursos.

Argumenta-se que o modo de ser jovem não é igual para todos e que podem ser detectadas diferenças entre, por exemplo, jovens urbanos e rurais, entre rapazes e raparigas, entre classes altas e classes populares. Será, neste contexto, difícil negar diferenças geográficas e sociais significativas no acesso ao consumo cultural; reconhecendo-se que as oportunidades de acesso aos recursos de individuação, e mais particularmente à esfera do consumo, estão longe de estar equitativamente distribuídas. Roberts *et al* (1995 como referidos em Wallace e Kovatcheva, 1998: 183) indicam que em áreas rurais os níveis de consumo individual são menores e que o tempo livre é mais ocupado com família e amigos do que com lazer comercial. A origem social é muitas vezes um critério diferenciador da própria natureza e duração do período em que se é considerado jovem, surgindo o adiamento da adultez frequentemente mais associado a indivíduos de classes mais altas.

Continua, assim, a sublinhar-se a pertinência do conceito de classe como determinante das possibilidades de vida, afirmando-se que o que diminuiu foi, eventualmente, a sua dimensão subjectiva (Furlong e Cartmel, 1997: 4). Para estes autores, as desigualdades sociais não desapareceram nas sociedades contemporâneas, terá ocorrido apenas o desenvolvimento de uma ilusão de maior igualdade e individualização e um enfraquecimento da identidade de classe: «O paradoxo da modernidade tardia é que apesar das fundações colectivas da vida social se terem tornado mais obscuras, continuam a fornecer poderosos enquadramentos que constroem as experiências e possibilidades de vida dos jovens» (Furlong e Cartmel, 1997: 109). Contesta-se, assim, o quadro traçado por Giddens, nomeadamente quando este enfatiza o significado de reflexividade individual e apresenta o risco como democrático, quando os riscos parecem não ser iguais para todos. Como também referem Carvalho e Brites, «o que se encontra equitativamente distribuído é a responsabilidade individual pelas escolhas e não os recursos e meios que os indivíduos dispõem para agir de acordo com essa responsabilidade» (2006: 21).

Numa época em que o conhecimento e a «posição no ‘modo de informação’» são particularmente importantes - na medida em que orientam a acção e configuram os horizontes e possibilidades de escolha dos indivíduos, determinando «o resultado dos que irão ser vencedores da reflexividade e dos que irão ser perdedores» (Lash, 2000:

116) - as desigualdades ainda existentes no acesso aos recursos da individuação surgem como uma questão sensível. Como explica Lia Pappamikail, «a individualização, independentemente do grupo etário a que nos estejamos a referir, esbarra na prevalência de assimetrias sociais», em «diferentes níveis de acesso a capitais escolares, culturais e económicos» (2007: 169)¹³. Wallace e Kovatcheva apresentam um argumento importante quando afirmam que, com a extensão das dependências, o *background* social adquire até uma nova dimensão, na medida em que os recursos financeiros dos pais determinam em grande medida os recursos de auto-construção dos jovens (1998: 115).

Jones (2001: 198) faz referência a uma ilusão de maior autonomia afirmando que na prática, a vida dos jovens é também muito condicionada pelas expectativas dos governos, e sobretudo da família e dos pares, sendo difíceis as oportunidades para uma escolha inteiramente individual. No entanto, para esta autora, «a questão da estrutura versus agência não se coloca em termos de ‘ou isto ou aquilo’» (*Idem, Ibidem*). Ou seja, será tão incorrecto negar os contextos onde os sujeitos estão inseridos, como cometer o erro contrário e recusar os novos quadros de agência, sobrevalorizando as pressões sociais omnipresentes. Reconhecer a pertinência das estruturas tradicionais não implica, por isso, negar as novas dinâmicas de construção identitária dos sujeitos. Implica apenas reconhecer a complexidade dos processos, não isolando os indivíduos dos seus contextos. Num estudo sobre a juventude finlandesa, Karvonen e Rahkonen defendem precisamente que maior reflexividade aumenta a necessidade de contextualização (2001: 220).

Podemos reconhecer a existência de fortes tendências para a individualização dos percursos e para a auto-determinação dos sujeitos nas sociedades contemporâneas e, simultaneamente, a pertinência de variáveis como a classe, o género ou a etnia na compreensão da vida dos jovens e na própria forma como fazem variar esse potencial de reflexividade. José Machado Pais (2010: 97), reconhecendo as novas tendências, mas evitando precisamente falar da passagem linear de um modelo a outro, sublinha esta articulação e uma «relação espelhada» entre o que designa por reflexividade impositiva (orientada pelo passado) e a reflexividade transformadora (orientada para o futuro).

É neste sentido que novas correntes da investigação referem a pertinência de integrar as dimensões social e individual, de considerar o cenário, tempo e espaço

¹³ A este respeito, José Machado Pais refere que «a modernidade não deve ser entendida como um empolamento de opções. Ela está também na origem de crescentes diferenciações – entre quem pode ou não aceder à realização de identidades projectadas» (2010: 120).

sociais em que os jovens estão inseridos, sem esquecer a análise micro, centrada nos indivíduos (Pappamikail, 2007: 173-174).

Reconhecendo que a modernidade tardia, assiste, com uma nova intensidade, a uma passagem entre uma noção unitária e harmoniosa de identidade e uma nova concepção mais instável e híbrida (Cieslik e Pollock, 2001: 11) - resultante de uma construção permanente, de um *patchwork* de influências diversas, do cruzamento de múltiplos espaços, discursos e oportunidades, da participação simultânea em diferentes contextos, grupos e dimensões da vida social e cultural - vários factores devem ser considerados.

Como já referimos, a indústria cultural e o consumo - enquanto demonstrações de estilo de vida - surgem como fundamentais nos processos de socialização e construção identitária dos jovens, aparecendo o mundo da cultura como um «espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade» (Dayrell, 2007: 199). Este autor sublinha, no entanto, que não podemos esquecer o papel, também central, da sociabilidade e da relação entre pares, nem o papel da família, da escola ou do trabalho. Heranças étnicas, sociais ou familiares, género, classe, percurso de escolaridade, amigos, media formam, assim, um todo dinâmico na compreensão dos diferentes modos de ser jovem. Neste sentido, Dayrell acrescenta que, na modernidade tardia, os sujeitos surgem como resultado de experiências e contextos heterogéneos, um «produto complexo de múltiplos processos de socialização», de uma multiplicidade de espaços de mediação, diferenciados e por vezes até opostos e contraditórios (*Idem*: 211). Como refere Calhoun,

Abordagens recentes às questões da identidade salientaram a incompletude, fragmentação e contradições de ambas as existências colectiva e pessoal. Elas mostraram quão complexa é a relação entre projectos de identidade, exigências sociais e possibilidades pessoais. (1994: 14)

Para finalizar este primeiro capítulo, podemos concluir que a juventude será uma construção, cujos contornos e modos de ser se vão definindo em função de contextos históricos, culturais, sociais e pessoais diversos. Este reconhecimento, que inviabiliza a identificação de uma definição essencialista do que é ser jovem e impõe a pluralização do conceito, surge especialmente acentuado pelos processos de individuação da modernidade tardia que diluem os tradicionais marcos de transição entre ciclos de vida. Por isso se sublinha hoje a pertinência de designações como trajectória ou curso de vida, que melhor direccionam a atenção para esta ligação entre condições sociais e históricas

e percursos individuais, para os papéis que os indivíduos vão desenvolvendo (de forma não necessariamente linear nem progressiva) em interação com os seus contextos.

Nos próximos capítulos, conduzir-se-á a reflexão sobre a forma como as tendências estruturais para a individuação, diversificação, fragmentação e complexificação dos percursos de construção identitária, aqui apresentadas, se relacionam com os processos de integração e participação sociopolítica, com a forma como os indivíduos actuam cívica e politicamente e com as experiências de mediação. No entanto, a identificação de eventuais orientações geracionais nesta relação com a participação e com o espaço público não deve invalidar, como ficou agora sublinhado, a consideração de pluralidades. Assim, na reflexão sobre a forma como os jovens participam (ou não) publicamente, deveremos avaliar não só o papel dos media, mas outros factores e espaços de socialização, os impactos de variáveis como o género, origem social, contexto escolar ou profissional.

Em síntese, procuraremos, ao longo do trabalho, considerar múltiplos níveis de análise, integrar na pesquisa a «similitude e a diferença» (Sánchez, 2004: 33), reflectir sobre eventuais tendências impostas pela modernidade tardia, não esquecendo, no entanto, de equacionar como serão, depois, condicionadas e balizadas por contextos sociais concretos que vão impondo diferenças nas formas de *ser jovem*, nas práticas e representações dos indivíduos, nomeadamente, no que à sua participação pública diz respeito.

Capítulo 2

Pensando as relações entre jovens e vida pública

As novas dinâmicas de gestão das identidades que, como vimos anteriormente, os jovens parecem experienciar de forma particularmente intensa, bem como as condições sociais e económicas que se apresentam às novas gerações nas sociedades ocidentais contemporâneas, têm sido apresentadas como importantes na compreensão dos processos de socialização em geral e, por isso, também na compreensão das questões que envolvem a participação dos jovens adultos na vida pública. Assim, procuraremos, ao longo deste capítulo, reflectir sobre a forma como os processos de individuação, e consequente complexificação das trajectórias, podem gerar riscos de um individualismo crescente, de uma cultura narcísica que sublinha o investimento nos percursos individuais, deixando para segundo plano a preocupação com questões públicas; mas também sobre a forma como estes cenários podem ser geradores de novas dinâmicas de envolvimento e participação.

Independentemente de poder ser desenhado um cenário de despolitização dos jovens (sobretudo, como veremos, no que respeita à sua relação com a política institucionalizada), procuraremos explorar outros argumentos relacionados, nomeadamente, com o papel dos *media* e dos responsáveis políticos nestes processos.

Na medida em que o espaço público se configura nas relações estabelecidas entre vários agentes, este percurso em torno do comportamento dos jovens, mas também das dinâmicas da comunicação pública e da acção governamental, permitirá introduzir novas interpretações, novas leituras do ‘silêncio’ que tem vindo a ser identificado nas novas gerações. Até que ponto estão desligados da vida pública? Até que ponto se podem assinalar indícios de novos padrões de participação? Como esses movimentos remetem para novas políticas da identidade e consequentemente para uma reconceptualização dos conceitos de participação, política e cidadania? Como colocam novos desafios ao nível da definição de fronteiras e articulação entre esfera pública e privada?

Mesmo sabendo que a juventude não pode ser considerada um todo homogéneo e que nos jovens de hoje poderão, com certeza, ser identificadas diferenças de atitude e comportamento face ao seu envolvimento e participação na colectividade, procuraremos

perspectivar os contextos e tendências que enquadram hoje as possíveis relações entre os jovens e a vida pública.

2.1 Individuação e Individualismo

Se as alterações identificadas ao nível da gestão das identidades introduzem novas dinâmicas e riscos na experiência individual dos sujeitos, deixam também antever modificações e ambivalências para a sua experiência colectiva. Um eventual distanciamento relativamente a questões públicas tem vindo, neste sentido, a ser relacionado com dinâmicas socioculturais mais vastas, próprias da modernidade tardia, caracterizada, como referimos, por um enfraquecimento das instituições tradicionais, decorrente dos processos de individuação. Assim, a reflexividade (que esteve na base de uma concepção autónoma de sujeito e da projecção de um espaço público da racionalidade) tende a ser, paradoxalmente, encarada como uma ameaça ao funcionamento do espaço público enquanto espaço de cidadania.

As mudanças estruturais na experiência dos indivíduos, conducentes a uma multiplicação de identidades e conseqüente pluralização de objectivos e interesses, têm sido apontadas como podendo ter um impacto negativo nas formas de envolvimento político. Vários são os discursos a referir que a tendência para uma crescente individualização de percursos conduzirá a uma maior preocupação com questões pessoais e conseqüente diminuição do sentimento colectivo, habitualmente considerado um pré-requisito para a cidadania e para o envolvimento político. Com «os olhos postos em seu próprio desempenho» os indivíduos desviam a atenção «do espaço social onde as contradições da existência individual são colectivamente produzidas» (Bauman, 2001: 48), introduzindo, como refere Melucci, um enorme risco de entropia, um risco «de perda dos vínculos fundamentais que permitem a solidariedade e a procura de fins comuns» (2001: 47). É neste contexto, em que os sujeitos parecem estar sobretudo preocupados com a forma de alcançar a felicidade e sucesso pessoais, que as sociedades ocidentais contemporâneas têm sido catalogadas de individualistas e narcísicas¹⁴.

¹⁴ Sennett (como referido em Giddens, 1997a: 156) define narcisismo como «uma preocupação com o *self* que impede o indivíduo de estabelecer fronteiras válidas entre o *self* e os mundos externos. O narcisismo relaciona os eventos exteriores com as necessidades e desejos do *self*, perguntando apenas: ‘o que significa isto para mim?’.»

Para além disso, refere-se que, perante a crescente valorização da liberdade pessoal e da construção da identidade individual, as dificuldades e os problemas sociais correm o risco de serem percebidos como disposições psicológicas, inadequações ou incapacidades individuais, numa lógica de auto-culpabilização que pode desalentar uma percepção e intervenção ao nível do colectivo (Beck e Gernsheim, 2003: 96).

(...) a intensificação do individualismo significa que as crises são percebidas como falhas individuais em vez de resultado de processos que estão amplamente fora do controlo dos indivíduos. Neste contexto, vimos que alguns dos problemas enfrentados pelos jovens (...) advêm de uma tentativa de negociar as dificuldades ao nível individual. Cegos relativamente à existência de poderosas cadeias de interdependência, os jovens frequentemente procuram resolver problemas colectivos pela acção individual e consideram-se responsáveis pelo seu inevitável insucesso. (Furlong e Cartmel, 1997: 114)

Percorrendo cada um o seu caminho, os jovens percebem os trajectos, mas também os desafios e riscos a eles associados, como individuais, num movimento de privatização dos problemas, onde as crises sociais tendem a apresentar-se como pessoais (Bauman, 2007: 270; Beck e Gernsheim, 2003: 73). A injustiça social corre, assim, o risco de ser avaliada como consequência da acção individual:

(...) se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. Isto é, em todo o caso, o que lhes é dito hoje e aquilo em que passaram a acreditar, de modo que agora se comportam como se essa fosse a verdade. (Bauman, 2001: 43)

Não sendo os problemas identificados como comuns, dificilmente surgirão condições para a solidariedade e consequente acção colectiva. As dificuldades são interpretadas como «inépcia ou negligência» dos sujeitos, redundando o fracasso «em culpa e vergonha, não em protesto político» (Bauman, 2007: 270).

A globalização crescente das sociedades contemporâneas pode também ser geradora de um sentimento de impotência. Os indivíduos sentem não ter capacidade, nem recursos para intervir em processos de decisão política cada vez mais complexos e longínquos, organizados e geridos, muitas vezes, fora da própria esfera do Estado-Nação (Storrie, 2004: 53). A um nível mais geral, Scott Lash explica como «desesperanças que o ambiente social mais vasto possa ser controlado», as pessoas se

vão retraindo «para preocupações puramente pessoais», numa lógica de «sobrevivencialismo» (1991 como citado em Giddens, 2007a: 153-154).

A situação económica e social dos jovens, referenciada no capítulo anterior, tem também sido apontada como desfavorável a um maior envolvimento político. Por um lado, as dificuldades no mundo do trabalho e a demora na obtenção de independência económica parecem favorecer a concentração no futuro individual, deixando menos espaço para preocupações colectivas (Hackett, 2004: 75) ou conferir um sentimento diminuído de pertença à colectividade (Galland, 1991: 180). Por outro, a precariedade dos vínculos laborais dos jovens adultos coloca os indivíduos numa posição mais frágil que pode desencorajar o protesto.

Para além disso, as questões relativas ao prolongamento e complexificação das trajetórias parecem resultar numa extensão dos períodos de experimentação e incerteza, não só, como vimos, ao nível do trabalho, vida familiar e residência, como também ao nível da formação de um corpo estável de opiniões e atitudes sociais (Galland, 1991: 165) e políticas.

A extensão dos processos poderá, desta forma, contribuir para um desinvestimento dos jovens na acção colectiva, mas também, como veremos, para um adiamento do seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito. Se os jovens já são muitas vezes descredibilizados enquanto cidadãos devido à idade, numa lógica que parece encarar a cidadania plena como uma conquista da adulez, a fragilização da sua condição social, caracterizada pelo desemprego, precariedade e dificuldade na obtenção de independência económica só contribuirá para adensar esta sua dificuldade em conquistar espaço e legitimidade no palco da acção colectiva. Ou seja, se a condição de jovem sempre colocou, por si, desafios a uma intervenção plena como cidadão, ser jovem hoje, multiplicará e alongará essas dificuldades. Em resumo, e nos termos de Furlong e Cartmel:

«o enfraquecimento dos tradicionais vínculos de família e classe, juntamente com uma individualização de experiências, risco pessoal e insegurança global podem também ser vistos como conducentes a um enfraquecimento da filiação política tradicional» (Furlong e Cartmel, 1997: 9).

Nesta tentativa de reflectir sobre a eventual apatia e o desinteresse juvenil pela vida pública, outros argumentos têm sido apresentados no sentido de não culpabilizar apenas o comportamento dos mais novos. Isabel Menezes refere que «sempre que aparece a expressão ‘partido político’ ela despoleta nos jovens alguma reacção negativa,

o que impõe, desde logo, a necessidade de reflexão sobre as imagens que estão a ser veiculadas» (2002: 220). Importa, nesse sentido, considerar as representações, considerar a forma como a política institucional, os partidos, os líderes têm vindo a ser configurados pelos *media*. Será, então, o momento de pensar as principais características da comunicação política contemporânea que podem afectar a relação dos cidadãos com a governação colectiva.

2.2 Governantes, cidadãos e a mediação da política

Se, por um lado, o alargamento do espaço dos *media* e, conseqüentemente, da cobertura que exercem das questões públicas, implica uma exposição mais alargada dos indivíduos à informação e uma maior abertura dos processos ao escrutínio da população, conduz também a uma situação em que o conhecimento que os cidadãos têm da actualidade e da governação política, se configura como um conhecimento essencialmente mediado. Desta forma, ainda que filtradas por quadros próprios de interpretação, a leitura que os cidadãos constroem do mundo em geral, e do sistema político em particular, surge enquadrada e, em grande medida, condicionada pelos discursos circulantes na comunicação social. Ora,

(...) se o nosso conhecimento dos líderes e instituições é um conhecimento mediado, podemos muito bem perguntar que efeito, se houver, tem sobre o cinismo público em torno dos líderes e da sua actuação, a forma como candidatos e debates sobre políticas públicas são cobertos» (Jamieson e Capella, 1997: 31).

Num dos primeiros trabalhos sobre a mediação da política pelos *media*, e em particular pelo jornalismo televisivo, Bourdieu afirma que o «campo jornalístico produz e impõe uma visão muito particular do campo político», referindo que «num universo dominado pelo medo de aborrecer e pela preocupação de divertir a qualquer preço», a política surge como um tema particularmente difícil de abordar e que é «preciso tornar interessante» (1997: 106-107).

A cobertura mediática da agenda política institucional tende, por isso, a incidir mais sobre o escândalo, a desavença, o conflito do que sobre as temáticas em discussão; numa lógica em que a comunicação «tende a sobrepor-se ao conteúdo da mensagem» (Wieviorka *et al*, 2007: 20).

Blumler (1997: 395) caracteriza a actual comunicação pública como sendo mais artificial, mais negativa e menos relevante no que respeita à discussão de temáticas políticas fundamentais e justifica a situação com algumas transformações nas dinâmicas comunicacionais entre media e políticos. A profissionalização da comunicação política, o desenvolvimento do *marketing* político e de novas estratégias de controlo dos media por parte do poder têm conduzido a uma adaptação do discurso às necessidades e rotinas dos media: «'massajando' os valores noticiosos dos jornalistas, colocando a melhor trajectória possível em histórias relevantes, estilizando a publicidade política, desenhando sondagens de opinião e interpretando os seus resultados» (*Idem*: 398). Perante a pressão, os jornalistas, que receiam perder o seu espaço e autonomia, contra-atacam, fixando-se muitas vezes mais nos processos do que na substância, na forma do que no conteúdo, e tratando a política como um jogo, «com estratégias eficazes e falhadas, altos e baixos dramáticos, vitórias e derrotas (...) personalidades grandes e pequenas, heróicas e vis» (*Idem*: 399). Ora, estas novas dinâmicas comunicacionais correm o risco de resultar naquilo a que o autor designa por um «cepticismo corrosivo», uma adversariedade e conflitualidade constantes entre media e políticos, num esquema que «secundariza o cidadão» (Blumler, 1997: 400). Há um reconhecimento de que o exercício da política se faz cada vez mais através dos media, mas também destes como espaço onde jornalistas e políticos se envolvem, muitas vezes, numa «dança auto-referencial» (Axford, 2001: 21).

A expressão «espiral do cinismo», empregue por Jamieson e Capella (1997), pretende precisamente descrever os efeitos que estas tendências de cobertura do político podem ter nos indivíduos e na esfera pública. Os autores argumentam que uma cobertura baseada no conflito pode alimentar visões cínicas do mundo, visões centradas na crença de que o sistema político é genericamente corrupto e de que as figuras de poder têm sempre uma qualquer estratégia pessoal nem sempre relacionada com o bem comum (*Idem*: 19). Identifica-se o desenvolvimento de um «cinismo epidémico» com consequências nos níveis de confiança do público. A espiral do cinismo seria, nesse sentido, a base de uma «espiral de deslegitimação» (Jamieson e Capella, 1997: 26) consubstanciada nos discursos de descrédito que os jovens, e a população em geral, vão formulando quando se referem ao sistema e aos seus representantes.

Os media têm, assim, sido frequentemente acusados de veicular de forma pejorativa a política e os políticos, regularmente atingidos por escândalos, frequentemente satirizados em programas de humor de grande sucesso e audiência,

negativamente representados pelo discurso jornalístico, que os aborda sob o ponto de vista da polémica e da liderança personalizada. O que se começa a colocar em causa é a forma como os media apresentam uma visão particular da política e dos próprios indivíduos como cidadãos.

Será, no entanto, redutor pensar os media como os únicos responsáveis pela despolíticação da vida colectiva, nomeadamente dos jovens. Ainda que os meios de comunicação tenham o fundamental papel de operarem o recorte com que são apresentados certos quadros do fazer político aos cidadãos e, com esse forte poder, retratarem discursivamente a política de um modo que pode ser interpretado como negativo, a tecnicidade do campo político e a conduta dos protagonistas das notícias são tanto ou mais responsáveis pelo quadro de leitura com que os cidadãos sintetizarão a informação mediática e a sua experiência pessoal.

Os meandros burocráticos e a complexidade institucional – especialmente agravada com os níveis de intermediação de uma política transnacional - facilmente conduzem a que a política institucional possa ser considerada distante, desinteressante e aborrecida. Em primeiro lugar, porque é muitas vezes difícil de compreender. Não se trata, no entanto, apenas de uma opacidade ao nível do discurso. Bourdieu (1989: 179) refere também a própria complexidade das relações sociais que constituem o campo político e que tendem a torná-lo inacessível à maioria dos indivíduos e em particular aos jovens. A este respeito Giddens (2000: 73) afirma que «a ortodoxia da política parlamentar se afasta do fluxo de mudança que perpassa pela vida das pessoas».

Ora, a ‘vida das pessoas’ ganha contornos próprios quando estas são jovens e, o facto de as suas experiências não serem tidas em conta como quadros de referência para a leitura das mensagens, agrava especialmente a sua relação com os processos. Como refere Emma Romay, num artigo que analisa estratégias eleitorais para jovens, vale a pena perguntar: «que medidas estão pondo em marcha os partidos políticos, do ponto de vista da sua estratégia eleitoral, para conseguir implicar os jovens na actividade política do país?» (2006: 373-374).

A investigação tem revelado que o sistema tende a negligenciar temas especificamente relacionados com crianças e jovens e, mesmo quando se discutem áreas que lhes dizem respeito e que têm implicações nas suas vidas, o debate é, com frequência, feito sem considerar a pertinência e possibilidade do seu contributo (Hackett, 2004: 76). Em muitas organizações se verifica uma ausência de procedimentos que favoreçam e incentivem a participação dos mais novos.

Na verdade, a própria pesquisa científica considerou, durante muito tempo, as crianças e os jovens como meros recipientes de uma aprendizagem passiva da cidadania, seres em formação, descurando o seu potencial de agência e negociação nos processos de definição e construção das suas vidas e identidades (Buckingham, 2000: 13). Quer isto dizer que as oportunidades de contribuição e participação dos jovens têm sido, a vários níveis, condicionadas pela própria estrutura social e comunicacional, tendendo os seus contributos a desenvolver-se em espaços privados de menor visibilidade:

As oportunidades dos jovens contribuírem para a sociedade são limitadas pela própria estrutura social (...) De facto, os jovens contribuem bastante, mas os seus contributos tendem a ocorrer no mundo privado e invisível da vida familiar em vez de na arena pública, e como tal, são ignorados. (Jones, 1995: 5)

A existência de estereótipos negativos entre jovens e adultos, bem como diferenças de valores, hábitos, estilos de comunicação, níveis e tipos de experiência, podem também dificultar o diálogo, a confiança mútua e, conseqüentemente, a participação (Centre Européen de la Jeunesse, 2009: 19-20). O lugar dos jovens na hierarquia social origina, muitas vezes, abordagens paternalistas e propostas de uma inclusão que surge como decorativa ou meramente simbólica e onde se pressupõe um ‘ensaio’ de envolvimento nem sempre levado a sério, sublinhando um entendimento de cidadania e democracia como projectos para adultos. Ou seja, a participação exige condições, oportunidades, que nem sempre se concretizam.

A questão está muitas vezes na organização do discurso público em torno de um conjunto preconceitos sobre os jovens que os caracteriza como problemáticos e apáticos. Remetendo para uma concepção de discurso como prática social¹⁵, aponta-se o dedo a mensagens produzidas pelos media, políticos, senso comum que, ao caracterizarem os jovens como um problema, contribuem para o intensificar. Discursos que, ao classificá-los como apáticos e alienados, legitimam a intervenção de terceiros, a regulação pela autoridade adulta e os remetem para uma posição cada vez mais passiva:

¹⁵ Falar de discurso como prática social implica reconhecer que o discurso não é uma transparência (Foucault, 1997 [1970]), e que a distribuição do capital linguístico e do acesso à palavra não é igualitária; pelo contrário, é uma prática socialmente estratificada, em que a possibilidade de falar nem sempre é uma evidência. Torna-se, assim, como refere Ponte (2007: 63) particularmente pertinente saber como se fala dos jovens, com que enquadramentos, quem tem poder de discurso, quem tem voz quando o tema são os mais novos.

Na nossa sociedade, muito do discurso público sobre jovens é formulado como o problema social que os jovens representam para a sociedade: infracção juvenil, desemprego jovem, gravidez adolescente, abuso de drogas. Um ponto de vista muito mais benigno aponta os jovens como alienados da sociedade. Mesmo esta posição mais complacente implica contudo uma posição problemática e passiva. (Hackett, 2004: 74)

Mas o discurso público sobre a juventude é mais complexo. Os mesmos responsáveis pela catalogação do comportamento dos jovens como patológico têm, paradoxalmente, vindo a valorizar a juventude enquanto estilo de vida. Ora, esta valorização operada pelos media e pelas indústrias culturais pode também ser vista como uma forma de exclusão:

(...) ao mesmo tempo que se tornam mais visíveis nas peças, como metáforas juvenilizadas do nosso mundo, elas são também mais atiradas para fora dele, num movimento semiótico que se apropria da sua aparência para corresponder às exigências dos meios noticiosos como sistema textual, mas que exclui as suas acções, não só porque ameaçadoras ou vulneráveis, mas também porque colocadas fora da fronteira da comunidade social. (Hartley, 1998 como citado em Ponte, 2007: 62)

Neste contexto, e como foi abordado no capítulo anterior, Wallace e Kovatcheva referem que a globalização de um ideal de juventude e a sua valorização enquanto estilo de vida, a par da proliferação de sub-culturas juvenis e da sua exploração comercial e mediática, parecem, por um lado, resultar num reconhecimento crescente da condição social de jovem, mas, ao mesmo tempo, colocam o risco de diluir a juventude como força cultural: «a juventude torna-se estilo» (1998: 183-184).

A verdade é que a oscilação entre estas duas concepções de juventude - «a juventude como problema» e «a juventude como diversão» (Osgerby, 2004: 99) - vai deixando para um segundo plano a legitimação dos jovens como cidadãos plenos e de direito.

Este reconhecimento de um problema ao nível dos discursos levanta duas questões fundamentais. Por um lado, a constatação de que a representação e construção social da juventude não têm muitas vezes origem nos próprios jovens e «nem sempre reflectem as ideias que os jovens têm de si mesmos» (Carvalho e Brites, 2006: 38-39). Por outro lado, o perigo da estereotipização das representações. O problema, afirma Jones (2001: 191), é que os jovens sejam vistos como um grupo homogéneo, quando, na prática essa homogeneização resulta mais do discurso de comentadores, especialistas, media e inclusivamente da própria investigação científica, do que das suas realidades, efectivamente diferenciadas.

Alertando para esta questão da construção de estereótipos, Galland (1985: 54-58) diz que a juventude, que foi durante muito tempo considerada um motor da mudança social (nomeadamente pela ocorrência de movimentos de contra-cultura como a proposta *Hippie*, os movimentos de intervenção estudantil como o Maio de 68 ou movimentos anti-imperialistas como a oposição à guerra do Vietname), tende hoje a ser apresentada como estando a evoluir em direcção a uma certa apatia. E, neste sentido, o autor questiona se não se terá criado um novo preconceito:

A juventude revoltada dos anos sessenta/setenta parece com efeito ter hoje deixado lugar a uma juventude ajuizada, ou resignada, ansiosa antes de mais de se integrar nas estruturas tradicionais, outrora tão desacreditadas, do trabalho e da família. Esta imagem da evolução da atitude dos jovens corresponde à realidade ou não é mais que um novo estereótipo, tão artificial como aquele que, há dez ou vinte anos, apresentava a juventude como a categoria revolucionária por excelência?» (Galland, 1985: 58)

Recusa-se, assim, a etiquetagem dos jovens como ignorantes e apáticos, quanto mais não seja, porque é uma classificação que os encara como um todo indiferenciado, deixando escapar múltiplas variações.

Na reflexão em torno dos factores que podem estar a motivar um desinvestimento das novas gerações na vida pública, tem sido ainda referida a eventual monotonia das democracias. A identificação de diferenças de motivação, relacionadas com a ligação a determinadas conjunturas políticas, sugere que o interesse possa, entre outros factores, estar relacionado com contextos políticos particulares que, em determinados momentos, favorecem ou desfavorecem o envolvimento dos indivíduos. A reiterar este argumento, Wallace e Kovatcheva (1998: 188) apresentam um estudo comparativo entre países europeus onde se pode verificar um maior interesse pela política nos países do Leste da Europa que, no período pós-comunista, viveram contextos porventura politicamente mais atribulados, e por isso, estimulantes. Neste contexto, Wiewiorka *et al* consideram também que a democracia institucionalizada, a normalidade dos processos democráticos se pode configurar como mais desinteressante, menos exaltante do que a revolução ou a ruptura. Segundo estes autores, em zonas do globo mais convulsionadas a participação política surge como mais premente do que nas democracias estabilizadas, «existe como que uma urgência, um jogo de vida e de morte, de esperanças e de grandes desgostos» (2007: 20-21).

2.3 O silêncio como protesto e as novas políticas da vida

Mesmo admitindo a presença de indícios de uma tendência conjuntural para a passividade, são vários os autores a proporem uma reinterpretação da situação. David Buckingham (2000: 202) explica, nesse sentido, que o sentido de alienação da política, tal como é convencionalmente definido, não pode ser encarado como um mero resultado de preguiça ou ignorância e acrescenta que, muitas vezes, as expressões de cinismo¹⁶, marcadas no discurso dos jovens por um desinteresse exagerado, revelam um sentimento de falta de influência e intervenção. Assim, o entendimento da eventual não participação como apatia poderá constituir uma visão superficial: «É apatia ou uma resposta racional ao impacto negativo de partidos e política constitucional nas vidas dos jovens?» (Hackett, 2004: 74).

Na medida em que, como refere Buckingham, os discursos (ou ausência deles) devem ser vistos não como uma evidência do que os sujeitos pensam, mas como uma forma de actuação social, as expressões de silêncio (metáfora para o afastamento da esfera política) ou de cinismo são interpretados como uma «estratégia discursiva», uma forma de resposta à exclusão, aos constrangimentos da sua situação social, uma forma de «reclamar superioridade e controle» e até uma base para alguns tipos de acção política, um pré-requisito para o envolvimento (2000: 203):

O seu sentido de exclusão e alienação da esfera adulta de debate político liga-se a uma percepção mais geral da sua própria impotência, à qual uma posição de tédio e ignorância deliberada pode bem representar uma resposta razoável. (Buckingham, 1997: 358)

Esta interpretação não deixa de ser polémica, na medida em que permite pensar o não envolvimento dos públicos mais jovens, não como uma patologia das sociedades contemporâneas, mas como uma forma nova e diferente de desafiar o sistema, uma forma particular de contestar «a sua própria falta de influência» (*Idem*: 202). Segundo este ponto de vista, a tendência para a inacção tenderá a aumentar à medida que cresce um sentimento de impotência face a estruturas de poder cada vez mais globalizadas.

Melucci identifica o silêncio juvenil como um «código desafiante» e explica que «numa cultura onde a comunicação se torna o meio e o conteúdo de dominação, o

¹⁶ Buckingham distingue cinismo de criticismo, explicando que o cinismo é «mais generalizado e mais distanciado do que o criticismo, implica uma rejeição indiscriminada do texto enquanto texto». Enquanto o cinismo toma muitas vezes a forma de cliché, o criticismo é motivado por um maior investimento no tópico (2000: 216-217).

silêncio e a retracção são formas de resistência e expressam novas necessidades através das quais modelos alternativos de vida social são experimentados» (Melucci, 1996: 183).

O silêncio seria, assim, uma forma (ainda que não completamente consciencializada) de reagir à exclusão que parece caracterizar não só os jovens mas todos os que de alguma forma se sentem marginalizados (económica, social ou politicamente). Como se as reacções de protesto pudessem surgir de dois modos paradoxais: «ora de forma intempestiva, ora com silêncio» e sentimentos de resignação (Patrocínio, 2004: 156).

Neste contexto, Beck e Gernsheim classificam a geração mais nova como uma geração «activamente apolítica» (2003: 354) na medida em que consideram que os jovens «repudiam politicamente os políticos» (*Idem*: 275). Referem ainda que:

Os jovens descobriram afinal algo para eles mesmos, algo que mete muito medo aos adultos: divertir-se, divertir-se com o desporto, divertir-se com a música, divertir-se com o consumo, divertir-se com a vida. Mas a política, tal como se pratica e representa actualmente, não tem nada a ver com divertimento (...) Assim, existe uma relação subterrânea entre divertir-se e uma oposição de base (...) estão actuando inconscientemente de forma muito politizada ao privar a política de atenção, mão de obra, consenso e poder. (Beck e Gernsheim, 2001: 276)

Do mesmo modo, Bourdieu fala de um questionamento geral e vago, «algo que não é político no sentido estabelecido, mas que poderá sê-lo» (1980: 150).

Nestas propostas teóricas, o facto da política partidária, do jogo político tradicional parecer ter hoje menos relevância na vida dos jovens não significa que eles não sejam politicamente conscientes num sentido mais lato. Os jovens terão tendência para conhecerem menos o funcionamento das instituições, votarem menos e filiarem-se menos mas isso não significa necessariamente falta de interesse por temáticas, por problemas políticos. Buckingham (2000: 203), por exemplo, afirma que pôde observar, durante a realização de grupos de foco, que muitos estudantes se referiram à política como aborrecida e sem interesse, mas foram capazes de se envolver na discussão sobre questões públicas. O autor refere, ainda, que a motivação aumentava sempre que lhes eram apresentadas temáticas envolventes, questões políticas mais próximas das suas próprias experiências e em que podiam ter algum poder de influência (*Idem*: 70).

Em resumo, a pesquisa actual diz, então, que se trata mais de uma rejeição dos políticos do que de uma rejeição da política e, nesse sentido, a democracia não será desvalorizada porque em questão estão apenas as rotinas, a 'forma', mais do que o

‘conteúdo’. Parece existir uma tendência dos indivíduos em geral, e das camadas mais jovens da população em particular, para negarem formas tradicionais e formais de política, para se afastarem das estruturas formalizadas e tradicionais de poder, ao mesmo tempo que desenvolvem «uma mais vasta, e não menos válida, forma de política, que reflecte circunstâncias sociais e históricas em transformação» (Buckingham, 2000: 218).

Encarando a reflexividade da modernidade tardia e os processos de individuação, não como sementes de individualismo, mas como dinâmicas conducentes a uma modificação das formas de agir político, identifica-se não um decréscimo da participação, mas uma alteração da forma como ela emerge e é depois concretizada. Defende-se que, nas sociedades contemporâneas, os indivíduos tendem a envolver-se menos em torno de grandes ideologias e mais em função de solidariedades sociais e políticas que nascem, sobretudo, por via das identidades. A sublinhar esta configuração de uma nova articulação entre as identidades individuais e a acção colectiva, Giddens (1997a: 199-202) faz referência ao desenvolvimento de uma ‘política da vida’ que pode trazer ao espaço público temáticas habitualmente reprimidas pela modernidade, questões que haviam sido marginalizadas e excluídas e em torno das quais os indivíduos se organizam, em função das suas preocupações e interesses, possibilitando também novas linguagens e novas formas de acção.

Em relação aos jovens, três ideias centrais marcam esta nova abordagem. Em primeiro lugar, o interesse por novas temáticas e preocupações relacionadas com a globalização, o ambiente, os direitos humanos, causas humanitárias, a família, a sexualidade, a vida e a morte. Os jovens envolvem-se e atribuem relevância a questões como a ameaça nuclear, transgénicos, políticas de género, minorias, orientação sexual, nomeadamente através de movimentos de defesa da comunidade *gay* e *lésbica*, aborto ou eutanásia, temáticas alternativas, muitas vezes do domínio do privado, que começam a emergir no terreno público.

Em segundo lugar, a tendência para a adopção de uma postura menos formal, mais emotiva, lúdica, mas que não exclui a preocupação com os outros e a vontade de ajudar. Pelo contrário, o diálogo, a amizade, o ócio, o amor, a aventura, as relações parecem ser os valores mais defendidos pelos jovens. No desenho deste cenário, Beck e Gernsheim referem ainda que a par com o desejo de realização pessoal, os jovens mantêm a solidariedade, articulando conceitos aparentemente antagónicos como o egoísmo e o altruísmo, «a realização pessoal e a compaixão activa» (2003: 277).

Propõem, então, que se repensem alguns equívocos como não confundir compromisso com afiliação (a afiliação não pode ser considerada a única prova de compromisso), nem confundir altruísmo com desprendimento heróico (nem só esquecendo-nos de nós podemos considerar os outros), nem ainda equiparar o desprendimento à invisibilidade (a ajuda não tem necessariamente de ser silenciosa) (Beck e Gernsheim, 2003: 277-278).

Por último, a manifestação de novas formas de participação presentes, por exemplo, no voluntariado ou na utilização de novas ferramentas disponibilizadas pela internet, espaço onde, como desenvolveremos no próximo capítulo, surgem redes de interacção social com importantes significados, que podem originar protestos ou campanhas de pressão sobre governos, empresas, ou determinados comportamentos. De acordo com dados do Eurobarómetro (2007: 48), 28% dos jovens da União Europeia, participaram nesse ano numa petição e 24% numa discussão *online* ou fórum, percentagens que, não sendo elevadas, são superiores à participação num partido (5%) ou sindicato (8%).

Referindo ainda formas de participação alternativas, Stolle, Hooghe e Micheletti (2005: 247) identificam também o crescimento do que designam de «políticas de supermercado», materializadas em campanhas de boicote ao consumo («*buycotts*»), ou em investimentos socialmente responsáveis, em que os indivíduos escolhem ou excluem produtos e marcas com base em considerações sobre práticas empresariais ou governamentais, utilizando o mercado para veicular preocupações sociais, éticas e políticas. Deste ponto de vista de um «consumo politizado», também Margaret Scammel (2000: 352) defende, ao contrário de posições culturalmente mais críticas, que o consumidor não inviabiliza necessariamente o cidadão, pelo contrário, pode trazer consigo novas formas de participação política. Redes de activismo global fazem, ainda, uso do imaginário dominante para o subverter em mensagens políticas e construir campanhas de marketing subversivo ou de guerrilha.

Como afirma Isabel Menezes (2002: 221), a participação associada a movimentos sociais parece estar a ser mais valorizada do que a participação convencional (votar, respeitar o governo, militar num partido). Os jovens parecem apresentar uma maior predisposição para a acção política directa, para métodos de participação individualizados, redes de solidariedade e cooperação informais, mobilizações esporádicas, menos organizadas e estruturadas, sem hierarquia permanente e de base afectiva (Galland, 1991; Stolle, Hooghe e Micheletti, 2005; Wallace e Kovatcheva,

1998). Neste sentido, pode afirmar-se que, «conceitos de eficácia pessoal e confiança interpessoal substituíram a anterior concepção de confiança global no sistema político» (McLeod, 2000: 47). Quer isto dizer que a falta de envolvimento aumenta quando a política é definida em termos das instituições onde actuam os políticos e diminui quando se abordam temas exteriores ao sistema partidário.

Para além disso Helena Helve (2001: 210) sublinha que os jovens não estão ligados em exclusivo a uma ideologia, elegem diferentes valores em função dos contextos e situações em que se encontram. Esta afirmação contradiz alguns autores que têm vindo a defender uma substituição, nas sociedades desenvolvidas, de valores materialistas (ligados à segurança, à sobrevivência, à satisfação de necessidades primárias) por valores pós-materialistas (ligados à expressão da identidade, pertença e expressão). Helve afirma que esta dicotomia padece de uma excessiva simplificação e sublinha que, à luz da sua pesquisa, ainda que possam ser identificadas diferentes estruturas de valores, poucos são os indivíduos que pertencem claramente a uma única categoria, pelo que em realidade esses valores surgem articulados de forma bem mais complexa e até conflituante: «Uma pessoa pode ter necessidades, atitudes e valores muito diferentes, uma parte deles materialista e uma parte pós-materialista» (*Idem*: 209) Justifica-se, assim, a afirmação de Beck quando refere que, nas sociedades de hoje,

(...) todos pensam e agem ao mesmo tempo como um conservador e um esquerdista, de forma conservadora e radical, democrática e anti-democrática, ecológica e antiecológica, política e antipolítica. Todos somos um pessimista, um pacifista, um idealista e um activista, em aspectos parciais do nosso *self*. No entanto, tal apenas significa que as actuais clarezas da política – direita versus esquerda, conservadorismo versus socialismo, retraimento versus participação – já não são correctas ou eficazes. (Beck, 2000: 21)

As formas actuais de participação social e cívica vêm também marcadas por expectativas diferentes. Melucci identifica um novo paradigma afirmando que os jovens tendem a envolver-se em acções significativas em si mesmas e não orientadas para o futuro. Acções que não são alimentadas por grandes ideologias, mas que pelo contrário, estabelecem, de forma mais imediata, ligações entre factos específicos e problemas gerais: «hoje em dia a esperança flui através de canais diferentes: há uma necessidade de paixão mas não podemos continuar a depositar as nossas esperanças no futuro (...) a esperança deve estar no presente-agora» (Melucci, 2001: 147).

Considerando todos estes argumentos, Beck e Gernsheim defendem que os conceitos de individualização e individualismo são diferentes e que, igualar a

individualização com a indiferença e o egoísmo, o fim da vida social, responsabilizando-a pela desintegração da cidadania, é um erro de diagnóstico (2003: 293), na medida em que a individualização «não se reduz ao privado», pelo contrário, pode tornar-se política, «num sentido novo e definitivo» (Beck, 2000: 17). Apesar de o estereótipo apontar para uma sociedade de egoístas, pouco solidária, o sistema de valores da individualização, baseado na busca da realização e plenitude pessoal, não deixa de conter elementos de uma nova ética (Beck e Gernsheim, 2003: 31-94).

Nesse sentido, são vários os autores a alertar para os riscos de um discurso nostálgico e de uma excessiva idealização do passado, recordando que, no início da modernidade, a maior parte da população tinha, na verdade, direitos muito limitados de participação na esfera política (Giddens, 1991: 156; Mindich, 2005: 12). Refere-se que, ainda que com dificuldades, as sociedades contemporâneas apresentam um alargamento das oportunidades de participação, estando as pessoas mais do que antes envolvidas em grupos e associações.

Segundo estas leituras, que podemos classificar de optimistas, os jovens organizam-se em clubes juvenis, organizações de voluntariado, grupos de pressão (Storrie, 2004: 58) cuja característica principal é a diversidade, a pluralidade, a informalidade. Como explica Machado Pais, poderemos falar de uma reclamação, por parte dos jovens, de «uma cidadania diferente daquela que lhes é oferecida» e que pode manifestar-se nos domínios menos institucionalmente constrangidos da cultura, do lazer, do consumo, do lúdico (2010: 142). A participação pode, assim, emergir de várias formas e em vários contextos e materializar-se em acções por vezes ligadas à própria cultura popular (Dalgren, 2008: 495). Numa lógica em que as questões da identidade se misturam de forma inovadora com o envolvimento social, «a política torna-se não só uma actividade instrumental para atingir objectivos, mas também uma actividade performativa e expressiva, uma forma de afirmar valores de grupo, ideais e pertença a espaços públicos» (Dahlgren, 2007: 6).

Trata-se de um processo de mudança qualitativa que remete para a necessidade de redefinição de conceitos, para que estes dêem conta de novas formas de experienciar o social, o cívico e o político. Wieviorka *et al* defendem precisamente que, mais do que sobre um défice do político, devemos reflectir sobre «a mutação contemporânea do político» que surge, primeiro, com «o aspecto de uma crise de representação» (2007: 101).

2.4 Política formal e ‘subpolítica’

Novos temas, novas linguagens, novas formas de organização, debate e acção começam a desenvolver-se e os jovens parecem ser, nesta matéria, reflexo de uma tendência socialmente mais vasta. Nesta perspectiva, mais do que ‘descomprometimento’, poderemos referir uma alteração das formas de envolvimento e mobilização, numa perspectiva que evidentemente nos obriga a uma reflexão mais lata em torno do que é ou não político, e onde os diversos conceitos que unem a cidadania à política necessitam de ser repensados:

Contudo, uma questão fundamental é exactamente como definir o problema em relação aos jovens cidadãos. O objectivo é ‘trazê-los de volta ao redil’ – que significa esforçar-se para gerar o tipo de comportamento cívico que caracterizou a democracia liberal no passado? Ou repensam-se as pré-condições e atributos da democracia à luz das mudanças culturais e sociais que caracterizam a conjuntura histórica presente? (Dahlgren, 2007: 6)

Durante muito tempo foi postulada uma dualidade entre humano e cidadão que resultou, em política, numa separação basilar entre o público e o privado, entre o indivíduo da esfera privada e o indivíduo empenhado em questões públicas. Esta é uma visão de tradição iluminista que apresenta o ser político enquanto sujeito autónomo, ser abstracto, «um ser separado do mundo dos objectos materiais, definido pela sua racionalidade, fora de qualquer invólucro social» (Poster, 2002: 27).

Ora, tendo presentes os interesses, expectativas e formas de acção juvenis referenciadas, não é difícil perceber em que medida este conceito de política, assente na racionalidade iluminista, se opõe a tudo o que os jovens parecem representar e tenha, por isso, deixado de os atrair: «a identificação do político com o público conduz a uma concepção redutora de política, de onde as experiências de muitos grupos sociais, não só crianças e jovens, são implicitamente excluídas» (Buckingham, 1997: 361).

Aponta-se hoje para um enquadramento das noções política e esfera pública num universalismo demasiado geral e abstracto, na medida em que muito do que no século XIX pode ter sido considerado do domínio privado, se tornou no século XX questão pública (Poster, 2002: 28). Desse modo, equiparar a política e o Estado, a política e o sistema político pode constituir um erro que faz com que a política esteja a ser procurada «nos locais errados, nas tribunas erradas e nas páginas dos jornais erradas» (Beck, 2000: 17-18).

Para além disso, num tempo de crescentes processos de globalização, a noção de política, está, paradoxalmente, ainda muito ligada à ideia de Estado-Nação, a espaços nacionais.

Surge a necessidade de rever dicotomias como as que opõem Estado e sociedade civil, público e privado, cidadão e indivíduo, sob pena de, como explica Melucci, ser reduzido a patologia tudo o que não passa por uma actuação política 'tradicional' e, conseqüentemente, ignorada parte da riqueza da vida social (2001: 57).

Equaciona-se, desta forma, uma noção mais inclusiva de política, mais pluralista, ambivalente, que inclua a diferença, e o «humano no palco da política mundial» (Poster, 2002: 23). Um conceito que não remeta exclusivamente para os princípios iluministas que são «neste aspecto, deficientes porque se deslocam para o universal com demasiada rapidez» (*Idem*, 25).

O problema pode estar, com efeito, na manutenção de uma certa concepção iluminista de política onde, não só não encaixam outras e novas formas de participação, como esta se configura como um ideal nostálgico, algo que se terá perdido e não é recuperável. Segundo este ponto de vista, as *narrativas de perda* - expressão utilizada por João Carlos Correia para designar as perspectivas catastrofistas de evolução do espaço público que perpetuam um diagnóstico pessimista de desintegração da vida em sociedade - viveriam de uma espécie de «idealização de uma idade heróica da política» (Correia, 2004: 42). Mais profícua a uma compreensão contemporânea dos modos possíveis de fazer político é a proposta de uma definição que não se confine apenas à acção dos políticos ou das instituições políticas, e que possa englobar também as múltiplas acções exteriores à lógica parlamentar.

Como veremos, este ponto de vista não descarta a importância da política formal, espaço onde se discutem e disputam efectivamente as decisões, mas sublinha a necessidade de valorizar as redes relacionais e a «experiência sociocultural pré-política» (Dahlgren, 2009: 57), bem como outras participações e práticas de mobilização intermédias que as ligam à política institucionalizada.

É neste contexto que nos parece especialmente útil o conceito de «subpolítica» apresentado por Beck, na medida em que reconhece estes espaços intermédios, assumindo as novas características da acção contemporânea:

A subpolítica significa, portanto, configurar a sociedade a partir de baixo. Visto de cima, isto resulta na perda de poder de implementação, na retracção e na minimização da política. No surgimento da subpolitização existem oportunidades crescentes para os grupos até aqui

afastados do processo de tecnização e industrialização passem a ter voz e vez no processo de organização da sociedade: cidadãos, opinião pública, movimentos sociais, grupos de peritos, os trabalhadores no seu local de trabalho; existem mesmo oportunidades para os indivíduos corajosos ‘moverem montanhas’ nos centros nevrálgicos do desenvolvimento. (Beck, 2000: 23)

As políticas da vida e a abertura dos processos aos indivíduos e às questões da identidade, implicam também uma nova inclusão da emocionalidade no entendimento da política (Beck e Gernsheim, 2003: 350; Dahlgren, 2009: 64). Dahlgren explica que, na sua origem, o termo *apatia*, significa sem ‘*pathos*’, neste caso, sem paixão política, e que, por isso, a participação, a motivação, o envolvimento na comunidade, as escolhas políticas implicam sempre a existência de alguma forma de paixão, sendo difícil de conceber (como postulado nas definições tradicionais) a emoção como uma ameaça para a política.

A paixão não é cega; envolve uma visão do bem, algo a ser alcançado, algo por que lutar e muitas vezes envolve também alguma noção de como conseguir esse bem (...) Ser apaixonado por algo significa que se está devotado a ele, entusiasmado com ele, que se investe tempo e energia. (Dahlgren, 2009: 84-85)

Recorrendo a diferentes designações – subpolítica (Beck), política da vida (Giddens), política cultural (Wallace e Kovatcheva), estes novos discursos de uma política própria da modernidade tardia sublinham o papel fundamental dos sujeitos, de grupos de iniciativa na introdução de novas temáticas. Ainda que, como veremos, esses processos impliquem fragilidades, nomeadamente pelas dificuldades que apresentam na institucionalização das questões levantadas, introduzem novas potencialidades, pelo menos, ao nível do seu agendamento, e reforço da sua visibilidade, facilitando também a sua discussão pública:

Os sistemas políticos proporcionam respostas porque institucionalizam o problema e produzem regras, tomam decisões (...) enquanto os movimentos sociais levantam os problemas. O simples facto de que os problemas se levantem e nomeiem abertamente é algo de extrema importância nas nossas sociedades. (Melucci, 2001: 168)

Beck refere que «os temas do futuro, os que andam agora na boca de toda a gente, não tiveram a sua origem na perspicácia dos governantes ou nas lutas do parlamento» e que, nesse sentido, a subpolítica «ganhou uma vitória temática» muito relevante (Beck, 2000: 19). É neste sentido que João Carlos Correia refere que a atenção à política que circula nos meandros da vida quotidiana, recuperando a agenda da política da vida e um

conjunto de questões menos características da política tradicional, pode constituir «uma das componentes mais relevantes de um novo impulso transformador da acção política» (2004: 87). Uma acção construída por todos, que não pode deixar de responder a necessidades individuais e que remete para situações sociais concretas, «não apenas e obrigatoriamente de um modo racional» (Esteves, 2003: 132).

Sublinha-se a existência de inúmeras oportunidades de abertura dos processos políticos à participação do cidadão, ocasiões para os indivíduos integrarem diversas redes, procurarem outros de interesses semelhantes e associarem-se a eles. Nesse sentido, e como afirma Melucci (2001: 84), a acção colectiva parte hoje menos de organizações e mais de grupos, redes complexas de indivíduos e representações ainda que, como referimos anteriormente, possam ser informais, esporádicas e muito pouco estruturadas. O autor diz que há um movimento quando alguém avança para falar em seu nome, quando se realizam reuniões, quando se difundem documentos (*Idem*: 152), mas explica que o movimento pode estar presente antes que a sua mobilização se torne visível e, nesse sentido, para ser efectivo, não tem forçosamente de ser público e manifesto¹⁷ (*Idem*: 83). Esta observação ganha contornos reforçados quando em questão estão o envolvimento e participação dos jovens que, como vimos, tendem a exercer-se, sobretudo, nestes terrenos subterrâneos.

A reconfiguração das formas de agir político nas sociedades contemporâneas torna obsoleto um entendimento universal e abstracto da cidadania e também o seu sentido como estatuto individual definido pela mera atribuição de direitos e responsabilidades. Storrie questiona o que designa por «descrições normativas e partidárias de bom comportamento democrático» (2004: 58) e, numa leitura radicalizada da necessidade de repensar conceitos, Mark Poster interroga mesmo: «Não será que o termo cidadão traz consigo uma bagagem de conotações da história do ocidente que o tornam provinciano na actual conjuntura globalizada?» (2002: 28).

Coloca-se em causa a cidadania ancorada numa ideia de democracia representativa, na delegação de responsabilidade no outro, através do voto, uma vez que esse entendimento simplifica, «de forma redutora, a compreensão e o exercício da

¹⁷ Sobre os novos movimentos sociais, Bauman (2007: 286) refere também que a liderança é muitas vezes posterior ao movimento popular, que os acontecimentos são, muitas vezes, desencadeados sem plano, e que este seu carácter por vezes pouco estruturado, assente na comunhão de identidades, transforma a ideia de poder que deixa de poder ser visto como uma coisa que reside num lugar específico onde pode ser armazenado e do qual pode ser afastado.

cidadania como se esta estivesse exclusivamente relacionada com o funcionamento das instituições políticas que habitualmente legitimam apenas o poder de uma maioria censitária, estatística» (Patrocínio, 2004: 134).

Ichilov (1990 como referido em Buckingham, 2000: 220) introduz a distinção entre um modelo tradicional de cidadania, assente na divisão entre político e pessoal, e um modelo participativo de cidadania que desafia estas distinções e abre a noção de político a outras esferas habitualmente excluídas. Esta distinção, no entanto, não exclui os termos da relação, mas relaciona-os de um modo particular, configurador da vida colectiva das sociedades contemporâneas. Como refere João Pissarra Esteves:

(...) o Público torna-se estritamente dependente dos seus membros (indivíduos que assumem a sua privacidade e que fazem da subjectividade um 'trabalho' de vida) e o Privado só pode constituir-se plenamente quando se projecta numa experiência de vida em comum (confronto com outras «privacidades individuais», no quadro de uma vida colectiva que se realiza no interior dos públicos). (2003: 31)

Também Cieslik e Pollock (2002: 5) defendem uma «abordagem de parceria»¹⁸ onde o Estado, a iniciativa privada, organizações de voluntariado, indivíduos possam envolver-se nos processos democráticos, evitando processos centralizados e organizados apenas pelo Parlamento e pelo Governo, e «problemas associados a iniciativas *top-down*» que introduzem muitas vezes o risco de ignorar outros interesses e visões.

Tentando, então, uma nova definição, Patrocínio diz que à cidadania devemos atribuir a pertença a um estado livre com direitos aos quais correspondem deveres, mas uma pertença que deve ser entendida numa perspectiva ontológica, universal e cosmopolita, sobretudo porque as fronteiras (físicas e económicas, e até mesmo políticas) surgem cada vez mais esbatidas:

Assim, consideramos a cidadania numa acepção de permanente implicação do sujeito, em termos privados e públicos, na construção de sentido para uma vivência pessoal em sociedade (...) conducente à gestão da incontornável conflitualidade humana, de forma mais justa e equilibrada. (Patrocínio, 2004: 9-10)

A cidadania não poderá, para este autor, constituir um conceito abstracto na medida em que sempre se constitui numa pertença, consubstanciada a vários níveis e nos diversos espaços por onde circulamos, da família à cidade, ao país ou ao mundo (*Idem*: 141). Ser cidadão será então «dar-se poder a si próprio» para participar activamente, «independentemente do seu estatuto social de governante ou de governado,

¹⁸ No original: «partnership approach».

de ser criança, jovem adulto ou idoso, de pertencer ou não a uma maioria censitária» (Patrocínio, 2004: 139). Também Dahlgren defende que a cidadania não deve ser concebida apenas como conjunto de direitos e obrigações formais, mas como forma de agência social (2009: 57). Neste âmbito, o autor identifica seis dimensões intercomunicantes de cidadania: conhecimento (as pessoas precisam de compreender o mundo onde vivem), valores (o entusiasmo pelos valores democráticos pode provocar envolvimento e gerar acção), confiança (indispensável à criação de laços sociais), espaços (acesso à comunicação e a contextos de acção), identidades (visão subjectiva de si enquanto membro participante da democracia) e práticas (*Idem*: 109-125).

Face ao exposto, reclama-se uma abordagem da cidadania de carácter mais agenciador, dinâmico, processual, cultural e, como refere Coleman (2001: 111) comunicacional. O conceito surge alargado, de forma a nele caberem a dimensão institucional (quadro de direitos e deveres através dos quais a cidadania é expressa normativamente), práticas socioculturais (complexas relações de pertença e envolvimento, a partir das quais as identidades são formadas) e, finalmente, a própria acção política (Benedicto e Mórán, 2007: 607), cujo entendimento, como vimos, também se alarga de forma a incluir os processos institucionais da acção governativa e ainda outras relevantes práticas sociopolíticas.

2.5 Novos desafios de uma cidadania alargada

A identificação de uma pertinência política em terrenos habitualmente excluídos impossibilita um discurso de total despolarização dos jovens, mas não elimina o reconhecimento de obstáculos ao nível dos processos de formalização da política. Mais informais e difusas, as redes que unem os cidadãos em torno de interesses e objectivos comuns, as formas contemporâneas de expressão e acção colectiva, ignoram, frequentemente, o nível macro-político; dimensão sem a qual têm dificuldade em efectivar-se. Os novos movimentos, por exemplo, mobilizam solidariedades, são flexíveis, adaptáveis, mas apresentam, simultaneamente, riscos de fragmentação, dificuldades na acção a longo prazo e na concretização do seu potencial (Melucci, 1996: 116-117). Podem constituir uma força política criativa, mas correm, simultaneamente, o risco de resultar numa fácil e rápida desmobilização (Wallace e Kovatcheva, 1998: 207). Ora, se estes novos movimentos já comportam em si dificuldades ao nível da sua

institucionalização, a situação adquire contornos reforçados quando na sua origem estão jovens cuja condição etária, económica, social impõe, como vimos no início do capítulo, acrescidas dificuldades de intervenção efectiva.

Na medida em que as decisões, no plano normativo, continuam a ser tomadas ao nível da política convencional, será «problemático para a democracia se os jovens continuarem a abandonar este terreno» (Dahlgren, 2007: 7). Ou seja, ainda que se reconheça a relevância de acções políticas alternativas e das próprias redes sociocomunicacionais que as sustentam, tem vindo a ser observada a necessidade de transpor para o nível da normatividade muitas das dinâmicas presentes no plano social e relacional (Silveirinha, 2001: 138).

Neste contexto, Beck questiona, de forma pertinente, se nada será político, quando tudo é, de alguma forma, político: «será que a subpolítica não termina precisamente onde a política começa, nomeadamente onde está em jogo ‘aquilo que realmente interessa’?» (2000: 33-34). A resposta será que as diferentes dimensões se devem articular, cumprindo-se os objectivos quando diferentes interesses se tornam capazes de negociação (*Idem*: 39).

O desafio não é tanto o de repolitizar os jovens (que segundo o quadro apresentado continuam a revelar envolvimento) mas sobretudo o de articular o plano social, o cívico e o político, a ‘micro-política’ e a acção formal efectiva. A questão será menos a de privilegiar o pessoal ou o social relativamente ao político, menos uma questão de substituir as formas tradicionais de participação pelas actuais, mas antes a de encontrar formas de construir ligações entre os domínios (Dahlgren, 2009: 75) e sobretudo, como refere Buckingham, de tornar essas ligações mais acessíveis e significantes para os jovens.

O desafio mais difícil para professores como para jornalistas, é encontrar formas de estabelecer a relevância da política e de ligar a ‘micro política’ da experiência pessoal com a ‘macro política’ da esfera pública. (Buckingham, 2000: 221)

Para além disso, surgem dilemas relacionados com a substituição de um paradigma assente na igualdade por um paradigma assente na diversidade. A pulverização de questões políticas, decorrentes da pulverização de identidades, multiplica e diversifica os centros de decisão e acentua o carácter difuso da acção colectiva, colocando problemas ao nível da fragmentação do social e consequente dificuldade na criação de consensos (Beck, 2000: 23; Melucci, 1996: 112).

O novo quadro implica «inseguranças profundas» próprias do «dinamismo conflituoso da sociedade de risco» (Beck, 2000: 4), que se verificam, tal como tivemos oportunidade de caracterizar anteriormente, tanto ao nível do indivíduo, como ao nível do espaço social. Mais complexas e fragmentadas, as sociedades reflectem dinâmicas de conflitualidade simbólica resultantes da proliferação de interesses diversos e muitas vezes contraditórios, emergindo a política como o palco onde ocorre essa luta pela legitimação das identidades (Silveirinha, 2001: viii). Por isso, Melucci propõe a substituição do conceito unitário de *sociedade civil*, pelo de *espaços sociais* (2001: 168), e sublinha que eles impõem novos desafios à capacidade de negociação numa sociedade altamente diferenciada, onde os dilemas se prendem precisamente com «a gestão simultânea das diferenças e da integração» (*Idem*: 81). Apontando para esta alteração de paradigma, refere-se que a noção de ‘consenso’ tende a ser substituída pela de «alianças pragmáticas», pontuais, em função de contextos e objectivos concretos (Beck e Gernsheim, 2003: 96), mas reconhece-se também que essas novas redes podem ser uma «força de laços frágeis» (L. Bennett, 2003: 5), em grande medida dependentes de eleições individuais dos sujeitos.

Este contexto de um «difícil pluralismo, caracterizado por uma cidadania negativa e implícita» (Storrie, 2004: 52), remete para uma reconfiguração das relações entre jovens e agentes políticos, mas também, como veremos, para o papel dos media enquanto responsáveis pela gestão da visibilidade e enquadramento dos processos.

Em resumo, apesar de algumas posições culturalmente mais pessimistas que vêm as novas articulações entre os actores sociais e o espaço público (assentes na privatização e na diversidade) como geradoras de uma crise, de quietismo político, da morte da cidadania e da democracia, a pesquisa tem vindo a propor novos argumentos e novos pontos de vista que, não deixando de reconhecer os riscos e dificuldades inerentes ao processo, valorizem o potencial de participação dos jovens e encarem os processos de mudança social como novas oportunidades.

No entanto, este quadro teórico, que sublinha uma maior sensibilidade das novas gerações para as políticas da vida e para novas formas de associação, está longe de estar confirmado. Tem sido, pelo menos mais identificado ao nível das representações, do discurso, do que ao nível do envolvimento concreto. Galland (1991: 182) refere que, apesar de se verificar uma visão favorável dos novos movimentos (associações

ecologistas, direitos humanos, voluntariado...) os jovens não se envolvem massivamente. Dados do Eurobarómetro descrevem também este paradoxo: embora considerem os grupos de voluntariado um incentivo a uma maior participação, valorizando a sua existência, não há indícios de uma contribuição alargada (2007: 5).

Para além disso, e sob pena de ser criada uma ideia tão preconcebida como a da despolíticação da juventude, a sugestão de que as novas gerações poderão estar a actuar de forma mais activa ao nível da subpolítica do que dos processos institucionais, não poderá ser uma constatação genérica e, tal como referimos no primeiro capítulo, suscita a necessidade de uma observação mais detalhada através da qual possam ser identificadas eventuais diferenças entre sujeitos. Da grande afiliação partidária ao total cinismo sobre a sua própria capacidade de influenciar a agenda, passando, por exemplo, pela expressão de interesse político sem participação activa em instituições formais, poderão, com certeza, ser identificados diferentes níveis de envolvimento (Furlong e Cartmel, 1997: 97), evidenciando que os jovens não formam um grupo coeso e que «a idade por si só não conduz a uma probabilidade de actividade política» (Wallace e Kovatcheva, 1998: 186).

Em todo o caso, o reconhecimento de que nas sociedades contemporâneas a acção colectiva não nasce necessariamente de um nível institucional e a valorização do potencial de novos temas, linguagens e formas de acção impõem novos desafios à pesquisa, confrontando-a com a necessidade de, na compreensão das questões do envolvimento e participação dos jovens, observar, não apenas as demonstrações de participação formal nos sistemas, mas toda uma série de outras práticas políticas, cívicas e socioculturais. Inclui-se, assim, na reflexão sobre a participação dos jovens, a observação da forma como se envolvem nos processos institucionais de acção governativa, mas também como desenvolvem acções de intervenção colectiva alternativas, não deixando de observar ainda como outras áreas e práticas cívicas e socioculturais de carácter menos explicitamente politizado servem de ‘terreno’ onde as relações entre os indivíduos se vão configurando, onde vão sendo geridas as identidades, as relações de pertença e envolvimento.

Neste sentido, a defesa de um alargamento dos conceitos de política e cidadania não negará o reconhecimento de diferentes níveis de actuação, sublinhando apenas a necessidade de não ignorar outras realidades para além da participação política formal.

Vimos também que a configuração de uma política própria da modernidade tardia ainda que contra-argumente a ideia de despolitização, não deixa de colocar novos desafios, relacionados sobretudo com a articulação entre a micro e a macro política e com a gestão do potencial de fragmentação e conflito social decorrentes da pulverização de identidades, uma questão que remete, precisamente, para o papel dos media bem como das relações que com eles os indivíduos estabelecerem.

Capítulo 3

Jovens: usos dos *velhos* e dos *novos media*

Os meios de comunicação constituem-se, nas sociedades contemporâneas, como espaços centrais quer nos processos de visibilidade do jogo político tradicional quer, como referimos no capítulo anterior, na emergência de novas formas de acção. Assim, o espaço dos media e os processos sócio simbólicos por eles introduzidos têm conduzido a uma reflexão intensa (e extensa) sobre as tecnologias disponíveis, as lógicas de produção, os discursos veiculados, mas também sobre a forma como os indivíduos, em particular os jovens, com eles interagem. Neste sentido, procuraremos, ao longo deste capítulo, abordar a forma como as novas gerações se relacionam com os meios de comunicação tradicionais, mas também com os novos meios; com a informação noticiosa mas também com outros produtos, linguagens e formatos; para, a partir daí, pensar em eventuais impactos ao nível do seu envolvimento em questões públicas, em eventuais consequências ao nível da participação política e cívica. Considerando as tecnologias, mas também os conteúdos, procuraremos equacionar em que medida as transformações do sistema de media e a emergência de novas realidades correspondem a novos padrões e lógicas de interacção e, conseqüentemente, a novas relações dos jovens com o espaço público.

Nesta reflexão sobre os impactos dos usos dos media no envolvimento e participação das novas gerações, tem sido particularmente visada e controversa a avaliação dos efeitos da relação que estabelecem com a informação noticiosa. Mas não só. Têm também sido debatidas as consequências de outros consumos mais próximos de lógicas de entretenimento, bem como equacionado o relevo de novas possibilidades e práticas introduzidas pela internet. Procuraremos retomar a discussão sobre o papel dos meios informativos nas dinâmicas da cidadania, mas também sobre a forma como pode ser considerado o envolvimento dos jovens noutros discursos, espaços e práticas.

Nas várias vertentes, o diagnóstico tem vindo a identificar padrões de uso que parecem sublinhar uma ambivalência entre o potencial disponibilizado por novos meios e fluxos de informação e a sua actualização pelas novas gerações; entre o potencial de uma comunicação e participação públicas universais e a observação de fortes dinâmicas de desconexão. O ideal de esclarecimento que norteou a constituição da comunicação

mediatizada e que continua a legitimar a sua actuação tem vindo, assim, a ser questionado por inúmeras vozes identificadoras de consumos e lógicas de funcionamento que parecem poder constituir mais uma ameaça do que um incentivo à actuação política dos indivíduos. Se por um lado os media se afirmam como espaços de racionalidade comunicativa, de esclarecimento, por outro, parecem desenvolver dinâmicas cada vez mais próximas de lógicas de mercado e consumo; se se constituíram histórica e simbolicamente como plataforma de encontro de cidadãos, parecem revelar tendências conducentes a uma crescente privatização e fragmentação do social em dicotomias aparentemente inultrapassáveis. Na resolução do dilema, é já vasta a bibliografia que, no quadro de proposta de um novo modelo de esfera pública, identifica no actual contexto novos espaços e dinâmicas de aprendizagem da cidadania.

3.1 Uma nova cultura multimédia

Dando conta de um sistema de media cada vez mais ampliado e complexo, Sonia Livingstone caracteriza um novo paradigma de relação entre os jovens e os meios de comunicação, sublinhando algumas alterações fundamentais relativamente a modelos de consumo ‘tradicionais’ e genericamente assentes na passagem de um «modelo de austeridade» para um «modelo de abundância» (2002: 13). De um modelo colectivo de consumo, simbolizado pela centralidade ocupada pelo aparelho de televisão na sala de estar e no serão familiar, ter-se-á passado para um modelo fragmentado, múltiplo e difuso, assente na expansão e diversificação da oferta e no carácter crescentemente pluralizado dos usos (*Idem*: 17).

O desenvolvimento de tecnologias cada vez mais diversificadas, acessíveis e móveis, as conseqüentes mudanças ao nível dos padrões de posse dos equipamentos, a par da convergência de serviços de informação e telecomunicações, da emergência de novos meios, produtos e formas de produção e distribuição, vão dando origem, por um lado, a uma «omnipresença dos media na vida dos jovens» (Osgerby, 2004: 7), por outro, a utilizações cada vez mais individualizadas.

Em articulação com as tendências de intensificação dos processos de reflexividade moderna, a digitalidade, enquanto «tecnologia pessoal e maleável» (Papert, 1997: 44) terá sido determinante para fortalecer esta «comunicação descentralizada» (Poster,

1995: 29). Vão-se multiplicando espaços cada vez mais segmentados que não são exclusivos da internet, mas cujo dinamismo surge potenciado pela rede.

Perante a proliferação de produtos vocacionados para determinados segmentos da população (canais de televisão temáticos introduzidos pelo cabo, imprensa especializada, sítios de internet...), os jovens vão construindo «as suas redes, *online* e *offline*, sobre a base dos seus interesses, afinidades e projectos» (Castells, 2004: 161), passando os exercícios de utilização, recepção e produção a ser «experimentados de um modo cada vez mais acentuadamente pluralista» (Correia, 2004: 34).

Sem esquecer limitações ainda existentes em termos de acesso, a tendência será a de actuar face aos meios numa lógica de escolha, o que, como refere Livingstone, resultará numa maior interactividade entre utilizadores e meios de comunicação (2002: 20). A autora identifica uma crescente sofisticação das audiências, capazes de se movimentarem por entre as opções disponíveis, numa utilização híbrida e, muitas vezes, simultânea de diferentes media.

Os jovens utilizam a internet enquanto assistem a um programa de televisão, vêem notícias acidentalmente, absorvem informação de uma forma fragmentada, pouco concentrada, em simultâneo com a realização de outras tarefas (Katz, 1993 como referido em Buckingham, 2000: 9). Verifica-se ainda que, ao incorporam os media no seu dia-a-dia, dentro e fora de casa, os utilizam mais em articulação do que em substituição de outras actividades. Habitados a conviver com complexas «redes de media», e a delas tirar proveito no seu quotidiano, desenvolvem utilizações marcadas pela eficiência e pelo *multitasking* (Cardoso, 2005: 565).

Sublinhando a capacidade de utilização e o potencial de interacção dos indivíduos com os meios, Livingstone propõe a substituição do termo ‘audiência’ pelo conceito de ‘utilizador’ e convida a uma visão dos media como «objectos», na medida em que «a relação das pessoas com os media está a ser construída não só em termos de visionamento, leitura e audição, mas também em termos de uso, consumo e posse» (2002: 8-9).

Enquadrada numa corrente teórica mais vasta, esta perspectiva aponta para uma mudança de paradigma que, não negando a presença de alguns constrangimentos sistémicos e de poderosas estruturas económicas e políticas, nem o poder dos media apresentados pelas teorias críticas, recusa uma concepção passiva e alienada dos jovens.

Acredita-se que os indivíduos ‘domesticam’¹⁹ os meios que têm ao seu dispor e «participam moldando e filtrando as mensagens, activando as redes comunicacionais do quotidiano, escolhendo entre os vários media disponíveis para consumo» (Melucci, 1996: 225). Em vez de inertes, os jovens parecem, pelo contrário, capazes de articular e seleccionar os meios e os conteúdos disponíveis, integrando-os nas suas vidas e evidenciando até alguma criatividade na apropriação e transformação dos discursos (Osgerby, 2004: 148). Tendências globalizadoras de massificação da cultura, confrontar-se-ão, desta forma, com possibilidades de «multiplicação de comunidades interpretativas e nichos de significado» (Correia, 2004: 66). Assim:

Se é verdade que a influência dos media na construção social da realidade é um dado incontornável, não é menos verdade que cada vez mais é obsoleto e irrealista opor os media aos agentes sociais, como se os primeiros ocupassem uma posição a-histórica, desligada das interacções concretas entre os homens. Pelo contrário, hoje abre-se a possibilidade de os agentes sociais irem recorrendo aos próprios media, através de uma intervenção cada vez mais directa na descodificação, na recepção activa e até na produção de mensagens. (Correia, 2004: 225)

O conceito de ‘utilizador’ deverá, neste contexto, ser abordado de uma forma alargada, de modo a incluir as crescentes possibilidades de produção e edição introduzidas pelos novos meios. Na verdade, no actual sistema de media, qualquer pessoa pode encontrar o seu espaço e, caso não encontre, pode «criar e publicar a sua própria informação, suscitando assim a criação de uma nova rede» (Castells, 2004: 76).

Ainda que possa parecer excessivamente instrumental a perspectiva de Livingstone (2002: 9) quando afirma que os media enquanto objecto («*media-as-objects*»), enquanto ambiente, parecem mais interessantes do que os media como conteúdo («*media-as-contents*»), reconhecemos a sua intenção que sublinha a necessidade de pensar sobre a forma como os media surgem naturalmente imbricados no quotidiano dos jovens e sobre os usos que deles vão fazendo. Assim, nesta tentativa de compreender novas formas de interacção entre os sujeitos e o sistema de comunicação circundante, a autora refere que opor velhos e novos media seria extremamente redutor, na medida em que esqueceria a complexidade das suas relações (*Idem*: 10):

¹⁹ A metáfora da domesticação é originalmente utilizada por Silverstone e Hirsch (1992) para reflectir a tendência que os indivíduos apresentam para a incorporação das tecnologias no seu quotidiano.

Ouvimos falar do carácter oposicional da cultura juvenil do fã de música, do mundo imaginativo do leitor, do mundo agressivo do usuário de videogames, do alheado mundo do espectador de televisão, e assim por diante, ignorando a forma como as crianças e jovens constroem diversos estilos de vida a partir de um misto de diferentes media, raramente ou nunca fazendo uso de um só meio. (Livingstone, 2002: 15)

Ainda que, como veremos, os jovens pareçam mais orientados para o áudio e o vídeo do que para a imprensa (Barnhurst e Wartella, 1991: 197), complementaridade e convergência parecem marcar a forma como se articulam os meios na cultura contemporânea, evitando análises atomizadas e reduzidas a um problema de competição entre tecnologias. Esta perspectiva de uma maior interdependência, hibridismo e fluidez entre os produtos de media (Osgerby, 2004: 193) afasta o pânico de que uns meios chegam para substituir os outros. Karin Raeymakers (2002: 369) sublinha que a televisão não inviabiliza necessariamente a leitura de jornais e Piette *et al* referem, por exemplo, que a internet é mais complementar do que adversária dos outros meios, pelo que «o prazer de navegar não substitui o prazer da televisão, do cinema ou da leitura» (2002: 16). Os próprios meios começam a introduzir nos seus discursos e práticas esta lógica de complementaridade e de circularidade, sendo frequente um programa de televisão ou um artigo de imprensa remeter para um endereço de internet onde se pode encontrar informação alternativa ou mais desenvolvida sobre determinado tema ou uma edição *online* chamar a atenção para um programa de televisão ou uma determinada edição impressa.

Assim, para Poster, a expressão «segunda era dos media» colocará uma «ênfase retórica em algumas inovações», não inscrevendo «linhas divisórias nos trilhos da vida quotidiana»; não se trata de uma «passagem de um estado a outro» mas de uma complexificação, de uma «sobreposição de uma estrutura sobre outra» (1995: 32).

A identificação desta nova cultura multimédia, ampliada e complexa, coloca novas incitações às investigações desenvolvidas na área. Em primeiro lugar, porque a observação de uma crescente articulação entre tecnologias e usos inibe, por si, abordagens centradas num só meio. Em segundo lugar, porque num contexto em que as utilizações se pluralizam, condicionadas por identidades e orientações particulares dos indivíduos, essas utilizações ficam mais dependentes da actuação de diversificadas forças sociais, culturais e económicas e, nesse sentido, aumentará a necessidade de considerar os contextos sociais e culturais que as enquadram (Livingstone, 2002: 17). Por último, porque no que respeita à reflexão sobre eventuais relações entre usos dos

media e comportamento político e cívico, será insuficiente a contabilização do tempo disponibilizado com cada um dos meios. Como refere Jack McLeod, numa perspectiva que sublinha a necessidade considerar também a atenção e exposição a conteúdos particulares, «o conteúdo, mais do que o meio em si, é a chave para as influências dos media no comportamento político» (2000: 48).

Esta afirmação não significará que não se possa observar a forma como os jovens se relacionam com as diferentes tecnologias e suportes (televisão, rádio, imprensa, internet) e sobre os eventuais impactos dessas relações na participação dos sujeitos, mas salienta a necessidade de não excluir da reflexão as escolhas relativas a conteúdos, uma vez que são muitas vezes essas opções que orientam os jovens na utilização dos diversos meios. Ou seja, no contexto de um sistema de media «omnipresente, interligado e altamente diversificado» (Castells, 2003: xxi/xxii) será pertinente perceber se usam mais um ou outro meio e como esses usos se reflectem em termos de envolvimento e participação, mas será também importante compreender o que procuram em cada um deles e porquê, que formatos e géneros valorizam e que impactos esses conteúdos podem ter ao nível das suas relações com a comunidade.

3.2 A questão da informação

No que respeita à observação da exposição a conteúdos particulares, estudos de audiência e dados da investigação académica apontam para uma diluição gradual do consumo de informação, que se verifica sobretudo ao nível da leitura diária da imprensa generalista (Raeymakers, 2004: 221) mas também ao nível do recurso a órgãos noticiosos nos novos meios. Tornando produtiva a metáfora da ‘desconexão’, autores como Buckingham (1997), Cornog (2000), Mindich (2005) referem ainda que a televisão e a internet, que poderiam constituir alternativas de acesso à informação, não estão também a ser utilizadas com esse objectivo. Pelo contrário. Como já referimos na introdução, os jovens parecem estar a utilizar os novos meios «para tudo menos para consultar informação» (Mindich, 2005: 3-4):

A ignorância face aos eventos de actualidade e a indiferença face aos meios noticiosos tradicionais são epidémicas. E não são apenas os meios tradicionais que os jovens evitam, mesmo a internet, vista por alguns como a solução para o problema de uma nova geração descomprometida, não está a ser usada como fonte de notícias pela maioria dos americanos mais jovens. (Cornog, 2005: 2)

Considerando que os media têm um significado para os indivíduos que determina a sua utilização, Barnhurst e Wartella (1991: 196) elaboraram uma pesquisa para determinar a relação entre histórias de vida, usos e representações de media, num estudo que, ainda que incidindo em biografias de experiências com jornais, parece anunciar a relação que as gerações mais jovens tendem a apresentar com formatos de informação.

O jornal é considerado aborrecido, com pouca ligação com as suas vidas e lido, muitas vezes, por imposição. É representado como símbolo de maturidade, «um sistema de conhecimento fechado, apenas acessível a adultos com informação suficiente para o compreender» (*Idem*: 202). Este distanciamento parece ter início na infância, período em que, na maioria das biografias, o jornal surge como «um não evento – como respirar, sempre lá mas raramente reconhecido» (*Idem*: 200), referenciado muitas vezes como uma presença irrelevante e meramente utilitária (recrutado para limpezas ou trabalhos manuais).

Ainda que identifiquem algumas contradições, no sentido em que «muitos estudantes negaram a influência dos jornais imediatamente antes ou depois de descreverem exemplos memoráveis dessa influência» (como, por exemplo, o facto dos hábitos de leitura serem reveladores da hierarquia familiar), as autoras concluem que, nos discursos destes jovens, o jornal surge como uma lista telefónica, um objecto «útil mas não influente» (*Idem*: 206).

As autoras referem ainda que o facto de os jovens terem contacto com os jornais não significa necessariamente que leiam notícias, manifestando preferência por *cartoons*, horóscopos, colunas de aconselhamento, notícias sobre media ou moda (Barnhurst e Wartella, 1991: 196). Quando lêem, escolhem as temáticas em função do gosto e interesse pessoal e poucos se inclinam para as *hard-news* (informação política e económica), podendo ser identificada uma maior predisposição para formatos de natureza *light*.

Esta constatação tem suscitado o debate em torno das causas da crescente desconexão relativamente ao jornalismo convencional, numa argumentação que tem procurado reflectir sobre as atitudes dos jovens, mas também sobre a forma como as lógicas de cobertura mediática poderão estar a afastar os indivíduos da informação sobre a esfera pública.

A actuação dos jornalistas e os moldes em que é conduzida a cobertura, nomeadamente quando em causa estão questões políticas ou económicas de maior complexidade, parecem resultar em discursos com pouco interesse para as gerações

mais jovens, sendo, muitas vezes, difíceis de compreender por públicos que «não têm informação de contexto suficiente ou ainda não conseguiram desenvolver quadros de referência apropriados para compreender as notícias» (Raeymakers, 2004: 223).

Considerando os temas presentes, mas também os ausentes (o ‘não dito’), têm sido identificadas dificuldades em cobrir e representar temáticas com eles relacionadas e capazes de os envolver. Poderia facilmente verificar-se, numa análise de conteúdo, que o leitor modelo²⁰ de um qualquer jornal diário tende a não corresponder ao perfil de um leitor jovem, resultando como difícil os mais novos conseguirem rever-se nos conteúdos e formatos habitualmente apresentados pelos ditos ‘media convencionais’.

As dificuldades dos jovens no acesso ao discurso jornalístico tenderão também a reduzi-los a uma condição diminuída de espectadores passivos. Muito trabalhados do ponto de vista da exploração comercial, mas pouco considerados na cobertura das agendas – não só enquanto público, mas também enquanto fonte - os jovens afastam-se de uma informação que lhes diz pouco, na qual sentem dificuldade em participar, dando origem a um ciclo vicioso difícil de ultrapassar. Como questiona Mindich: por que razão devem os media dar-lhes cobertura se eles não prestam atenção, mas porque deveriam eles prestar atenção se não lhes é dada cobertura? (2005: 4). A emergência de práticas de jornalismo participativo não parecem também estar a resolver este fraco poder de discurso, uma vez que as eventuais participações são mais frequentemente remetidas para espaços paralelos de comentário do que integradas no processo propriamente dito de produção de notícias.

Segundo este ponto de vista, os jovens ter-se-ão desconectado da informação noticiosa porque a informação também se terá desconectado deles e a falta de hábitos de leitura de imprensa estará relacionada com reduzido sentimento de envolvimento nalguns temas, mas também nos enquadramentos com que são abordados. A par desta censura a uma agenda e a rotinas de produção pouco envolventes, proliferam críticas à «linguagem estereotipada», ao «estilo rígido e piramidal» (Correia, 2001: 5-6), a um conjunto de convenções assentes na objectividade e a *layouts* igualmente pouco atractivos que contribuem para que as notícias sejam rejeitadas como aborrecidas e arredias às necessidades e objectivos dos indivíduos.

²⁰ Conceito introduzido por Umberto Eco (1995: 15) relativo a «uma espécie de tipo ideal que o texto não apenas prevê como colaborador, mas também tenta criar». O conceito de leitor modelo surge aqui em oposição a um leitor empírico, concreto e actualizado.

Buckingham refere que as notícias são «fortemente identificadas com a cultura oficial da escola, geralmente definidas como algo a que os jovens devem assistir se querem informar-se sobre o mundo» (2000: 60). Ou seja, comportam uma conotação de dever pedagógico que tende a afastar o prazer na actividade. Neste sentido, o autor afirma que os jovens até consomem notícias, o que não significa necessariamente que gostem (*Idem*: 64). Quando consomem, fazem-no, muitas vezes, por obrigação ou imposição exterior dos pais e da escola e, os menos frequentes discursos de valorização das notícias, são interpretados pelo autor como uma reclamação de maturidade.

Numa argumentação mais prosaica, a falta de tempo é um factor frequentemente referido pelos indivíduos para justificar os baixos índices de recurso aos media informativos e à própria participação, apesar de haver dados que apontam para o facto de serem frequentemente as pessoas mais ocupadas as que mais seguem a agenda e mais se envolvem nas suas comunidades (Putnam, 1995: 669).

Alvo de atenção por parte da indústria por colocar em causa a sobrevivência financeira dos media informativos generalistas que, reduzindo os leitores, enfrentam acrescidas dificuldades na angariação de investimentos publicitários, este desinteresse aparentemente generalizado pela informação de actualidade tem também vindo a ser apontado como uma ameaça à democracia e à cidadania. Identifica-se um défice de informação relativamente a gerações anteriores e argumenta-se que dificilmente podem os jovens envolver-se na vida pública se há indícios de que desconhecem profundamente o funcionamento do sistema político e os contornos dos debates em agenda.

Este raciocínio, que por vezes pressupõe que o potencial de participação política depende directa e proporcionalmente do consumo de notícias e da aferição de níveis de conhecimento e que essa aferição constitui um critério objectivo e pouco susceptível de ser questionado, tem no entanto, vindo a ser - a vários níveis - problematizado (McLeod, 2000: 46).

Neste sentido, surgem inclusivamente vozes mais críticas que questionam a própria eficácia das notícias na construção da relação entre os públicos e a esfera pública, alegando que a forma como se tem vindo a apresentar a informação não tem sido favorecedora de uma maior interacção por parte dos indivíduos. Os media criariam, assim, uma «ilusão participativa» que acabaria precisamente por afastar os cidadãos da verdadeira participação política (Correia, 2004: 208).

A este respeito, Peter Dahlgren refere um estudo de Lewis, Inthorn e Wahl-Jorgensen (2005) sobre o retrato que emerge dos cidadãos nos noticiários: cidadãos que reagem, seguem, mas não iniciam, nem participam, frequentemente representados como receptores, em posição de resposta a determinados temas e situações, mas raramente apresentados a discutir pontos de vista fortes, raramente posicionados como «fonte de sugestões políticas ou outras reflexões construtivas» (Dahlgren, 2009: 130-131).

Para além disso, e como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, as rotinas de produção e os discursos veiculados configuram uma determinada ideia de política, muitas vezes pejorativa, que poderá acentuar uma espiral de cinismo, nefasta ao envolvimento dos cidadãos no espaço público.

Questiona-se, no fundo, a eficácia da informação actualmente veiculada pelos media na comunicação política, a eficácia da informação mediatizada na construção da relação entre público e esfera pública, começando a surgir «uma crença generalizada de que os media noticiosos já não estão a cumprir o seu papel histórico de produção de cidadãos informados» (Buckingham, 2000: 21), e inclusivamente uma ideia de transformação perversa dessa sua missão.

Poderia argumentar-se que sintonizar-se nas notícias induz um sentimento generalizado de pertença e estabilidade, e por isso reforça o *status quo* (...). Nesta medida, as notícias podem ser vistas como uma espécie de paliativo social – não uma garantia de cidadania activa, mas um seu substituto. (Buckingham, 1997: 353)

Estes argumentos têm vindo a ser utilizados sobretudo quando em causa está a televisão, descrita por Bourdieu como uma «sopa homogénea» (1997: 21) e habitualmente apontada por exigir um menor esforço cognitivo, por representar, de forma menos evidente, o ideal de esclarecimento simbolizado pela imprensa: assistir às notícias pode dar a ideia de se ter sido informado, «mas é apenas uma falsa sensação de conhecimento pois é apenas baseada num vago entendimento de uma miscelânea de estímulos visuais ou auditivos que deixam poucos traços na memória de longo termo» (Robinson and Levy, 1986 como citado em Buckingham, 2000: 14).

A par destas críticas à eficácia dos discursos circulantes e respectivas lógicas de produção, discutem-se modelos que postulam que os cidadãos necessitam de aprender um conjunto unificado de factos, crenças e comportamentos, advertindo para alguns equívocos que por vezes rodeiam os conceitos de informação e conhecimento e o seu papel nos processos de socialização política e salientando que poderá ser precipitada a identificação da capacidade de memorizar factos ou de responder a testes sobre eventos

recentes com habilidade cívica ou capacidade de compreensão política (Buckingham, 1997: 345 e 2000: 12; Barnhurst e Wartella, 1991: 196). Como também explica Isabel Menezes, a dimensão informativa não constituirá, por si, um indicador do desenvolvimento da participação cívica.

(...) os jovens podem saber muito sobre a história nacional, decorar muitas datas e factos e tal não reverter, necessariamente, a favor de uma maior participação cívica e política. A dimensão do conhecimento é sem dúvida importante, mas deve ser reconhecida como passível de ser discutida, de potenciar a reflexão crítica e a controvérsia. (Menezes, 2002: 229)

Os jovens podem não ter a informação considerada ideal, mas apresentar grande sensibilidade quer para formas alternativas de acção, como vimos anteriormente, quer para determinadas temáticas da agenda, conseguindo ser «tão atentos e entusiasmados e auto-reflexivos como sempre foram, preparados para interagir com as notícias se lhes providenciarmos as condições certas para que o façam» (Mindich, 2005: x).

Coloca-se em questão a pressuposta relação entre consumo de informação e conhecimento, sublinhando-se que não são necessariamente conceitos coincidentes. Sabendo que «para uma acção reflexiva não basta a informação, é necessário saber compreendê-la e interpretá-la» (Patrocínio, 2004: 115-116), talvez seja pertinente diferenciar informação (enquanto algo exterior ao sujeito) de conhecimento (enquanto construção reflexiva de ordem pessoal) (Jacques Legroux, 1981 como referido em Patrocínio, 2004: 116), ou literacia enquanto capacidade de compreensão e interpretação; de forma a não reduzir nem o conhecimento a uma memorização de nomes, factos e datas, nem o raciocínio político a uma conquista meramente intelectual (Buckingham, 2000: 207). O conhecimento seria desta forma definido de forma mais alargada, como «formação acumulada ao longo do tempo» (Barnhurst e Wartella, 1991: 196).

Este ponto de vista entende que o conhecimento se constrói também com base em aprendizagens de rotina resultantes da realidade social em que cada pessoa se insere e, por essa razão, apresenta «muitos constrangimentos de natureza cognitiva, mas também de natureza afectiva, axiológica e relacional» (Patrocínio, 2004: 117).

Pensamos que estes questionamentos em torno dos impactos e papel do contacto com a informação em geral, e com a informação noticiosa em particular, não significam uma desconsideração do papel da informação. Em primeiro lugar, porque «estar informado é condição necessária para uma abertura de horizontes» (Patrocínio, 2004:

179) e nesse sentido, parece, de facto, haver indícios de que jovens com hábitos mais regulares de consumo de produtos informativos apresentam maiores níveis de envolvimento e participação (Esser e Vreese, 2007: 1195). Em segundo lugar, porque, como referimos, os media informativos, pela função incontornável que ocupam ao nível da visibilidade, enquadramento e discussão dos temas públicos em geral e das questões políticas em particular, funcionam como um factor de «conexão pública» (Couldry, 2006: 6), uma das bases de orientação para o mundo público, ligação à comunidade e actualidade; constituindo a atenção que lhes é prestada uma pré-condição do envolvimento (Dahlgren, 2009: 48). Trata-se, apenas, de sublinhar a necessidade de reflectir sobre os eventuais impactos de alguns discursos e lógicas de produção que poderão estar a pôr em causa o ideal de esclarecimento associado à própria constituição do espaço dos media e, sobretudo, de não limitar a compreensão dos processos a um «modelo *top-down*», verticalizado, difícil de enquadrar na sociedade contemporânea e que reduza a aprendizagem da cidadania à informação factual absorvida dos meios de comunicação; correndo o risco de ignorar outros factores relevantes como, por exemplo, o papel das redes de comunicação interpessoal, fundamentais nos processos de desenvolvimento da cidadania e na própria forma como será processada a informação recebida dos media (McLeod, 2000: 46).

3.3 A esfera do entretenimento

Não confinar a discussão dos processos de envolvimento e participação dos jovens à relação com a informação noticiosa permite abordar também outros formatos e linguagens, outras práticas e usos dos meios de comunicação. Assim, podemos questionar-nos não só se e como utilizam os media para aceder à informação, e que impacto esse consumo tem em termos de participação activa na comunidade, mas também que outros usos deles fazem e em que medida esse usos se relacionam com o seu envolvimento no espaço público e em questões de carácter político.

A identificação de um decréscimo do interesse pelos media noticiosos tem ocorrido a par com a verificação de uma inclinação crescente para outro tipo de conteúdos, parecendo existir uma maior apetência por formatos e linguagens mais próximas da esfera do lazer. Na medida em que são registos mais próximos das suas realidades, do seu quotidiano, das suas aspirações, «dos seus medos e dos seus sonhos»

(Mindich, 2005: 47) os jovens dão sinais de valorizar temas próximos do mundo da vida, produtos de entretenimento e ficção, géneros de discurso mais híbridos e informais, linguagens mais emotivas.

Esta maior ligação dos jovens a formatos disponibilizados pelas indústrias culturais tem acentuado também os discursos sobre o declínio democrático das sociedades contemporâneas, em argumentos que classificam a cultura do consumo e da distração como uma ameaça à verdadeira vida em sociedade.

É neste contexto que Putnam, aponta a televisão como factor fundamental na compreensão da falta de envolvimento cívico, argumentando que «cada hora passada a ver televisão surge associada a menor confiança social e menor associação em grupos» (1995: 678).

No entanto, se na História dos Estudos de Comunicação, o entretenimento e a cultura popular surgem frequentemente associados a lógicas de superficialidade, decadência social e política e dominação ideológica, muita da actual discussão sobre o tema, não negando a presença de constrangimentos, tende a repensar o seu impacto. Na medida em que se reconhece que o conhecimento envolve uma dimensão cognitiva, mas também uma dimensão axiológica, emotiva e relacional, discutem-se benefícios ao nível da abertura, do acesso e do envolvimento dos públicos, bem como ao nível do processamento da experiência colectiva, edificação de valores e de um determinado envolvimento na comunidade:

Seríamos tolos de ver o envolvimento nestes fenómenos (desportos mediáticos ou *reality television*) como algo completamente irrelevante ou inteiramente diferente do envolvimento na democracia. Todos eles estão relacionados com a mobilização de determinados elementos de identidade, uma manifestação de um algum tipo de comunidade – bem como demonstrações de conhecimento, valores, confiança, práticas e competências. (Dahlgren, 2009: 125)

Sem negar os riscos de globalização, padronização e pacificação introduzidos pela indústria do entretenimento, tende a recusar-se uma visão alienada dos públicos e a reconhecer-se neles capacidades para, por exemplo, adaptarem tendências e construir culturas próprias a partir dos recursos comerciais (Osgerby, 2004: 13).

Sendo ténues as fronteiras que, em teoria e na prática, separam as ameaças das potencialidades, a investigação, nomeadamente na área dos estudos culturais, orienta-se para a apreciação de discursos concretos, procurando observar como os processos de produção e as questões da textualidade se articulam com os processos recepção:

A menos que seja prestada a atenção adequada a todas as dimensões deste circuito – produção, formação de identidade, representação, consumo e regulação – é impossível apreender a totalidade dos sentidos culturais e a significância da música *pop*, moda, cinema, vídeo e toda a panóplia de meios para jovens. (Osgerby, 2004: 223)

Independentemente das respostas às questões sobre o impacto que consumos mais ligados ao entretenimento possam ter e que, deste ponto de vista, dependerão não só das mensagens, mas também das próprias condições de recepção, de múltiplas e diversas relações entre os signos e os seus receptores (Schroder *et al*, 2003: 11), as tendências de valorização de linguagens e práticas anteriormente excluídas da esfera da comunicação política, serão significativas, na medida em que contribuem para um debate em torno da abertura próprio conceito de espaço público. Assim, na mesma medida em que, no capítulo anterior, se referiram argumentos em torno de uma reconceptualização de política e cidadania, abre-se agora a possibilidade de pensar o conceito de espaço público como espaço mais amplo do que o da mera racionalidade.

(...) o debate cívico deve sempre ser encorajado, mas devemos evitar o impulso de o envolver numa roupagem ideal, formal e deliberativa, quando não é obrigatório. Uma sociedade baseada na conversa informal conduz mais provavelmente à participação do que uma sociedade ‘engravatada’. (Dahlgren, 2009: 98)

Defendendo a necessidade de um espaço público menos homogêneo, idealizado e unitário, Buckingham (2000: 21-24) afirma que uma visão da esfera pública, assente em dicotomias como público e privado, pessoal e político é cada vez mais discutível e contrapõe, a uma perspectiva idealizada de tradição habermasiana, uma nova visão plural e contemporânea que consiga ultrapassar estas distinções altamente redutoras e difíceis de identificar na realidade:

O meu estudo sugere que as distinções habermasianas entre informação e entretenimento, entre razão e emoção, entre público e privado, não podem ser sustentadas de forma significativa à luz das formas complexas através das quais as audiências constroem sentido e respondem ao que vêem. (Buckingham, 2000: 29)

Livingstone refere também que a consequência do novo ambiente multimédia é um geral esbatimento de fronteiras, não só entre público e privado, mas também entre global e local, trabalho e lazer, cidadania e consumo; entre a participação em actividades públicas e a participação no círculo familiar mais próximo (2002: 2-3).

Na verdade, a emergência de circuitos de media e de uma «cultura mundo» de onde nada escapa e que surge infiltrada em todos os sectores de actividade (Lipovetsky

e Serroy, 2010: 12) cria espaços híbridos também no que respeita a formatos e conteúdos, sendo - ao nível da comunicação em geral e da comunicação política em particular - cada vez mais indistinto o limite entre informação e entretenimento. Discursos habitualmente ligados ao lazer, como a música ou filmes, podem tornar-se políticos e a própria política toma frequentemente a forma de cultura popular, por exemplo, quando os políticos e partidos aplicam estratégias publicitárias e de gestão de imagem à semelhança da indústria do consumo ou das celebridades ou quando se deixam entrevistar em *talk shows* ou programas de humor de grandes audiências (Dahlgren, 2009: 137). Michael Schudson refere, inclusivamente, que esta situação não é nova:

No século XIX, quando as eleições americanas se tornaram democráticas, já tinham muito a ver com entretenimento. Havia desfiles, churrascos, procissões, fanfarras - já era cultura popular. Desde então a política é entretenimento, é parte da cultura popular, e hoje um candidato seria louco se não fosse a programas como o de Conan O'Brien, de John Stewart e ora aí adiante. (Schudson em Batista, 2008)

Coloca-se, assim, como já referimos, a possibilidade do conhecimento político veiculado pelos media poder ser desenvolvido também por vias 'menos racionais', mais simbólicas e emocionais. Este alargamento da discussão a dinâmicas mais vastas do que a mera eficiência na transmissão/retenção de informação permite também incluir novas práticas introduzidas pela internet.

3.4 A internet como espaço político

O desenvolvimento de novos tipos de participação e intervenção social, cívica e política - acções que, como referimos no capítulo anterior, se distinguem da intervenção política tradicional por terem como principal eixo orientador formas mais pessoais e fluidas de associação - surge em estreita ligação com o desenvolvimento da internet.

A redução de custos, a natureza interactiva, a possibilidade de convergência de serviços de informação, publicação e comunicação, próprias da rede, têm sido apontadas como características potenciadoras de novas formas de acção e introdutoras de um enorme espaço para alternativas de participação democrática, mobilização política e reivindicação: movimentos e protestos *online* tendo por base a utilização do e-mail ou das redes sociais, campanhas virais, mobilizações por SMS surgem para pressionar organismos políticos ou económicos.

O correio electrónico mundial e as novas redes sociais têm o potencial de colocar em contacto efectivo «grupos humanos que o eram somente em potência antes do advento do ciberespaço» (Lévy, 2000 como citado em Patrocínio, 2004: 186) e, nesse sentido, «as novas TIC proporcionam condições de comunicação entre as pessoas, como nunca houve, possibilitando redes muito fortes de cidadania em diversas frentes» (Patrocínio, 2004: 158). Descobriu-se que a mesma comunicação electrónica que facilita o desenvolvimento da economia global pode também ser usada para construir redes de activismo. Surgem novas formas de expressão e conexão entre indivíduos e grupos, novos espaços públicos menos dirigidos e controláveis pelas instituições de governo (L. Bennett, 2002: 7-8).

Geram-se sensibilidades, comunidades e movimentos com o potencial de influenciar poderes, de comunicar directamente com centros de decisão e responsáveis políticos, de exercer pressão junto das «caixas de correio electrónico de determinadas entidades que podem ter um papel chave na resolução dos problemas visados em cada situação» (Patrocínio, 2004: 179).

A internet oferece ainda - em virtude da sua estrutura pessoal e global - a potencialidade de transcender fronteiras geográficas e temporais, de introduzir formas políticas pós-nacionais, uma cidadania global assente na possibilidade de contacto com outros locais e pessoas no mundo, onde a idade, por exemplo, se pode tornar um dado irrelevante.

Nestas arenas de acção exclusivas do ciberespaço – e dependentes das suas características específicas – os indivíduos vão criando ligações através de afinidades baseadas em narrativas e objectivos muito particulares, causas de curto e médio prazo, em contraste com a adesão moderna baseada na identificação com os líderes ou na ideologia partidária (L. Bennet, 2003: 10). O conceito de «SPIN Model», «*Segmented, Polycentric, Integrated Networks*» introduzido por De Gerlach e Hine (1970) é recuperado por L. Bennett (2003: 8) para caracterizar este activismo baseado em redes flexíveis e pouco hierarquizadas, muitas vezes dinamizadas longe do raio de acção dos meios de comunicação de massas e que resultam numa esfera pública baseada em «micro media» (partilha de informação por correio electrónico, *mailling lists*) e «midle media» (blogs, sites de organizações e campanhas) (*Idem*: 13).

Desenham-se vantagens ao nível das possibilidades de extensão dos espaços de discussão política, ao nível da comunicação entre cidadãos e respectivas elites, ao nível

da disponibilidade de uma variedade de fontes de informação alternativas aos media tradicionais.

Neste contexto, tem vindo a reflectir-se sobre o potencial político da rede, havendo inclusivamente autores que defendem que, mais do que uma intensificação das possibilidades e eficácia da acção, a internet introduz alterações ao próprio jogo político. Para L. Bennett (2003: 3-4) os aspectos essenciais desta mudança prendem-se com a alteração dos padrões de participação individual (na medida em que a comunicação hiperligada permite aos indivíduos múltiplos pontos de entrada na acção política) e com a possibilidade de um activismo próprio da rede (consubstanciado em diversas campanhas e públicos).

Coleman (2001: 118-124) refere que os efeitos transformadores dos novos media nas dinâmicas de cidadania se verificam ao nível da informação (proliferação de fontes, dados alternativos, interpretações e opiniões que abrem os processos de decisão ao escrutínio público), da deliberação (possibilidade de uma deliberação pública não mediada onde os cidadãos podem interagir uns com os outros e com as elites em novos espaços de discurso cívico) e da representação (possibilidades de pressão sobre a classe política e conseqüente alteração da forma como esta desempenha as suas funções).

Um novo conceito de democracia digital assentaria, assim, na possibilidade dos cidadãos poderem formar «constelações políticas e ideológicas, contornando as estruturas já estabelecidas e criando desta forma um campo político flexível e adaptável» (Castells, 2003: 430).

Este reconhecimento de uma «novidade política própria da Internet» (Poster, 2002: 33) e dos novos media como ferramenta de cidadania não tem, no entanto, sido pacífico, em grande medida, porque não há ainda certezas nem quanto à sua concretização, nem quanto ao verdadeiro impacto destes processos.

Tal como acontece noutros contextos, parece verificar-se uma actualização das novas ferramentas de informação, comunicação e interactividade apenas ao nível da cultura comercial, do entretenimento, dos interesses privados dos indivíduos. Apesar de lhe reconhecerem outras potencialidades, os jovens consideram a internet um instrumento de diversão, associam-na a práticas de lazer e comunicação entre pares e, não obstante a sua dimensão, têm tendência «a tecer pequenas teias pessoais», a movimentar-se em «domínios e práticas conhecidas» (Piette *et al*, 2002: 15). Reconhecem as possibilidades de comunicação global mas utilizam a rede para comunicar com familiares e amigos.

(...) a internet está longe de ser um espaço de exploração de recursos alternativos à cultura comercial. Eles frequentam pouco os sites comunitários ou associativos. (...) Trata-se antes de mais, de uma utilização passiva ao invés de um consumo racionalizado. (Piette, 2002: 16)

As novas gerações depressa criaram competências de navegação no ambiente digital, usando-o para se relacionarem e envolverem com o mundo social. Não há, no entanto, garantias de que estejam a utilizar essas ferramentas para um maior envolvimento cívico e político. «A internet contém, neste momento, inúmera informação política, no entanto, muita dela é de exactidão duvidosa e é questionável quanta está a ser usada por adolescentes e jovens adultos» (McLeod, 2000: 50).

Na verdade, perante a expectativa de que a internet pudesse constituir a ferramenta ideal para dinamizar a democracia, e em particular a participação dos jovens, surgem estudos e relatórios a impor «um panorama bastante negativo» (Castells, 2004: 186). Ou seja, identifica-se uma lógica de mediação com potencial para reconfigurar os processos políticos, mas essa «promessa de uma *e-politics*», parece permanecer, em grande medida, «irrealizada» (Axford, 2001: 3-8).

A diversidade de práticas que é possível desenvolver *online* tem dificultado o consenso na avaliação dos impactos do novo meio ao nível das dinâmicas de cidadania. Se a internet se apresenta como uma solução possível para a crise da Democracia e do espaço público, apresenta-se também como uma ameaça, quer pela globalização das culturas de lazer e consumo, quer pelos riscos de pluralização e fragmentação que introduz.

Os novos media reforçam a multiplicação de espaços e de públicos, segmentados em torno das mais diversas afinidades e interesses, e essa segmentação coloca novas interpelações ao espaço público:

Desde o aumento dos estudos demográficos que investem na segmentação das audiências com vista à definição de novos alvos – desporto para os homens, música para os mais e menos novos, programas para os latinos e para os africanos – até aos progressos da edição electrónica que permitem a proliferação de ‘zines’ com critérios editoriais que quase se identificam com o gosto pessoal dos seus produtores, passando pelas miríades de possibilidades abertas à especialização no domínio do jornalismo *online*, *mailing lists*, *newsgroups* e *weblogs*, pela Internet, nunca se terá assistido à possibilidade de invadir o espaço público com tantas e variadas erupções de ‘comunidades virtuais’. O resultado, numa perspectiva crítica, é que esta tendência para a segmentação lança também dúvidas sobre a fiabilidade da esfera pública (...) (Correia, 2004: 212)

A diversificação de formas e conteúdos, a criação de produtos cada vez mais especializados para alvos cada vez mais segmentados conduz a uma crescente

individualização de práticas, realizadas em torno de identidades e interesses pessoais e essa multiplicidade de canais e fluxos de informação pode conduzir a uma ameaça à vida pública, na medida em que acentua dinâmicas de pulverização e fragmentação, «a difusão do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade» (Castells, 2004: 161). Como explica Todd Gitlin:

A difusão da tecnologia interactiva aumenta as possibilidades de uma pluralidade de públicos – o desenvolvimento de grupos distintos, organizados em torno de afinidades e interesses. O que não é claro é se a proliferação e lubrificação de públicos contribui para a criação de um público – um encontro activo e democrático de cidadãos que ultrapassam as suas diferenças sociais e ideológicas para estabelecer uma agenda comum (...) (1998: 173)

Para representar esta tendência, Gitlin utiliza a metáfora das esferículas, mais adequada para descrever as dinâmicas actuais do que o tradicional conceito de esfera pública. O autor fala ainda de um mundo globalmente interconectado, possibilitador de uma sociedade civil internacional mas que, ao trazer esses «*links* quase-públicos para o espaço privado de casa ou do escritório (...) impede as pessoas de inserirem as suas preocupações na vida pública» (*Idem*: 171).

A resolução destes dilemas na avaliação da situação remete, necessariamente, para a questão dos usos. Ou seja, ainda que muitos autores reconheçam no novo meio um acrescido potencial de participação democrática, a efectivação desse potencial e a verificação dos seus efeitos em muito dependerão da forma como a tecnologia for, em concreto, manuseada pelos indivíduos, das práticas que nela forem desenvolvidas e do sentido atribuído a essas práticas.

As TIC não são pré-dadas, completamente formadas, automaticamente determinantes no modo da sua utilização, pelo contrário, os seus sentidos dependem das formas complexas e contingentes como são, ao longo do tempo, inseridas em contextos e práticas de uso específicos. (Livingstone, 2002: 15)

Não haverá assim uma «simples solução tecnológica para os dilemas da democracia» (Dahlgren, 2007: 1) e dificilmente a internet poderá, por si, ser considerada panaceia para os males do espaço público.

A internet contém «multitudes» (Mindich, 2005: 70), oferece inúmeras e heterogéneas possibilidades de utilização: é espaço de circulação informação, de novas formas de acção, mas também de lazer e sociabilidade; de um «campo do activismo» e de um «campo da amizade» (Coleman, 2004: 6) e os seus impactos só poderão ser avaliados em função dos contextos e práticas desenvolvidas, sem cair num

determinismo tecnológico que veja os novos media como salvadores da participação pública.

Reconhece-se que as novas ferramentas oferecem novas aberturas, remetendo-se, no entanto, qualquer conclusão para a observação das actualizações levadas a cabo pelos indivíduos, bem como para as circunstâncias institucionais e sociais dessas utilizações.

Quando um indivíduo acessa à internet, as suas escolhas – de entre as inúmeras possibilidades – serão fruto das suas disposições adquiridas ao longo da sua vida social, seja com relação aos grupos dos quais participará, seja com relação aos temas que irá pesquisar. (Freitas, 2001: 348)

Num modelo que pressupõe uma interacção estreita entre sociabilidade e práticas *online* e sociabilidade e práticas *offline* é frequente a ideia de que quem não se envolve civicamente no seu dia-a-dia fora da rede não o passará a fazer *online* e, nesse sentido, o potencial da internet como uma esfera impulsionadora da mobilização será limitado. Os factores tradicionais que podem afectar a participação política, condicionarão o uso que pode ser feito da internet numa lógica de interacção que, como temos vindo a referir, inclui também os outros meios. O potencial das tecnologias será, então, mais ou menos cumprido, dependendo também do capital social e cultural (Livingstone, 2007: 120) e dos recursos políticos (Amadeo, 2007: 201-202) dos seus utilizadores.

3.5 Micro redes e agendamento

Verificando-se que as novas possibilidades de activismo político facultadas pela internet podem não estar a ser amplamente exploradas pelos seus utilizadores, ou pelo menos não exploradas por todos de igual forma, a multiplicação de comunidades de interesse e a emergência de espaços relacionais de conversação horizontal têm sido – no já referido quadro de desenho de uma esfera pública mais plural e menos racionalizada - assinaladas como significativas nos processos de socialização política e aprendizagem da cidadania.

Reconhece-se que, à semelhança do que acontece *offline*, grande parte dos jovens circula na rede sobretudo em espaços associados à cultura popular, entretenimento, consumo e sociabilidade entre pares, sublinhando-se, ainda assim, a relevância dessas interacções enquanto «comunidades de prática» (Amadeo, 2007: 142), contextos de aprendizagem mais vastos e integrados do que a transmissão pedagógica formal.

A internet surge como espaço de partilha de interesses, troca de pontos de vista sobre os mais variados temas, monitorização do social e até plataforma para início e participação em projectos, podendo, por isso, contribuir para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e de sentimentos de auto-confiança e competência social indispensáveis a uma futura participação (Dahlgren, 2007: 5). Ou seja, não havendo indícios de que os jovens se envolvam devido à internet, a internet parece potenciar a aprendizagem, as competências e a eficácia.

O manuseamento de recursos, por exemplo ao nível das redes sociais, proporciona novas formas de desenvolvimento da subjectividade e pode contribuir para a ampliação das formas de interacção social, indiciadoras de uma nova capacidade de comunicação da sociedade civil: «A internet pode ser um novo meio para a interacção e comunicações horizontais e por isso para novas relações entre cidadãos» (Coleman, 2004: 6).

Estas esferas de acção não chegarão a ser políticas mas são vistas como podendo constituir novos e importantes recursos de construção identitária e aprendizagem da cidadania e, até, como vimos anteriormente, eventuais espaços de emergência do político e novas formas de acção:

(...) ao usarem sites como o *Facebook* ou o *Myspace*, ou mesmo em blogues diários sobre as suas vidas, não estão apenas a socializar mas também a afirmar e a confirmar as suas identidades. A política emerge, por vezes, nestes contextos (...) (Dahlgren, 2009: 180)

Assim, Dahlgren, na tipologia que apresenta de esferas públicas presentes na internet - domínio jornalístico (material editorial e de opinião proveniente de organizações noticiosas tradicionais ou alternativas e blogues orientados para a discussão de temas públicos), domínio político tradicional (organizações e grupos que promovem valores e objectivos políticos), domínio do activismo alternativo (redes cívicas extra-parlamentares menos estabelecidas) e manifestações de *e-government* – inclui um domínio «proto-político», espaço onde a comunicação e acção políticas não são manifestas mas estão em potencial (Dahlgren, 2009: 167-168).

Estes espaços de conversação, para além de poderem constituir «novas locações para o discurso cívico» (Axford, 2001: 7), abrem o espaço público a novas vozes podendo desencadear novos circuitos de informação. Introduce-se a possibilidade de criação de redes de comunicação horizontal independentes dos meios de comunicação

de massas onde podem ser prolongados mas também iniciados debates em torno dos mais variados temas (Castells, 2005: 27).

Assentes nos valores da «comunicação horizontal e livre (...) da liberdade de expressão a nível global» (Castells, 2004: 76) e possibilitados por *software* de publicação e edição de utilização gratuita e cada vez mais intuitiva, constituem-se espaços de comunicação e sociabilidade alternativos que autorizam a emergência de discursos que têm por vezes dificuldades de acesso aos *mainstream media*, espaços onde «vozes antes silenciadas, podem ser escutadas» (Buckingham, 2000: 222). A inexistência de convenções ou filtros editoriais nestas comunidades *online* (L. Bennett, 2003: 28) sublinham a sua capacidade de «veicular diferentes linguagens e formas de expressão (...) relacionais, personalizadas e mais intimistas (...) que os media convencionais raramente aceitam como estatuto de linguagem pública e política» (Esteves, 2003: 202). Os sujeitos têm, assim, perante si, «um meio eficaz de superar os condicionalismo de selectividade (*agenda setting* e *framing*) impostos quer pelos procedimentos políticos formais quer pelos media convencionais» (Gimmler, 2001 como referido em Esteves, 2003: 195).

Estas micro esferas públicas, de cariz mais ou menos explicitamente político, apesar de serem capazes de escapar ao controle e oferecerem alguma independência relativamente aos órgãos tradicionais, são, no entanto, «mais do que meros universos de informação paralela que existem independentemente dos meios de comunicação tradicionais» (L. Bennett, 2003: 28). Muitas vezes, questões inicialmente circunscritas a determinados grupos entram nas agendas públicas e políticas iniciando processos de tomada de decisão. Esta capacidade de comunicar mensagens «dos computadores pessoais para os ecrãs de televisão» (*Idem*: 1) faz-se quer por pressão dos próprios indivíduos, quer por via dos jornalistas que cada vez mais procuram ideias para estórias nos recursos da rede, criando-se, dessa forma, «muitos caminhos para a informação circular dos micro para os *mass media*» (*Idem*: 29).

Este potencial de agendamento pode ser uma resposta ao problema da fragmentação do espaço público, na medida em que remete para o papel dos *mainstream media*, em particular os noticiosos, enquanto espaços de ligação, mediadores entre o nível micro e o nível macro, entre o pessoal e o político, fazendo com que a solidariedade em torno de determinados temas, preocupações e objectivos possa vir a ser integrada na agenda pública e, conseqüentemente, vir a assumir uma configuração ao nível da política formal:

Argumentarei que questões ‘pessoais’ podem tornar-se políticas em virtude dos discursos em que são enquadrados e definidos – e particularmente por via de discursos que descrevem as experiências individuais em termos de categorias colectivas ou sociais mais vastas. (Buckingham, 2000: 34)

Cumprindo o seu papel na construção e configuração do conhecimento político, os meios informativos poderão assumir este papel fundamental de plataforma integradora entre as questões do mundo da vida e a sua expressão pública. Na medida em que as «informações políticas são capturadas essencialmente no espaço dos media» e que fora deles «existe apenas marginalidade política» (Castells, 2003: 380), o nível micro ficaria responsável por levantar problemas, os media informativos por criarem um espaço de visibilidade, crítica e reconhecimento, o macro por institucionalizar respostas. Porque, como afirma Mindich, a vida fora da rede obriga a respostas na gestão das diferenças:

Tal como a internet, Nova Orleães apresenta os mais obscuros desejos e interesses. Mas, ao contrário da Internet, Nova Orleães exige algo em troca: que judeus, saxofonistas, comunistas, mecânicos da *Hyundai*, fãs de *Anoushka Shankar*, historiadores de jornalismo, vivam uns com os outros, comprem nas mesmas lojas, lutem pelos mesmos impostos, lidem com as mesmas taxas automóveis, e ouçam os mesmos músicos de rua (...). Na internet escolhemos a nossa companhia. Em Nova Orleães também escolhemos, mas não conseguimos evitar tudo. (Mindich, 2005: 94)

Os media informativos poderão, desta forma, assumir-se não como os únicos espaços onde a comunicação política se joga, mas como espaços importantes de ligação entre os vários níveis de comunicação e acção; como uma «arena de linguagens onde o significado, as prioridades e os fins da vida em comum podem ser nomeados e confrontados» (Melucci, 2001: 58), espaços pluralistas com capacidade para articular subjectividades, representar diversas dinâmicas e sectores da sociedade, incluindo os jovens.

Considerar que os meios noticiosos podem assumir este papel de «força integradora» (Dahlgren, 2009: 40), obriga a pensar em formas de ultrapassar o distanciamento que as gerações mais novas têm vindo a demonstrar relativamente a formatos informativos generalistas, reflectindo, nomeadamente, sobre formas de tornar essas ligações acessíveis e significantes para os jovens. Considerando o padrão de desconexão, o que pode então ser feito para envolver as novas gerações nos formatos informativos que, não sendo, como vimos, os únicos espaços onde os temas públicos e políticos podem emergir, são ainda assim arenas fundamentais de visibilidade e discussão? «Que formas de reportar e falar sobre temas políticos podem ajudá-los a sentir-se mais construtivamente envolvidos na esfera cívica?» (Blumler, 1997: 401)

Damien *et al* (2006: 49-58) apresentam um diagnóstico dos principais valores dos jovens adultos que, apesar de resultar de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do *Marketing*, na busca de estratégias de comunicação favorecedoras de campanhas de âmbito comercial, podem (em alguns aspectos) ser úteis também para pensar em estratégias de valorização da informação. Os autores referem, assim, que os jovens têm um desejo de divertimento (muitos ainda não trabalham, vivem com os pais, possuindo uma maior disponibilidade para objectivos hedonistas). Os resultados também demonstraram que os jovens valorizam a oportunidade de expressar a sua identidade (gostos, personalidades e estilos de vida), valorizam a individualidade mas também a pertença ao grupo, a liberdade e a independência, não gostam de esperar e, por isso, valorizam o imediatismo e actividades que os mantenham ocupados e sem aborrecimento, privilegiam actividades de comunicação e socialização e gostam do processo de descoberta, bem como da tecnologia *do it your self*, que lhes permite, mais facilmente, desenvolver o seu potencial criativo. Neste sentido, os autores sublinham alguns aspectos a considerar numa comunicação eficaz, afirmando, por exemplo, que os jovens devem ser envolvidos enquanto co-criadores de significados, de forma a originar conteúdos que facilitem a identificação. Propõem o desenvolvimento de estratégias inovadoras de colocação da informação, articulando meios tradicionais e novos meios, de modo a que alguns conteúdos tenham de ser descobertos e explorados pelos próprios indivíduos de forma mais interactiva. Sugerem a exploração do *design* e as possibilidades de partilha de conteúdos entre pares. Em resumo, sublinham que deve ser criado um «momento de contacto significativo» e conteúdos envolventes «a um nível emocional, cognitivo ou físico» (*Idem*: 54).

Ao nível da informação jornalística, esta referência a um maior envolvimento emocional remete para o debate entre autores que defendem uma popularização das notícias, um envolvimento mais directo com preocupações privadas ou pessoais e autores que vêem essa proposta como mais um sintoma do declínio democrático²¹.

Sobre esta matéria, Schudson (em Batista 2008) refere que o drama pode ser útil para manter as pessoas interessadas na política e Bennett e Lawrence identificam, mesmo nas *big stories* de carácter sensacionalista, marcadas por uma dimensão simbólica, afectiva e de entretenimento «que os puristas deliberativos podem não apreciar» um potencial de «quase deliberação» na medida em que são eventos

²¹ Cornog (2005), por exemplo, afirma que as notícias não podem competir com os filmes de Hollywood.

noticiosos que levantam debates em torno de questões pessoais e morais e que envolvem as pessoas afectiva, mas também cognitivamente (2000: 2-5). Numa abordagem que não é, como já vimos, pacífica, sugere-se que a informação poderia assim herdar do potencial de envolvimento e mobilização tipicamente presente em formatos de entretenimento mais ligados à cultura popular.

No trabalho desenvolvido por Buckingham (2000: 66) parece haver, relativamente a esta questão, contradições no discurso dos próprios jovens: a maioria revela que as notícias são aborrecidas, mas condena também a tentativa de as tornar mais *entertaining*. Ou seja, se as notícias são más, as ligeiras são ainda piores. A questão que permanece é então a de saber como podem os produtores de informação responder a estes dilemas. O autor defende que tornar a informação mais envolvente não significa necessariamente aligeirá-la ou torná-la sensacionalista e que se podem procurar formas mais relevantes de jornalismo sem abandonar a preocupação com a educação e a informação:

Apelos à inovação formal, popularidade e relevância nas notícias precisam de ser balanceados com apelos a abordagens mais informativas, menos superficiais de comunicação política. No que respeita aos jovens, as notícias têm particulares responsabilidades educativas que podiam e deviam ser cumpridas muito mais efectivamente do que são no presente. (Buckingham, 2000: 218)

Também Bennett e Lawrence referem que «espectáculo mediático» e «deliberação pública» têm sido apresentados como dois pólos ideais, que são por hábito «implícita ou explicitamente contrastados», não sendo explorada a escala cinza que permanece entre ambos (2000: 2).

Neste sentido, podemos afirmar que a reclamação de uma informação mais envolvente não invalida a reclamação de uma informação mais contextualizada.

Os jornalistas precisam de informar a sua audiência. Se a sua informação for aborrecida, perderão leitores e espectadores. No entanto, se cederem aos gostos das audiências, poderão ter uma audiência mas nada de relevante para comunicar (...) explorar a tensão entre os dois, que é também a tensão entre as necessidades e desejos de uma audiência, é importante, se quisermos saber porque os jovens seguem – ou não seguem – as notícias. (Mindich, 2005: 41)

Porque «pode ser-se apaixonado e permanecer imparcial» Mindich (2005: 125), os produtores de informação terão, assim, um caminho a percorrer no sentido de uma «popularidade deliberativa e não simplista» (Blumler, 1997: 402), de uma maior humanização das notícias. Barnhurst e Wartella explicam que, ao definir o

conhecimento como resultado de uma experiência interna e pessoal, o desafio deve ser o de criar histórias interessantes e próximas da vida, que explorem as experiências das fontes e expandam o discurso de forma a incluir os jovens (1991: 208).

O desenvolvimento das oportunidades de participação passará por evitar monopólios de linguagem, por evitar a dependência das fontes oficiais, por uma maior paridade na argumentação, por incluir os jovens na discussão. A par do desenvolvimento de informação de contexto, numa abertura à complexidade do discurso em substituição da simplificação estereotipada, reclama-se também uma maior inovação formal, ao nível quer do estilo, quer do *layout*.

(...) os jornalistas deviam lançar histórias num estilo narrativo que coloca os factos num contexto significativo – que seja compreensível e memorável. Este estilo iria necessariamente fornecer um enquadramento mais subjectivo e personalizado. No lugar da ‘objectividade’ estéril do modernismo, afirmaria a validade da experiência subjectiva quer do escritor/jornalista quer do leitor/cidadão. (Barnhurst e Wartella, 1991: 208)

Reivindica-se mais espaço para a narrativa, para a estética, para o lado menos racional da linguagem, incentivando a dimensão literária, a forma e o estilo da escrita mediática (Correia, 2001: 9). Os jovens fazem uma leitura tipo *scanning* e, nesse sentido, a estrutura deve facilitar a busca de informação, quer através do equilíbrio entre texto e gráficos na imprensa (Raeymakers, 2004: 230) quer pela exploração das potencialidades multimédia (som e vídeo) dos novos meios.

Para além disso, e reforçando o poder de agendamento das micro esferas públicas, refere-se a necessidade de, num cenário crescentemente multimidializado, incentivar o diálogo das comunidades *on* e *offline* com os meios informativos e de acentuar novos modos de complementaridade entre os media tradicionais e os media interactivos, entre os meios e os públicos: «Restaurar um fluxo de comunicação de dois sentidos oferece possibilidades interessantes para os leitores mas também para editores que podem vislumbrar os interesses genuínos dos seus jovens leitores» (Raeymakers, 2004: 224).

Sintetizando, um sistema de media cada vez mais presente e articulado, assente na flexibilidade de combinação de tecnologias, diversidade da oferta, e conseqüente pluralização dos usos em função de identidades, interesses e objectivos pessoais, coloca novos e acrescidos desafios à investigação. Em primeiro lugar, porque na observação da relação dos media com as questões do envolvimento e da participação se torna insuficiente a observação do impacto de um só meio; em segundo lugar, porque

acrescenta à reflexão a questão das escolhas, da forma como os jovens vão seleccionando não só os meios, mas também os conteúdos e práticas disponíveis.

Neste âmbito, a preocupação com um eventual afastamento relativamente a formatos de informação, tem sido acompanhada - num movimento de reconceptualização da esfera pública - da identificação de novas práticas possibilitadas, por exemplo, pela internet e até da valorização de discursos habitualmente excluídos da esfera da comunicação política. Assim, e ainda que seja consensual a defesa da necessidade de uma base mínima de informação sobre a actualidade e o mundo para uma participação efectiva nos processos democráticos, a informação noticiosa surge como espaço relevante mas não único de circulação da comunicação política e aprendizagem da cidadania.

Em todo o caso, a forma como as tecnologias, produtos e práticas disponíveis vão sendo diversamente avaliados na sua relação com as questões da cidadania e o reconhecimento de que «os media – quer os tradicionais meios de massa, quer as novas TIC – não funcionam como uma força social unificada mas são complexos conjuntos de instituições, diversos na forma como operam e nas oportunidades de representação e comunicação que oferecem» (Dahlgren, 2009: 3), implica uma fuga a qualquer tipo de determinismo e remete para uma observação mais concreta dos usos e dos seus contextos.

Perante esta perspectiva, em que o significado e o impacto dos media varia de acordo com a forma como é actualizado (Alexander, 1998: 27) ressaltam as condições de pré-exposição (contextos sociais e culturais dos utilizadores) e de pós-exposição (oportunidades de integração de usos e discussão interpessoal de conteúdos) enquanto factores que enquadram a forma como os indivíduos se apropriam dos conteúdos, os processam e constroem sentido a partir deles (McLeod, 2000: 48).

Assim, procuraremos confirmar como se movimentam as novas gerações nos meios e conteúdos disponíveis, como se relacionam com os meios tradicionais, mas também com os novos meios; com a informação de actualidade, mas também com outros discursos e práticas, e que reflexos essas utilizações apresentam em termos de envolvimento e participação cívica e política. Num questionamento mais lato sobre a forma como os media se articulam com outros factores de socialização política, procuraremos também a observação de outros agentes que podem favorecer ou desfavorecer a participação e, numa lógica de interdependência, a própria relação com os media.

SEGUNDA PARTE

Construção metodológica e caracterização da amostra

Capítulo 4

Das questões de investigação ao traçado de uma metodologia

Apresentado um primeiro enquadramento teórico em torno das questões que envolvem hoje os usos dos media e a participação dos jovens, e o próprio conceito de juventude, procuraremos, a partir dele, efectuar neste capítulo a sistematização dos objectivos e principais questões de investigação, justificando também as opções metodológicas da pesquisa.

Tendo por base uma perspectiva de ‘recepção’, centrada nos jovens enquanto actores sociais, e assente na conjugação de métodos quantitativos e qualitativos, serão apresentados os procedimentos de construção e estruturação dos instrumentos de pesquisa, bem como as estratégias de análise e tratamento da informação.

Antes de iniciar a análise de resultados relativa à forma como o grupo de estudo se relaciona com os meios de comunicação e com diferentes formas de participação, serão também apresentadas os procedimentos e questões consideradas na construção da amostra, bem como as suas principais características.

4.1 Delineando objectivos e perspectivas de pesquisa

As questões da participação na vida pública jogam-se, como procurámos explorar ao longo da primeira parte, no cruzamento de múltiplos factores, relacionados com novas dinâmicas das sociedades contemporâneas, novos contornos da vida dos jovens, mas também com transformações do próprio campo político e de um sistema comunicativo cada vez mais transversal a todos os domínios. Nas várias vertentes identificam-se, como também procurámos referir, dinâmicas frequentemente ambivalentes marcadas pela identificação de tendências de ‘desconexão’ entre os jovens e a vida pública (individualismo crescente, decréscimo da confiança e participação no sistema, afastamento da informação noticiosa), mas também pela sinalização de um potencial de desenvolvimento de novas esferas de acção e modos de comunicação política e cívica (envolvimento motivado por políticas de identidade, participação em acções de carácter menos formalizado, novos espaços cívicos e relacionais propiciados, por exemplo, pelos novos meios). Estes cenários - que ainda pouco definidos vão

continuando a justificar as pesquisas em torno do tema - colocam a possibilidade de ponderar os discursos em torno da ‘desconexão’ com novos argumentos que sublinham o desenho de uma mudança de paradigma nas relações dos sujeitos com a esfera pública. Neste traçado, mais do que de um desinteresse ou apatia pelas questões da comunidade e da vida pública em geral, poder-se-á falar de um movimento de esvaziamento das estruturas de política institucionalizada, cuja acção se vai desenvolvendo de forma cada vez mais distante das expectativas, interesses e vida dos sujeitos.

Considerando este quadro, e ao procuramos observar as dinâmicas de envolvimento e participação cívica em jovens adultos, parece pertinente tentar verificar como se entrecruzam estas tendências: Como vêem os jovens a política formal? Que ligação estabelecem entre a política e as suas vidas? O que pensam dos políticos? Que níveis de confiança manifestam? Estarão a afastar-se de estruturas de política formal como os partidos? Porquê? Até que ponto um eventual afastamento coincide com o envolvimento em novas práticas? Em que outros projectos de mobilização política e social se envolvem? Por que arenas de acção se interessam? Por que vias constroem a sua participação? Para que tipo de acção estão mais predispostos? O que faz com que estejam ligados a algumas práticas e não a outras? Que temáticas mais os mobilizam? Poderá ser identificada uma maior aproximação e interesse por novas ‘políticas da vida’? Até que ponto esse eventual maior interesse se consubstancia em acção? Como consciencializam o seu papel de cidadãos? Como percebem a democracia? Como se posicionam ideologicamente? Sentem-se com poder para influenciar os acontecimentos? Como encaram os processos de política institucionalizada e como interagem de forma mais geral com as questões públicas? São politicamente conscientes e atentos ao mundo que os rodeia ou poderemos verificar, num contexto de difícil autonomização socioeconómica, uma prevalência de preocupações pessoais?

Independentemente dos resultados da avaliação que a investigação vai procurando efectuar da realidade, a discussão em torno de eventuais novos padrões de relação dos jovens com as questões públicas e com os media – marcados pela fragmentação, pluralização, privatização e informalização – tem propiciado, como referimos, o desenvolvimento de propostas de reconceptualização dos conceitos de política, cidadania e espaço público, de forma a poderem incluir não só os processos de política formalizada, pertença institucionalizada e racionalidade comunicativa, mas toda uma série de outras formas de acção, envolvimento e comunicação.

Entender a cidadania como um fenómeno alargado, complexo e dinâmico onde se interligam processos institucionais (quadro de direitos e deveres através dos quais a cidadania é expressa normativa e institucionalmente), práticas governamentais, sociopolíticas e cívicas, mas também práticas culturais (redes de pertença e envolvimento a partir das quais as identidades são formadas, cenários onde os sujeitos formam as suas identidades) (Benedicto e Mórán, 2007: 609), implica considerar as relações entre os media e as dinâmicas de cidadania de forma igualmente mais ampla, e como veremos, de forma também mais integrada. Como refere McLeod, se num modelo tradicional de cidadania, em que se acreditava que os cidadãos necessitavam de apreender um «conjunto de factos, crenças, e comportamentos que reflectiam um sistema político unificado», o papel dos media era claro: «fornecer factos permitindo aos cidadãos maduros actualizar conhecimento prévio aprendido dos pais e da escola» (2000: 46), hoje, sublinha-se a necessidade de observar outras dinâmicas dos media, com funções que incluem, mas não se limitam à transmissão de informação ou visibilidade e enquadramento do campo político.

Referimos que, quer em termos físicos (tempo e espaço), quer em termos simbólicos, os meios de comunicação ocupam uma dimensão crescente na vida dos jovens (Livingstone, 2002: 3), que, não se reduzindo à esfera da informação e aprendizagem formal, inclui outros espaços e discursos potencialmente capazes de sustentar acção política ou desenvolver conhecimentos, atitudes e práticas de cidadania. Assim, ao reflectirmos sobre as relações entre consumos de media e as questões da participação, procuraremos observar não só a relação que as novas gerações estabelecem com a informação noticiosa (considerada o espaço por excelência da comunicação política e cívica) mas também as ligações que apresentam com outros espaços e lógicas de mediação. Tentaremos aferir o interesse que os jovens manifestam por produtos noticiosos, a forma como percebem a informação política veiculada pelos media, não deixando de tentar compreender que outros usos fazem dos meios. De que suportes, formatos e linguagens se sentem mais próximos? Que representações sobre eles constroem e que impactos diferentes usos sugerem nas questões da participação?

Por ser o palco onde tendem a ocorrer as novas formas de mobilização política, por introduzir novas lógicas quer ao nível da participação pública quer ao nível da gestão das sociabilidades, a internet tem merecido lugar de destaque na discussão: Que tipo de utilização fazem dela os jovens? Estarão a utilizá-la como alternativa de acesso à

informação noticiosa? Estarão a actualizar as suas potencialidades, nomeadamente no que respeita à comunicação com responsáveis políticos, à produção de conteúdos e debate sobre questões públicas? Em termos de consumo, participação e produção como se caracteriza a interacção dos jovens com os novos meios? Estarão a utilizá-los como instrumentos de intervenção pública? Farão uso e terão consciência das suas potencialidades políticas? Será que, mesmo não havendo evidência de envolvimento em novas acções de política *online*, práticas mais regulares de uso da internet e de sociabilidade em rede tendem a influenciar a participação?

Considerando o relevo que os media assumem na vida contemporânea, mas também a forma como a sua utilização surge enraizada no quotidiano dos sujeitos, procuraremos evitar uma perspectiva determinista e ‘media centrada’ na resposta a estes questionamento da situação. Tal como a forma como os sujeitos pensam sobre um determinado tema «não é simplesmente um espelho da comunicação pública mediada, mas o resultado de um conjunto de variáveis» (Dahlgren, 2009: 3), também as questões da cidadania se cruzarão com outros factores, não podendo eventuais impactos dos usos dos media nas questões da participação ser abordados de forma isolada. Aliás, sublinhámos que um sistema de media cada vez mais alargado, complexo e diversificado tenderá não a diminuir, mas a reforçar, a importância dos contextos onde os jovens se encontram inseridos, na medida em que esses contextos poderão favorecer ou desfavorecer a própria ligação entre os jovens e determinados conteúdos de media, influenciando os usos, os significados atribuídos a esses usos e, conseqüentemente, as suas repercussões.

Procuraremos, nesse sentido, incluir as condições de vida na reflexão sobre os processos, observando como a idade, o sexo, a origem social, o enquadramento familiar, o percurso académico, os próprios processos de autonomização se intersectam com as questões dos usos dos media e da participação. Se a complexificação das trajectórias e a extensão de dinâmicas de dependência têm sido apontados como responsáveis por um idêntico adiamento da responsabilização cívica, o objectivo é observar se jovens com maiores níveis de autonomia (com ligação ao mercado de trabalho ou com nova família constituída) demonstram um maior interesse por formatos noticiosos e envolvimento com questões públicas, se o confronto com novas realidades e responsabilidades influencia as questões da participação e a forma como percebem a cidadania.

Num duplo movimento de atenção a tendências conjunturais e a contextos mais individualizados, trata-se portanto de observar em que medida se confirmam novas

orientações, novas formas de estar dos jovens no espaço público, mas também como essas eventuais tendências se articulam com os percursos e condições de vida dos jovens. Entendendo cultura «no sentido mais geral de uma combinação de crenças, práticas e sentidos que actuam conjuntamente, e de forma identificável, no mundo social» (Couldry, 2006: 3), está em causa a identificação de novos padrões de uso dos media e de uma nova cultura de cidadania mas também as diferenças que podem ser sinalizadas na forma como ela é actualizada em condições de vida concreta. Na verdade, como refere Sánchez, os jovens compartilharão um determinado «espírito do tempo», mas o facto de «pertencerem a uma mesma geração não os torna iguais» (2004: 32). Pelo contrário, as suas práticas e representações poderão variar consoante a própria posição ocupada no espaço social. Para além disso, vimos como em sociedades de acentuada flexibilidade, será maior a tendência para a individuação dos percursos. Procuraremos, então, observar em que sentidos respondem os jovens de forma homogénea e em que sentidos não (Sánchez, 2004: 33), identificar diferentes perfis de participação e envolvimento com o espaço público e caracterizar os jovens que mais ou menos se envolvem e as formas como concretizam esse envolvimento.

No sentido da atenção aos contextos, McLeod (2000: 48) sublinha a importância de observar as condições de pré-exposição dos usos, mas também as condições de pós-exposição, os enquadramentos prévios que os indivíduos transportam para a situação de uso, bem como a existência no quotidiano dos sujeitos de espaços e oportunidades de aprofundamento, discussão e processamento dos consumos de media. São muitas vezes esses contextos e círculos relacionais que modalizam os impactos dos meios e determinam a forma como os jovens constroem sentidos a partir deles e, por isso, «a ponderação dos papéis dos media na socialização política ficaria incompleta sem uma alargada consideração de diversas variáveis de comunicação interpessoal» (*Idem, Ibidem*).

Assim, e considerando este papel das redes de integração quotidianas, importa, por exemplo, explorar em que medida os jovens apresentam hábitos de discussão de temas públicos, quem são os interlocutores desses debates e como a presença ou ausência dessa prática se relaciona com as questões da participação e do próprio consumo de informação; em que medida jovens com hábitos mais regulares de discussão da actualidade no círculo familiar, no grupo de pares ou em contextos de trabalho, apresentam maior envolvimento. Em observação estará ainda a articulação de diferentes práticas de sociabilidade e lazer com diferentes perfis de participação, bem

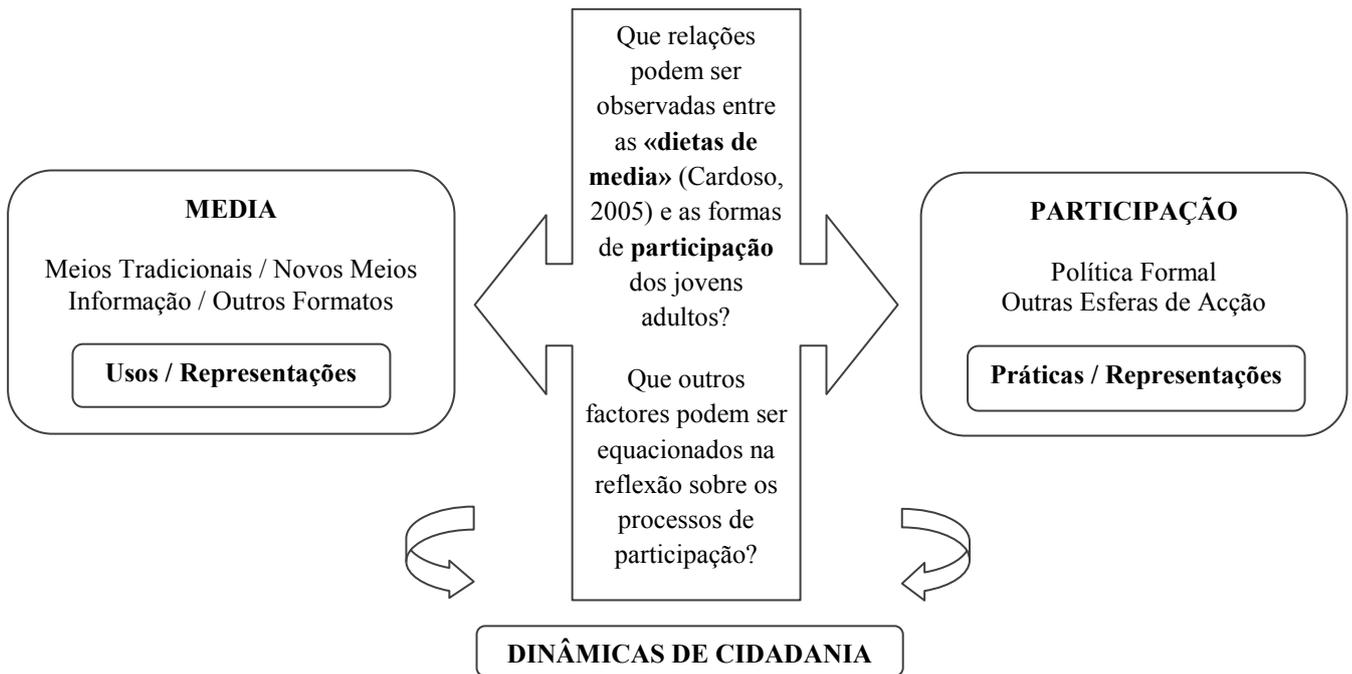
como o impacto do contacto anterior com espaços específicos de formação cívica e com a própria formação religiosa. Como determinadas experiências se articulam com a confiança que os indivíduos manifestam no sistema e como essa confiança nas instituições, nos concidadãos e no futuro influencia a percepção dos jovens sobre a vida política e cívica, o seu maior ou menor conformismo e os seus níveis de participação.

Como referimos inicialmente, as tecnologias de media, os produtos e discursos circulantes têm o potencial de actuar em lógicas muitas vezes contraditórias e, nessa óptica, poderemos afirmar que «o que cada media pode fazer isoladamente é, provavelmente, bastante limitado» (Halloran, 1998: 19). Assim, no que respeita aos impactos nas questões da participação, adoptamos a perspectiva de que os media deverão ser pensados como espaços em rede com outras realidades, numa óptica que entende que a cultura política e cívica vai sendo construída no cruzamento de vários agentes e factores (Dahlgren, 2009: 105).

(...) os media não serão, então, desprovidos de influência, mas esta influência é exercida de formas mais complexas, e em níveis diferentes das propostas simples, directas e deterministas de pensamento popular (...) Idealmente, os media deveriam ser vistos não de forma isolada, mas como um conjunto de instituições sociais interagindo com outras instituições no sistema social mais vasto. (Halloran, 1998: 18-19)

Em resumo, na reflexão sobre as dinâmicas de cidadania, procuraremos (como sistematizado na Figura 1) observar as relações entre as «dietas de media» (Cardoso, 2005: 562) e as formas de participação dos jovens adultos, sem, no entanto, excluir da discussão a articulação com outros factores.

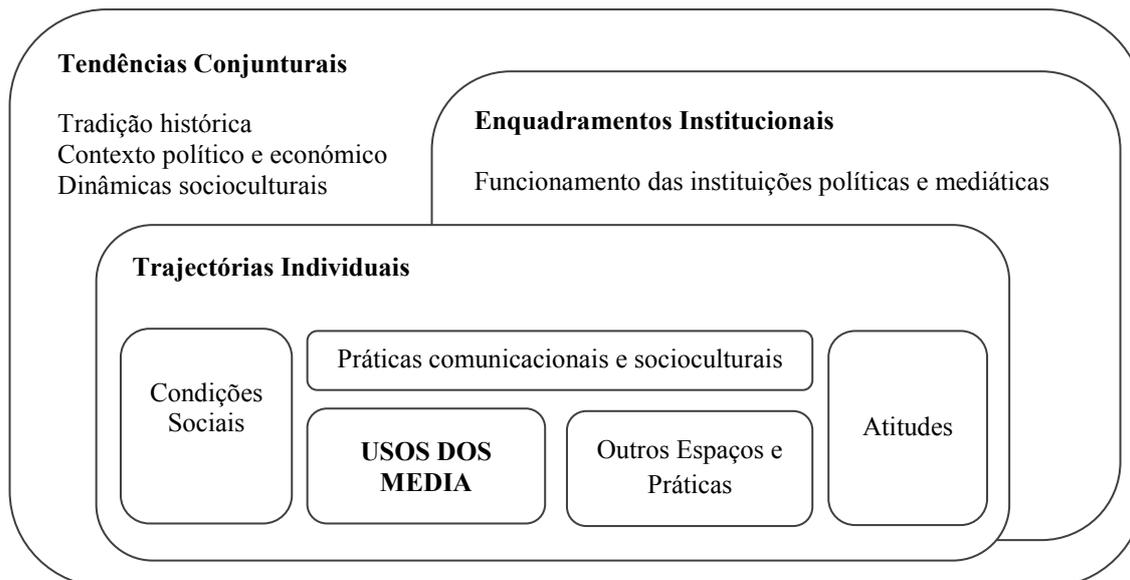
Figura 1 – Questões da Investigação



Num artigo que compara o envolvimento político de jovens votantes europeus e norte americanos, Esser e Vreese (2007: 1198) apresentam um modelo teórico que pretende reflectir sobre os factores que determinam a ida dos jovens às urnas. Embora o foco de pesquisa seja diferente daquele que aqui apresentamos, na medida em que o propósito dos autores é observar apenas as dinâmicas de voto e não a participação de forma alargada, a proposta de três níveis de análise (nível sistémico, nível institucional e nível individual) e a integração dos media num conjunto mais vasto de factores constitui uma orientação útil para sistematizar as questões que fomos levantando.

Assim, conforme modelo de análise em baixo apresentado (Figura 2), procuramos discutir como as questões da participação se estruturam entre tendências conjunturais (tradição histórica, contexto político e económico, dinâmicas socioculturais), enquadramentos institucionais (funcionamento das instituições políticas e mediáticas) e trajectórias individuais; e como, por sua vez, o nível individual se constitui também no cruzamento de várias variáveis: condições sociais (idade, género, origem social, enquadramento familiar...), práticas comunicacionais e socioculturais (desenvolvidas em espaços mediatizados mas também de relacionamento interpessoal) e atitudes (confiança, percepção de influência...).

Figura 2 – Modelo de Análise



Não podemos deixar de sublinhar que esta tentativa de sistematização de diferentes factores resulta de uma necessária operação de delimitação metodológica, de um recorte necessariamente artificial e simplificador de uma realidade que é naturalmente mais rica e nuanceada. Na verdade, entre os contextos políticos, económicos, sociais, culturais e institucionais e a actividade diária dos sujeitos haverá relações mais dinâmicas e bidireccionais (Deacon *et al*, 2007: 9) do que a representação deixa antever, surgindo os diferentes níveis e dimensões sobrepostos e articulados de forma bem mais complexa. Por um lado, os comportamentos e percepções dos indivíduos afectam «tanto o contexto situacional mais próximo, como o contexto mais vasto nos quais se movem e actuam», por outro «são constrangidos e moldados por forças sociais relativamente poderosas» (Schroder *et al*, 2003: 48); contribuem para os processos sociais, ao mesmo tempo que são «socialmente produzidas», «inscritas em práticas e estruturas sociais mais vastas» (Schroder e Larsen, 2010: 5).

Para além disso, com a consciência de que a delimitação de um objecto de estudo a determinadas dimensões de análise resulta de escolhas, de um exercício de construção que corre o risco de desvalorizar ou até mesmo excluir elementos eventualmente pertinentes na observação dos fenómenos (J. Simões, 2009: 194); consideraremos os eixos de análise apresentados como pontos de referência que possibilitam a orientação da pesquisa, procurando, no entanto, que sejam discutidos, reavaliados e completados

no decorrer da investigação, nomeadamente pelo confronto com os dados resultantes das incursões no terreno.

4.2 Um olhar de ‘recepção’ e a opção por um método ‘misto’

Na medida em que procuraremos observar as relações que os jovens estabelecem com o sistema de media que os envolve e os impactos que essas relações podem ter na forma como é vivenciada a participação social, cívica e política, desenvolveremos uma abordagem à recepção, aqui entendida não só enquanto observação da leitura que uma audiência faz de um determinado produto, mas no sentido alargado da observação e tentativa de compreensão dos usos que os indivíduos fazem dos media, dos sentidos que conferem a esses usos (Livingstone, 2002: 2), bem como da forma como essas relações contribuem para processos sociais mais vastos (Schroder *et al*, 2003: 5).

Num contexto em que o paradigma da ‘escassez’ de meios vai dando lugar ao paradigma da ‘abundância’ e em que a lógica parece ser cada vez menos a de quem ‘recebe’ produtos, mas sobretudo a de quem ‘procura’, são várias as referências a esta tendência de alargamento do âmbito da pesquisa de recepção. Pertti Alasuutari (1999: 6), por exemplo, refere a emergência de uma terceira geração de estudos²² caracterizada por uma viragem da psicologia das audiências para uma sociologia das audiências/utilizadores:

A terceira geração envolve um quadro mais alargado de concepção dos media e de uso dos media. Não se abandona necessariamente os estudos de caso etnográficos de audiências ou as análises de determinados programas, mas o principal foco não fica restringido a resultados sobre a recepção ou ‘leitura’ de um programa por uma audiência particular. Em vez disso, o objectivo é obter um entendimento da ‘cultura de media’ contemporânea (...)
(Alasuutari, 1999: 6)

Sublinha-se que, actualmente, a preocupação será menos a de ver como uma audiência faz sentido do que lhe é dado, mas sobretudo a de observar a forma como os indivíduos usam o conjunto dos media (Livingstone, 2000: 12-13), bem como o impacto desses usos em questões como a construção e gestão de identidades, a condução de

²² A referência de Alasuutari a uma terceira geração de estudos de recepção surge no seguimento da sinalização de duas gerações anteriores: uma primeira geração que o autor refere ter sido marcada pelo trabalho de Stuart Hall e por uma «viragem interpretativa» (em que as mensagens deixam de ser vistas como um produto acabado e se abrem a um processo de negociação por parte das audiências) e uma segunda geração caracterizada pela expansão dos estudos etnográficos (conduzidos com o objectivo de explorar a forma como audiências particulares se apropriam de determinados conteúdos de media).

relações sociais, a capacidade de participação em processos democráticos (Schroder *et al*, 2003: 5).

Independentemente do recurso a outras fontes de informação que complementem o olhar sobre a forma como os jovens interagem com os meios e com as questões públicas, uma ‘perspectiva de recepção’, permitirá centrar a análise nos sujeitos, nos jovens enquanto actores sociais. Esta visão dos jovens enquanto agentes, participantes activos na gestão dos seus trajectos comunicativos não implica que as suas práticas sejam entendidas como resultado de processos inteiramente racionalizados, nem ignora, como tivemos oportunidade de referir anteriormente, a existência de constrangimentos relacionados com contextos pessoais, institucionais e sociais mais vastos, mas sublinha a necessidade de incluir as ‘vozes’ dos indivíduos na reflexão sobre os processos que lhes dizem respeito, a necessidade de pensar as questões do uso dos media e da participação em conjunto *com* os jovens: «Na verdade, se nos esquecermos de ver os jovens como actores (...) se não ouvirmos as vozes dos participantes e a forma como falam por si (...) teremos um entendimento diminuído da sua experiência dos media» (Livingstone, 2002: 25) e, podemos acrescentar, do seu envolvimento na comunidade.

Neste sentido de exploração das práticas e percepções dos sujeitos, optámos por articular a aplicação de um inquérito por questionário com a realização de entrevistas. Pensamos que esta opção por um método misto (Creswell, 2003: 4-5; Bogana *et al*, 2007: 15), assente na conjugação de ferramentas quantitativas e qualitativas, permitirá a concretização dos objectivos anteriormente enunciados de, por um lado, procurar identificar e quantificar tendências e relações, estabelecer grandes contornos; por outro, explorar a fundamentação, o significado que os sujeitos atribuem às suas práticas e aos fenómenos em que se encontram envolvidos.

Na medida em que estabelece uma estratégia, «uma visão do que é a investigação e da forma como deve ser conduzida» (Potter, 1996: 50), o traçado de um plano de trabalho implica a definição das ferramentas de análise mas também de uma perspectiva de pesquisa. Nesse sentido, a defesa de um «pluralismo metodológico» nos estudos de recepção (Schroder *et al*, 2003: 44) e na investigação social em geral, tem sido associada a uma ‘terceira via’, capaz de conciliar o ‘quantitativo’ e o ‘qualitativo’, bem como os paradigmas (objectivismo/subjectivismo, empiricismo/interpretativismo) que lhes estão tradicionalmente associados (Schroder *et al*, 2003: 44).

Reconhecendo que o conhecimento sobre a realidade será sempre um conhecimento discursivo e «concordando com os interpretativistas que os dados –

quantitativos, qualitativos ou ambos – não representam mais do que ‘versões’ interpretadas da realidade», os autores evitam um relativismo subjectivista, «concordando também com os empiricistas que alguma forma de generalização será desejável» (Schroder *et al*, 2003: 45). Para além disso, argumenta-se que não existindo «nenhum método empírico que possa fornecer conhecimento sólido sobre a sociedade humana e a suas práticas sociais e culturais», cada um deles terá «a sua capacidade para transmitir pelo menos uma imagem parcial da complexa realidade mediatizada em que vivemos» (Schroder *et al*, 2003: 20).

A proposta é a de explorar o melhor das abordagens quantitativas e qualitativas, frequentemente utilizadas em oposição «para etiquetar (muitas vezes redutoramente, por vezes pejorativamente) paradigmas de pesquisa, metodologias, métodos, dados e os próprios investigadores» (Bogana *et al*, 2007: 11). Acreditamos, assim, que os números e as ‘estórias’, os cálculos e as interpretações podem, em conjunto, contribuir para uma melhor discussão dos fenómenos em análise²³. Esta exploração de diferentes aproximações numa mesma investigação dá também corpo ao conceito de triangulação metodológica que, segundo Norman Denzin (1978 como referido em Bogana *et al*, 2007: 16), se pode concretizar também a outros níveis: triangulação teórica, triangulação de investigadores, triangulação de dados. O conceito é útil na medida em que, por via da triangulação, poderá ser possível alcançar informação mais profunda e diversificada sobre o objecto de estudo, comparar e conferir validade aos resultados, generalizar, tirar partido da conjugação de informação, não só no momento de recolha de dados, mas em qualquer fase do processo de investigação.

Assim, e considerando as questões que temos vindo a colocar, pensamos que os dados resultantes do inquérito por questionário poderão ser aprofundados com a informação obtida nas entrevistas:

(...) a componente quantitativa aponta para uma cobertura de fôlego mais descritivo e analítico enquanto a componente qualitativa oferece poder em termos da riqueza e profundidade da informação (...) Os métodos quantitativos focam o questionamento num conjunto de variáveis discretas direccionadas para uma questão específica ou hipóteses de pesquisa. A exploração qualitativa abre o campo de investigação pelo reconhecimento de complexidades maiores e mais interligadas de uma situação. (Bogana *et al*, 2007: 17).

²³ Não será uma questão a aprofundar no âmbito deste trabalho mas própria classificação dos instrumentos de pesquisa em ‘quantitativos’ e ‘qualitativos’ pode ser alvo de discussão, na medida em que uma análise de conteúdo pode recorrer a quantificações, assim como «a medição é, em si mesma, uma forma de interpretação» (Biesta, 2010: 101).

De forma complementar, podem contribuir para avaliar «a frequência e o significado experiencial» dos fenómenos em análise (Greene e Hall, 2010: 120).

O levantamento de dados foi, então, sequencialmente estruturado em duas fases: um primeiro momento de preparação e aplicação do questionário (2009) e uma fase posterior de realização de entrevistas (2010), cujos processos de construção e aplicação explicitaremos de seguida.

4.2.1 O Questionário

Procurando dar resposta aos objectivos anteriormente enunciados de aprofundar a reflexão sobre as formas de participação na vida pública e sobre o papel dos usos dos media nesses processos, o questionário foi, como pode ser observado em anexo (Anexo 1), organizado em três blocos de questões: uma primeira parte relativa a dados de enquadramento pessoal e familiar, uma segunda parte relativa aos usos dos media e uma terceira parte construída com o objectivo de explorar informações sobre a vida social e participação política e cívica. Para a construção do documento foram também considerados e adaptados outros questionários já existentes quer na área dos estudos dos media (Livingstone, 2002; Cardoso, 2005; Rebelo *et al*, 2008), quer na área da cidadania (Menezes, 2002; Henn *et al*, 2002; Stolle *et al*, 2005; Eurobarómetro, 2007; Kennedy, 2007; Couldry *et al*, 2007; Magalhães e Moral, 2008; Cross e Young, 2008).

Desta forma, procurámos, no primeiro bloco, explorar variáveis relativas à condição social (idade, género, nacionalidade), origem social e enquadramento familiar (escolaridade e situação profissional dos pais, nível socioeconómico, caracterização do agregado familiar, residência de origem), situação académica (ano curricular, área de formação, regime) bem como alguns dados relativos aos processos de autonomização (composição do agregado familiar, mudança de residência, contacto com o mercado de trabalho, maior ou menor dependência relativamente à família de origem).

Na segunda parte, relativa aos usos dos media, procurámos verificar em que espaços comunicacionais circulam os jovens, que utilizações fazem dos meios tradicionais, mas também dos novos, que interesses manifestam, que temáticas preferem, que linguagens e géneros privilegiam, equacionando, em particular, a relação que mantêm com os media noticiosos. Para isso, foram exploradas variáveis relacionadas com a frequência de utilização dos diferentes meios (televisão, rádio, jornais, revistas, internet e telemóvel), mas também com preferências de conteúdos

(temas e formatos). Foram introduzidas questões para avaliar, em particular, os consumos de imprensa (frequência de leitura por tipo de publicação e géneros mais apreciados), os consumos de televisão (canais e programas que costuma ver, programa de televisão favorito), o interesse por diversos temas da actualidade (política, economia, sociedade, saúde, ambiente, cultura e lazer...) bem como um leque de tópicos sobre os usos da rede (pesquisa de informação, acesso a serviços, compras *online*, troca de mensagens, participação em redes sociais, publicação de conteúdos...). Ainda que as fronteiras entre as práticas de consumo, comunicação e produção de conteúdos *online* nem sempre sejam fáceis de traçar, procurámos identificar as tendências mais presentes na utilização da rede, considerando como práticas de consumo as utilizações relacionadas com pesquisas, acesso a informação, lazer, bens e serviços; como actividades de comunicação, as utilizações que envolvem troca de mensagens e práticas de interacção e sociabilidade e como práticas de produção, as actividades de concepção, produção de conteúdos e gestão de páginas.

Ou seja, considerando que a proliferação de suportes e a individualização dos seus usos coloca novas interpelações aos estudos dos media em geral, e aos estudos de recepção em particular, suscitando, como referimos, um interesse acrescido não só pela forma como indivíduos e grupos recebem e negociam determinadas mensagens, mas também pela forma como os sujeitos, confrontados com a multiplicação da oferta e com a necessidade de optar, se movimentam e posicionam perante a diversidade de meios e produtos disponíveis; procurámos aferir a «mais-valia» que, em ambiente «*cross-media*» (Schroder e Larsen, 2010: 4), os indivíduos atribuem a diferentes suportes e conteúdos.

Na tentativa de avaliar esta ‘mais-valia’ atribuída aos diferentes meios e produtos, introduzimos, a par das já referidas questões sobre os usos dos media, questões que visam também compreender algumas representações e atitudes dos jovens face aos meios (valorização dos meios enquanto fonte de informação noticiosa e enquanto fonte de divertimento, percepções sobre o discurso noticioso, sobre a internet...).

Finalmente, num terceiro bloco, procurando explorar, como referimos, a participação formal, mas também micro dinâmicas de participação, foram introduzidas questões sobre o envolvimento em estruturas formalizadas (como os partidos políticos) e em acções de política tradicional (votar, aderir a uma greve, assistir a um comício...) mas também noutra tipo de estrutura (organizações de defesa dos direitos humanos, grupos de voluntariado, organizações religiosas, culturais ou artísticas...) e em novas

formas de participação (fóruns e petições *online*, consumo politizado...). Ainda no que respeita a práticas de participação, foram também exploradas no questionário variáveis relativas à frequência de contacto com responsáveis políticos e órgão de informação, bem como a práticas de discussão pública como, por exemplo, o comentário de notícias.

Ao nível das representações e atitudes, procurámos equacionar questões como a confiança no sistema e no futuro, a percepção de influência, a valorização de diferentes aspectos da vida, a atitude face a diferentes formas de acção (política, voluntariado, apoio comunitário...), a percepção sobre os políticos, o posicionamento ideológico, a avaliação do funcionamento da democracia, o grau de reformismo, as preocupações sociais dominantes.

Foram ainda incluídas questões relativas a práticas comunicacionais e socioculturais mais vastas (como o lazer e a ocupação de tempos livres, a prática religiosa, formação cívica e hábitos de discussão interpessoal), bem como questões sobre a representação que, em termos de grau de informação e envolvimento, os jovens fazem de si, família e amigos.

As variáveis de investigação foram, desta forma, exploradas ao longo dos três blocos, quer através de questões que apontam para a observação de aspectos mais factuais relacionados com atributos e comportamentos, quer através de questões relativas a atitudes, percepções e opiniões. Os dados específicos da aplicação do questionário serão apresentados mais abaixo²⁴.

4.2.2 As entrevistas

Considerando que a melhor forma de apreender a experiência subjectiva dos sujeitos «é perguntar-lhes sobre ela, e então ouvir cuidadosamente o que dizem» (Auerbach e Silverstein, 2003: 23), no desenho metodológico incluímos também, como foi referido, a realização de entrevistas, cujos dados de aplicação explicitaremos também no ponto seguinte.

Antes disso, porém, importa referir que com este objectivo de analisar o sentido que os sujeitos conferem às suas práticas e aos acontecimentos com que se deparam, de aprofundar as interpretações dadas pelos actores aos comportamentos que manifestam e

²⁴ Importa referir que, com o objectivo de despistar incorrecções, introduzir ajustes na estruturação do guião, linguagem e formulação das questões, foi inicialmente testada uma primeira versão do questionário que só foi aplicado depois de introduzidos os necessários acertos.

aos fenómenos que lhes dizem respeito, foi elaborado um guião, com questões semi-estruturadas em torno dos usos e percepções dos media, das práticas de participação, percepções e concepções de política e cidadania e do papel dos jovens no futuro das democracias. Como pode ser observado no documento disponível em anexo (Anexo 2), as temáticas exploradas na entrevista são semelhantes às abordadas nos inquéritos, mas colocadas de forma aberta e acrescidas, no momento da entrevista, de questões específicas em função das particularidades dos informantes.

Assim, e tendo presente a já referida opção por uma perspectiva de utilizador e por uma «abordagem pluralista» à compreensão da forma como os sujeitos usam os meios disponíveis (Schroder *et al*, 2003: 4) os participantes foram inicialmente convidados a verbalizar as suas rotinas de uso dos media, descrevendo as utilizações que, num dia ‘normal’ deles fazem. Tentando, nas entrevistas, aprofundar as justificações atribuídas à mais-valia que atribuem a cada meio, procurámos também perceber qual elegem como o mais indispensável no seu dia-a-dia e porquê. Procurámos ainda explorar o interesse que demonstram por diferentes conteúdos, em particular, pela informação noticiosa; as justificações para a preferência por determinados temas; se têm ou não tendência para aprofundar a informação ou procurar informação alternativa sobre esses temas e que espaços elegem para o fazer. Nesta abordagem, pedimos que desenvolvessem uma apreciação sobre as lógicas de cobertura mediática, explorando a avaliação que fazem da forma como são tratados, em particular, temas políticos e questões relativas à juventude. Neste primeiro bloco temático, foram ainda introduzidos, para discussão, tópicos relacionados com hábitos de discussão pública e construção de opinião: com quem costumam debater as questões de actualidade, como observam a forma como constroem as suas opiniões, como se relacionam e que avaliação fazem de novas formas de discussão pública como os blogues ou o comentário de notícias.

Para além da exploração desta «relação interpretativa entre audiência e media» (Livingstone, 1998: 237), procurámos aprofundar a forma como, através da prática discursiva, os indivíduos constroem uma ideia de cidadania e as suas identidades enquanto cidadãos. Desta forma, a par de questões sobre o significado que atribuem à política, sobre a relação que estabelecem entre a política e as suas vidas, a sua visão sobre os partidos ou os políticos, introduzimos a reflexão sobre as motivações que encontram para a sua maior ou menor participação, a forma como se caracterizam enquanto cidadãos, a identificação de episódios relevantes nos seus percursos de

formação cívica, a sua sensibilidade relativamente ao voto, à pertença política e associativa, a novas formas de envolvimento e actuação.

Finalmente, solicitámos que se pronunciassem sobre a sua geração, a democracia, o futuro, mudanças que eventualmente gostassem de ver acontecer.

Ao nível das entrevistas, mais do que o estabelecimento de relações de causa e efeito, a preocupação foi a de explorar as interpretações que os sujeitos efectuam dos fenómenos, dos seus comportamentos e atitudes, bem como a forma como expressam essas interpretações.

4.3 O objecto de estudo, a amostra e a aplicação dos instrumentos de pesquisa

Ainda que muitas das questões que procurámos ir levantando sejam transversais à juventude (com todas as ressalvas que, como referimos, o conceito nos impõe), optámos por eleger jovens adultos como grupo de estudo. Esta opção prendeu-se, como referimos na introdução, com vários factores. Em primeiro lugar, com o facto de lhes ser legalmente reconhecida uma cidadania ‘plena’ (consubstanciada no direito ao voto) e, nessa medida, possibilitarem uma observação mais ampla da forma como se actualizam as possibilidades de participação normativamente estabelecidas. Em segundo lugar, porque estes jovens constituem a primeira geração cujo crescimento aconteceu em simultâneo com o desenvolvimento dos novos media, sendo muitas vezes denominada de geração digital²⁵. Por último, porque os jovens adultos começam, em várias áreas disciplinares, a emergir como categoria de análise, resultante e simultaneamente anunciadora de processos de mudança social e cultural.

Equacionando quer o momento em que adquirem maioridade legal, quer as crescentes dificuldades ao nível da autonomização dos sujeitos e as consequentes tendências de prolongamento da condição de jovem, balizámos o nosso grupo de estudo entre os 18 e os 29 anos de idade, sem deixar, no entanto, de sublinhar o carácter metodológico que esta opção envolve. Como referimos, os conceitos de jovem ou jovem adulto são construções relativas, histórica, cultural e socialmente contextualizadas e, nesse sentido, também o estabelecimento de limites de idade que os definam – para além de darem artificial nitidez a fronteiras que são na realidade híbridas

²⁵ Segundo dados da Pordata, relativos a 2009, são os indivíduos entre os 16 e os 24 anos (88,1%) e os 25 e 34 anos de idade (77,1%) que apresentam os mais elevados índices de utilização da internet em Portugal.

ou inexistentes – correspondem a edificações que podem apresentar muitas variações. A diversidade de critérios de delimitação etária entre pesquisas é, aliás, uma situação que introduz inúmeras dificuldades, por exemplo, ao nível da triangulação de dados, não sendo invulgar surgirem diferentes delimitações etárias para uma mesma condição.

Não invalidando a tentativa de, com base na bibliografia e documentação disponível sobre o tema, estabelecer pontes com dados sobre dinâmicas de uso dos media e participação dos jovens adultos em geral, focalizámos a atenção em jovens estudantes, localizando a aplicação dos instrumentos de pesquisa numa instituição de ensino superior público politécnico.

Reconhecemos que esta focalização em jovens estudantes exclui a observação mais próxima de outras formas de ser jovem, mas sustentamos a opção no facto de, no seio desta ‘geração digital’, serem os estudantes que mais frequente e intensamente recorrem aos novos media²⁶, possibilitando uma observação privilegiada quer dos usos da rede, quer da forma como os indivíduos se movimentam perante todo o leque de opções disponíveis, da forma como utilizam os suportes tradicionais e os articulam com os novos e, conseqüentemente, dos impactos dos usos dos diferentes meios nas questões da participação.

Para além disso, o próprio prolongamento da condição de jovem surge, como referimos, em grande medida associado ao prolongamento da escolarização, permitindo estes jovens uma reflexão mais clara dos modos como se jogam as questões da participação num contexto onde ao reconhecimento de uma maioridade legal não correspondem necessariamente outros níveis de autonomia.

Para a determinação da instituição onde desenvolvemos a recolha de dados terão sido importantes questões relacionadas com a proximidade mas também com o potencial de constituição da amostra. Neste sentido, pensámos que a existência de várias unidades orgânicas, de múltiplas áreas de formação, bem como de um alargado número de alunos (caracterizados por distintas condições, proveniências, enquadramentos e interesses), seriam condições importantes para garantir a diversidade de casos.

A opção corresponde também, como referimos inicialmente, à preocupação de abordar jovens ‘comuns’, que não se encontram formalmente organizados, que não apresentam visibilidade pública, mas que podem ser especialmente pertinentes na

²⁶ Em termos de condição perante o trabalho, são os estudantes que mais utilizam a internet, alcançando, em 2009, índices de utilização na ordem dos 97% (Pordata).

abordagem das questões da participação porque são, seguramente, maioritários (Sánchez, 2004: 78).

Muito embora se trate de uma amostra por conveniência, e não possamos assegurar a sua total representatividade nem mesmo relativamente ao universo de estudantes da instituição onde situámos a pesquisa (em alguns indicadores a amostra não atingiu, como veremos, uma correspondência exacta com a composição da instituição), procurámos aproximar-nos, orientando-nos pela preocupação de reflectir a dimensão e pluralidade de estudantes existentes no estabelecimento de ensino em causa.

Desta forma, como orientação para aplicação dos questionários, foram consideradas as informações disponíveis sobre o número de alunos e projectada uma amostra de cerca de 10 por cento dos estudantes entre os 18 e os 29 anos inscritos em cursos de formação inicial (licenciatura). Enquanto tendencialmente representativas de distintas áreas de estudo e interesse, considerou-se também a distribuição destes estudantes pelas diferentes unidades orgânicas. Para além desta preocupação em incluir estudantes de diferentes pólos e áreas de formação, procurámos ainda contemplar, em cada um deles, perfis diferenciados no que respeita ao género, idade, curso, ano curricular.

Não foi possível obter, à partida, informação que nos pudesse orientar relativamente a outros factores como, por exemplo, a origem social, mas pensámos que a esse nível, a diversidade poderia ser alcançada pela natural heterogeneidade existente em cada uma das turmas.

Foi apresentado aos órgãos centrais e posteriormente às direcções de cada uma das unidades, um pedido de autorização para aplicação dos inquéritos. A identificação das turmas a visitar e a calendarização das visitas foi articulada com cada uma das direcções, considerando a planificação inicial e as preocupações referidas, mas também naturais constrangimentos de ordem prática relacionados com a articulação de horários e disponibilidades. No final, e como pode ser observado na tabela que se segue, foi conseguido em todos os casos um número de questionários ligeiramente superior ao inicialmente estipulado, excepto numa das unidades orgânicas onde a recolha de questionários foi inferior ao previsto. O facto de ter sido a última onde foram distribuídos os questionários, já em período próximo do final do ano lectivo (segundo semestre de 2009), dificultou a realização de um reforço de turmas. Em todo o caso, e como indicado, foram, no total, validados 633 questionários, correspondentes a 8,6% dos 7392 alunos (entre os 18 e os 29 anos) inscritos em cursos de formação inicial. A

distribuição por sexo, idade e área de formação será apresentada com mais detalhe aquando da caracterização da amostra.

Tabela 1 – Dados de estruturação da amostra

Unidade Orgânica	Estudantes (18/29 anos) inscritos em Cursos de Formação Inicial em 2007/2008	Estimativa de questionários a recolher (10%)	Questionários Recolhidos (2009)	Questionários Anulados ²⁷	Questionários Validados
A	1290	129 (10%)	167 (12,9%)	17	150 (11,6%)
B	3653	365 (10%)	216 (5,9%)	16	200 (5,5%)
C	1076	108 (10%)	125 (11,6%)	12	113 (10,5%)
D	863	86 (10%)	117 (13,6%)	5	112 (13,0%)
E	510	51 (10%)	60 (11,8%)	2	58 (11,4%)
Total	7392 (100%)	739 (10%)	685 (9,3%)	52 (0,7%)	633 (8,6%)

Para este volume de respostas (e considerando a própria extensão do questionário) contribuiu certamente o facto de a aplicação ter sido efectuada presencialmente em contexto de sala de aula, ainda que tenha sido sempre sublinhado o carácter voluntário do preenchimento e tenham, inclusivamente, surgido situações de alunos que optaram por não responder. Salvo uma ou duas excepções, em que os próprios docentes distribuíram e recolheram o inquérito, a aplicação foi efectuada em visita a cada uma das turmas. A decisão de distribuir o questionário em início ou fim de aula foi deixada ao critério do docente, no sentido de não perturbar o normal funcionamento da disciplina em questão.

Porque nas entrevistas «o número de casos a considerar não é tão importante como o potencial explicativo de cada caso» (Sánchez, 2004: 289), a amostra apresenta, como veremos, uma dimensão substancialmente menor. A selecção dos potenciais entrevistados foi efectuada com base nas informações disponíveis nos questionários, onde foi previamente solicitado o endereço de correio electrónico a quem estivesse disponível para continuar a colaborar com a pesquisa. Assim, procurámos diversificar os perfis dos entrevistados a partir da análise das respostas dadas no questionário.

²⁷ Depois de uma primeira análise aos questionários recolhidos, optou-se por anular os questionários que apresentavam manifesta falta de preenchimento (8), bem como situações que não foram possíveis de filtrar no momento do preenchimento: questionários de respondentes com idades superiores ao intervalo estipulado para análise (25) e casos de estrangeiros inscritos ao abrigo de protocolos de cooperação internacional (19).

Ainda que, idealmente, o número de entrevistados deva ser determinado por saturação, pelo ponto em que os participantes começam a contar uma «mesma estória» (Auerbach e Silverstein, 2003: 19), a composição final da amostra decorreu também da própria disponibilidade e disposição para falar dos jovens contactados. Neste sentido, é importante referir que apesar de muitos estudantes terem disponibilizado o contacto para uma eventual entrevista (39% dos que responderam ao inquérito), depois de seleccionados e enviadas cerca de 100 mensagens a solicitar colaboração para a entrevista, muitos não responderam, outros referiram indisponibilidade, havendo ainda casos de mensagens devolvidas por incorrecção ou inexistência do endereço de correio disponibilizado. No final, foi apenas possível concretizar 9 entrevistas (7 raparigas e 2 rapazes), realizadas durante os meses de Junho e Julho de 2010.

Preparada em torno das questões já referidas, a aplicação do guião foi, em concreto, definida de acordo com o contexto e as próprias características do interlocutor. Ou seja, a partir do roteiro base e do quadro conceptual previamente caracterizado, procurou-se conduzir uma conversa sobre o tema ajustada a cada um dos participantes, daí que, cada uma das entrevistas surja como um «acto discursivo» (Schroder *et al*, 2003: 149) único.

4.4 Procedimentos de análise e tratamento da informação

Para tratamento da informação resultante dos questionários foi utilizado o programa de análise estatística *SPSS 16.0*, explorando quer a observação de frequências de resposta, quer a identificação de relações entre variáveis. Na medida em que a maioria das questões apresenta um número reduzido de omissos, optámos por apresentar os resultados da análise descritiva em percentagens válidas, dando sempre indicação do total de casos considerados (*N*) e fazendo referência a não respostas apenas quando são pertinentes na leitura de resultados. Em anexo, poderão ser verificados todos os dados (Anexo 4).

A interpretação dos cruzamentos de variáveis será orientada pelas relações que, pela aplicação de testes estatísticos (Anova, *Brown-Forsythe*, Qui-quadrado), se mostrem significativas, mas observando também resultados que, podendo ser menos estatisticamente expressivos, nos pareçam – pela sua própria recorrência - relevantes na reflexão das questões colocadas. Para além de responder à preocupação já expressa de

conciliar um olhar quantitativo e qualitativo, esta atenção a nuances no comportamento das variáveis será também relevante se considerarmos que nos confrontamos, sobretudo nas questões da participação, com situações cujo número de dados para cruzamento é insuficiente para uma aplicação segura de testes, possibilitando, no entanto, a observação de tendências e levantamento de hipóteses. Importa também referir que, dada a extensão do questionário, privilegiámos a observação das relações que mais directamente respondem às questões da investigação, deixando outros possíveis cruzamentos para uma observação futura.

Quanto às entrevistas, foram gravadas, transcritas (Anexo 6) e, com o apoio do programa de análise de conteúdo *NVivo*, ‘recortadas’ em torno das categorias de análise previamente definidas (Anexo 3), permitindo, dessa forma, uma melhor observação do posicionamento dos respondentes em relação aos temas apresentados. A análise das entrevistas foi efectuada no sentido de identificar as principais «características do conteúdo» (Bardin, 2003: 21), os sentidos das avaliações e juízos formulados pelos locutores. Considerando os temas propostos, procurou-se olhar para os testemunhos comparativamente, transversalmente, explorando as semelhanças, mas também as diferenças. Para além desta reflexão sobre *o que é dito*, foi dada, sempre que se justificou, atenção à forma *como é dito*, de maneira a compreender como estes jovens conferem sentido às suas práticas, mas também como, através desse discurso, se constituem como indivíduos, utilizadores de media, cidadãos enquadrados em dinâmicas sociais mais vastas.

Apesar da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas terem decorrido em momentos distintos, com base em amostras de dimensão também diferenciada, procurámos efectuar uma análise articulada dos dados, integrando os dois métodos na fase de interpretação. Desta forma, os dados do questionário poderão apoiar a generalização dos discursos das entrevistas, assim como as entrevistas ajudarão a concretizar e explicitar as tendências apresentadas nos questionários.

Por uma questão de estruturação do trabalho, e após a caracterização da amostra, apresentaremos a discussão dos dados relativos aos usos dos media, para, num segundo momento, abordar os dados relativos à participação e, numa terceira fase, articular as duas questões através da exploração de diferentes tendências de participação e uso dos media.

Capítulo 5

A caracterização da amostra

Como referimos anteriormente, ao optarmos por localizar a pesquisa numa instituição de ensino superior público politécnico, aplicando os questionários nas suas várias unidades orgânicas, e considerando, em cada uma delas, vários cursos e anos curriculares, procurámos constituir uma amostra que, não deixando de ser de conveniência, pudesse assegurar condições de diversidade e incluir pluralidade de jovens ao nível das áreas de formação, género, idade, condições sociais, proveniências e interesses. Desta forma, e antes de iniciarmos a discussão das questões que envolvem, em concreto, os usos dos media e a participação, importa conhecer com mais detalhe as características e o enquadramento dos próprios respondentes. Assim, a amostra final contempla 633 jovens provenientes de 5 unidades orgânicas distintas e 26 cursos/turmas²⁸ de formação inicial que aqui apresentamos agregados em 7 grandes áreas de formação:

Tabela 2 - Área de formação (%)

Ciências Sociais do Comércio e do Direito	33,6
Artes e Humanidades	19,9
Saúde e Protecção Social	14,7
Engenharia, Indústria Transformadora e Construção	11,4
Serviços	7,7
Ciências, Matemática e Informática	7
Educação	5,7

Recodificação efectuada com base no curso frequentado

N = 633

A recodificação dos cursos em grandes áreas de estudo foi efectuada de acordo com a classificação proposta pelo GPEAR (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) do MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e

²⁸ Ainda que tenham sido aplicados questionários em 26 cursos e 26 turmas, não há uma equivalência exacta entre os 26 cursos representados e as 26 turmas visitadas: ocorreram situações de existência de diferentes cursos numa mesma turma, bem como de mais do que uma turma (em anos curriculares diferentes) de um mesmo curso.

Ensino Superior)²⁹. A área de Educação inclui os cursos de formação de professores; Artes e Humanidades cursos de áreas como a tradução, artes e design; Ciências Sociais, do Comércio e do Direito abrange cursos relacionados com gestão, contabilidade, *marketing*, recursos humanos, comunicação; na área das Ciências, Matemática e Informática, inclui-se a formação na área da biologia; Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção inclui as engenharias; em Saúde e Protecção Social foram considerados cursos na área do serviço social ou enfermagem e, em Serviços, cursos vocacionados para o turismo e protecção ambiental. Da classificação nacional, Agricultura é a única área em que a Instituição não presta formação e que, por isso, não surge representada.

Apesar de, como referimos, não podermos falar de uma amostra totalmente representativa, a distribuição por áreas de formação tende a aproximar-se da realidade da própria instituição que, no ano lectivo 2008/2009, contava com uma maioria de estudantes inscritos na área das Ciências Sociais, do Comércio e do Direito (30%), seguida da área de Artes e Humanidades (13%), Saúde e Protecção Social (13%), Serviços (8%), Ciências, Matemática e Informática (4%) e Educação (também com 4%). Apenas as engenharias surgem sub-representadas (representam 26% dos estudantes da instituição e apenas 11,4% da amostra).³⁰

Embora a classificação considere estas sete grandes áreas, para maior produtividade no cruzamento de variáveis (e depois de num primeiro exercício terem sido identificadas proximidades nos resultados), agregámos a formação em Ciências, Sociais do Comércio e do Direito e Serviços (41,3%), as áreas de Educação, Saúde e Protecção Social (20,4%) e Ciências, Matemática e Informática e Engenharia, Indústria Transformadora e Construção (18,4%).

Em termos de ano curricular, e como pode ser observado na tabela seguinte, a amostra integra aproximadamente um terço de alunos inscritos em cada um dos anos curriculares.

²⁹ A classificação dos cursos por área, proposta pelo MCTES, tem na sua base a actualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, publicada em Diário da República (Portaria nº 256/2005, 16 de Março).

³⁰ Também a nível nacional, e segundo dados da Pordata, relativos a 2009, predominam as inscrições em cursos superiores na área das Ciências Sociais do Comércio e do Direito (32,5%), seguidos de Engenharia, Indústria Transformadora e Construção (22,2%), Saúde e Protecção Social (16,7%), Artes e Humanidades (8,6%), Serviços (7,7%), Ciências, Matemática e Informática (7,3%) e Educação (5%).

Tabela 3 - Ano curricular (%)

Primeiro ano	32,5
Segundo ano	36,5
Terceiro ano	31

Q: Ano curricular que frequenta

N = 633

Há nos sujeitos inquiridos uma clara prevalência de estudantes do regime diurno (97,2%), existindo apenas 2,8% de estudantes a realizar a formação em regime pós-laboral.

No que respeita à idade, a maioria dos respondentes têm entre 18 e 23 anos e cerca de 14% têm entre 24 e 29 anos de idade. Observa-se, assim, uma tendência para a diminuição de estudantes à medida que a idade avança, que nos parece natural, uma vez que a maioria, proveniente do ensino secundário com dezoito ou dezanove anos, efectuando o percurso normal, terá a licenciatura concluída no final dos três anos (com 20/21 anos de idade). Os restantes casos corresponderão a jovens que ou iniciaram a sua formação mais tarde (situação cada vez mais frequente desde a introdução das provas de acesso para maiores de 23 anos) ou apresentam tempos superiores de conclusão das licenciaturas. Em todo o caso, a presença de alunos com idades diferenciadas e que se estendem até para lá dos 29 anos em que optámos por balizar a pesquisa³¹, remete precisamente para as já referidas tendências de prolongamento da escolarização e de complexificação de percursos.

Tabela 4 – Idade (%)

18-23 anos	86,3
24-29 anos	13,7

N = 633

Na distribuição por sexo (Tabela 5), identificamos uma maior representação do feminino: as raparigas representam dois terços da amostra e os rapazes um terço. Apesar de vir sendo identificada uma maior presença de raparigas nos ciclos de ensino mais avançados (Ferreira *et al*, 2006: 88), esta diferença é mais acentuada do que a verificada

³¹ Recordamos que, por questões metodológicas, que já tivemos oportunidade de expor, optámos por desenvolver a pesquisa em jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos de idade. Na verdade, a instituição integra também inúmeros estudantes com idade igual ou superior a 30 anos.

no país³² e na Instituição e pensamos que estará sobretudo relacionada com a já referida sub-representação das engenharias, cursos que incluem cada vez mais raparigas, mas que são tendencialmente mais masculinizados.

Tabela 5 – Género (%)

Feminino	66
Masculino	34

N = 633

A quase totalidade dos jovens inquiridos (95,6%) é de nacionalidade portuguesa. Apenas 3,8% referem ter dupla nacionalidade (luso-canadiana e luso-francesa são os casos mais frequentes) e 0,6% uma nacionalidade diferente³³, o que não torna esta variável produtiva na análise dos dados.

Em termos de residência de origem (Tabela 6), os inquiridos indicam cerca de 130 concelhos distintos, pertencentes a distritos como Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Beja e Faro, bem como Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira. Agregando a informação por região de origem, a amostra revela uma prevalência de jovens provenientes da região centro do país (justificada pela própria localização da Instituição onde foi situada a pesquisa). A segunda região mais representada na amostra é Lisboa e Vale do Tejo, seguida da região Norte, Algarve e Ilhas e finalmente Alentejo³⁴.

³² Dados da Pordata, relativos a 2009, referem que 53,4% dos inscritos no ensino superior em Portugal são do sexo feminino e 46,6% do sexo masculino.

³³ Assinalam-se uma situação de nacionalidade brasileira, uma cabo-verdiana, uma Moçambicana e uma Ucraniana. Recordamos que não foram considerados casos de estudantes estrangeiros a residir temporariamente em Portugal no âmbito de programas de cooperação internacional (estudantes provenientes de Erasmus ou protocolos de cooperação com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

³⁴ A classificação dos concelhos por região de origem foi efectuada considerando as Regiões Geográficas NUTS II

Tabela 6 - Distribuição por região de residência de origem (%)

Centro	74
Lisboa e Vale do Tejo	14,1
Norte	8,4
Alentejo	1,3
Algarve e Ilhas	2,2

Recodificação efectuada com base do concelho de residência

N = 630

Apenas 31 indivíduos (4,9% da amostra) são provenientes de concelhos do interior, referindo a maioria, como região de origem, concelhos do litoral do país.

Dada a distância que, em muitos casos, existe entre a região de origem e a instituição de ensino, muitos destes jovens encontram-se, pelo menos durante os períodos lectivos, afastados das suas famílias e residências de origem. Para cerca de um terço dos estudantes a entrada no ensino superior implicou uma mudança de residência. Os restantes dois terços dos respondentes indicaram não ter alterado o local de habitação.

Tabela 7 - Mudança de residência (%)

Sim	31,3
Não	68,7

Q: A entrada no ensino superior implicou para si uma mudança de residência?

N = 633

A maior parte dos estudantes deslocados reside num quarto ou apartamento alugado (73,4%). Cerca de 20% habita em residências de estudantes, e os cerca de 6% restantes referem estar alojados em casa própria, de familiares ou amigos. Estes dados poderão ser interessantes para cruzamentos com as questões da participação, verificando até que ponto jovens que se encontrem deslocados da sua residência principal, afastados da família de origem, em contacto com novas realidades e responsabilidades apresentam (ou não) uma diferente percepção das questões da cidadania.

A partir das respostas relativas à composição do agregado familiar, foi possível determinar que a maioria destes jovens está ainda inserida no agregado familiar de origem. Apenas 29 indivíduos (4,6%) referem situações de maior autonomização indicando viver com cônjuge, ter filhos ou viver sozinho. Apesar de ser uma

percentagem reduzida, procuraremos observar até que ponto uma maior autonomização relativamente à família de base tem impactos nas questões da participação.

Tabela 8 - Agregado familiar (%)

Integrado na família de origem (sem filhos)	95,4
Com cônjuge, filhos ou sozinho	4,6

Recodificação efectuada com base na composição do agregado familiar

N = 632

Partindo das respostas dadas sobre os elementos que compõem o agregado familiar foi também apurado o tipo de família:

Tabela 9 - Tipo de família (%)

Família nuclear	76,1
Família monoparental	19,5
Família alargada	4,4

Recodificação efectuada com base na composição do agregado familiar

N = 614

Neste sentido, observamos que 76,1% dos respondentes está inserido numa família nuclear (pai, mãe e filhos), 19,5% dos respondentes pertencem a famílias monoparentais e 4,4 % vivem integrados em famílias alargadas³⁵. Quanto à existência de irmãos, 71,5% dos sujeitos indica ter irmãos enquanto 28,5% surge como único filho do agregado³⁶.

Tabela 10 - Irmãos no agregado (%)

Com irmãos no agregado	71,5
Sem irmãos no agregado	28,5

Q: Composição do agregado familiar

N = 632

³⁵ Como família nuclear foram consideradas as famílias de origem nucleares e as famílias constituídas nucleares; como família alargada consideraram-se as famílias de origem alargadas e as famílias constituídas alargadas e como família monoparental consideraram-se as famílias de origem monoparental e as famílias constituídas monoparentais.

³⁶ Dos indivíduos que referem ter irmão, a maioria (quase 80%) refere 1 irmão, 16,4% refere 2 irmãos e 4,2% indica 3 ou mais irmãos.

Descrevendo o enquadramento familiar destes jovens, e com proximidades com a própria estrutura de escolarização da população portuguesa, perto de 3 quartos dos pais não ultrapassou o ensino básico de 9 anos e cerca de 4 em cada 10 não foi além do ensino primário³⁷. Neste contexto, é interessante verificar que, de uma forma geral, a escolaridade das mães tende a ser ligeiramente superior à dos pais: a percentagem de mães que não ultrapassou o ensino básico é ligeiramente menor (68,8%) e apresentam também valores um pouco superiores no nível secundário e superior.

Tabela 11 – Escolaridade dos pais (%)

	Pai	Mãe
Sem escolaridade	0,2	0,6
Ensino Básico (até 4º ano)	41,2	31,9
Ensino Básico (entre o 5º e o 9º ano)	31,2	36,3
Ensino Secundário (entre o 10º e o 12º ano)	19,3	21,1
Ensino Superior	8,1	10,1

Q: Indique a escolaridade dos seus pais

N = Pai 602/ Mãe 626

Este cenário, em que a grande parte dos jovens ultrapassou já a escolaridade dos pais, confirma, de alguma forma o grande «contraste intergeracional» (Ferreira *et al*, 2006: 88) que, em termos de formação, tem vindo a ser identificado na população portuguesa (em que a realidade da qualificação dos jovens é, em geral, superior à da restante população). Valerá a pena, neste âmbito, aprofundar a forma como o enquadramento familiar de origem se entrecruza com as práticas de cidadania; a forma como a herança familiar e o próprio percurso individual se conjugam em termos de cultura de participação.

Quanto à situação na profissão, cerca de metade dos respondentes refere ter pais trabalhadores por conta de outrem no sector privado ou Estado (55% pai, 52,5% mãe). Aproximadamente 30% dos pais são trabalhadores por conta própria (patrão com empregados ou independente sem empregados), percentagem que desce para cerca de 14% quando consideramos a situação profissional das mães. Os níveis de desemprego situam-se na casa dos 7% nos pais e mais de 8% nas mães.

³⁷ Dados da Pordata sobre a escolarização da população portuguesa, relativos a 2009, indicam que cerca de 74% da população não ultrapassou o 3º ciclo.

Tabela 12 - Situação dos pais na profissão (%)

	Pai	Mãe
Trabalhador por conta de outrém (privado ou Estado)	55	52,6
Trabalhador por conta própria (patrão com empregados)	19,8	7,8
Trabalhador por conta própria (independente sem empregados)	11,5	6,8
Reformado(a)	6,5	5,7
Desempregado(a)	7,2	8,7
Doméstico(a)	0	18,4

Q: Indique a situação na profissão dos seus pais

N = Pai 584/ Mãe 620

Em termos de profissão, cerca de dois terços dos pais tem actividades pouco especializadas: 36,1% são operários/artífices, surgindo na segunda posição empresários e donos de pequenas empresas (17%) e, em terceiro lugar, pessoal de serviços e vendedores (13%)³⁸.

Tabela 13 - Profissão dos pais (%)

	Pai	Mãe
Dirigentes e quadros superiores (médias/grandes empresas, administração pública)	1,5	0,7
Empresários/donos de pequenas empresas	17	10,6
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3,8	8,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	10,2	8,6
Pessoal administrativo e similares	5,3	12,1
Pessoal de serviços e vendedores	13	31,7
Agricultores e trabalhadores qualificados agricultura e pesca	1,8	1,5
Operários e artífices	36,1	17
Operários de instalações e máquinas	8,8	0,4
Trabalhadores não qualificados	1,6	8,6
Pessoal das Forças Armadas	0,9	0

Q: Indique a profissão dos seus pais

N = Pai 546/ Mãe 453

No que respeita à profissão da mãe, o cenário é um pouco diferente: aproximadamente 30% tem profissão na área dos serviços e vendas, em segundo lugar (17%) surgem profissões operárias. O terceiro grupo profissional mais representado (12,1%) é o dos administrativos e similares. Como pode ser verificado em anexo, nesta questão o número de não respostas foi um pouco superior ao que acontece na

³⁸ A classificação das profissões foi efectuada de acordo com o quadro nacional de profissões do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

globalidade do questionário, correspondendo quer a casos em que os respondentes não dão qualquer informação sobre um dos progenitores (cerca de 40 questionários no caso do pai e cerca de 10 no caso da mãe), quer a situações de reforma ou desemprego em que, apesar de solicitado, não informam sobre a situação profissional anterior.

A amostra caracteriza-se, assim, por um enquadramento socioeconómico maioritariamente médio e baixo, contando apenas com cerca de 2% de indivíduos integrados em famílias de nível socioeconómico elevado.

Tabela 14 – Nível socioeconómico da família (%)

Baixo	48,1
Médio	49,8
Alto	2,1

Recodificação efectuada com base nos indicadores de escolaridade e profissão³⁹

N = 633

Em termos de fontes de rendimento, a maioria dos inquiridos (71,9%) indica receber mesada familiar. Bolsa de estudo é a segunda fonte de rendimento mais referida (por cerca de 40% dos sujeitos). Quanto a contactos com o mercado de trabalho, 21,4% dos jovens refere ter um trabalho ocasional (férias, fins-de-semana), 7% refere trabalhar em *part-time* e apenas 1,1% indica possuir um trabalho regular a tempo inteiro⁴⁰. Ou seja, como podemos observar na Tabela 15, cerca de 70% de estudantes não têm qualquer contacto com o mercado de trabalho, cerca de 21% indicam um contacto ocasional e 8,2% dos respondentes uma actividade profissional regular (em *part-time* ou a tempo inteiro)⁴¹.

³⁹ Para determinação do nível socioeconómico da família, e evitando propostas que apontam para um número elevado de categorias, optámos pela classificação em três níveis proposta por M. Simões (2000). Esta classificação resulta de uma agregação dos indicadores de escolaridade, situação na profissão e actividade profissional.

⁴⁰ Dos cerca de 3% que fazem referência a uma outra fonte de rendimento, as situações mais comuns são empréstimo bancário e pensão de sobrevivência.

⁴¹ A situação de estudante contribuirá para explicar as baixas percentagens de contacto regular com o mercado de trabalho, no entanto, relembramos que para a população jovem em geral tem vindo a ser identificada uma tendência crescente de dependência familiar (Ferreira *et al*, 2006: 92) justificada também pela complexificação dos processos de inserção profissional.

Tabela 15 - Contacto com o mercado de trabalho (%)

Sem contacto	70,6
Contacto ocasional	21,2
Contacto regular	8,2

N = 622

Por curiosidade, podemos referir que estes primeiros contactos com uma experiência profissional são caracterizados por uma grande diversidade de ocupações, onde podemos, ainda assim, encontrar alguma prevalência da área dos serviços, comércio e restauração.

Em resumo, estamos perante uma amostra onde prevalecem as raparigas, caracterizada por alguma diversidade em termos de região de origem, mas bastante litoralizada. Embora se registem outras situações, úteis para a exploração de impactos ao nível da participação, é também uma amostra onde a maioria dos jovens não apresenta acentuada autonomização: encontram-se ainda integrados na família de origem, manifestando também reduzido contacto com o mercado de trabalho. Trata-se um grupo bastante heterogéneo ao nível das áreas de formação e onde, à semelhança do que tem sido identificado nos jovens portugueses, muitos tendem a apresentar uma escolarização já superior à dos pais.

TERCEIRA PARTE

Jovens, media e cidadania: apresentação e discussão de resultados

Capítulo 6

Homo e heterogeneidades nos usos dos meios

Conhecendo a composição da amostra, neste capítulo, iniciamos a discussão dos dados relativos aos usos dos *media*, resultantes do questionário e das entrevistas. Tal como foi referido na descrição de objectivos, procurar-se-á identificar tendências de uso dos meios, não só em termos da frequência com que estes jovens contactam com diferentes suportes e tecnologias, mas também da relação que mantêm com determinados conteúdos. Neste contexto, e sem excluir outros espaços, procuraremos explorar a relação que estabelecem com a informação de actualidade, observando-a de forma transversal quer ao nível dos consumos de imprensa, quer do contacto que mantêm com produtos (canais e programas) televisivos ou *online*. Nesta atenção às relações estabelecidas com a informação, observaremos também temas e áreas de maior interesse, bem como o desenvolvimento que estes jovens efectuem de práticas *online* mais explicitamente conotadas com a discussão e participação públicas da actualidade, como o comentário de notícias, o desenvolvimento de espaços de intervenção ou o contacto com responsáveis políticos e com os próprios media.

Com a preocupação de identificar semelhanças e diferenças, o traçar de linhas gerais e tendências de resposta nestes diferentes domínios não invalidará a identificação de diversidades da amostra, relacionadas não só com o género, a idade, a escolaridade dos pais mas também com a área de formação ou a própria relação com o mercado de trabalho. Esta primeira abordagem aos usos dos meios permitirá antever algumas tendências e especificidades na relação com a actualidade e com as questões públicas, importantes para, numa fase seguinte, aprofundar a reflexão sobre as práticas de participação.

6.1 Uma cultura de ecrãs

Na observação da frequência com que os jovens abordados usam os diferentes meios de comunicação disponíveis (Tabela 16), podemos verificar que mais de 95% dos inquiridos referem efectuar uma utilização diária do telemóvel, apontando para uma quase omnipresença do aparelho no quotidiano destes jovens. Esta é, aliás, uma

tendência que tem vindo a ser apontada para os jovens em geral (Santos e Cardoso, 2007: 14-16), cada vez mais caracterizados pelos vínculos utilitários mas também afectivos que mantêm com o telemóvel, um dispositivo que se distingue dos restantes pelo seu cariz mais pessoal, mas que incluímos na observação pela crescente multiplicidade de funções, que lhes permitem estar em ‘permanente contacto’, manter o mundo, e sobretudo as suas vidas e relações, «na palma da mão» (Cardoso *et al*, 2009: 107).

Tabela 16 - Frequência de uso dos meios (%)

	Todos os dias	4/5 vezes por semana	1/2 vezes por semana	1/2 vezes por mês	Mais raramente ou nunca
Usar Telemóvel	95,4	3,3	0,8	0,2	0,3
Aceder à Internet	70,6	23,5	5,2	0,5	0,2
Ver Televisão	57,5	19,7	17,1	1,9	3,8
Ouvir Rádio	35,6	24,7	25,4	5,7	8,6
Ler Jornais	9,3	22	45,8	13,9	9
Ler Revistas	1,8	13,4	50	23,6	11,2

Q: Com que frequência se dedica a cada um destas actividades?

N = Telemóvel 633/ Internet 633/ TV 630/ Rádio 627/ Jornais 624/ Revistas 614

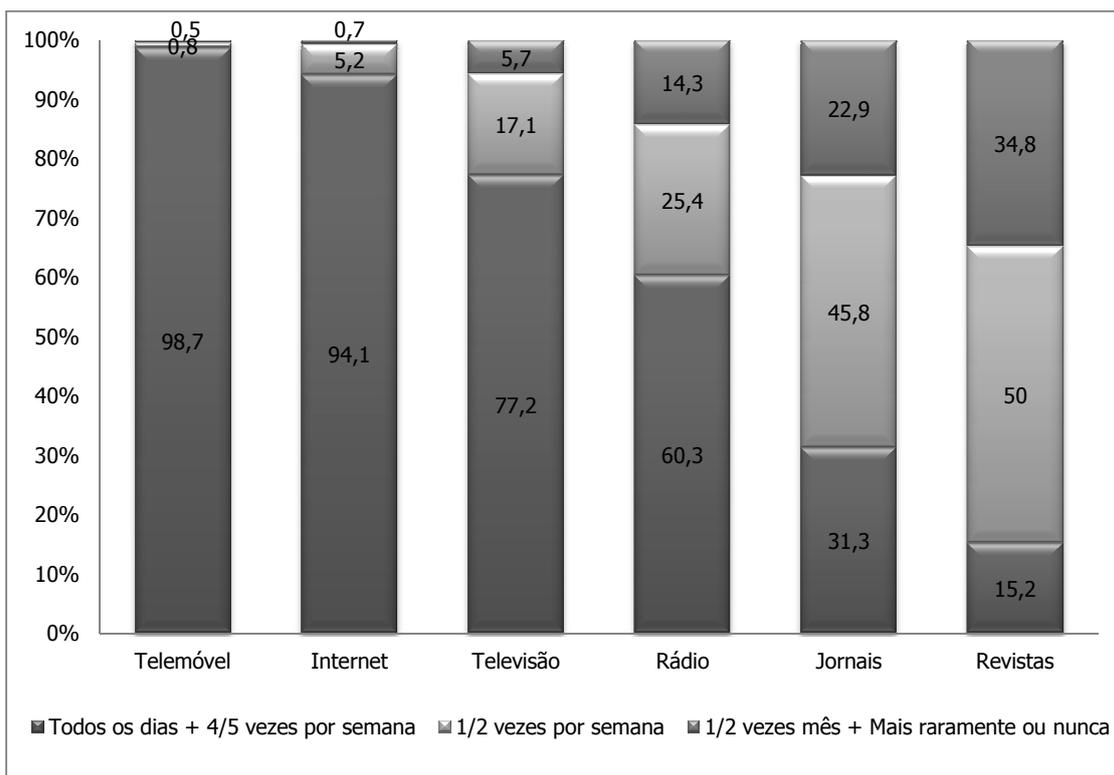
Bastante elevada – e a confirmar os dados disponíveis sobre o acesso da juventude e em particular dos estudantes à rede – é também a frequência de uso da internet, a que cerca de 94% dos respondentes refere aceder diariamente ou quase todos os dias.

A televisão apresenta uma percentagem de uso diário inferior ao uso do telemóvel e da internet e também menor do que tem vindo a ser identificado noutros estudos de recepção em Portugal (Santos e Cardoso, 2007: 14-16; Rebelo *et al*, 2008: 68). Pensamos que o facto de apenas 57% dos sujeitos referir ver televisão todos os dias não significa, no entanto, uma desvalorização do meio, podendo resultar de factores como a falta de tempo ou dificuldade de acesso durante o período de aulas. Nas entrevistas, alguns dos jovens referem precisamente que gostam de ver televisão e só não o fazem mais frequentemente ou porque, absorvidos pelas tarefas escolares, não têm tempo ou porque têm menos acesso ao meio nos locais onde residem durante os períodos lectivos. Há, por exemplo, referências às residências de estudantes, onde a

partilha do aparelho de televisão dificulta o consenso em torno de uma programação que interesse a todos⁴².

Na verdade, se contabilizarmos as utilizações diárias dos meios em conjunto com as utilizações feitas ‘4 ou 5 vezes por semana’, as percentagens de uso da televisão sobem para quase 80%, aproximando-se das percentagens de uso do telemóvel e da internet.

Gráfico 1 - Frequência de uso dos meios (%)



Se nesta óptica, a televisão emerge como meio também bastante presente no quotidiano destes jovens, os consumos de rádio - e sobretudo de imprensa – surgem como menos frequentes, revelando também um padrão menos homogêneo de respostas. No que toca à imprensa, só cerca de um terço da amostra indica, por exemplo, ler jornais com regularidade (todos os dias ou 4 a 5 vezes por semana). Quase metade dos respondentes (45,8%) assinala ler jornais ‘uma ou duas vezes por semana’ e cerca de 20% apenas ‘uma ou duas vezes por mês’ ou ‘mais raramente ou nunca’. Embora a

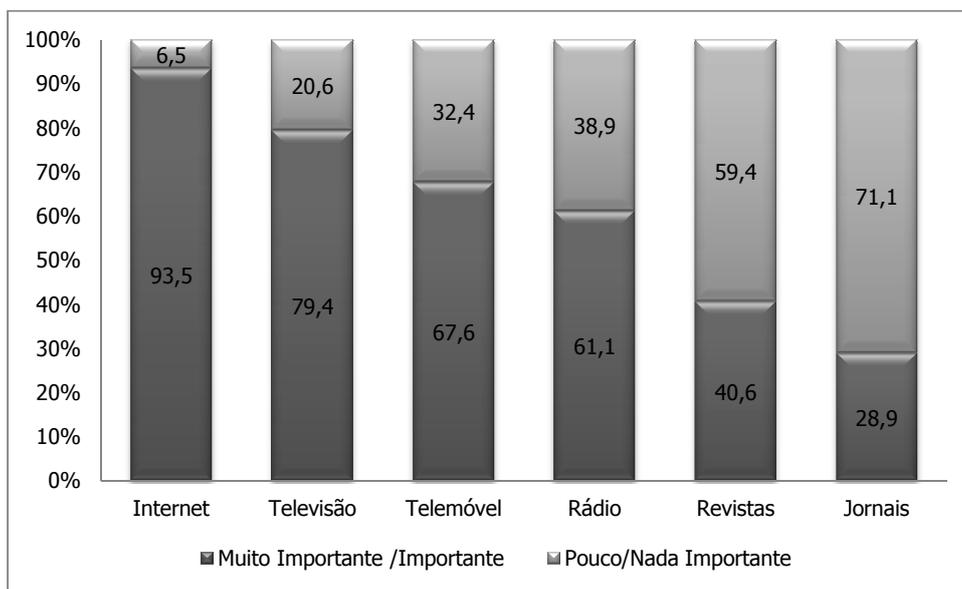
⁴² A comparação entre os consumos dos jovens que não alteraram e os que alteraram a sua residência com a entrada no ensino superior permite justamente confirmar como estes últimos apresentam médias significativamente inferiores na frequência com que vêm televisão. Os jovens que mudaram de residência com a entrada no ensino superior apresentam também menores médias na frequência com que ouvem rádio e lêem jornais. O uso de telemóvel, o acesso à internet e a leitura de revistas não parecem, no entanto, ser afectados por esta variável (Anexo 5: Tabela 1).

situação das revistas suscite uma leitura particular, na medida em que tiragens menos frequentes podem suscitar também menor frequência de leitura⁴³, no quadro dos diferentes media, são as revistas o meio com que mais jovens referem ter um contacto esporádico (34,8% refere ler revistas ‘uma ou duas vezes por mês’ ou ‘mais raramente ou nunca’).

O cruzamento destes dados com os resultados da questão relativa à importância atribuída aos diferentes meios enquanto fonte de divertimento permite confirmar a tendência de valorização do triângulo ‘telemóvel – internet – televisão’, voltando a surgir a rádio e, como referimos, sobretudo os jornais e revistas, numa posição mais secundária.

Assim, os meios mais valorizados enquanto fonte de divertimento são precisamente a internet (indicada por 93,5% dos respondentes como ‘muito importante’ ou ‘importante’), a televisão (79,4%) e o telemóvel (67,6%), seguidos da rádio (61,1%), revistas (40,6%) e jornais (28,9%).

Gráfico 2 - Valorização dos meios enquanto fonte de divertimento (%)



Q: Assinale a importância que cada um dos meios tem para si enquanto fonte de divertimento

N = Internet 628/ Televisão 630/ Telemóvel 626/ Rádio 628/ Revistas 625/ Jornais 626

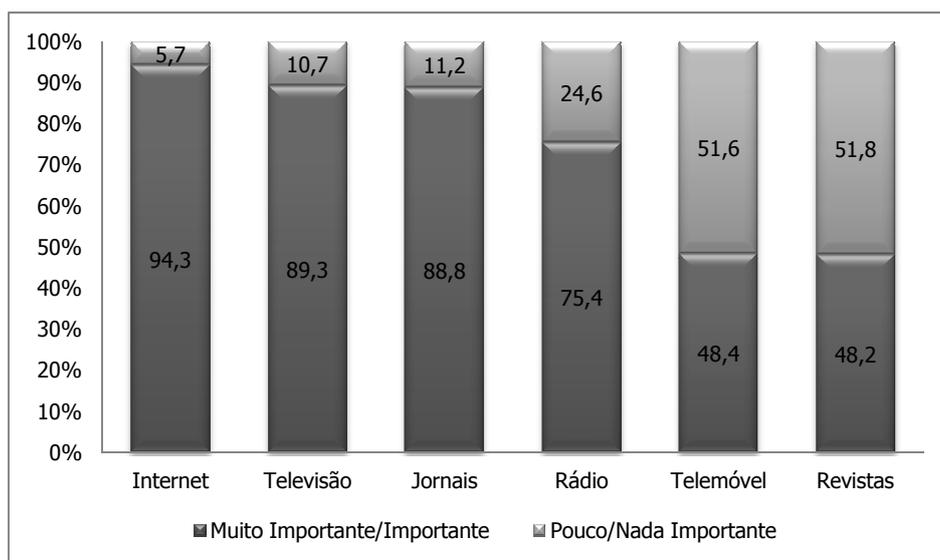
A sublinhar esta mais-valia atribuída aos meios audiovisuais e a prevalência de uma cultura de ecrãs, também nas entrevistas, quando questionamos sobre o meio sem o

⁴³ Se pensarmos que muitas revistas têm publicação semanal, o facto de 50% dos sujeitos referirem ler revistas uma ou duas vezes por semana pode apontar para alguma regularidade na leitura deste tipo de produto.

qual teriam dificuldade em viver, e embora surja uma ou outra referência à rádio, a maioria das respostas aponta a internet (valorizada por “albergar todos os outros”, permitir acesso “a tudo”, com maior “liberdade de escolha”, independentemente “do lugar e da hora”); e a televisão (a que alguns atribuem maior “presença” e “companhia”).

Como podemos observar no Gráfico 3, a internet e a televisão são também os meios mais valorizados enquanto fonte de informação noticiosa. Embora o telemóvel perca protagonismo nesta questão (cedendo lugar aos jornais e à rádio), os quase 50% de jovens que o consideram ‘muito importante’ ou ‘importante’ enquanto forma de acesso a notícias serão já expressão do reconhecimento de novas funções de um dispositivo que, até há relativamente pouco tempo, servia apenas para efectuar chamadas ou enviar mensagens⁴⁴.

Gráfico 3 - Valorização dos meios enquanto fonte de informação noticiosa (%)



Q: Assinale a importância que cada um dos meios tem para si enquanto fonte de informação noticiosa

N = Internet 632/ Televisão 633/ Jornais 628/ Rádio 632/ Telemóvel 629/ Revistas 624

O cruzamento dos resultados destas duas questões (Gráfico 2 e Gráfico 3) ajuda a explicar a situação que a leitura de jornais ocupa no panorama dos usos dos meios. Se na maior parte dos casos parece haver um relativo equilíbrio entre a importância atribuída aos meios enquanto fonte de divertimento e enquanto fonte de informação, a

⁴⁴ Apesar de não poderem ser observadas diferenças de idade na frequência de uso (Anexo 5: Tabela 2), a valorização do telemóvel enquanto fonte de divertimento (e também enquanto fonte de informação) tende a ser superior nos indivíduos mais novos, indiciando que poderão ser os que mais partido retiram da convergência de serviços disponibilizada pelo dispositivo (Anexo 5: Tabelas 3 e 4).

situação dos jornais aponta para um maior desfasamento. Apesar de surgirem bastante valorizados enquanto fonte de informação (88,8% dos inquiridos consideram os jornais ‘muito importantes’ ou ‘importantes’ enquanto forma de acesso a notícias), os jornais não são valorizados enquanto fonte de divertimento (apenas 28,9% os consideram ‘muito importantes’ ou ‘importantes’ enquanto espaço de divertimento), o que pode indiciar uma relação mais assente num sentimento de dever pedagógico (Buckingham, 2000: 61) do que num verdadeiro envolvimento.

Sem invalidar a identificação destas tendências que apontam para a prevalência de uma cultura de ecrãs, há, relativamente às percepções e usos dos meios, algumas diferenças de género e idade que procuraremos aprofundar ao longo do capítulo. Enquanto as raparigas tendem, por exemplo, a valorizar mais a televisão, o telemóvel e a rádio enquanto fonte de divertimento, os rapazes apresentam uma valorização superior da internet (Anexo 5: Tabela 5). Os usos tendem a reflectir essa valorização⁴⁵ e, embora no caso da televisão as diferenças de género sejam mais ténues do que na rádio, as raparigas apresentam consumos superiores de ambos os meios, verificando-se nos rapazes maior frequência acesso à rede. Tendo sido atribuído o valor 1 a ‘raramente ou nunca’ e 5 a ‘todos os dias’ para cálculo e comparação de médias, as raparigas obtêm uma média de uso da televisão de 4,3, que diminui para 4,2 nos rapazes. No que respeita à frequência de uso da rádio, a média de 3,9 das raparigas, decresce para 3,4 nos rapazes. Já na frequência de acesso à internet, eles apresentam uma média de 4,8 e elas de 4,6 (Anexo 5: Tabela 6). Aprofundaremos a questão da imprensa no ponto seguinte, mas estes primeiros cruzamentos indicam também uma relação significativa entre o género, a idade e o consumo de jornais, com uma mais frequente leitura de jornais por rapazes e estudantes mais velhos⁴⁶.

Em termos de área de formação, e à excepção da internet (acedida com maior frequência por estudantes da área das Ciências, Matemática, Informática, Engenharias, Indústria Transformadora e Construção e por estudantes de Artes e Humanidades), podemos observar que alunos de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços,

⁴⁵ A importância atribuída aos meios enquanto fonte de divertimento parece ser mais orientadora dos usos do que a valorização dos meios enquanto fonte de informação (como referimos, os jornais, por exemplo, são bastante considerados enquanto fonte de informação, mas nem por isso mais consultados).

⁴⁶ O cruzamento da idade com a frequência de utilização dos meios permite ainda observar um ligeiro aumento da média de leitura de revistas com a idade e uma ligeira diminuição do consumo de rádio e televisão, embora não possa, nestes casos, ser referida uma relação estatisticamente significativa (Anexo 5: Tabela 2).

tendem a apresentar médias superiores na frequência com que utilizam os diferentes meios (televisão, rádio, jornais, revistas e telemóvel)⁴⁷.

6.2 O papel secundário da imprensa

Detalhando a observação dos consumos de imprensa, as edições *online* são as mais consultadas (18,3% dos jovens consomem imprensa *online* ‘todos os dias’). Em segundo lugar, surgem os jornais gratuitos, contando, no entanto, com uma percentagem de leitores diários bastante menor (8,4%). Cerca de 5% destes jovens lêem todos os dias um título desportivo, enquanto apenas 3,8% dos inquiridos assinalam consumir títulos diários não gratuitos.

Tabela 17 - Frequência de consumos de imprensa (%)

	Todos os dias	4/5 vezes por semana	1/2 vezes por semana	1/2 vezes por mês	Mais raramente ou nunca
Imprensa <i>online</i>	18,3	23,1	22,3	14,1	22,2
Diários gratuitos	8,4	17,9	33,7	16,9	23,1
Diários desportivos	4,9	7,1	11,2	12,7	64,1
Diários não gratuitos	3,8	10,3	33	24,3	28,6

Q: No que respeita à imprensa, com que frequência consome cada um destes meios?

N = Imprensa online 632/ Diários gratuitos 632/ Diários desportivos 632/ Diários não gratuitos 633

O predomínio do consumo de imprensa *online* sobre as publicações em papel, e também dos diários gratuitos sobre os não gratuitos, é sustentado e justificado pela informação recolhida durante as entrevistas que revela que os que têm hábito de consultar imprensa o fazem cada vez mais *online*, um acesso que consideram mais cómodo, económico e eficaz, na medida em que permite uma melhor selecção do que se pretende ver e, conseqüentemente, menores perdas de tempo:

Consulto alguns jornais *online*, em papel já não consulto quase nada (...) não conseguimos ir tão directos à informação. Eu entro num jornal *online*, escrevo a palavra sobre aquilo que quero saber e aparecem-me logo os últimos artigos que foram publicados sobre. Eu num jornal tenho de folhear e tenho de estar à procura... isso, para mim, é um bocado perda de tempo. É mais objectivo ir à internet, chegar ao site do jornal, escrever a palavra que me

⁴⁷ Em televisão, por exemplo, apresentam uma média de 4,6 enquanto nas outras áreas é igual ou inferior a 4,3; em rádio, a média destes estudantes é de 4,0, enquanto nos restantes não supera os 3,8, mantendo-se a diferença no uso de jornais, revistas e telemóvel. Apenas na internet, apresentam uma média um pouco mais baixa (4,6) do que os colegas de Artes e Humanidades e Ciências, Matemática, Engenharia, Indústria Transformadora e Construção (4,7) (Anexo 5: Tabela 7).

interessa e estar a par da informação logo. Na internet podemos seleccionar o que queremos ver. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Há algum tempo, deixei de comprar jornais impressos. É mais cómodo estar em casa e aceder. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Porque agora temos tudo disponível na net e é mais fácil. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

... no *Facebook* também me ponho a par de muitas coisas porque sigo o jornal. Em vez de ir à procura deles, vêm eles ter comigo e é mais fácil encontrar os temas e os assuntos. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

... a partir do momento em que vou a uma rede social, por exemplo, o *Facebook*... tenho adicionado o jornal *Público* e o *i*, por exemplo e, logo ali, de manhã, estou em contacto com as primeiras notícias. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Neste sentido, e não obstante poder ser identificado um grupo de leitores regulares, surgem inúmeras referências a um uso cada vez mais esporádico e circunstancial do jornal impresso. Os jovens afirmam ler edições em papel em situações pontuais (quando têm tempo livre ou especial interesse por artigo ou suplemento especial) e, sobretudo, quase nunca comprar. Se “passarem” por um jornal “pegam” (gratuitos, imprensa disponível em cafés ou títulos comprados pelos pais), mas só em situações muito particulares tomam a iniciativa “de ir ao quiosque”. Um aspecto a realçar é o interesse expresso por alguns jovens por extras ao jornal mas que podem levar à justificação da sua compra, como as colecções e os seus fascículos.

Costumo comprar quando vou para a praia ou uma esplanada ou assim, e vejo ali perto e compro mas, normalmente, não. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

... mas consumo de jornal físico, não compro. Vejo em cafés, ou assim, mas não costumo comprar. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Os jornais, não posso estar a comprá-los todos os dias. Por vezes ainda vou à biblioteca e consulto, mas é muuuito raro. Não é num dia normal, só quando realmente tenho tempo e vou. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Porque... se calhar... se passasse por uma loja de jornais ou por um quiosque, comprava... mas como teria de fazer um desvio... Há meses precisei de comprar o *Expresso* porque havia uma colecção que me interessava, mas confesso que nem os lia porque tive um tempo um bocado complicado, porque tive muito trabalho. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

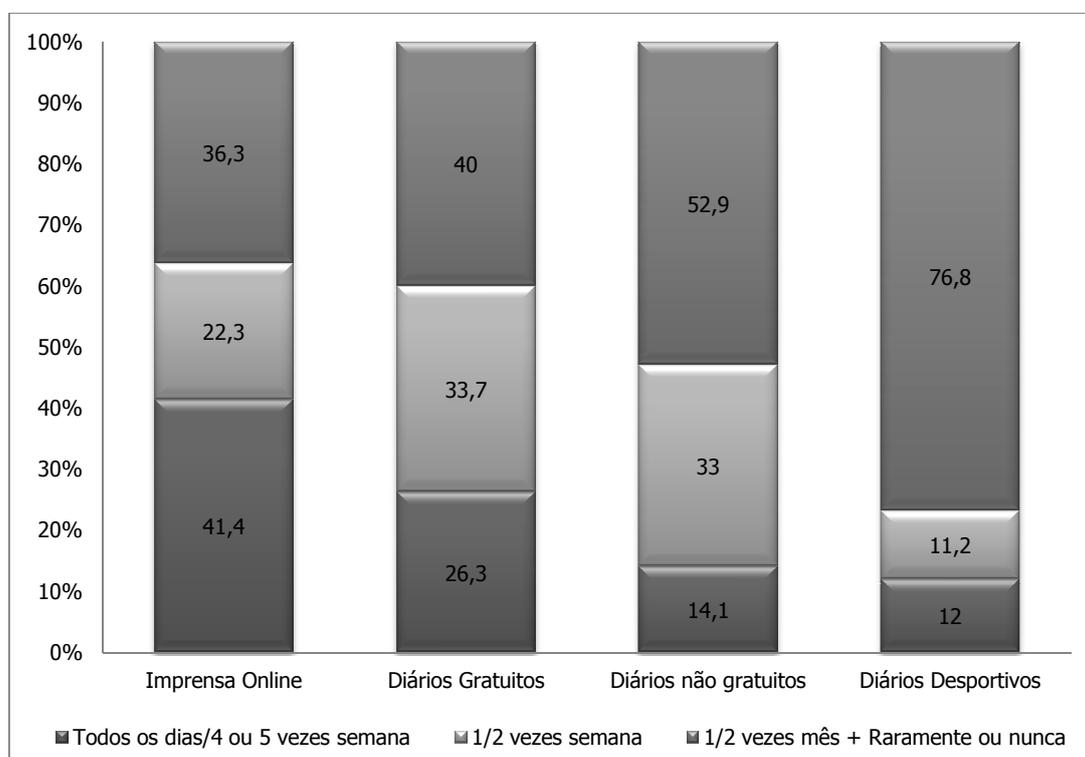
Jornais, por norma, consigo apanhar o *Destaque* ou o *Metro*. Não compro. Só aos fins-de-semana, quando há um fascículo, ou quando sai uma reportagem que me interessa. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Eu, pessoalmente, não costumo comprar jornais. Compro uma revista por acaso, porque me interessa um tema qualquer, ou porque me interessa o anexo que vem com mapas ou com isto ou com aquilo... mas jornais não gosto muito de comprar... mas não tenho problema nenhum de ir a um café e estar lá o *Público* ou o *24 Horas* ou qualquer outro jornal, pegar nele e ler. Mas não sou muito de comprar. *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Eu não compro, mas o meu pai compra o *Expresso* e, às vezes, eu vejo... Agora lembrei-me particularmente do *Correio da Manhã*, não é uma coisa que os meus pais comprem, mas quando está num café, eu pego. (VI, *Feminino*, 21 anos, CSCD)

Se contabilizarmos as respostas dos que referem ler diariamente em conjunto com os que consultam jornais ‘4 ou 5 vezes por semana’ (Gráfico 4), os índices de exposição aumentam um pouco (sobretudo nas publicações *online* que atingem os 41%), mas continuamos a poder fazer referência a percentagens expressivas de jovens com contacto mais esporádico ou quase inexistente com os vários tipos de imprensa diária, surgindo os diários não gratuitos (à excepção da imprensa desportiva, que constitui um caso particular por operar junto de um segmento muito determinado e tendencialmente mais masculino), como os menos consumidos no conjunto de publicações disponíveis.

Gráfico 4 - Frequência de consumos de imprensa (%)



Mais de metade da amostra assinala ler diários não gratuitos apenas ‘uma a duas vezes por mês’ ou ‘mais raramente ou nunca’ e, mesmo no caso das publicações *online* e dos títulos gratuitos, as percentagens de leitores menos frequentes ultrapassam os 35%.⁴⁸

⁴⁸ O *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social* portugueses indica valores próximos. Segundo o estudo em questão, 40% dos inquiridos com menos de 30 anos nunca lê jornais (Rebello *et al*, 2008: 104).

Relativamente à leitura de semanários, revistas de informação geral e especializadas, o cenário não é muito diferente. Assim, observando-se que entre 20% a 30% dos inquiridos consomem estes produtos pelo menos uma a duas vezes por semana, é também elevada a percentagem dos que indicam ler ‘mais raramente ou nunca’.

Tabela 18 - Frequência de consumo de semanários generalistas e revistas especializadas (%)

	Pelo menos 1 ou 2 vez por semana *	1/2 vezes por mês	Mais raramente ou nunca
Jornais semanais	23,7	28,9	47,4
Revistas semanais de informação geral	30,4	38,8	30,8
Revistas especializadas	30,7	36,1	33,2

Q: No que respeita à imprensa, com que frequência consome cada um destes meios?

N = Jornais semanais 627/ Revistas semanais de informação geral 627/ Revistas especializadas 629

* Foram somadas as percentagens relativas a todos os dias, 4 ou 5 vezes por semana e 1 ou 2 vezes por semana

Não sendo índices de leitura elevados, consideramos que, comparativamente, as publicações semanais, que têm uma relação com a informação e a actualidade mais perene do que a imprensa diária, são um pouco mais acompanhadas. O mesmo, podemos dizer relativamente a revistas especializadas, cuja periodicidade semanal, e muitas vezes mensal, nos obriga, como referimos, a olhar para os resultados de uma outra forma, apontando para que mais de 60% destes jovens acompanhem com alguma regularidade este tipo de publicação. Não temos, no entanto, no âmbito deste questionário, dados que nos permitam aprofundar esta relação com a imprensa especializada, nomeadamente sobre a natureza das publicações mais consultadas.

A associação entre a idade e o consumo de jornais surge confirmada quando cruzamos a variável com os vários tipos de imprensa. Neste sentido, os dados apontam para uma relação significativa entre a idade e, por um lado, a leitura de diários não gratuitos, e por outro, a consulta de publicações *online*, com o grupo dos mais novos a obter médias de leitura inferiores (2,3 nos diários não gratuitos e 3,0 nos jornais *online*) às do grupo dos mais velhos (2,8 nos diários não gratuitos e 3,4 na imprensa *online*). A progressão de valores é também observável nas frequências de leitura de publicações gratuitas, semanários e revistas de informação geral (Anexo 5, Tabela 8).

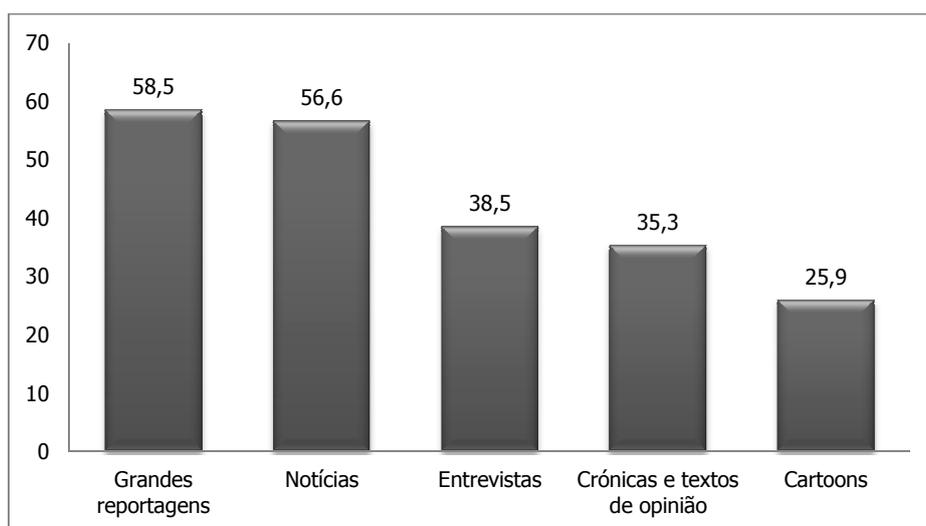
No que respeita ao género, as relações apresentam-se mais dependentes do tipo de publicação. Enquanto as raparigas apresentam médias significativamente superiores

na frequência de leitura de imprensa gratuita (e alguma tendência para mais intenso consumo de jornais semanais e revistas de informação geral), nos rapazes podem ser identificadas médias superiores na leitura de imprensa *online* e desportiva e também na leitura de imprensa diária não gratuita⁴⁹ e títulos especializados, embora a diferença seja, nestes últimos casos, menos acentuada.

Para além destas relações, e ao contrário dos usos de outros meios que não apresentam variação relevante em função da escolaridade dos pais, nos inquiridos cujo pais têm habilitações superiores verifica-se uma menor média de leitura de jornais gratuitos do que nos sujeitos cujos pais têm o primeiro ciclo. Inversamente, o aumento da escolaridade dos pais parece introduzir alguma progressão na frequência de leitura de diários não gratuitos, imprensa *online*, jornais semanais e revistas de informação geral⁵⁰.

Grandes reportagens e notícias são os géneros jornalísticos que estes jovens mais gostam de ler, ainda assim, ambos assinalados por pouco mais de metade dos inquiridos.

Gráfico 5 - Géneros jornalísticos favoritos (%)



Q: No que respeita à imprensa, indique que tipo de artigos mais gosta de ler (podia assinalar-se mais do que 1 opção)
N = 629

⁴⁹ Enquanto a frequência média de leitura de gratuitos é de 2,8 nas raparigas e 2,5 nos rapazes; na leitura de diários não gratuitos os rapazes apresentam uma média de 2,5 e as raparigas de 2,3 (Anexo 5: Tabela 9).

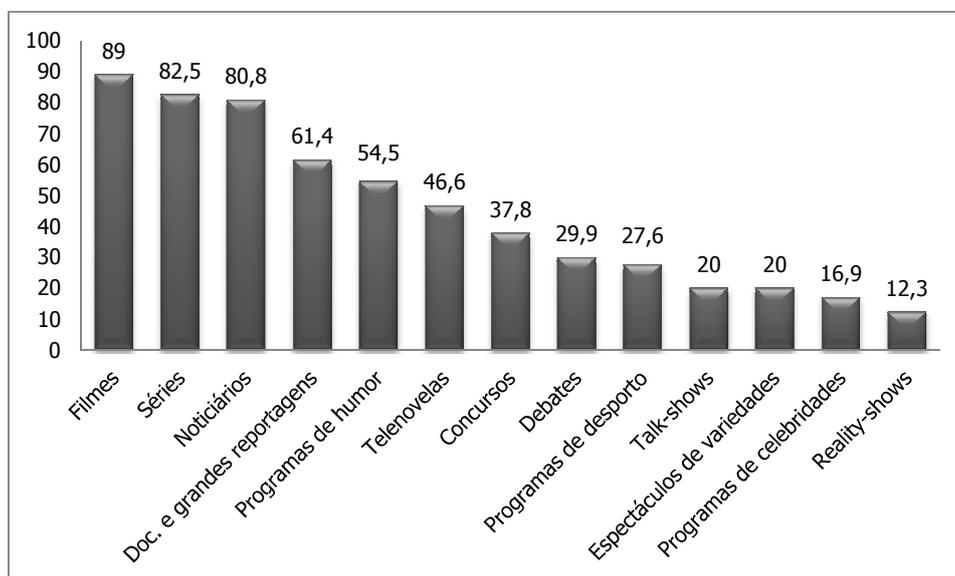
⁵⁰ A média de leitura de jornais diários não gratuitos em estudantes cujo pai tem o primeiro ciclo é de 2,3, aumentando para 2,5 nos estudantes cujo pai tem habilitações superiores. Também na frequência de acesso a jornais *online* a média aumenta de 2,8 para 3,3 e, no consumo de jornais semanais, de 1,7 para 2,0 (Anexo 5: Tabela 10). A progressão é idêntica quando consideramos a escolaridade da mãe: a frequência média de leitura de diários não gratuitos é de 2,2 em estudantes cujas mães têm o primeiro ciclo e de 2,7 em estudantes cujas mães têm habilitações superiores. O aumento de valores verifica-se também ao nível dos jornais semanais (1,7 em estudantes cujas mães têm habilitações ao nível do primeiro ciclo e 2,2 em estudantes com mães de formação superior), revistas de informação geral (em que a média aumenta de 2,0 para 2,3) e imprensa *online* (onde se pode observar progressão de 2,9 para 3,1, valor também obtido por filhos cujas mães com formação secundária) (Anexo 5: Tabela 11).

Nesta questão, podemos também assinalar diferenças de género e de idade. Os rapazes apresentam maior percentagem na sinalização de notícias e *cartoons* do que as raparigas que tendem a assinalar mais entrevistas e grandes reportagens. À semelhança do que acontece com a própria leitura de jornais, há também relação positiva entre a idade e a sinalização de preferência por notícias⁵¹.

6.3 Os noticiários como base de acesso à actualidade

No que respeita à televisão, depois de filmes e séries que surgem como os produtos mais assinalados, é o noticiário o programa de televisão que estes jovens mais referem ver. Como pode ser observado no Gráfico 6, cerca de 80% dos inquiridos costumam ver noticiários, valor que permite indicar os jornais televisivos como a principal forma de acesso à informação noticiosa para muitos destes jovens. Neste âmbito, e embora possa observar-se um média de idades um pouco superior nos estudantes que indicam ver noticiários, as diferenças (e também as de género) são bem menos expressivas do que acontece na relação com a imprensa (Anexo 5: Tabelas 13 e 14).

Gráfico 6 - Programas de televisão que costuma ver (%)



Q: Que programa(s) de televisão costuma ver (podia assinalar-se mais do que 1 opção) N = 616

⁵¹ A preferência por notícias é assinalada por cerca de 68% de rapazes e 51% de raparigas, a preferência por grandes reportagens assinalada por cerca de 61% de raparigas e 53% de rapazes (Anexo 5: Tabela 12). Relativamente à idade, cerca de 53% dos jovens com idades entre os 18 e os 23 indicam gostar de ler notícias, percentagem que sobe para mais de 80% nos jovens entre os 24 e os 29. Também a sinalização de grandes reportagens, crónicas e textos de opinião parece aumentar ligeiramente com a idade (Anexo 5: Tabela 12).

Esta presença da televisão enquanto principal fonte de informação noticiosa revela-se também nas entrevistas, onde os sujeitos, ilustrando questões relativas à sua relação com a informação de actualidade, com muita frequência recorrem a exemplos da cobertura televisiva.

O ‘telejornal’ surge, assim, como conteúdo mais visto do que os programas de humor, telenovelas ou concursos, aparecendo no final da lista de consumos os *talk-shows*, espectáculos de variedades, programas de celebridades e *reality-shows*⁵², géneros que, a par de concursos e novelas, tendem a ser mais referidos pelas raparigas, enquanto programas de desporto e humor são mais assinalados pelos respondentes do género masculino (Anexo 5: Tabela 13). Nesta questão, também a escolaridade dos pais tende a ter algum impacto: à medida que aumenta a sua formação diminui a referência ao consumo de entretenimento não ficcional (Anexo 5: Tabela 13), menos consumido também, quer por estudantes de Ciências, Matemática, Engenharias, quer por estudantes de Artes e Humanidades⁵³.

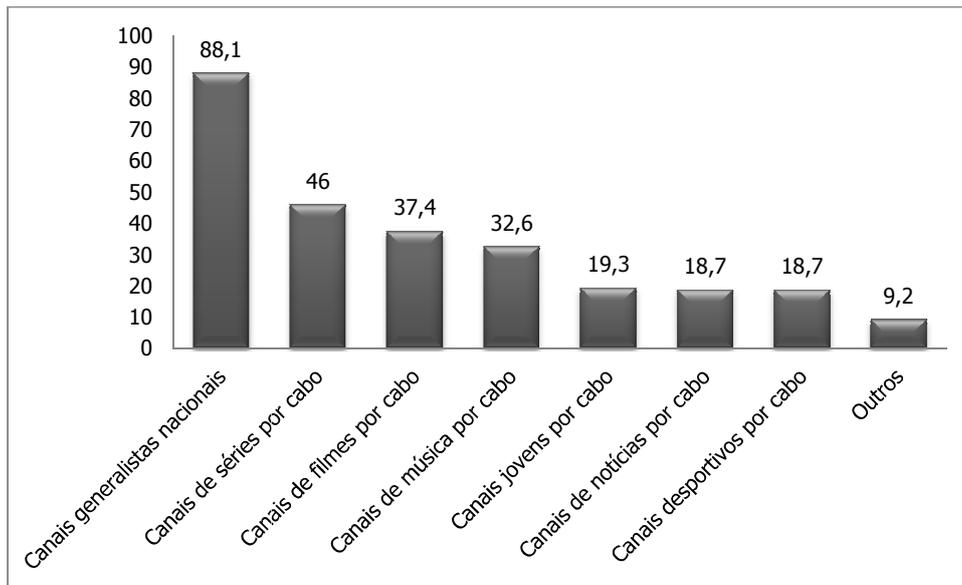
Podemos ainda acrescentar que os noticiários a que assistem parecem ter sobretudo origem nos canais generalistas nacionais (que 88,1% dos jovens referem consumir habitualmente⁵⁴), isto porque, apesar de cerca de 70% destes jovens referirem também ver canais por cabo, apenas 18,7 indicam assistir a canais de notícias.

⁵² Pensamos que a posição de alguns tipos de programa nesta hierarquização é, em parte, influenciada pelas grelhas de programação em vigor e pelo sucesso que determinado programa tem numa determinada ocasião. Neste sentido, podemos equacionar até que ponto a última posição ocupada pelos *reality-shows* está, por exemplo, relacionada com o facto de, no momento de aplicação do questionário, nenhum programa do género estar a ter especial visibilidade, assim como podemos relacionar a posição ocupada pelo humor de actualidade com o sucesso, por exemplo, dos *Gato Fedorento*. Pensamos que os exemplos disponibilizados no questionário poderão também ter influenciado o sentido de algumas respostas.

⁵³ A título de exemplo, podemos referir os *talkshows*, assinalados por mais de 20% de estudantes de Educação, Saúde, Protecção Social, Ciências Sociais do Comércio, Direito e Serviços e por menos de 10% de alunos de Matemática, Ciências, Engenharias, Indústria Transformadora e Construção ou Artes e Humanidades (Anexo 5: Tabela 13).

⁵⁴ O consumo de canais generalistas apresenta também relação quer com o género (sinalizados por cerca de 90% das raparigas e 80% dos rapazes) quer com a escolaridade dos pais (sinalizados por cerca de 90% dos jovens cujos pais têm formação ao nível do primeiro ciclo e 70% dos jovens cujos pais têm formação superior) (Anexo 5: Tabela 15).

Gráfico 7 - Canais que consome habitualmente (%)



Q: Que canais de televisão costuma ver (podia assinalar-se mais do que 1 opção)

N = 631

Reflectindo a própria hierarquia de programas favoritos, e como pode ser observado no gráfico anterior, os canais de cabo mais vistos são os de séries, filmes e também de música, apresentando canais jovens, canais de notícias e canais desportivos percentagens de visionamento inferiores. Nesta questão, a categoria ‘Outros’ surge com uma expressão que merece atenção (9,2%), e que remete para uma crescente segmentação na procura de conteúdos, na medida em que são bastante referidos inúmeros canais temáticos, quer na área dos documentários (*Canal História, Discovery Channel, Odisseia, National Geographic, Biographic Channel*), quer na área do entretenimento, cultura, lazer (*People&Arts, Travel Channel, Sic Mulher, Mezzo...*) e animação (*Cartoon Network, Animax...*). São os cursos de Ciências, Matemática, Informática, Engenharia e Construção e os de Artes e Humanidades que mais indicam este tipo de canais, indiciando, como veremos, uma maior especialização na procura de conteúdos⁵⁵.

Para além destas perguntas sobre os programas e canais que costumam ver, foi também colocada uma questão aberta sobre o(s) programa(s) favorito(s). Sendo importante referir que cerca de 17% (109 sujeitos) não respondeu à pergunta, os que o

⁵⁵ Neste sentido, podemos também observar nos estudantes de Artes e Humanidades uma percentagem inferior de exposição a canais generalistas nacionais (77% quando nas outras áreas a percentagem atinge ou supera os 90%) (Anexo 5: Tabela 15).

fizeram apontaram maioritariamente como programa favorito filmes, séries e animação (as séries *Dr. House*, *CSI* e *Anatomia de Grey* foram as mais referidas). Em segundo lugar na tabela de preferências surgem programas que poderíamos classificar de temáticos (informação cultural, música, desporto, documentários...). Em terceiro lugar, são mencionados programas de entretenimento (concursos, *talkshows*, variedades e humor). Só em quarto lugar, foram indicados noticiários e programas de informação generalista (*Telejornal*, *Nós por cá*...). Em quinto lugar, surgem as referências a telenovelas e seriados nacionais, seguidas de programas de reportagem (*60 Minutos*, *Grande Reportagem*...) e debates de actualidade (*Prós e Contras*, *Sociedade Civil*, *Eixo do Mal*). Ainda que com menos referências, os programas de humor de actualidade (*Contra Informação*, *Daily Show*, *Gato Fedorento*, *Zé Carlos*...) integram também a lista de programas que mais gostam de ver.

Neste contexto, é interessante verificar que se os noticiários surgem na terceira posição dos programas que estes jovens costumam ver, descem para o quarto lugar na indicação de programa favorito. Também os debates, que quase 30% dos jovens indicam ver, apenas são referidos como exemplo de programa favorito por pouco mais de 3% do total dos jovens que responderam a esta questão, o poderá remeter, uma vez mais, para uma relação menos envolvente com a informação.

Para esta situação, terão algum tipo de influência as apreciações que formulam sobre a cobertura noticiosa em geral e, em particular, sobre a cobertura dada aos jovens. Por um lado, há críticas à saturação no acompanhamento de alguns temas, que apontam para o argumento de que excesso de informação pode ter como efeito um decréscimo de atenção.

... mas incomoda-me uma questão que é a seguinte: por exemplo, sobre a questão da crise, começou a crise e durante várias semanas, largas semanas só falavam sobre a crise. Abriam os telejornais com a crise, acabavam com a crise, durante o telejornal só falavam sobre a crise. E eu aí decidi desligar a televisão e não ligar durante os telejornais, porque depois eles trabalham mal essa informação, do meu ponto de vista, porque falam apenas daquilo e a informação de hoje é igual à de amanhã e à de ontem. (ND, *Feminino*, 21 anos, *Educação*)

Acho extraordinário porque depois todos os programas que há durante essa semana, não só telejornais mas outros, todos os programas de informação são sobre aquilo. Há uma saturação do tema e depois as pessoas desinteressam-se e na semana seguinte há um dado novo, mas eu já não quero saber, porque já estou farta daquilo. (ND, *Feminino*, 21 anos, *Educação*)

... a morte de José Saramago e eu acho que foi um bocadinho abusivo os quatro canais de televisão estarem a transmitir as mesmas cenas... (TP, *Feminino*, 21 anos, *CSCD*)

Mas é assim... foi com o José Saramago como... com o caso Maddie, foi a mesma coisa: Maddie para aqui, Maddie para acolá... Acho que quando há uma notícia: «Bora falar disto!»... falam todos da mesma coisa. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Por outro lado, expressões que sugerem uma menor identificação com uma cobertura da actualidade que nem sempre inclui os jovens e/ou que os apresenta em enquadramentos pejorativos, «por vezes com destaque de primeira página ou abertura de telejornal, mas associado a crime, local, sociedade, longe das páginas de política e economia» (Ponte, 2007: 26).

Por exemplo, as questões relacionadas com o ensino superior e agora questões dos cursos de educação porque estamos com um problema relacionado com os mestrados... se calhar é culpa nossa, porque não demos a conhecer. Mas é pouco falada e quando existe fala-se uma vez... e mal e pouco... e esquece-se o assunto. (ND, *Feminino, 21 anos, Educação*)

Por exemplo, ao fim-de-semana é sempre convidada uma pessoa para comentar os temas da semana, se calhar, podia haver mais jovens. (ND, *Feminino, 21 anos, Educação*)

Penso que podiam fomentar mais a parte dos estudantes. Acho que deviam dar mais importância aos estudantes. Mesmo cá, que é uma cidade que vive de estudantes, não valorizam... dizem que os estudantes fazem lixo, que os estudantes fazem barulho... acho que devia ser mais valorizada essa parte. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

... sempre que é altura de viagens de finalistas, a Palma de Maiorca ou Loret del Mar... vem tudo nas notícias. Quando foi por exemplo, o acidente em Peniche, em que o rapaz faleceu, estavam lá, mas não conseguem, por exemplo, acompanhar uma festa de uma licenciatura... acompanharam no Porto e, sinceramente, fiquei admirada por terem acompanhado uma cerimónia, porque acho que nunca me tinha lembrado de ver uma cerimónia daquelas na televisão... Não conseguem por exemplo passar escolas que recebem imensos prémios, por exemplo, aqui nas engenharias. Essa parte, não conseguem passar para a televisão. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Quando corre alguma coisa mal com os jovens, está lá tudo, mas as coisas boas que os jovens também têm, mesmo os empresários novos, pessoas que acabam uma licenciatura e conseguem abrir uma empresa, ter o seu negócio, isso não há. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Ao nível do tratamento de informação, o público-alvo é outro. (IR, *Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Há em alguns testemunhos a percepção de que determinadas abordagens são relegadas para espaços mais especializados, numa apreciação que abrange a informação, mas também o nível mais geral da programação.

... Se calhar não é uma grande cobertura no que respeita a temas relacionados com a nossa faixa etária. Acho que deixam esse tipo de temas para programas mais destinados... Como por exemplo a *SIC Radical*. Eu não vejo muito, mas deixam para esses espaços. (ND, *Feminino, 21 anos, Educação*)

Pouco. Pouco. Pouco. Talvez em determinados programas e horários. (IR, *Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Penso que é para nos obrigar a ter TV Cabo. Se é jovem é fixe e têm a *SIC Radical*. (IR, *Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Efectivamente, sobre as possibilidades de participação nos meios, cerca de 57% dos respondentes discordam da afirmação ‘é fácil para um jovem como eu ser ouvido e ter voz nos media’. Mesmo jovens que reconhecem a existência de novas possibilidades de participação, introduzidas pela internet, tendem a referir uma exclusão de determinados temas, por vezes, em formulações em que são eles próprios a operar esse afastamento, quer pela referência a ‘áreas que não lhes dizem respeito’, quer pela redução de temas ‘jovens’ a determinados tópicos.

É assim... já foi mais difícil... com os blogues e isso, está a ser cada vez mais fácil, mas acho ainda pouco. Acho que é uma questão que foi e há-de ser sempre assim. Os jovens sempre tiveram dificuldade em afirmar-se em qualquer contexto que seja. (CM, *Masculino, 25 anos, CSCD*)

Há as questões do jornalismo do cidadão e do foto repórter em que há uma participação assim muito suave... acho que em geral, um jovem que queira... acho que consegue... Eu começo a pensar e ao fazer uma... ao passar assim muito rapidamente, pelo menos pelas notícias dos jornais, não se vê muito a palavra do jovem, da minha idade, nem na política, nem na educação... (SE, *Feminino, 23 anos, CSCD*)

Acho que os media pedem a nossa opinião. Se calhar não pedem a nossa opinião em assuntos que não nos dizem tanto respeito, mas acho que sim... acho que cada vez mais se vêem reportagens na televisão e testemunhos de pessoas mais jovens. (GA, *Feminino, 20 anos, CSCD*)

Acho que cada vez mais se vão perdendo os ditos tabus... hoje em dia fala-se de qualquer tema, de droga, sexo, álcool em jovens... acho que são bem claros a falar desses problemas. Agora, lá está, tirando aquele problema da empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho, assuntos do dia-a-dia dos jovens não têm problema em abordar. (OF, *Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

A diferença entre a exposição a noticiários (que cerca de 80% dos respondentes refere ver habitualmente) e a debates (assinalados por menos de 30%) indica também uma menor predisposição para formatos de análise e discussão mais aprofundada da informação, numa tendência que podemos confirmar noutras questões. Assim, tal como em televisão 70% dos jovens referem ver programação por cabo mas apenas 18,7% indica ver canais de notícias, também no que respeita à imprensa, referimos identificar-se uma preferência por géneros como a notícia e a reportagem, relativamente, por exemplo, a crónicas e textos de opinião. Estas tendências não serão exclusivas dos mais jovens e foram já sinalizadas noutros trabalhos sobre a população portuguesa. O *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*, por exemplo, indica que só cerca de 35% da população consome debates com frequência (Rebelo *et al*, 2008: 103).

À semelhança das observações sobre a relação da idade e do género com publicações que implicam maior regularidade e intencionalidade de procura (como imprensa diária não gratuita e jornais *online*), também os debates televisivos e os canais de notícias por cabo são tendencialmente mais assinalados por estudantes mais velhos e por jovens do sexo masculino. A média de idades dos que assinalam estas opções é superior à média dos que não o fazem (Anexo 5: Tabelas 14 e 16). Da mesma forma, enquanto 37% dos rapazes dão indicação de que costumam ver debates, a percentagem diminui para 26% nas raparigas, diminuição igualmente registada nos canais de notícias por cabo, assinalados por 27% de rapazes e cerca de 13% de raparigas (Anexo 5: Tabelas 13 e 15).

De forma menos evidente na questão relativa ao consumo de canais de notícias (onde a progressão se verifica apenas até ao ensino secundário), também nesta relação com formatos de aprofundamento da informação se observa o impacto da escolaridade dos pais. Assim, a percentagem de sinalização de crónicas e textos de opinião progride de cerca de 33% em jovens cujos pais têm o primeiro ciclo até mais de 45% em jovens cujos pais têm formação superior (Anexo 5: Tabela 12), apresentando a exposição a debates idêntica evolução de valores (Anexo 5: Tabela 13).

Em geral, podemos dizer que tanto em televisão como na imprensa valorizam informação breve, actual, seleccionada, factual e objectiva que lhes permita conhecer o essencial do que se passa:

Não gosto de informação muito longa. Acaba por cansar... a mim e a qualquer um. Só se for um tema que me interesse muuuito. Mas qualquer tema que seja muito extenso acaba por cansar um pouquinho. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Eu acho que chegava... Há uma novidade, a novidade é transmitida, a partir daí, se não houver mais questões a acrescentar a essa notícia, parte-se para outra notícia e não se fala mais. Parte-se para outro tema e só se volta a esse se houver algo mais a acrescentar. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

... aquilo não devia ser um diário, mas um semanário, porque aquilo dá para ler durante a semana toda. Como é um diário acabo por não ler no dia a seguir porque as notícias foram de ontem. Já não tem a mesma piada. Por isso é que leio o *i*. O *i* ajuda-me porque tem a informação mais seleccionada. Não é tão extensa. Gosto de ler, saber e ajuda-me a saber um pouco de tudo. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

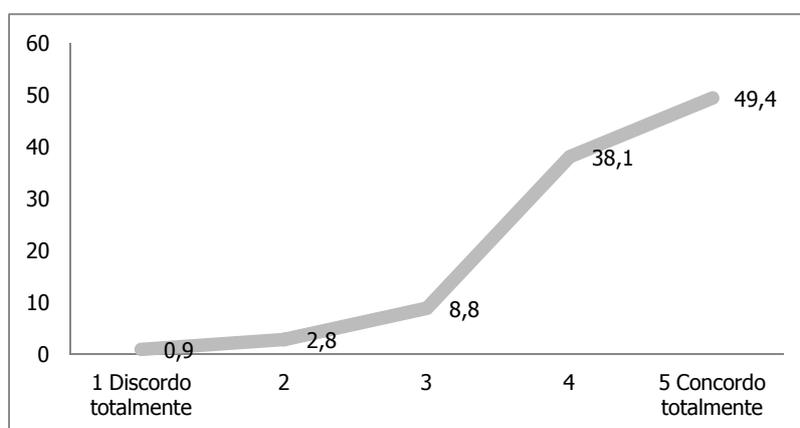
Eu acho que o jornal da manhã é extremamente objectivo. Eles no espaço de meia em meia hora começam a repetir a informação, tudo aquilo que já falaram e são muito objectivos: ontem, passou-se isto, isto e isto. A x pessoa fez uma declaração, passa a declaração, não emitem juízos de valor. Não estão muito tempo à volta do mesmo assunto. Ou seja, eles filtram a informação. É uma coisa extremamente rápida. (*SA, Feminino, 22 anos, Serviços*)

Tem de ser conciso. Aprendi na escola, em português, que a notícia começa com os factos, depois uma descrição e depois é que desenvolve. Quando desenvolve muito, eu não consigo

ler. Gosto de ler os factos, saber os objectivos e o desenvolvimento só se achar que necessito de mais informação. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

O *zoom* sobre determinados temas, que nas entrevistas uns demonstram efectuar claramente mais do que outros, faz-se mais pontualmente sobre algo de que ouviram falar e não têm muito conhecimento, ou em torno de um determinado interesse particular. Nesse sentido, também no questionário, mais de 85% dos inquiridos concordam com a afirmação “quando uma informação me interessa procuro-a em vários meios”.

Gráfico 8 – Posicionamento face à afirmação: Quando uma informação me interessa procuro-a em vários meios (%)



Q: Numa escala de 1 a 5, indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações
N = 633

Neste contexto de múltiplas articulações entre os vários meios disponíveis, pensamos poder ser destacada a complementaridade entre a televisão e a internet, os meios mais presentes no quotidiano destes jovens e os mais presentes também nos discursos das entrevistas:

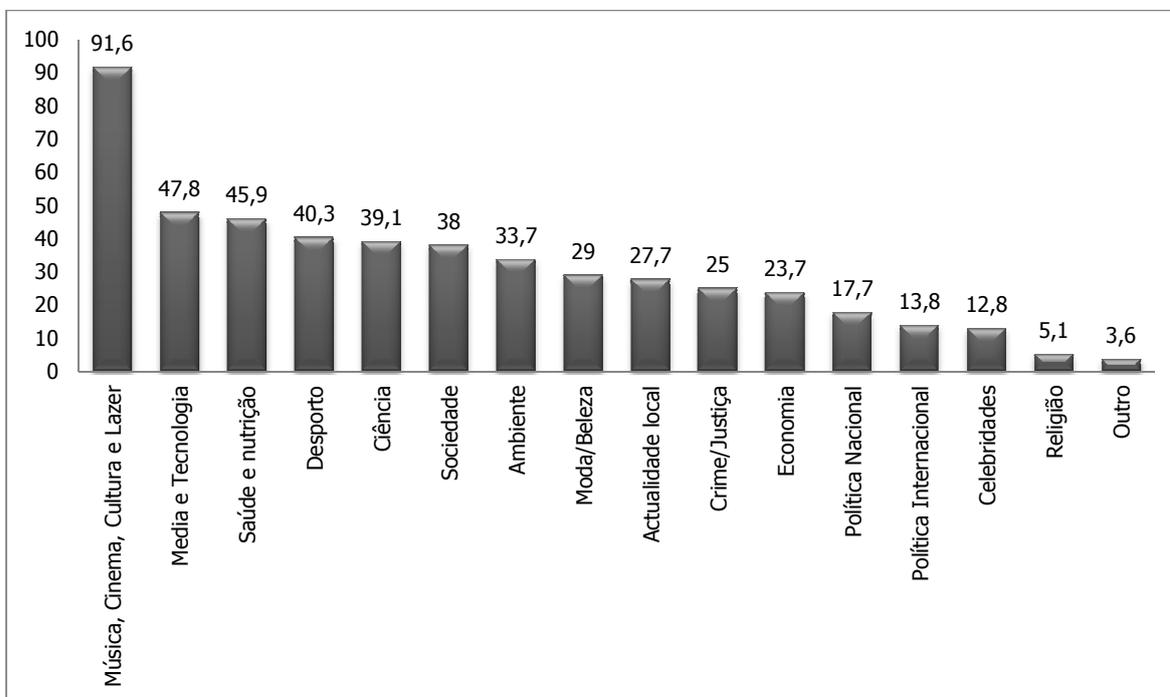
E já me aconteceu estar a ver uma notícia na televisão e ir ver aos jornais na internet porque eles têm tudo disponível na internet. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Procuro na internet. Pela facilidade de busca de artigos e de documentos. Por vezes, numa notícia que é lançada, há necessidade de pelo menos recordar o que aconteceu antes, quem é estava envolvido, o que é que levou àquilo e nem sempre... se não soubermos realmente por onde é que começou, às vezes a informação não é assim tão explícita a ponto da gente perceber o porquê... por norma, para identificar determinados acontecimentos e para recordar também, faço a minha pesquisa... [ri-se]... não é nada exaustiva... (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

Relativamente aos temas de actualidade que mais procuram nos meios de comunicação (Gráfico 9), confirma-se uma preferência clara pela área da cultura e do

entretenimento. Mais de 90% dos jovens indicam música, cinema, cultura e lazer. Temas bastante assinalados são também media e tecnologia, saúde e nutrição e desporto; surgindo ciência, sociedade e ambiente num terceiro nível de preferências.

Gráfico 9 - Temas de actualidade que mais procura nos meios de comunicação (%)



Q: Assinale o(s) tema(s) que mais procura nos meios de comunicação (podia assinalar-se mais do que uma opção)

N = 632

Actualidade local é referida como área de interesse por cerca de 27% dos jovens e crime e justiça por 25%, temas um pouco menos assinalados, do que, por exemplo, moda e beleza (29%). À excepção de celebridades e religião, as áreas menos indicadas são economia (assinalada por 23,7% dos inquiridos), política nacional (por 17,7%) e política internacional (13,8%).

Se pensarmos que tendem a procurar as questões que mais lhes interessam, facilmente concluímos como se sentem mais identificados com temas de cultura, media e lazer do que com temas económicos ou políticos. Neste âmbito, e à excepção da área cultural onde não são observáveis diferenças de género, as raparigas tendem, para além da saúde, nutrição, moda, beleza e celebridades, a aproximar-se mais da esfera da actualidade local e sociedade do que os rapazes, que apresentam percentagens

superiores de manifestação de interesse não só por desporto, ciência, media e tecnologia, mas também por política internacional, política nacional e economia⁵⁶.

À semelhança de outras relações já identificadas entre a idade e o consumo de informação, observa-se uma tendência para maior valorização quer de actualidade local e sociedade quer de política internacional, nacional e economia por estudantes mais velhos. Por exemplo, enquanto 36,3% dos indivíduos entre os 18 e os 23 anos indicam procurar temas sociais, a percentagem de sinalização desta área aumenta para 48,8% no grupo dos mais velhos. A associação entre a idade e a sinalização de temas de política nacional é ainda mais expressiva: a temática é assinalada por cerca de 15% dos estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos e por mais de 30% dos jovens com idades entre os 24 e os 29 anos (Anexo 5: Tabela 17).

O reconhecimento de que a política surge como um dos temas a que prestam menos atenção poderá - tal como referimos relativamente à própria relação menos envolvente com a informação em geral - remeter para a observação da forma como percebem a cobertura noticiosa, e em particular, a cobertura noticiosa da política. Assim, para além dos já mencionados argumentos relativos a uma menor inclusão dos jovens no tratamento destes temas, surgem referências a um discurso pouco contextualizado e difícil de acompanhar, numa linguagem que cria exclusão de quem não domina o seu léxico.

De política, fala-se muito, não é? Só que, por exemplo, eu que não percebo certos termos, se calhar o jornalista não é tão explícito naquilo que diz e nas reportagens que passam. Por exemplo, passam na televisão reportagens dos políticos a falar sobre as leis e, muitas vezes, eu não percebo. Não sei, talvez não haja uma tradução mais genérica, mais sucinta daquilo que eles estão a dizer e por isso é que não percebo. Por exemplo, sociedade, actualidade, essas coisas, a linguagem é corrente, é aquilo que nós falamos e na política não... na economia também não... mas já tenho alguma experiência... pouca. Mas muitas vezes, como não percebo, não me interessa. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Há também referências a um acompanhamento por vezes excessivo do quotidiano institucional:

Mas, por exemplo, a nível de política, acho que a cobertura é até em demasia, porque é todos os dias: o presidente foi aqui, foi não sei onde, fez isto, fez aquilo... ok. Interessa-me, mas não é preciso estar ali a perder todos os dias... (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

⁵⁶ Actualidade local, por exemplo, é assinalada como área de interesse por 31,7% de raparigas e 20% de rapazes e sociedade por quase 43% de raparigas e cerca de 28% de rapazes. Inversamente, política nacional é assinalada por 22,8% de rapazes e 15,1% de raparigas e economia por 35,8% de rapazes e 17,5% de raparigas (Anexo 5: Tabela 17).

Não diria abusivo, mas se calhar ocupam grande parte do seu tempo a falar deles. Se calhar devia ser dado de uma forma mais... contida. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Críticas em torno de uma crescente pessoalização do tratamento, com noticiários muitas vezes preenchidos com detalhes irrelevantes, centrados em polémicas e escândalos e excessivamente focados nos aspectos negativos da actuação política; uma cobertura onde impera a «preocupação com o jogo e a estratégia da política em vez de problemas sociais e sua solução» (Cappella e Jamieson, 1996: 71).

Os media, hoje em dia, acho que não abordam a política. Abordam... falam sobre quem está na política. Não nos falam da política, mas das pessoas... não é que a fazem, mas vá... que estão lá no momento. E só por isso, acho que é uma falha porque não nos falam muito do que se está a fazer, mas de quem é que fez. O que é que determinado fulano está a pensar, o que é que ele fez, onde é que ele andou metido... acho que agora... há aquelas separações, economia, sociedade, política... e, na parte da política, são sempre os mesmos (...) tenta esmiuçar o lado curriqueiro dos políticos em vez de ir para as políticas aplicadas. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

A televisão não dá sobre o PS ou sobre o PSD, dá sobre o líder do PS e sobre o líder do PSD. Mesmo a questão da direita e esquerda... eles falam de direita e de esquerda, mas o que é a direita e o que é a esquerda? Essas questões, não ensinam... *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Às vezes é negativa... às vezes é mesmo depreciativa... (...) O que fazem, é criticar... dão a conhecer o que aconteceu, mas de uma forma crítica, destruindo... às vezes tenho a sensação que pegam só nos pontos negativos do tema. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

A classe política comete muitos erros. E depois os media acabam por ampliar muito. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Há quem refira que a cobertura da política em Portugal não é tão beligerante como a de outras democracias, mas não deixando de apontar o dedo a alguns aspectos a ver melhorados.

Em Portugal acho que não tratam muito mal, sinceramente... Acho que até são bastante coerentes no tratamento da informação... se bem que... como eu já referi anteriormente, ao longo do tempo tem vindo a decair. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Estou a lembrar-me das últimas eleições, já não sei bem qual era o candidato... deram bastante importância ao facto de um dos candidatos andar sempre estrada a baixo, estrada acima, para saber os resultados. Acho que isso é irrelevante... não tem nada a ver com a questão que estava a decorrer... *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Embora mais acentuada na avaliação da cobertura da política, verifica-se uma percepção de complexidade do discurso noticioso em geral e o sentimento de exclusão e de fechamento desse mundo é expressivo quando quase metade da amostra (cerca de 40%) tende a concordar com a afirmação ‘para quem não está por dentro dos

acontecimentos é difícil acompanhar as notícias’, sinalizando 4 ou 5 numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo completamente’ e 5 a ‘concordo completamente’. A menor compreensão e/ou sensibilidade revelada por alguns jovens acentua-se em áreas que percebem como menos relacionadas com as suas realidades:

Eu quando digo que não compreendo de economia, não compreendo as coisas específicas, aqueles dados todos da bolsa, de *Wall Street*, e isso, confesso que não percebo muito, mas coisas... sei lá... que afectam o IRS ou assim, se calhar, já vou compreender. Lá está, coisas mais próximas de mim. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Não sei... talvez pela maneira como são apresentados. Não sei... se calhar vou ficar mais sensível quando estiver na situação que eles estão a discutir, mas como é uma situação que não me afecta, ou actualmente não me faz muita diferença, não sou sensível. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

No entanto, num ciclo que contém as duas referências e em que é difícil distinguir causas e efeitos, alguns temas serão também sentidos como menos próximos porque percebidos como mais difíceis de compreender.

6.4 Usos (menos públicos) da rede

Relativamente aos usos da internet, actividades de comunicação com pares como trocar *emails* (assinada por 82,1% dos respondentes) e conversar *online* (por 74,2%) são as que estes jovens mais referem realizar ‘frequentemente’, distanciadas das seguintes, e apontando, assim, para um uso sobretudo relacional da rede.

Tabela 19 - Frequência de usos da internet (%)

	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente ou nunca
Enviar/receber <i>emails</i>	82,1	16,5	1,4
Conversar <i>online</i>	74,2	20,9	4,9
Ver <i>Youtube</i>	56,2	35,1	8,7
Constituir rede de amigos	51,6	29,6	18,8
Fazer <i>download</i> de jogos, música e vídeo	47,3	28,2	24,5
Pesquisar informação sobre bens e serviços	43,7	49,3	7
Fazer <i>download</i> de <i>software</i>	33,6	34	32,4
Consultar bibliotecas e bases de dados	29,3	51,3	19,4
Ler jornais e revistas <i>online</i>	28,6	37,3	34,1
Navegar sem objectivos concretos	26,4	51,1	22,5
Ouvir rádio	24,6	36,2	39,2
Jogar <i>online</i>	23,4	24,4	52,2
Procurar programas de TV	17,9	36	46,1

Utilizar serviços bancários	15	23,8	61,2
Publicar conteúdos	14,6	31,9	53,5
Ler blogues	14,3	44,6	41,1
Aceder a serviços públicos	14,1	51,5	34,4
Participar (postar) em blogues	10,7	31,7	57,6
Procurar emprego	6,6	30,4	63
Comprar produtos <i>online</i>	5,8	22,2	72
Responder a sondagens e questionários	5,6	33,7	60,7
Comentar notícias	3,7	25,6	70,7
Fazer formação <i>online</i>	1,3	5,4	93,3
Contactar responsáveis políticos	0,5	4,6	94,9

Q: Na internet, com que frequência desenvolve cada uma destas actividades?

N > 622

Em seguida, surgem práticas de consumo de imagens em movimento como ver o *youtube* (56,2% da amostra visita a aplicação frequentemente), constituir rede de amigos (51,6%), pesquisar informação sobre bens e serviços (43,7%) e realizar *downloads* (de música, jogos, vídeo e *software*). Nesta hierarquização das actividades que referem efectuar ‘frequentemente’, menos de um terço refere a consulta de bibliotecas e base de dados e a leitura de imprensa. Cerca de um quarto refere que navega frequentemente sem objectivos concretos ou acede a rádios *online*. Apenas 17% visionam frequentemente produtos televisivos na internet, sendo os programas mais procurados filmes, séries e programas de humor, seguidos de noticiários. O recurso à banca virtual e a serviços públicos *online*, a publicação de conteúdos, a leitura de blogues são práticas pouco frequentes (apenas cerca de 15% as refere) e ainda menor é o número dos que declaram realizar com frequência actividades de participação como postar em blogues, responder a inquéritos ou comentar notícias.

De facto, com mais de dois terços de sujeitos a assinalar que realizam ‘raramente ou nunca’ estão actividades como a utilização de serviços bancários, formação e compras *online*, bem como o comentário de notícias, a resposta a sondagens e questionários e o contacto com responsáveis políticos (este a atingir um valor quase universal).

A relação dos jovens com a rede revela-se ainda na eloquência dos seus números, repartida entre uma fortíssima base relacional interpessoal (a internet como via de proximidade e de contacto com amigos e conhecidos), um forte elemento de consumo de conteúdos de entretenimento e de informação utilitária e uma reduzida e

quase residual prática de participação digital expressa por uma iniciativa própria em intervir na rede e tirar partido dela.

Para esta divisão podem contribuir as próprias características da amostra. Caracterizando-se as raparigas por obterem médias superiores na frequência com que realizam algumas actividades de comunicação e sociabilidade como troca de *mails*, *chat*, constituição de rede de amigos; nos rapazes podem observar-se médias mais elevadas na frequência com que efectuam *downloads*, jogos, acesso ao *youtube*, bem como na leitura de blogues e participação nos media, através, por exemplo, do comentário de notícias ou da resposta a sondagens e questionários⁵⁷. As médias de leitura e participação em blogues e publicação de conteúdos são também superiores nos indivíduos de sexo masculino, ainda que nestes casos, a tendência não seja tão expressiva.

No que respeita à idade, o grupo de indivíduos com idades entre os 18 e os 23 anos apresenta maior frequência de publicação de conteúdos, mas são os estudantes mais velhos que mais tendem a comentar notícias⁵⁸.

Não obstante estas variações de género e idade, e como pode ser observado na Tabela 19, o comentário de notícias é para a generalidade da amostra uma prática pouco regular: menos de 4% dos inquiridos indicam ser uma actividade realizada com frequência. Para cerca de 70% dos sujeitos é uma prática ‘raramente ou nunca’ levada a cabo como, aliás, revelam também os dados das entrevistas:

Não (...) [Porquê?] Pois... é uma boa questão... nunca se proporcionou... limito-me a consumir, não tenho por hábito... (CM, Masculino, 25 anos, CSCD)

O receio de publicar uma opinião menos sustentada, a necessidade de ouvir as opiniões de quem está mais próximo – que se combinam com a não necessidade de se fazer ouvir - ou a falta de crédito e a negatividade atribuídos aos espaços de comentário, são algumas das justificações apontadas:

⁵⁷ Correspondendo 1 a ‘raramente ou nunca’ e 3 a ‘frequentemente’, a média obtida pelas raparigas na questão relativa à utilização do correio electrónico é de 2,8 enquanto a dos rapazes é de 2,7. Apesar de reduzida, a diferença é estatisticamente significativa. Significativa é também a diferença de médias na frequência com que constituem rede de amigos: 2,4 nas raparigas e 2,1 nos rapazes e com que conversam *online* (questão em que a média obtida pelas raparigas é 2,7 e nos rapazes 2,6). Por sua vez, os rapazes apresentam uma média de comentário de notícias significativamente superior (1,5) à das raparigas (1,3), sendo também significativamente superior a média que obtêm na frequência com que respondem a sondagens e questionários (1,5 nos rapazes e 1,4 nas raparigas) (Anexo 5: Tabela 18).

⁵⁸ A média obtida pelos mais velhos na questão relativa ao comentário de notícias é de 1,4 enquanto nos mais novos é de 1,3 (Anexo 5: Tabela 19).

Não. Se eu vir uma notícia pela primeira vez, eu não tenho a certeza se aquilo que eu estou a pensar é certo ou errado. E então, talvez tenham essa necessidade de saber primeiro qual é a opinião dos outros para saber se eu estou assim tão certa ou tão errada. Não sei... para consolidar o meu ponto de vista. Se calhar o que eu estou a pensar está totalmente errado e ou foi um problema de interpretação ou mesmo... (GA, *Feminino, 20 anos, CSCD*)

Não. Acho que quando se fazem comentários há um certo exagero das pessoas... chega a um certo ponto em que há mais comentários de tom ofensivo do que construtivo. (OF, *Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Não. De todo. Leio os comentários que fazem... não sei... não acho que haja a necessidade de estar lá o meu comentário... Se um dia gostar mesmo de colocar o meu comentário, assim farei, mas, apesar de os ler, não senti essa necessidade. (SE, *Feminino, 23 anos, CSCD*)

E, mesmo os jovens que durante a entrevista revelaram já ter comentado, indicam não ser uma actividade realizada com frequência. Comentam, como explicam, sobretudo por oposição, quando discordam da maioria dos comentários postados, quando entendem que há um outro ponto de vista que necessita de ser introduzido na discussão. Comentam mais comentários de outros do que o artigo propriamente dito, numa reacção mais àqueles que aparecem ao seu nível (público) do que ao que foi escrito pelo autor do artigo, um aspecto revelador das redes de comunicação horizontal potenciadas pela internet.

Já comentei artigos. Geralmente, eles põem um artigo, as pessoas começam a comentar e quando há alguma coisa com a qual eu não concordo ou acho que as pessoas estão a interpretar o artigo de uma maneira direccionada para o sítio errado, tento sempre mostrar o outro lado. Quando concordo nem sequer comento. (...) [Comento] duas vezes por mês. Geralmente faço comentário sobre eventos. Já comentei artigos a nível... por exemplo, agora do Manuel Alegre ser ir candidatar. Já comentei. É por aí... (SA, *Feminino, 22 anos, Serviços*)

Não. Já comentei, mas normalmente não gosto muito, porque me irritam certos comentários. Ou porque não concordo, ou porque acho que estão a levar aquilo para outro lado. Muitas vezes os comentários são uma subversão da própria notícia (...) as pessoas comentam só o que leram como título. Muitas vezes depois vou ler a notícia e o título não tem nada a ver com a notícia. Há uma falha deles: aquela frase não era bem aquilo e as pessoas comentam sem ir ler e fazem logo comparações com coisas que não têm nada a ver. Não sou muito de comentar... [Mas já comentou alguma vez?] Já comentei. Uma resposta a um comentário que estava lá. Li o artigo, qualquer coisa sobre o aborto, e estavam a comentar contra, não me recordo já, e eu respondi (...) Porque realmente estava a revoltar-me os comentários que estavam a escrever. Estava a ficar saturada de ler tanto comentário seguido e de ninguém ter, na minha opinião, nexo. Não concordava com ninguém, então fui comentar para mostrar o outro lado. Acho que mais alguém comentou a seguir a mim, mas ficou por ali. (IR, *Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Não obstante não terem sido exploradas no questionário as actividades que desenvolvem nas redes sociais (essencialmente porque não tinham, no momento da sua construção, o impacto que têm hoje), e o número de entrevistas não permita uma

generalização dos resultados, podemos perceber que a opinião sobre a adesão a determinados grupos de opinião, por exemplo no *Facebook*, não é muito diferente: não têm por hábito envolver-se, quer por receio de vinculação a determinada orientação, quer por considerarem irrelevantes e pouco credíveis alguns dos grupos propostos.

Não. Só participo em brincadeira ou... por norma não me envolvo em grupos desses, até porque acho que isso vai marcar muito a nossa personalidade e vai fazer com que as pessoas tirem logo uma conclusão: «Ah, agora está neste...»... até podemos ter essa afinidade, mas estamos logo a ser avaliados... (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

Não. Normalmente acho que há lá grupos que realmente não fazem sentido e que as pessoas muitas vezes subscrevem, mas se calhar alguns não sabem realmente o que aquilo quer dizer. Nomeadamente, quando tem a ver com política e Sócrates e isso, eles preocupam-se com coisas mais supérfluas: se ele é ou não é engenheiro... eu acho que isso não tem muita relevância... está bem que podia ser honesto... mas não tem relevância para o facto de ele governar melhor o pior o país. Por isso, não costumo. A não ser que seja uma coisa em que tenha a certeza do que se está a falar e que eu ache realmente relevante. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Os argumentos indicados para justificar não desenvolverem blogues, são semelhantes:

Não. Não tenho paciência. Talvez um bocado por vergonha... tenho medo de postar alguma coisa e não ser aquilo. Eu não gosto de escrever diários. Em miúda escrevia, mas depois ia reler aquilo e já pensava de outro modo e eu vejo o blogue um bocado como um diário. Não gosto de escrever. Porque o que vou escrever hoje, amanhã, já posso pensar de maneira diferente. Mas é pessoal, porque até gosto de seguir blogues e de ler. O meu próprio, não. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Estes testemunhos que apontam para uma certa reserva e distância da vida pública, para uma determinada forma de estar pouco envolvida e de algum receio pela exposição das suas opiniões sobre determinadas questões da actualidade, poderão ser sublinhados pela forma como se posicionam relativamente à afirmação mais geral ‘gosto de participar publicamente dando a minha opinião sobre temas de actualidade’: mais de 40% tende a discordar da afirmação, situando-se a média de respostas em 2,8 (numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’).

Cerca de 66% dos inquiridos refere não ter página pessoal ou blogue, percentagem que pensamos poder ser um pouco superior se considerarmos que alguns jovens consideraram nesta questão páginas em redes sociais e profissionais. Em todo o caso, a especificação do tipo de página ou blogue que indicam possuir, permite verificar que quase 40% dos que indicam ter (13,4% do total da amostra) diz tratar-se de um blogue pessoal, estilo diário, onde vai partilhando experiências com os amigos; 22% dos

que referem possuir blogue (7,4% do total da amostra) referem ser um espaço relacionado com um *hobby*; 17,8% dos que assinalam ter (6% do total da amostra) diz tratar-se de um blogue para divulgação de produtos ou trabalhos (portefólio). Apenas 4,2% dos que têm página ou blogue, correspondentes a 1,4% do total da amostra, afirma tratar-se de um lugar de intervenção e discussão de temas de actualidade.

Tabela 20 - Tipo de página/blogue (%)

Blogue pessoal, estilo diário	39,7
Blogue sobre <i>hobby</i>	22
Blogue de divulgação de produtos	17,8
Blogue de intervenção/debate	4.2
Outro	23,8

Q: Se sim, especifique o tipo de página ou blogue (podia assinalar-se mais do que uma opção)

N = 214 (a esta questão responderam apenas os que indicaram ter página ou blogue)

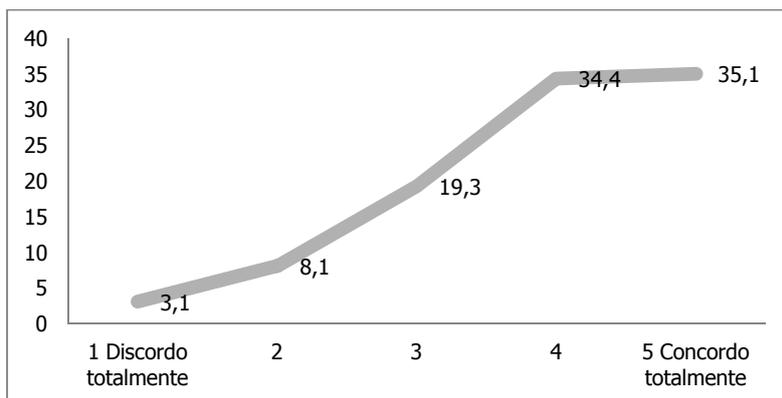
Os que referem ter ‘outro’ tipo de página, indicam sobretudo páginas de redes sociais como o *Hi5*, *Facebook*, *Myspace* e *Flirck*.

Blogues tipo diário são significativamente mais referidos por sujeitos do sexo feminino e blogues sobre *hobby* ou portefólio mais assinalados por rapazes⁵⁹. Relativamente aos blogues de intervenção e discussão de temas da actualidade, o reduzido número de casos (9 indivíduos) dificulta a avaliação e aplicação de testes estatísticos: destes, 5 (6,8%) são rapazes e 4 (2,8%) são raparigas (Anexo 5, Tabela 20).

Estes dados relativos ao reduzido desenvolvimento de blogues e páginas, e à própria interacção com os media, estarão em consonância com as tendências relativas à publicação de conteúdos que, começando a emergir como prática ‘ocasional’, não é ainda frequente para a maioria dos inquiridos. Menos de 15% dos jovens indicam publicar conteúdos ‘frequentemente’, 31,9% referem fazê-lo ocasionalmente e 53,5%, assinala publicar ‘raramente’. Justifica-se, assim, que quase 70% dos respondentes concorde com a afirmação “na internet é fácil criar e publicar conteúdos, mas não tenho esse hábito”.

⁵⁹ Cerca de 50% das raparigas que têm blogue indicam ter um blogue pessoal, estilo diário onde vão partilhando experiências com os amigos enquanto apenas 17% dos rapazes o fazem. Blogues sobre *hobby* ou com carácter de portefólio são indicados por cerca de 30% dos rapazes que têm blogue e, em ambos os casos por menos de metade das raparigas (Anexo 5, Tabela 20).

Gráfico 10 – Posicionamento face à afirmação: Na internet é fácil criar e publicar conteúdos, mas não tenho esse hábito (%)



Q: Numa escala de 1 a 5, indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações

N = 633

À semelhança do que acontece com as práticas de discussão interpessoal, se observarmos quem são os interlocutores mais frequentes das práticas de comunicação na rede, confirmamos que a comunicação se desenvolve sobretudo entre pares, com os amigos (79,4%) e colegas (70,2%).

Tabela 21 - Frequência de comunicação com diferentes interlocutores (%)

	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente ou nunca
Amigos	79,4	18,2	2,4
Colegas	70,2	25,8	4
Familiares	31,6	49,5	18,9
Órgãos de informação	4	28	68
Outros	1,8	15,1	83,1
Responsáveis políticos	0,2	4,9	94,9

Q: Pensando na Internet (*MSN, Skype, Mail*), indique a frequência com que comunica com cada um destes grupos

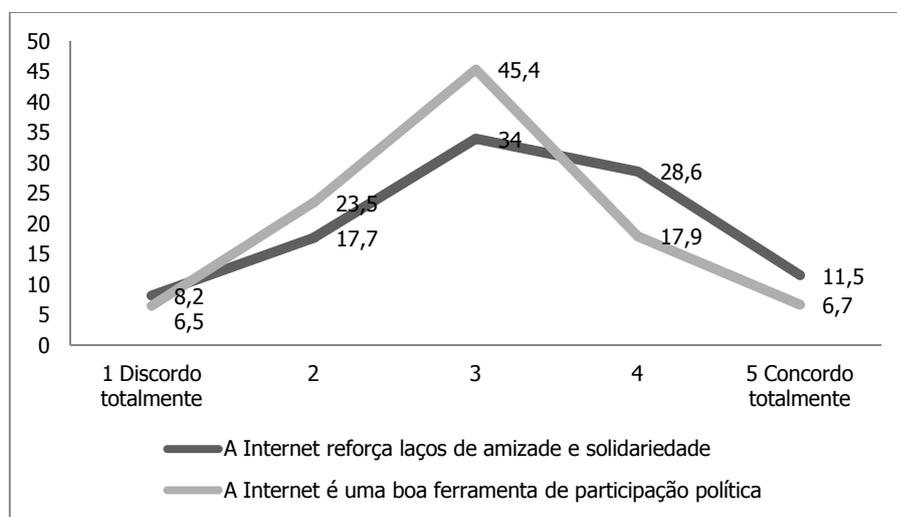
N = Amigos 631/ Colegas 627/ Familiares 628/ Órgãos de Informação 625/ Outros 622/ Responsáveis Políticos 622

Numa percentagem menor, que pensamos poder ser justificada pelo fosso tecnológico ainda existente entre muitos pais e filhos, comunicam também com familiares. Verdadeiramente residual é a percentagem de jovens que indica comunicar com órgãos de informação (apenas 4%) ou com responsáveis políticos (0,2%). Estes dados relativos às interações *online* e ao desenvolvimento e participação em espaços mais intencionalmente direccionados para intervenção pública indicam, assim, que não estarão a ser actualizadas as possibilidades de interacção com figuras políticas e com os próprios media introduzidas pela internet.

Embora estas práticas sejam quase inexistentes para toda a amostra, os rapazes parecem apresentar um pouco mais de propensão, quer para contactar com órgãos de informação, quer para contactar com responsáveis políticos, obtendo em ambos os casos médias ligeiramente superiores (Anexo 5: Tabela 21). São também os estudantes mais velhos que maiores médias obtêm na utilização da internet para comunicar com responsáveis políticos. (Anexo 5: Tabela 22).

Na verdade, os jovens inquiridos tendem a identificar com mais intensidade as possibilidades da rede ao nível da sociabilidade e da solidariedade do que ao nível da participação política. Se relativamente à afirmação ‘a internet reforça laços de amizade e solidariedade’ a média de respostas é de 3,2 (numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’), o valor desce para 3,0 quando em causa está o posicionamento face à afirmação ‘a internet constitui uma boa ferramenta de participação política’. Nesta última questão há também uma percentagem superior de jovens a refugiar-se no 3, valor que, numa escala de 1 a 5, pode apontar para uma ausência de opinião e de posicionamento claro⁶⁰.

Gráfico 11- Representações da internet (%)



N = 600 / 633

Nesta matéria, e em relação com as próprias tendências de uso, os indivíduos mais novos apresentam médias superiores de reconhecimento do potencial de sociabilidade e

⁶⁰ Sobre esta questão, é importante referir que quer o questionário (2009) quer as entrevistas (2010) foram realizados antes da comunicação social dar destaque ao papel da internet e, mais precisamente, das redes sociais, por exemplo, nas revoluções ocorridas em países do médio oriente e na própria emergência, em Portugal, do movimento 23 de Março (2011). Pensamos que se o questionário fosse aplicado hoje os resultados desta avaliação poderiam ser diferentes.

solidariedade da rede enquanto os estudantes mais velhos apresentam maior reconhecimento das possibilidades políticas⁶¹. Não havendo diferenças de género relativamente à percepção da internet no reforço de laços de amizade, são também os rapazes que mais concordam com a afirmação ‘a internet é uma boa ferramenta de participação política’⁶². Estas diferenças não são, no entanto, significativas e tendem, como referimos, a não corresponder a médias muito elevadas.

Não quer dizer que não haja jovens a manifestar essa consciência e, nas entrevistas, a referir por exemplo a mais-valia da internet no acesso à informação sobre “programas e propostas eleitorais” ou o *Facebook* como “nova plataforma para os partidos entrarem em contacto com o público jovem”, referindo também vantagens da internet ao nível mais vasto da visibilidade e envolvimento em projectos, mas é uma consciência que podemos classificar de não generalizada, pouco actualizada, e que assenta mais num reconhecimento do potencial de acesso e partilha de informação, do que no potencial de interacção com as elites e os media, não havendo, pelo menos no grupo de jovens entrevistados, referências à ligação que pode surgir entre as duas esferas, entre a sociabilidade entre pares ou mobilização em torno de projectos e uma expressão e participação públicas mais formalizadas.

6.5 Diversidades nas relações com a informação

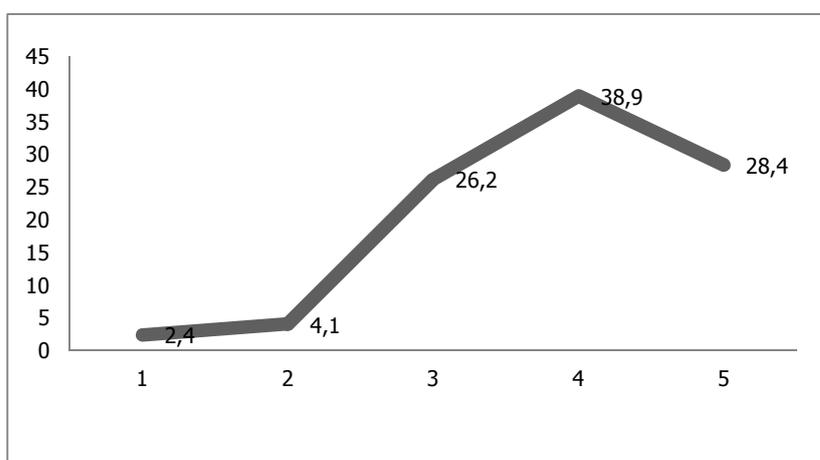
A identificação de tendências que apontam para índices baixos de consumo de imprensa, uma menor exposição a formatos de análise e discussão da actualidade, um reduzido desenvolvimento de práticas *online* mais explicitamente conotadas com a participação pública, poderá, no entanto, não significar alheamento ou mera indiferença relativamente à informação e às questões de actualidade. Os dados apresentados não negam o facto de a informação constituir, para muitos destes jovens, um formato menos envolvente – e mesmo excludente - cujo consumo pode surgir nalguns casos orientado por um sentimento de dever, mas não parecem também remeter para uma conclusão de simples desatenção ao mundo que os rodeia.

⁶¹ Enquanto no grupo dos 18-23 anos a média de concordância com a afirmação ‘a internet reforça laços de amizade e solidariedade’ é de 3,2, no grupo dos 24-29 anos desce para 3,0. Relativamente à afirmação ‘a internet é uma boa ferramenta de participação política’ a tendência inverte-se: nos mais novos a média é de 2,9, aumentando para 3,1 no grupo dos mais velhos (Anexo 5: Tabela 23).

⁶² Os rapazes apresentam uma média de 3,0 e as raparigas de 2,9 (Anexo 5: Tabela 24).

Podendo não ser o conteúdo em que mais investem, e surgir maioritariamente por via da televisão generalista, muitas vezes associada a uma atenção mais superficial aos temas (quer ao nível da produção quer ao nível da receção) (Bourdieu, 1997: 24), a informação é consumida pela maior parte destes jovens que inclusivamente a consideram útil para a formação das suas opiniões. Numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo completamente’ e 5 a ‘concordo completamente’ a média de avaliação da afirmação ‘as notícias ajudam-me a construir opiniões’, é de 3,9 (observando-se que quase 70% dos sujeitos assinalam o valor 4 ou 5 da escala proposta).

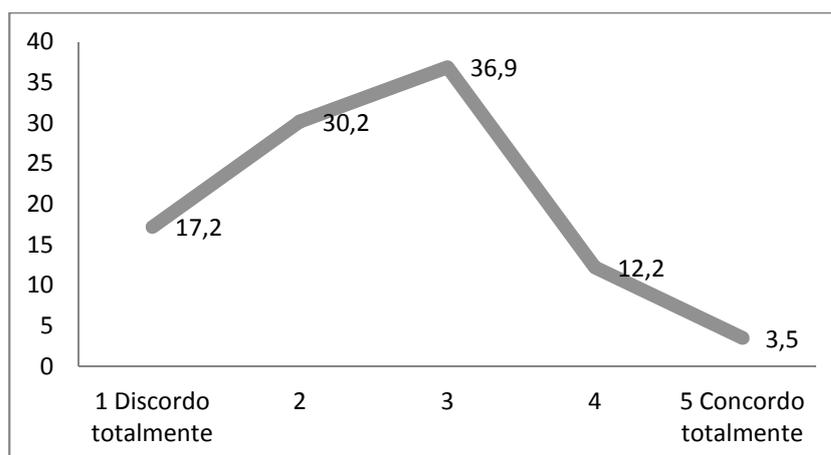
Gráfico 12 – Posicionamento face à afirmação: As notícias ajudam-me a construir opiniões (%)



Q: Numa escala de 1 a 5, indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações
N = 633

Podemos também referir que, embora de forma não muito comprometida, encontram relação entre a informação veiculada pelos media e as suas vidas. No questionário, apesar de uma percentagem elevada (36,9%) assinalar 3 (a resposta mais neutra numa escala de 1 a 5), há mais indivíduos (47,4%) a discordar da afirmação «a informação veiculada pelos media tem pouco a ver com a minha vida», do que a concordar (15,7%), situando-se a média de respostas em 2,5.

Gráfico 13 – Posicionamento face à afirmação: A informação veiculada pelos media tem pouco a ver com a minha vida (%)



Q: Numa escala de 1 a 5, indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações
N = 632

Para além disso, manifestam ter hábitos de discussão interpessoal sobre temas da vida pública. O domínio da agenda não é uma pré-condição importante da sociabilidade entre pares⁶³, mas conversam com os amigos sobre a actualidade: 56% dos jovens referem fazê-lo ‘frequentemente’, 40,2% ‘ocasionalmente’, havendo apenas 3,8% de sujeitos a indicar que o fazem ‘raramente ou nunca’. Como pode observar-se na Tabela 22, discutem também com colegas, familiares e, ocasionalmente, com professores.

Tabela 22 - Com que frequência e com quem costuma discutir temas da vida pública (%)

	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente ou nunca
Amigos	56	40,2	3,8
Colegas	43,2	49,3	7,5
Mãe	41,1	47,5	11,4
Pai	38,9	43,4	17,7
Irmãos	24,8	42	33,2
Professores	6,3	50,1	43,6

Q: Com que frequência costuma discutir temas da vida pública e com quem?

N = Amigos 630/ Colegas 625/ Mãe 621/ Pai 588/ Irmãos 576/ Professores 619

Apesar de nas entrevistas a família apresentar um pouco mais de relevo do que os amigos (sobretudo na discussão de temas políticos que surgem também aqui como

⁶³ Quase 50% dos jovens que compõem a amostra discordam da afirmação ‘só seguindo a informação sobre a actualidade é possível acompanhar as conversas do meu grupo de amigos’, sendo a média de respostas 2,5, numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’.

menos consensuais e especificamente mais remetidos para espaços de diálogo familiar), a maioria revela hábitos de discussão da actualidade:

Em casa com a minha família e no trabalho ou no grupo de amigos. Mantemos sempre conversas sobre a actualidade e sobre o que se passa... mas muito informal. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Com os amigos, com a família... principalmente família. Bastante mesmo. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

De política a gente não fala. Nunca falei com ninguém, acho eu. De economia, falo com o meu pai porque ele é gestor financeiro e já tem esses palavreados. Costumamos falar muito sobre economia (...) Sobre temas de actualidade e futebol e essas coisas mais chocantes e assim, falo com o meu grupo de amigos mais chegado, com aquelas pessoas com quem estou todos os dias. E é com eles que eu falo. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Muito com o meu pai. O meu pai foi uma pessoa que me marcou sempre... tipo: «desconfia sempre do que ouves dizer, forma a tua própria opinião, ouve várias opiniões, para formares a tua própria». O meu pai sempre foi... tem a sua ideia, mas sempre me deixa ver outra perspectiva. (...) Com o meu namorado também falo de vários assuntos. Por vezes também com colegas de turma, mas mais a nível social ou ambiental, nunca político. Política é mais com o meu pai e como sou também militante na juventude partidária, dentro da própria juventude, abordamos vários assuntos. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Em casa. Muito. Porque tenho familiares com posições um pouco antagónicas e então dá logo azo a discussão. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Sessenta por cento com a família e quarenta por cento com colegas. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Ora, da mesma forma que uma relação menos comprometida com a informação não pressupõem ausência do seu consumo, o facto de a política ser um tema que menos indicam procurar nos media e cuja discussão mais remetem para espaços de intimidade, não significa, necessariamente, que não se interessem por temas políticos. Pelo contrário, durante as entrevistas, e conforme voltaremos a explorar, encontramos referências que apontam, por exemplo, para a atenção prestada a questões como a situação económica do país, o desemprego jovem, a desigualdade social.

Falam da situação da Grécia e depois falam em Portugal e eu começo a pensar que se calhar coisas que pensamos que são impossíveis de acontecer, podem acontecer. Isso aflige-me um bocado, então, tento acompanhar minimamente esse tipo de informação. *(SA, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Há também várias referências ao facto de terem seguido com especial atenção questões como a despenalização do aborto ou o casamento homossexual, temas classificados como sociais, mas que não deixam de ser políticos.

Gosto de... Claro que há questões sociais que a mim me interessam, agora a questão do casamento homossexual, do aborto... (...) Gostei de seguir essa questão do referendo do aborto e do casamento homossexual. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Numa observação que sublinha a necessidade de reflectir sobre as imagens que estão a ser veiculadas, Isabel Menezes, no Estudo Internacional sobre Educação Cívica com jovens um pouco mais novos (entre os 14 e os 15 anos), observa que sempre que aparece a expressão ‘partido político’ ela despoleta nos jovens alguma reacção negativa (Menezes, 2002: 220). Ou seja, tratar-se-á também de uma questão de representação. Aprofundaremos esta questão, mas muitos destes jovens parecem reagir negativamente sempre que surge uma referência à ‘política’, mostrando-se, no entanto, sensíveis a questões políticas quando elas surgem noutros contextos ou com outras designações. Podem não procurar as secções de política, a cobertura que é dada à actuação dos responsáveis partidários e governamentais – cuja cobertura noticiosa avaliam, como referimos, negativamente - mas revelam sensibilidade para questões que pensam ter mais relação com a vida das pessoas.

Não tanto a política e as actuações políticas que existem e os conflitos, mas muito mais a parte da sociedade. O que se passa... o que as pessoas esperam... gosto de saber... *(SE, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Para além disso, se a preferência por formatos de ficção não implica a ausência de consumo de informação, o facto de valorizarem determinados temas não implicará que ignorem outros. Podem até não aprofundar determinada área, revelar maior ou menor domínio da informação, mas a maioria estará ‘ligada’, no sentido em que vai prestando alguma atenção ao que se passa à sua volta. Com diferentes níveis de proximidade e comprometimento vão acompanhando a agenda política e económica.

Não esquecendo que as respostas e discursos são muitas vezes ajustados ao que se pensa ser socialmente mais desejado, e que a enunciação de interesse possa nem sempre ser concretizada em iguais níveis de envolvimento, nas entrevistas muitos dos jovens abordados referem estar atentos à informação para poder ter uma “conversa minimamente informada”, para saber “como vai o país”, ou pela “obrigação de saber o que se vai passando”, uma forma percebida como vigilância e integração social, que sublinha «uma orientação para os media enquanto forma de envolvimento colectivo» (Couldry *et al*, 2007: 182).

Tento estar um bocadinho a par de tudo. Não percebo de economia, mas gosto de saber qualquer coisa ou pelo menos ler alguns artigos. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Sempre fui interessada. Posso não ser especialista, mas sempre fui interessada. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Sim. Tenho algum interesse. Não estou lá afincadamente a ver, mas tenho interesse. Acho que é uma necessidade. Sinto-me na obrigação de saber o que vai acontecendo à minha volta... *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

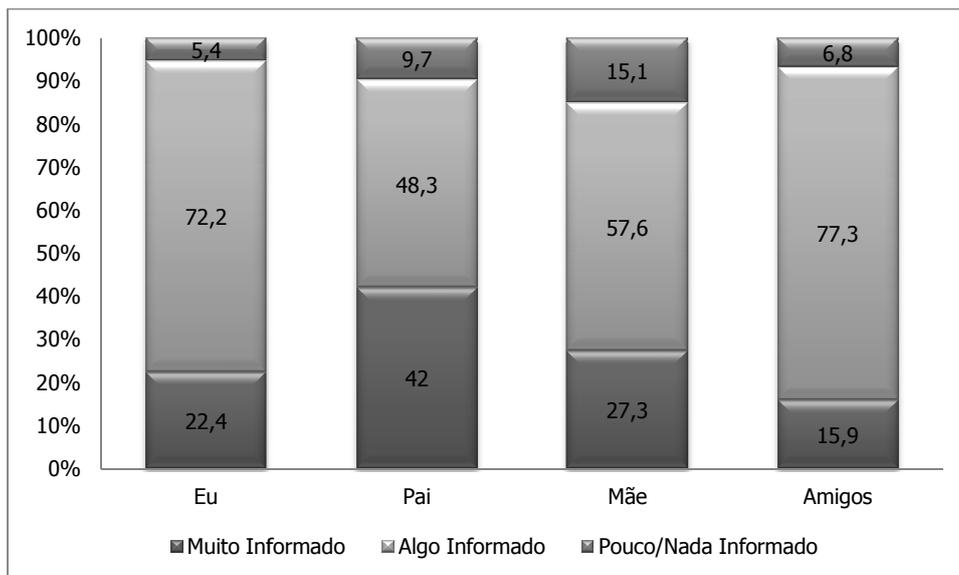
Eu considero-me uma pessoa interessada. Eu não gosto de estar numa conversa e não ter uma opinião minimamente formada sobre o assunto. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

É importante uma pessoa começar a falar com os outros e saber do que está a falar, o que é actual, o que se está a passar. *(SE, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Mesmo nos casos de jovens que reconhecem estar mais desatentos, ter “menos contacto com os meios de informação” ou “não acompanhar praticamente nada”, essa desatenção é mais justificada por determinadas circunstâncias (como a falta de tempo) do que de pela falta de interesse. Para além disso, quando são confrontados, por exemplo, com questões sobre a cobertura noticiosa, conseguem dar exemplos, demonstrando ter referências.

Na verdade, quando questionamos sobre o nível de informação sobre a actualidade que consideram ter, as percentagens dos que se consideram ‘muito informados’ não são elevadas (22,4%), mas apenas 5,1% dos jovens se consideram ‘pouco informados’ e uma percentagem ainda menor 0,3% (2 sujeitos) ‘nada informados’ (Gráfico 14). Neste sentido, e revelando alguma correspondência com a hipótese de uma atenção generalizada, mas panorâmica, e pouco assente em produtos e formatos de aprofundamento, a maioria dos respondentes (72,2%) assinala sentir-se ‘algo informado’. Embora pareça ressaltar, pelo menos das entrevistas, alguma justeza na forma como se caracterizam (sentindo-se mais informados os que maior envolvimento têm com produtos de informação), importa sublinhar que esta questão diz respeito a uma auto-avaliação, necessariamente subjectiva e cuja conformidade com níveis efectivos de conhecimento (enquanto construção reflexiva e crítica sobre a informação) é mais difícil de estabelecer.

Gráfico 14 - Percepção sobre grau de informação que consideram ter (%)



Q: Considera estar muito, algo, pouco ou nada informado sobre a actualidade? E os seus pais? E amigos?

N = Eu 632/ Pai 581/ Mãe 622/ Amigos 630

O nível de informação dos amigos é percebido de forma muito semelhante enquanto os progenitores paternos são classificados como um pouco mais informados. Somando os valores resultantes das opções 'pouco' e 'nada' informado, as mães são as mais percebidas como tendo menor informação, o que não deixa de ser curioso se considerarmos que têm, como referimos inicialmente, habilitações tendencialmente superiores às dos pais, mas de alguma forma sublinha uma maior associação do masculino à informação e actualidade noticiosa.

Classificações de alienação ou elevado desinteresse serão também redutoras porque assentam numa generalização que a amostra não confirma. Se na relação com formatos de ficção e temas ligados à cultura e ao lazer encontramos um ampliado consenso, os consumos de informação apontam, como vimos, para uma maior heterogeneidade de posturas e conseqüentemente para uma maior pertinência e necessidade de explorar diversidades e articulações dos resultados com algumas variáveis.

Neste sentido, e conforme dados apresentados por outros estudos (S. Bennett, 1998: 537; Reymackers, 2002: 378; Livingsstone, 2005: 291), a tendência da amostra é para que indivíduos mais velhos tendam a prestar maior atenção à informação em geral e a temas da vida pública (maior consumo de publicações impressas e *online*, exposição a notícias e debates e interesse por várias áreas de actualidade como política e economia, sociedade e actualidade local). Embora sem o mesmo relevo, podemos

também observar um consumo um pouco superior de diários não gratuitos, bem como noticiários, canais de notícias por cabo, crónicas e textos de opinião em jovens que indicam ter algum tipo de ligação ao mercado de trabalho. Estes jovens apresentam ainda percentagens ligeiramente superiores de interesse por temas de economia, política nacional e internacional⁶⁴.

Por outro lado, o facto de os rapazes apresentarem maiores índices de leitura de jornais (pelo menos ao nível das publicações diárias que requerem maior intencionalidade de consulta como diários não gratuitos e imprensa *online*), maior preferência por notícias, maior exposição a canais de informação e debates, maior manifestação de interesse por temas de economia e política, bem como tendência para o desenvolvimento um pouco mais acentuado de práticas de interacção *online* com órgãos de informação e responsáveis políticos, poderá remeter para a sua maior ligação a formatos tradicionais de informação, mais próximos do que tem sido designado como *hard news*, e também para um maior envolvimento em espaços mais intencionalmente vocacionados para a participação pública. Estas tendências não significam que não haja excepções ou que as raparigas tenham consumos mais reduzidos de informação (até porque em muitas destas questões as diferenças de média são como referimos subtis), revelam, essencialmente, que apresentam maior sensibilidade para outro tipo de meios (televisão, rádio, diários gratuitos, semanários), práticas (comunicação e sociabilidade) e temas (como sociedade ou actualidade local).

O mesmo acontece com as áreas de formação que sugerem diferentes sensibilidades na relação com os meios e com a informação. Estudantes de cursos de Ciências, Matemática, Informática, Engenharia, Indústria Transformadora e Construção tendem a apresentar médias inferiores de exposição a publicações generalistas impressas, mas as diferenças não são perceptíveis na leitura de revistas especializadas, no consumo de imprensa *online* e da própria internet, cuja frequência de acesso tende, como referimos, a ser igual ou superior à das outras áreas de formação⁶⁵.

⁶⁴ A média de consumo de diários não gratuitos é de 2,3 em estudantes sem contacto com o mercado de trabalho, 2,4 em estudantes com contacto ocasional e 2,7 em estudantes com contacto regular (Anexo 5: Tabela 25). A percentagem de sinalização de crónicas e textos de opinião apresenta uma progressão idêntica: 34,3% em estudantes sem contacto com o mercado de trabalho, 36,2% em estudantes com contacto ocasional e 41,2% em estudantes com ligação regular (Anexo 5: Tabela 12). Quanto a áreas de interesse, política nacional, por exemplo, é assinalada por 15,7% dos jovens sem contacto com o mercado de trabalho, 21,2% com contacto ocasional e 23,5% com contacto regular (Anexo 5: Tabela 17). Os resultados relativos a noticiários e canais de notícias podem ser observados no Anexo 5, Tabelas 13 e 15.

⁶⁵ Em diários não gratuitos, por exemplo, obtêm uma média de 2,1, inferior aos 2,3 obtidos por Educação, Saúde e Protecção Social ou 2,5 obtidos por Artes e Humanidades e Ciências Sociais, do Comércio,

Também os estudantes de Artes e Humanidades parecem estar um pouco mais expostos à internet e, em geral, a produtos menos convencionais. Se considerarmos que tendem, como referimos, a apresentar menor proximidade com formatos de entretenimento não ficcional e com a oferta da televisão generalista, canais de cabo especializados e a rede surgem, para estes jovens, como espaço privilegiado de circulação. Apresentam, por exemplo, médias significativamente mais elevadas de leitura e participação em blogues, bem como de publicação de conteúdos⁶⁶.

Aparentando menor tendência de selectividade, as áreas de Educação, Saúde e Protecção Social e Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços são, neste contexto, as que mais consomem alguns produtos generalistas (noticiários, entretenimento não ficcional), observando-se, no entanto, uma ligeira tendência para que estudantes de cursos de Ciências Sociais, do Comércio e do Direito e Serviços apresentem maior exposição aos meios e à informação em geral (jornais impressos e *online*, canais de notícias por cabo, debates) e também a temas de política nacional, internacional e economia, do que os seus colegas de Educação, Saúde e Protecção Social que, provavelmente pelo número de raparigas, apresentam médias mais elevadas de leitura de jornais semanais e, por exemplo, géneros como grandes reportagens e entrevistas.

Em resumo, e embora num cenário multimédia onde todos os meios tendem a estar presentes, a forma como estes jovens valorizam e a maior frequência com que afirmam utilizar o telemóvel, a internet e a televisão, permitem traçar uma cultura de ecrãs, onde a rádio e sobretudo a imprensa surgem como meios mais secundários, cuja valorização parece surgir mais associada a um sentimento de dever pedagógico do que a um verdadeiro envolvimento. Neste contexto, os jornais impressos (e as próprias edições *online*) são os meios a que estes jovens menos referem aceder todos os dias e também os que apresentam maiores percentagens de leitores esporádicos. Pensando as relações com a informação televisiva, também o consumo de produtos como debates ou canais especializados em informação surge pouco generalizado. Reduzido é ainda o

Direito e Serviços; mas na frequência de acesso a imprensa *online* a média é de 2,9, tal como acontece para a maioria das áreas (Anexo 5: Tabela 26).

⁶⁶ Tal como referimos inicialmente, apresentam em conjunto com os colegas de Ciências, Matemática, Engenharias, as médias mais elevadas de acesso à internet. Para além disso, na questão relativa à leitura de blogues obtêm uma média de 1,9 enquanto os colegas obtêm 1,7. Na participação em blogues apresentam uma média de 1,7 que diminui para 1,5 nas outras áreas de formação. Significativa é também a diferença de médias na publicação de conteúdos (1,9 que é nas outras áreas de formação inferior a 1,6) (Anexo 5: Tabela 27).

desenvolvimento de práticas *online* mais explicitamente conotadas com uma intervenção pública (que manifestam não apreciar), como o comentário de notícias, o contacto com órgãos de informação e com responsáveis políticos ou o desenvolvimento de blogues de discussão da actualidade.

Estes dados sobre a relação com os jornais, com formatos mais vocacionados para aprofundamento, análise e discussão de informação e sobre os usos da internet - a par com a identificação de um grande consenso em torno de produtos ligados à esfera da cultura e do lazer, da comunicação e da sociabilidade - não significarão, no entanto, mero alheamento relativamente à actualidade. Havendo sinais de que a informação, sobretudo a económica e política (que mais frequentemente surge associada a uma cobertura com que não se identificam ou que não é compreendida por todos), possa não ser o conteúdo mais envolvente e surgir para muitos jovens por via de noticiários de televisão generalista, habitualmente associados a uma atenção mais difusa e panorâmica sobre a actualidade; há indicadores de que vão acompanhando o que se passa à sua volta, de que consideram as notícias importantes para a formação das suas opiniões e (ainda que em círculos mais próximos de familiares e amigos) de que desenvolvem práticas de discussão interpessoal sobre temas da vida pública.

Para além disso, o menor consenso observado nas relações com a informação impedirá também generalizações de alheamento total, remetendo, pelo contrário, para a exploração de diversidades da amostra. Assim, nestas interacções com a informação, identificam-se como mais relevantes os impactos de idade e género que apontam, por um lado, para uma maior ligação à informação e interesse sobre a vida pública em estudantes mais velhos (e com algum tipo de ligação ao mercado de trabalho); por outro, para diferentes relações com os meios entre rapazes e raparigas. Enquanto ‘eles’ têm tendência para uma maior proximidade com produtos tradicionais como jornais diários e imprensa *online*, temas de política e economia e também maior desenvolvimento de práticas de intervenção na rede; ‘elas’ tendem a manifestar maior propensão para a leitura de jornais semanais e revistas de informação geral, maior interesse por áreas como a sociedade ou actualidade local e maior disposição para práticas de sociabilidade em rede.

Ao nível da área de formação, enquanto tendencialmente representativa de determinados interesses e investimentos pessoais, colocámos também algumas hipóteses que apontam para que estudantes de áreas mais próximas das ciências exactas, mas também de Artes e Humanidades apresentem um perfil de uso dos meios um pouco

mais focado no *online* e em produtos e temas específicos; enquanto as áreas ligadas à Educação, Saúde, Protecção Social, e sobretudo, Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços parecem apresentar usos tendencialmente menos selectivos, mais orientados para uma atenção transversal quer aos meios tradicionais, quer à informação generalista.

Neste sentido, será interessante explorar como estas diferenças - que apontam não só para diferentes níveis, mas sobretudo para diferentes formas de relação com os meios, de atenção à actualidade noticiosa e a temas da vida pública - se articulam com outras práticas de participação, a explorar no bloco seguinte.

Capítulo 7

Tendências e diversidades em torno da participação

Depois de apresentados e discutidos os dados relativos aos usos dos meios, procuraremos, neste capítulo, explorar o que estes jovens revelam nas questões da participação. Neste sentido, e porque valorização e acção não são sinónimos, abordaremos, num primeiro momento, as percepções e atitudes que demonstram face a algumas responsabilidades cívicas, a predisposição que manifestam para diferentes esferas de acção; para, num segundo momento, explorar a forma como essas representações se consubstanciam, quer ao nível da pertença e colaboração com organizações, quer ao nível do desenvolvimento de determinadas práticas.

Procuraremos também observar que sensibilidade manifestam perante questões públicas, que preocupações expressam, que percepções apresentam sobre a sociedade que os rodeia e como configuram a sua pertença.

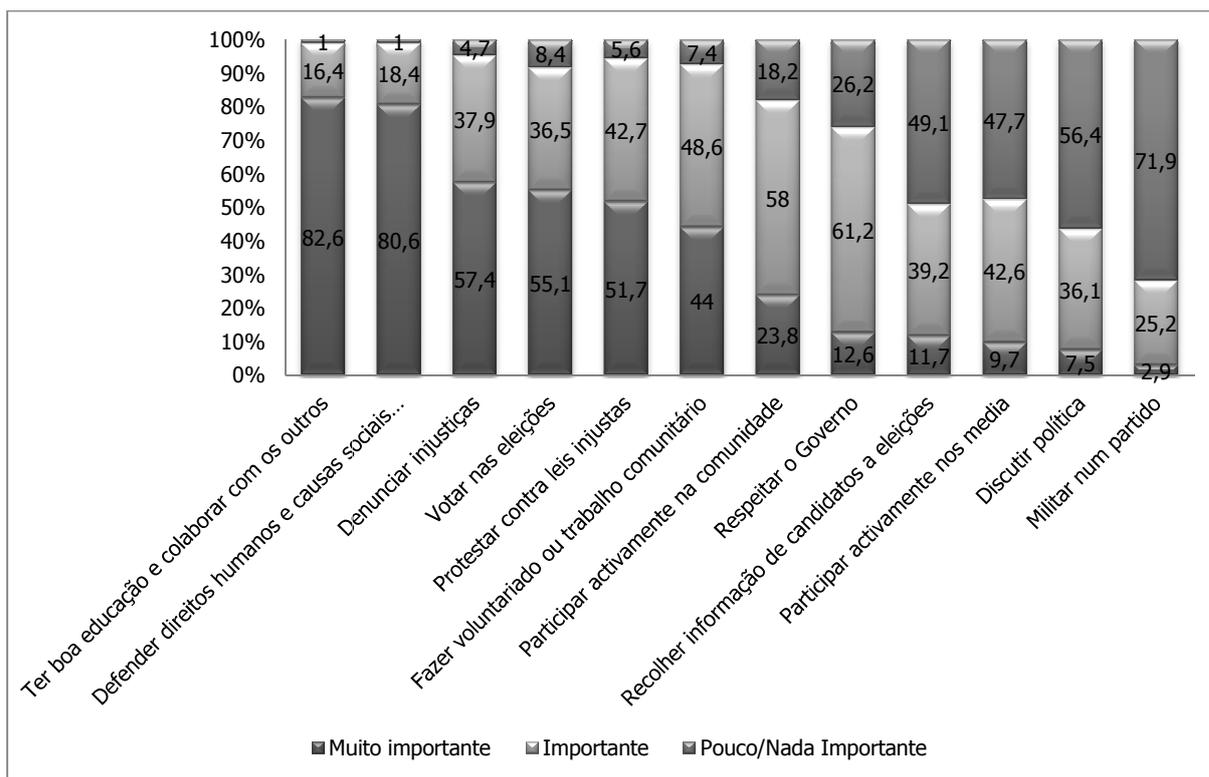
Neste exercício de apresentação e discussão de resultados, o objectivo será, uma vez mais, a identificação de tendências de resposta mas também a exploração de diferenças contidas na amostra, o reconhecimento de traços gerais, mas também de diversidades que possam contribuir para pensar o impacto de factores como o género ou a idade nas questões da participação.

7.1 Acção social, defesa de causas e a desvalorização da política

Explorando a valorização que estes jovens efectuem de diferentes responsabilidades cívicas, podemos observar que ‘ter boa educação e colaborar com os outros’ e ‘defender direitos humanos, causas sociais e ambientais’ são assinaladas como responsabilidades ‘muito importantes’ por mais de 80% dos respondentes, constituindo-se como as acções mais plena e consensualmente valorizadas (Gráfico 15).

Embora menos sinalizados como ‘muito importantes’, a denúncia de injustiças, a participação nas eleições, o protesto contra leis injustas, o voluntariado ou trabalho comunitário e a participação activa no dia-a-dia da comunidade, surgem também como aspectos bastante enaltecidos.

Gráfico 15 - Valorização responsabilidades cívicas (%)



Q: Que importância atribui a cada uma das seguintes responsabilidades cívicas

N > 621

Verifica-se, assim, um cenário de valorização muito ampla da maioria das responsabilidades cívicas apresentadas, de onde, à excepção do voto e do respeito pelo governo (sobre os quais reflectiremos com mais detalhe), apenas a esfera mais estritamente associada à política parece surgir excluída. Actividades como ‘recolher informação sobre os candidatos a eleições’ (49,1%), ‘discutir política’ (56,4%) ou ‘militar num partido’ (71,9%) reúnem as mais elevadas percentagens de classificação ‘pouco’ ou ‘nada’ importante.

Desta forma, e em conformidade com outros estudos⁶⁷, os dados indicam uma tendência de maior valorização de princípios relacionados com a acção social e a defesa de causas do que de algumas acções ligadas ao campo político, entendido no seu sentido estrito. A comparação entre os mais de 90% que consideram o voluntariado uma responsabilidade ‘muito importante’ ou ‘importante’ e os cerca de 28% que atribuem essa classificação à militância partidária permite sublinhar a observação, reforçada ainda pela forma diferenciada como, ao longo das entrevistas, vão surgindo e sendo construídos os discursos sobre estes campos de acção.

⁶⁷ Magalhães e Moral (2008: 2), apontando para esse reconhecimento, referem existir nos jovens portugueses uma percepção particularmente positiva, por exemplo, do voluntariado.

Por um lado, identifica-se uma valorização transversal da solidariedade em torno de determinadas causas e da acção humanitária, que contribuirá para as constituir como esferas de acção acarinhadas por quem já teve a experiência (como nos primeiros três testemunhos) e apetecidas/idealizadas como escolha possível e projecto a eventualmente realizar por quem não teve (como nos restantes).

Eu às vezes penso até que ponto eu não quero trabalhar e ficar o resto da minha vida em acções desse género, porque o mundo está completamente desequilibrado (...) Talvez fosse por aí que eu vestisse a camisola, sim. Quando tenho de ajudar a minha mãe num evento para angariar fundos, visto a camisola. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Não se explica... se tiver oportunidade de falar com mais pessoas que façam voluntariado, vão-lhe dizer a mesma coisa... é uma coisa que não se consegue explicar... é o espírito, é tudo... *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Fiz voluntariado... não me lembro do nome da associação agora... fiz dois anos, de apoio aos sem abrigo, no Natal (...) foi uma das experiências mais marcantes da minha vida (...) Sim. Gostava de ter as experiências de cooperação em África. Através da AMI ou outra organização... gostava. Todos nós temos uma coisinha que podemos dar, trocar, partilhar. E nesses países mais desfavorecidos, acho que toda a ajuda é bem-vinda. E gostava, gostava imenso. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

...eu gostava de ir assim para missões. Gostava de ir e saber como é a realidade lá fora e poder ajudar num projecto lá fora. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Gostaria de trabalhar com crianças, foi a área que eu escolhi. Acho também muito interessante a ideia do banco de tempo. Mas tenho a sensação de que é preciso realmente muito, muito tempo disponível, mas gostava um dia... um dia gostava... *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

...adorava fazer voluntariado numa creche ou qualquer coisa assim... (...) Há coisas a que assistimos... deficiências, apoio à criança... coisas desse género... não tenho problema nenhum em participar. Isso eram causas que não pensava duas vezes em apoiar. *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Gostaria muito de ir para Angola ajudar aquelas pessoas (...) pronto, é uma coisa que me sensibiliza quando vejo pessoas pela televisão... as situações em que elas vivem, as condições. Gostaria de pertencer. Acho também que era uma fonte de crescimento pessoal. *(VI, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Por outro, um maior desafecto face, por exemplo, à militância partidária, frequentemente questionada e apresentada como área em que nunca pensaram envolver-se, ou relativamente à qual alguns se encontram desiludidos.

Acho que nunca me passou pela cabeça ser militante de um partido. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Agora eu ser militante de um partido, isso não. Dificilmente acontecerá na minha vida. *(ND, Feminino, 22 anos, Educação)*

Vou para lá fazer o quê?... Eu não percebo nada de política! Numa associação de jovens ou assim até posso participar... mas política, como já percebeu, não tenho interesse. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Eu sempre concordei com a ideologia do Partido Socialista (...) mas... acho que, ao longo do tempo, tenho vindo a perder... (CM, *Masculino, 25 anos, CSCD*)

Eu fui militante da JSD e fui envolvida na política muito nova. Quando cheguei a uma certa idade, 17, 18 anos comecei a aperceber-me de muitas coisas que não me agradavam porque eu tenho alguns valores e princípios vincados (...) ser honesto, ser verdadeiro, ser coerente e começou a fazer-me um bocado de impressão aquilo que comecei a ver à minha volta. E então, desvinculei-me do partido e nunca mais quis fazer parte (...) Porque aquilo que sempre me interessou na política foi nós podermos chegar ao local, que conhecemos relativamente bem, que é a nossa terra e com x podermos melhorar e podermos fazer coisas novas e fazer coisas boas e, aquilo que eu vejo, é que geralmente quem entra para a política não vai com esse interesse, vai com interesse de ter um trabalho e ter ali um ordenado e isso custa-me um bocado. (AS, *Feminino, 22 anos, Serviços*)

Acumulam-se críticas ao desempenho dos políticos e dos partidos. Discursos que lamentam a orientação endogâmica da classe política, como um campo profissional que se distingue de todos os outros, expresso por sinais de desprezo (risos e até comparação com o espectáculo circense) e também por sinais de fragilidade na compreensão do sistema democrático, quando se evoca a necessidade de uma figura tutelar, alguém que assuma ‘as rédeas’.

... ao nível dos políticos... acho que a maior parte deles é para favorecer interesses próprios. É a minha opinião. A partir do momento em que eles estejam bem, e as pessoas próximas também, o resto não interessa. Sinceramente. Acho que em Portugal, de há muito tempo para cá, tem vindo a ser assim. É a minha opinião... Basicamente é isso. (CM, *Masculino, 25 anos, CSCD*)

Eles entendem aquilo como uma profissão. É a profissão deles e esquecem-se que nós andamos aqui. (ND, *Feminino, 21 anos, Educação*)

Normalmente, costumo dizer que é um conjunto de palhaços que nos andam a enganar... [ri-se]. Eu penso que tem de haver alguém responsável pelo país. Somos tantos... tem de haver alguém que assuma as rédeas... mas acho que deviam defender o povo e não as ideias deles. Mais importante que ser ministro ou receber o ordenado de ministro é perceber o que o povo quer e lutar por aquilo que o povo quer e não... eles defendem as ideias deles. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

A estes argumentos acrescenta-se a crítica a uma permanente postura de guerrilha institucional, de não procura de consensos.

...a política não está num ponto saudável e o país precisava de uma política diferente, que olhasse mais pelos nossos interesses, e pelos interesses nacionais e o que eles fazem é mais olhar para o seu umbigo. Um faz, o outro ataca, mas não dá ideias de fazer melhor, de maneira diferente, mais vantajosa, mais positiva. (ND, *Feminino, 21 anos, Educação*)

...por exemplo, o partido que está a governar, eu sei que os outros estão sempre do contra e só sabem criticar... mas em vez de criticarem podiam fazer alguma coisa para mudar a situação porque não é a crítica... eu sei que a criticar nós corrigimos os nossos erros... mas

não é sempre a criticar que se vai mudar alguma coisa e talvez se eles se tentassem ajudar... Parece que, como são da oposição, têm sempre uma coisa a criticar, têm sempre uma coisa a dizer... e quando vão para lá, fazem o mesmo. (VI, *Feminino*, 21 anos, CSCD)

Quando vejo o Parlamento, apetece-me dar chapada a toda a gente [Ri-se] Irrita-me! Em vez de estarmos a discutir assuntos importantes, não, estão a chamar nomes uns aos outros (...) A minha vontade é chegar ali e por ordem naquilo. Dar dois murros na mesa: «então, isto é para resolver ou não é para resolver?» Acho que acabam por perder imenso tempo na Assembleia a discutir o diz que disse e que não disse. Porque é que têm de estar ali a debater e a empurrar? Isso entristece-me porque descredibiliza, descredibiliza. As pessoas estão fartas de os ouvir falar e criticar uns aos outros e acabam por não ligar ao que eles dizem. (IR, *Feminino*, 22 anos, *Artes e Humanidades*)

Também os problemas de corrupção, a postura eleitoralista e outros comportamentos pouco dignificantes e de desligamento da população são apresentados.

Vejo que é uma classe muito assombrada por problemas de corrupção... Toda uma série de problemas que cada vez contribuem mais para uma imagem pessimista... (OF, *Masculino*, 20 anos, *Artes e Humanidades*)

...penso que, quando chega às eleições, são bastante activos mas que, durante o período de um mandato determinado, acabam por, por vezes, se descuidar. Apenas quando é lançado um novo tema na opinião pública é que eles saltam mais um bocadinho, mas não vejo que eles sejam assim activos durante... (SE, *Feminino*, 23 anos, CSCD)

A minha opinião sobre os políticos... ficou muito... [ri-se]... fiquei muito desiludida quando fui à Assembleia da República numa visita de estudo que fizemos... e lembro-me que nós quando entrámos tivemos de desligar os telemóveis, não pudemos fazer barulho, tínhamos de estar sentados e eles estavam no portátil... estavam a falar ao telemóvel na Assembleia... estavam a ler o jornal enquanto outros falavam... e sinceramente... são estas as pessoas que nos governam, são estas pessoas que... pronto... o que é que eu posso dizer sobre eles? (VI, *Feminino*, 21 anos, CSCD)

Neste momento, em Portugal, não tenho muito conhecimento de outros países, em Portugal acho que os políticos, as pessoas que representam os partidos... deixam um bocadinho a desejar... (ND, *Feminino*, 21 anos, *Educação*)

Os políticos são a *socialite* de Portugal. Estão na berra, vestem uns fatinhos janotas, estão sempre, um ou outro, ou todos, têm uma polémica só sua... ou várias... e daí eu ter referido há pouco que a política é retratada à cerca deles... tudo o que se passa à volta deles e não o que se passa à volta da política (SE, *Feminino*, 23 anos, CSCD)

Aqui também podemos falar em duas vertentes, a nível de discurso e a nível de trabalho. Como discurso acho que são muito bons. Acho que temos pessoas a falar muito bem. Agora a trabalhar... já não sei. Estamos a falar de uma equipa, não é? E nós às vezes também não sabemos como é que as coisas funcionam lá dentro. Custa-me um bocado a criar um juízo de valor: Ah prometeram isto e não fizeram... porque tenho um bocado a noção de que as coisas não funcionam bem assim. (...) Às vezes nós queremos fazer uma coisa e há muita coisa que não nos deixa seguir em frente. (AS, *Feminino*, 22 anos, *Serviços*)

Ora, embora estas avaliações não determinem completamente as questões da participação (estes discursos ocorrem também em jovens envolvidos em estruturas partidárias), podendo esse impacto decorrer menos da crítica em si, mas sobretudo dos

moldes da sua expressão, intensidade e amplitude (já de si dependentes e diferenciadores das competências políticas de cada um) (Schmitter, 2004: 26) contribuirão para compreender uma menor valorização da área. Ou seja, ainda que se possa distinguir, como propõe o autor, uma crítica simplista (caracterizada por menor agudeza política, manifestação de incapacidade na matéria e falta de interesse) de uma crítica mais subtil, argumentada e elaborada (*Idem: Ibidem*), com diferentes consequências em termos de participação efectiva, há marcas de uma generalizada percepção negativa sobre o sistema.

A acrescer a estes argumentos, que não serão, aliás, exclusivos dos jovens⁶⁸ e que apontam para o «mal-estar político» como traço das democracias ocidentais (Schmitter, 2004: 26), transparece por vezes uma certa dificuldade em expressar um pensamento, como se essa fosse uma pergunta estranha (‘o que é que eu posso dizer deles?’), bem como marcas de percepção de complexidade do campo político, já manifestadas, aliás, nos discursos sobre a própria cobertura noticiosa dos processos políticos e seus representantes.

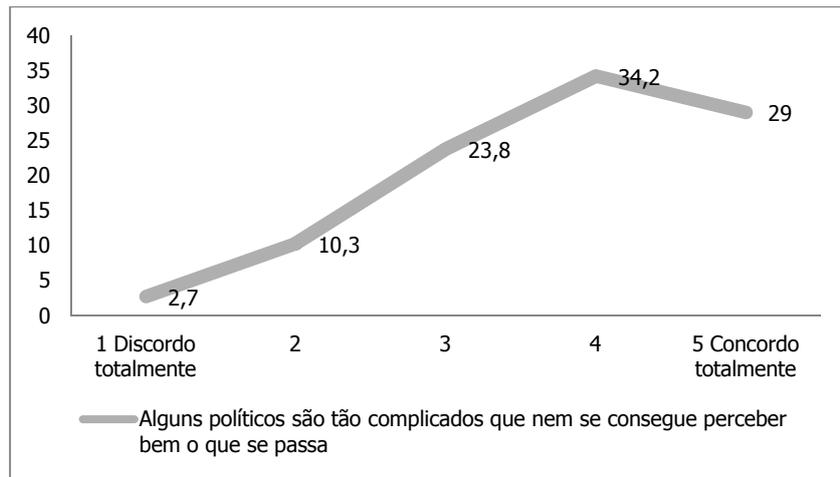
... vejo certos debates que tenho de escrever a palavra e procurar no dicionário. Não entendo. Pelo contexto, eu vou lá, mas acho que os políticos, pelo menos da última década, não se preocuparam com os jovens. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

De forma um pouco mais acentuada no grupo dos mais novos, nas raparigas e nos filhos de pais com menor escolaridade (primeiro, segundo e terceiro ciclos) (Anexo 5: Tabelas 28 e 29)⁶⁹, há tendência geral para concordar que ‘alguns políticos são tão complicados que nem se consegue perceber bem o que se passa’: numa escala de 1 a 5, a média de respostas situa-se em 3,8.

⁶⁸ A maioria dos portugueses evidencia atitudes de baixo envolvimento com a política e, embora se identifique menor envolvimento nos mais novos (15-17) e nos mais velhos (> 60), têm sido, nesta matéria, percebidas diferenças reduzidas entre a população e, mais particularmente, entre a postura dos jovens adultos (18-29) e a da restante população activa (Magalhães e Moral, 2008: 2).

⁶⁹ Numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’, os jovens com idades entre os 18 e os 23 obtêm uma média de concordância com a afirmação de 3,8, valor que diminui para 3,6 no grupo de jovens com idade entre os 24 e os 29 (Anexo 5: Tabela 30). No que respeita ao género as diferenças observadas são um pouco mais ténues, mas as raparigas, por exemplo, obtêm uma média de concordância de 3,8, que diminui para 3,7 nos rapazes (Anexo 5: Tabela 31).

Gráfico 16 - Percepção da complexidade dos políticos (%)

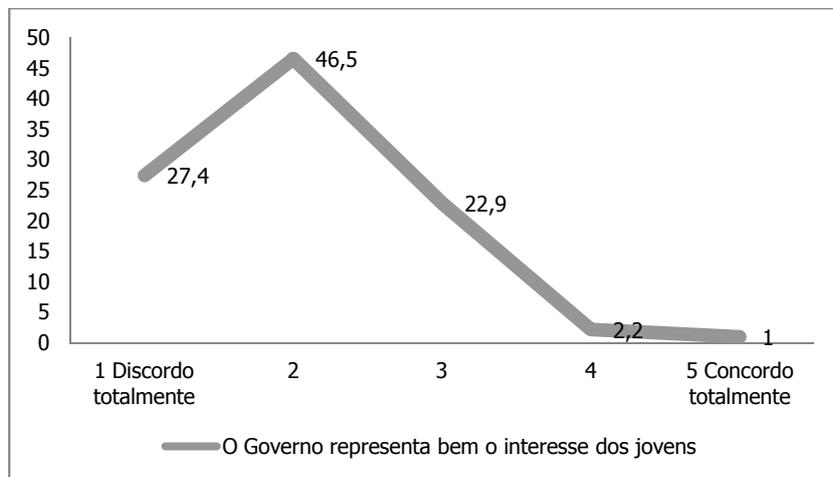


Q: Indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações

N = 632

Mais de metade da amostra discorda também que o Governo represente bem o interesse dos jovens.

Gráfico 17 - Percepção do desempenho do Governo na representação do interesse dos jovens (%)



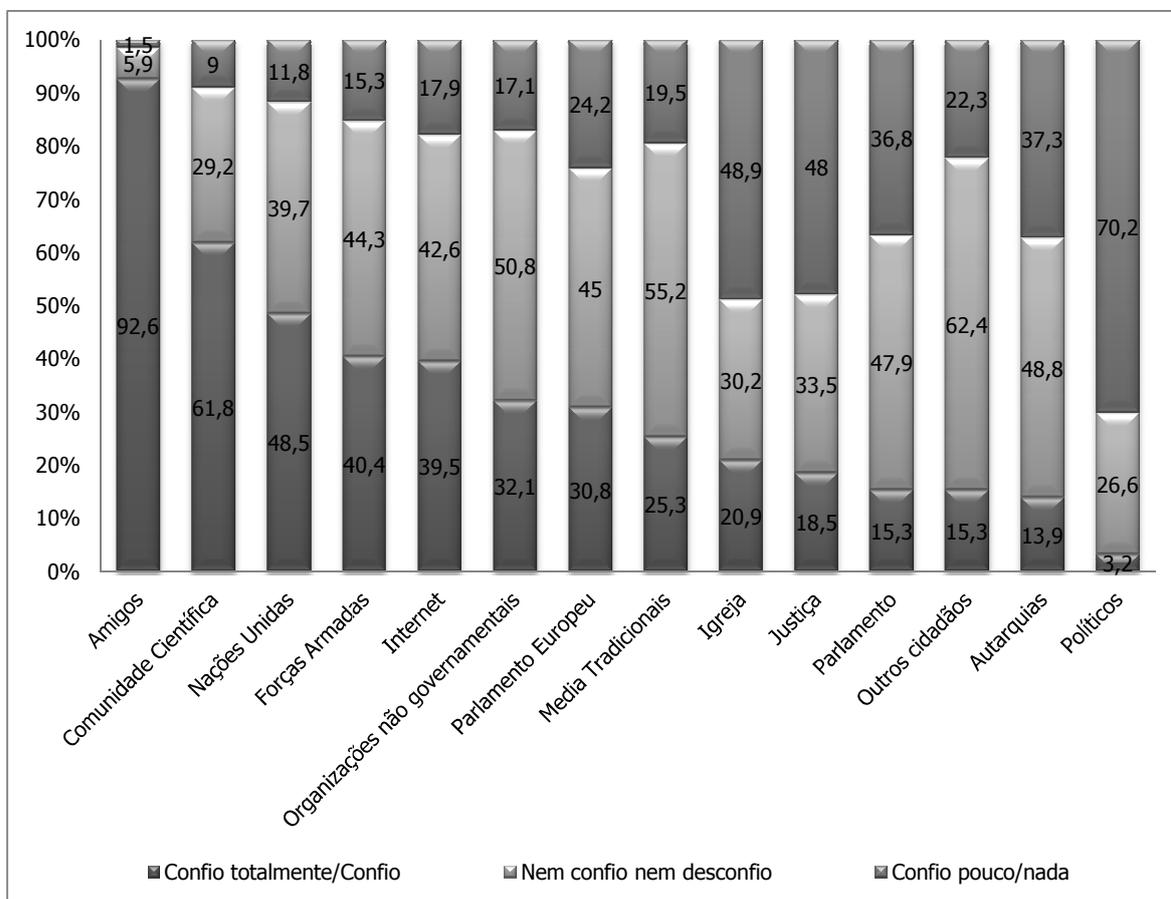
Q: Indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações

N = 630

Estas percepções surgem consubstanciadas em baixos níveis de confiança nas instituições de governo e protagonistas políticos. Das organizações apresentadas, parlamento e autarquias reúnem das mais baixas percentagens de jovens totalmente confiantes ou confiantes e, à excepção da Igreja e da Justiça, são as que apresentam maiores percentagens de sinalização ‘confio pouco’ ou ‘nada’ (Gráfico 18). A confiança nos políticos é ainda mais reduzida: apenas 3,2% da amostra indica confiar ou confiar

totalmente na classe política, apresentando a maioria (70%) índices de confiança baixos ou nulos.

Gráfico 18 - Confiança nas instituições e agentes sociais (%)



Q: Qual o seu grau de confiança nas seguintes instituições e agentes sociais?

N > 588

Apesar de identificarmos, relativamente à maioria das instituições e agentes sociais, uma grande concentração de respostas na opção ‘não confio nem desconfio’, que remete para alguma indiferença ou ausência de posicionamento claro, importa referir que as instituições supranacionais como as Nações Unidas ou o Parlamento Europeu reúnem maiores níveis de confiança (e também menores níveis de desconfiança) do que as instituições de governo e agentes políticos nacionais. Também as organizações não governamentais se posicionam como mais credíveis.

A comunidade científica e sobretudo os amigos obtêm um crédito superior a todos os outros agentes (ainda que com mais respondentes a indicar que confiam do que

a indicar que confiam totalmente⁷⁰), mas os índices de confiança nos outros cidadãos não são elevados: apenas 15,3% dos sujeitos confiam ou confiam totalmente nos outros, cerca de dois terços (62,4 %) não confia nem desconfia e mais de 20% refere confiar ‘pouco ou nada’. Resultados que serão, a confirmar-se a habitual associação entre baixos níveis de confiança e baixos níveis de participação (e a menor probabilidade de associativismo entre cidadãos que confiam pouco uns nos outros), pouco promissores.

Neste âmbito, os dados indiciam também que à valorização de algumas acções possam não corresponder iguais índices de actuação efectiva. A hierarquização das responsabilidades cívicas inicialmente apresentada (cf. p.164) parece apresentar uma contradição entre a importância atribuída a alguns ideais e princípios genéricos e a importância atribuída a acções concretas mais ligadas à sua efectivação: entre, por exemplo, a valorização da denúncia de injustiças (95,3%) e a valorização de uma participação activa nos meios de comunicação (52,3%), forma possível de concretização desse objectivo; entre a valorização atribuída ao voto (91,6%) e a valorização atribuída à recolha de informação sobre os candidatos a eleições (50,9%), importante para um voto mais informado; entre o protesto contra leis injustas (94,4%) e a discussão política (43,6%) onde pode, num primeiro momento, surgir o debate; e até mesmo, diferenças entre a valorização da colaboração com os outros ou da defesa de causas (mais reconhecidas como ‘muito importantes’) e a realização de voluntariado ou a participação activa na comunidade (mais assinaladas como ‘importantes’). O próprio recurso ao imperfeito ou ao condicional que encontramos em muitos dos discursos inicialmente reproduzidos sobre a defesa de causas e a acção humanitária expressa a referência a intenções, a acções valorizadas, mas nem sempre experienciadas.

7.2 Pertença e colaboração associativa: o predomínio da esfera desportiva e cultural

Na leitura dos dados relativos à pertença ou colaboração com associações, uma primeira observação diz respeito à percentagem de jovens que indicam (ou não) ter ligação a algum tipo de organização. Apesar de termos, como referido na metodologia,

⁷⁰ No gráfico apresentado os valores relativos a ‘confio totalmente’ e ‘confio’ foram somados, mas a observação dos valores de cada uma das opções de resposta revela que, relativamente à comunidade científica, há 10,3% de jovens e indicar que confiam totalmente e 51,5% a assinalar que confiam. Também no que respeita aos amigos, 30,6% dos respondentes assinalam confiar totalmente’ e 62% confiar.

optado por trabalhar com percentagens válidas, pensamos ser relevante para o cálculo uma referência ao elevado número de não respostas verificado nesta questão. Se na leitura dos dados, considerarmos não só os 40,9% que expressamente indicam não pertencer ou colaborar com ‘nenhuma’ organização, mas também os 13% (correspondentes a mais de 80 sujeitos) que não respondem à pergunta, podemos identificar que mais de metade (53,9%) não assinala qualquer pertença, havendo 46,1% a indicar colaborar com algum tipo de associação. Ou seja, a amostra divide-se, apresentando dois grupos com valores próximos dos que têm vindo a ser identificados noutros estudos sobre participação de jovens portugueses⁷¹.

Quanto às organizações assinaladas (Tabela 23), clubes desportivos (14,4%) e associações culturais, artísticas e recreativas (13,6%) são as instituições a que estes jovens mais referem estar ligados.

Tabela 23 - Organizações a que pertence/com as quais colabora (%)

Associação ou clube desportivo	14,4
Associação cultural, artística ou recreativa	13,6
Grupo de voluntariado	7,7
Organização juvenil (escuteiros, clube juvenil...)	7,1
Organização religiosa	7
Associação de estudantes (ou núcleo de curso)	7
Organização de direitos humanos, sociais, ambientais	4,4
Partido político	3,2
Associação de moradores	0,3
Sindicato profissional	0,2
Associação profissional	0,2
Outra	0,6
Nenhuma	40,9
N/R	13

Q: Actualmente, pertence ou colabora com alguma associação? (Podia assinalar-se mais do que uma opção)

N = 633

Num segundo nível, com referências na ordem dos 7%, surgem os grupos de voluntariado, organizações juvenis, organizações religiosas e associações de estudantes. Apenas 4,4% refere pertencer ou colaborar com uma organização de direitos humanos,

⁷¹ Magalhães e Moral (2008: 38) apresentam uma percentagem de 30,8 de jovens entre os 18 e os 29 que indicam pertencer e participar activamente em organizações e 12,9 de jovens que indicam pertencer mas não participar activamente, categorias que permitem calcular um total de 43,7% de jovens com ligação a organizações (e 56,3% de jovens sem qualquer ligação).

sociais, ambientais e uma percentagem ainda menor (3,2 %) refere ter ligação a um partido político.

Particularmente justificada pelo facto da maioria destes jovens não ter ainda percurso profissional definido, nem autonomização relativamente à família de origem, a participação em estruturas como sindicatos, ou associações profissionais e de moradores surge referenciada de forma inexpressiva. Residual é também a percentagem de jovens que referem outro tipo de pertença (os que o fazem, indicam sobretudo a participação em actividades ou órgãos da escola como por exemplo, o conselho pedagógico).

Embora a diferença de categorias dificulte uma comparação exacta de percentagens, os dados apresentados por Magalhães e Moral (2008: 38), relativos à pertença e participação em organizações por jovens adultos portugueses são bastante próximos e, à excepção da pertença a organizações religiosas (que surge em segundo lugar neste estudo e em quinto lugar na nossa amostra), a hierarquia de ligações é semelhante⁷².

Perante este quadro, podemos afirmar que se a desvalorização da política se reflecte em baixos índices de pertença e colaboração com partidos, a ampla valorização da acção cívica e defesa de causas não se consubstancia em iguais níveis de envolvimento com organizações de defesa de direitos humanos, sociais ou ambientais ou até mesmo com grupos de voluntariado, verificando-se - à excepção da área desportiva, cultural, artística e recreativa, que apresenta valores um pouco superiores - uma pertença e colaboração com organizações baixa em várias frentes.

Os dados relativos à ocupação de tempos livres (Tabela 24) confirmam este cenário. Apenas 6,8% dos inquiridos refere ocupar 'frequentemente' os tempos livres com voluntariado ou trabalho comunitário. Para 19,6% dos respondentes esta é uma actividade ocasional e para uma expressiva maioria (mais de 70%) trata-se de uma actividade que realizam 'raramente ou nunca'⁷³. Ainda que outras ocupações sejam menos assinaladas como frequentes (por exemplo a participação em actividades culturais como teatro, ópera, concertos, museus, exposições), o voluntariado é a actividade que mais jovens assinalam como rara ou inexistente.

⁷² Segundo os autores (Magalhães e Moral, 2008: 38), cerca de 15% dos jovens entre os 18 e os 29 anos pertencem a uma associação ou clube desportivo, cerca de 15% a uma organização religiosa, 11,3% a uma associação cultural ou lazer, 9% a organização juvenil ou estudantil, 7,5% a associação assistencial e 6,1% a um partido político, sendo igualmente residuais as percentagens relativas à participação em sindicatos ou associações profissionais.

⁷³ Os valores da amostra não estão muito distantes dos 20,8% de participação em voluntariado indicados por Magalhães e Moral (2008: 40) para os jovens adultos portugueses.

Tabela 24 - Ocupação de tempos livres (%)

	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente ou nunca
Reunir com amigos	75	23,2	1,8
Passear	66,9	31,3	1,8
Ver vídeos ou DVD	61,2	34,5	4,3
Sair à noite	44,2	48,2	7,6
Reunir com familiares	39,7	53,1	7,2
Praticar desporto ou actividade física	29	42,5	28,5
Ler livros	27,2	46,5	26,3
Não fazer nada	20,3	40,2	39,5
Jogar computador ou consola	20,3	33,7	46
Ir às compras	20,3	63,1	16,6
Assistir a competições desportivas	13,5	32,4	54,1
Ir ao cinema	13,2	59,9	26,9
Ir à igreja ou outro local de culto religioso	8,9	24	67,1
Fazer voluntariado ou trabalho comunitário	6,8	19,6	73,6
Ir ao teatro, ópera, concertos	4,4	36,1	59,5
Visitar museus, exposições, conferências	3,7	39,5	56,8

Q: Assinale a frequência com que costuma realizar cada uma destas actividades nos tempos livres

N > 624

Comparativamente, predominam referências a actividades de sociabilidade, entretenimento e desporto. As actividades de ocupação de tempos livres mais assinaladas como frequentes são o convívio com amigos (75%), passear (referida por 66,9% dos jovens), ver vídeos e DVDs (61,2%). Apenas 19,2% (122 indivíduos) referem ter um *hobby* que realizam frequente ou ocasionalmente⁷⁴.

Tendências de género marcam a orientação em torno dos tempos livres: enquanto as raparigas obtêm médias significativamente superiores na frequência com que passeiam, lêem livros, fazem compras e reúnem com familiares, os rapazes distinguem-se pela frequência com que jogam computador ou consola, assistem ou praticam modalidades desportivas, obtendo também médias ligeiramente superiores em tópicos como ver vídeos os DVDs, sair à noite, praticar *hobby*, assistir a concertos ou não fazer nada (Anexo 5: Tabela 32).

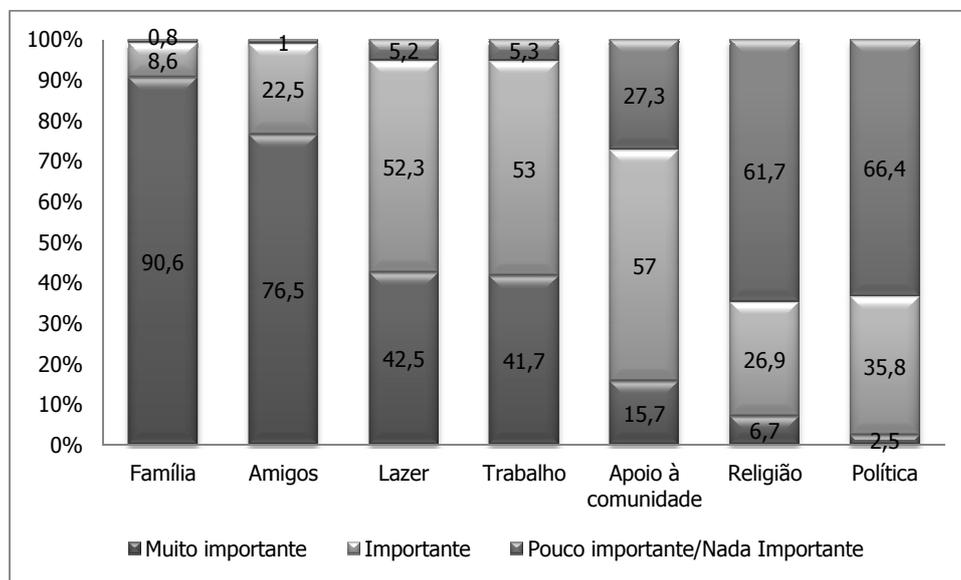
Na indicação de pertença a grupos de voluntariado, as diferenças de valores entre rapazes (7%, correspondentes a 15 sujeitos) e raparigas (8% correspondentes a 34

⁷⁴ Nos jovens que referem ter um *hobby*, algumas modalidades desportivas (como BTT, surf, mergulho, natação, futebol ou dança) são as mais referidas, seguidas de actividades musicais (tuna, coro, instrumento musical...), havendo também referências e artes plásticas, poesia e fotografia.

sujeitos) não são acentuadas e correspondem a um número de ocorrências pouco alargado que dificulta generalizações (Anexo 5: Tabela 33), mas este ligeiro aumento nas raparigas parece surgir sublinhado quando observamos a frequência com que indicam desenvolver este tipo de acção: correspondendo 1 a ‘raramente ou nunca’ e 3 a ‘frequentemente’, as raparigas obtêm uma média superior (1,4) à dos rapazes (1,3), numa diferença que sendo reduzida, surge como estatisticamente significativa (Anexo 5, Tabela 32).

Procuraremos, adiante, explorar como a importância atribuída a diferentes áreas da vida, e a própria estrutura de ocupação de tempos livres, se relacionam com a participação, mas uma primeira leitura dos resultados relativos a estas questões permite estabelecer uma hierarquia do espaço que cada um dos aspectos ocupa na vida destes jovens. Assim - na confirmação do círculo interpessoal já notado nos usos dos media - os factores mais indicados como ‘muito importantes’ nas suas vidas são a família e os amigos. Lazer e trabalho são aspectos que suscitam uma maior dispersão de respostas entre ‘muito importante’ e ‘importante’ mas que, no conjunto, surgem também bastante valorizados.

Gráfico 19 - Importância de cada um dos factores na sua vida



Q: Qual a importância que tem cada um destes factores na sua vida

N = Família 631/ Amigos 639/ Lazer 628/ Trabalho 627/ Apoio Com. 619/ Religião 626/ Política 629

Nesta hierarquização, e à excepção da religião (cuja valorização é menor e, como indicado, inferior à que têm sido apurada para a população portuguesa⁷⁵), o apoio à comunidade e a política surgem como as áreas menos importantes nas suas vidas, ainda que com diferentes expressões que já tivemos oportunidade de referir: ao contrário do que acontece com o apoio comunitário que apresenta maior concentração de respostas no eixo ‘muito importante’/‘importante’ (72,7%), a política reúne maior percentagem de classificações ‘pouco’ ou ‘nada’ importante (61,7%).

A reforçar as tendências já expressas, são justamente as raparigas que mais importância atribuem ao apoio à comunidade nas suas vidas (2,9 enquanto a média de valorização nos rapazes é de 2,6) (Anexo 5: Tabela 34).

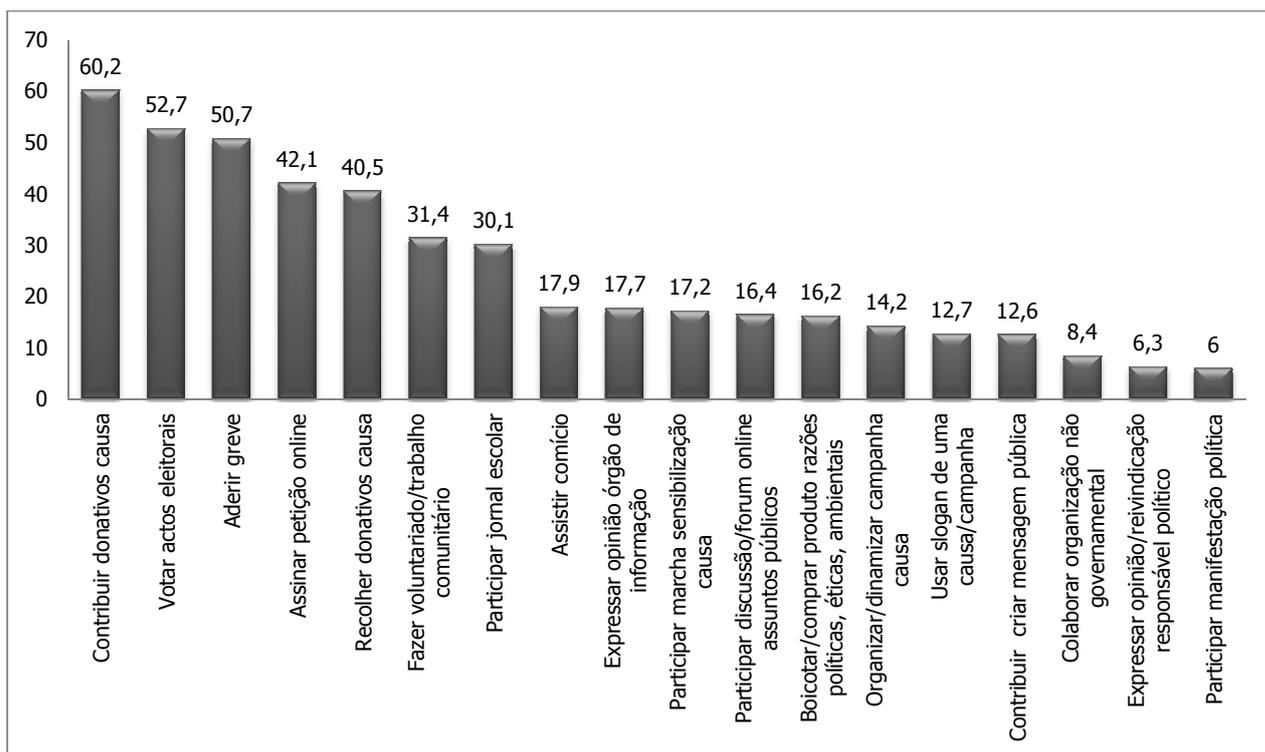
7.3 Acção tradicional e novas acções: uma actuação menos proactiva?

Não reduzindo a participação a uma pertença ou colaboração com organizações, procurámos também explorar a relação que estes jovens mantêm com outras práticas. Neste âmbito, e como pode ser observado no Gráfico 20, contribuir com donativos é a acção mais generalizada (60,2%), seguida do voto (referido por 52,7% dos inquiridos⁷⁶) e da adesão a uma greve (50,7%).

⁷⁵ Numa escala em que 1 corresponde a reduzida valorização da religião e 4 a elevada valorização, a amostra apresenta uma média de 2, inferior aos 2,5 apresentados por Magalhães e Moral para os jovens entre os 18 e os 24 anos (2008: 15).

⁷⁶ Relativamente ao voto é importante referir que dos 47,3% que não assinalam esta opção poderá haver casos de jovens que por opção nunca votaram, mas também casos de jovens que não o fizeram por não terem idade à data das últimas eleições, o que dificultará uma conclusão sobre a percentagem exacta de abstencionistas.

Gráfico 20 - Actividades que já realizou (%)



Q: Realizou, até à data, alguma destas actividades? (Podia assinalar-se mais do que uma opção)

N = 605

A quarta actividade mais referida é a assinatura de petições *online*: 42,1% destes jovens referem já ter subscrito uma petição. Pensamos que a popularidade das petições, apesar de sinalizar a emergência de novos espaços de actuação, não será suficiente para afirmar uma generalizada adesão a novas possibilidades propiciadas pela internet. A participação em fóruns de discussão sobre temas públicos, por exemplo, apresenta valores bastante menores (16,4%) e, como referimos no capítulo anterior relativo aos usos dos media, é também reduzida a percentagem de jovens que refere, por exemplo, ter hábitos de comentário de notícias ou possuir blogue de intervenção e discussão de temas de actualidade, não sendo também generalizada, nem acentuada, a consciência do potencial de participação política dos novos meios. Outras novas acções, relacionadas, por exemplo, com o consumo de carácter politizado surgem também com percentagens abaixo dos 20%, dificultando a constatação de uma adesão generalizada a novas práticas.

Nem sempre sobre um número de casos muito elevado, podemos, no entanto, identificar nos estudantes de Artes e Humanidades alguma apetência por este tipo de actuação. São os que mais assinalam já subscrito uma petição *online* (53% quando nas outras áreas os valores são iguais ou inferiores a 48%), ter comprado ou boicotado um

produto por razões políticas, éticas ou ambientais (apresentando percentagens de quase 28% enquanto nas outras áreas de formação os valores são inferiores a 14%), usar *slogan* por uma causa (onde apresentam percentagens de cerca de 16% enquanto as outras áreas não ultrapassam cerca de 12%), ter participado num fórum ou ter contribuído para uma mensagem pública (Anexo 5: Tabela 35).

Provavelmente pela maior utilização da internet e desenvolvimento de práticas de publicação de conteúdos, são também os estudantes mais jovens que mais referem ter contribuído para a criação de uma mensagem pública, mas essa tendência não redundava numa conclusão sobre maior adesão a novas práticas uma vez que em questões relativas a consumo politizado, uso de *slogans* em favor de campanhas, petições ou colaboração com organizações não governamentais, os mais velhos tendem a obter percentagens de sinalização superiores (Anexo 5: Tabela 35).

Transversalmente a novas acções e a acções tradicionais, a leitura destes dados relativos às actividades que indicam já ter desenvolvido permite ainda observar uma maior sinalização de acções como contribuição de donativos e participação em actos eleitorais, do que de tópicos que envolvem maior grau de intervenção. Ou seja, numa tendência que aproxima a amostra do cenário traçado para a globalidade dos cidadãos europeus, a participação política surge centrada no voto, apresentando outras formas de participação um «interesse marginal» (Flash Eurobarometer N° 189a : 6).

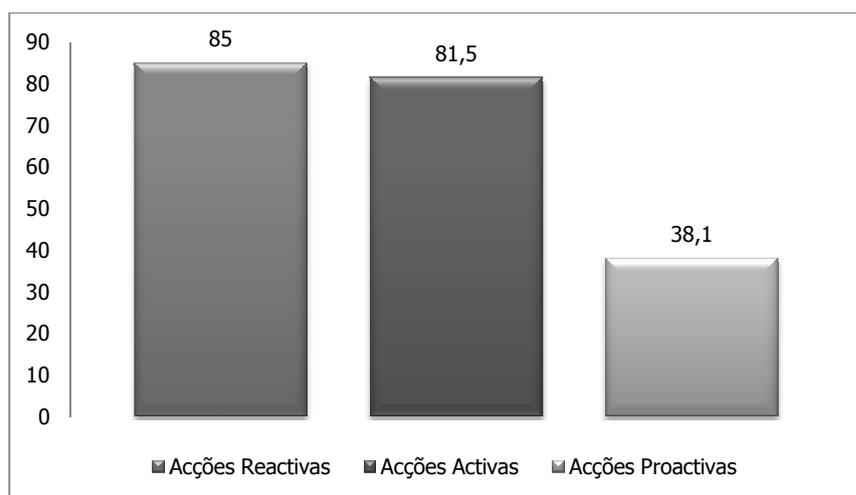
Não poderá falar-se de ausência de participação (em verdade há todo um leque de acções que indicam já ter realizado), mas parece haver alguma tendência para que ela seja mais intensamente consubstanciada ao nível da resposta a determinados momentos simbólicos (acto eleitoral), até da adesão a determinadas acções de protesto (adesão a uma greve, subscrição de uma petição), do que em acções que envolvam maior iniciativa e exposição pessoal (expressar opinião junto de órgãos de informação e responsáveis políticos, organizar campanha por determinada causa).

Estes argumentos, sublinhados pela forma como a maioria refere, como vimos, não gostar de participar publicamente dando a sua opinião sobre temas da actualidade, ou como ‘respeitar o Governo’ surge com um índice de valorização superior à participação nos meios de comunicação, à recolha de informação sobre os candidatos a eleições ou à discussão política (cf. p.163) poderão sugerir uma vivência tendencialmente mais representativa do que deliberativa de democracia, numa postura que poderá inclusivamente ser enquadrada num quadro mais vasto de não reclamação de direitos ao nível da própria acção diária. Conforme retomaremos, há nas entrevistas

referências ao facto de nem sempre terem por hábito, por exemplo, reclamar perante determinadas situações relativas à prestação de serviços.

Neste contexto, procurámos diferenciar práticas de carácter mais ou menos interventivo e com diferentes graus de exposição pessoal. Numa perspectiva cultural e alargada de política e cidadania, o exercício não pretende valorizar um tipo de acções sobre outras, apenas operar um recorte que parece produtivo na observação de tendências. Assim, o exercício de agregação das diferentes práticas em três grandes categorias – acções reactivas, activas e proactivas⁷⁷ - permite observar que é na categoria das acções reactivas que ocorre o maior número de referências: enquanto 85% dos respondentes assinalam pelo menos uma acção reactiva (contribuir com donativos, votar, aderir a greve), 38,1% assinalam pelo menos uma acção de tipo proactivo (organizar campanha, contactar com media ou políticos...).

Gráfico 21 – Tipologia de práticas realizadas (%)



Esta tipologia permite também identificar um conjunto de 15,3% de indivíduos que só assinalam acções reactivas, 46,6% que para além de reactivas assinalam também pelo menos uma activa e 38,1% que, independentemente de assinalarem as anteriores, indicam já ter realizado pelo menos uma acção proactiva.

⁷⁷ Na categoria das acções reactivas foram consideradas actividades como contribuir com donativos para uma causa, votar em actos eleitorais, aderir a uma greve. Na categoria das acções activas incluímos a assinatura de petições *online*, recolha donativos por uma causa, acções de voluntariado ou trabalho comunitário, participação em jornal escolar, presença um comício, participação numa marcha de sensibilização, participação em fóruns *online*, boicote ou compra de produtos por razões éticas, sociais ou ambientais, uso de slogan por causa, participação numa manifestação política. Na medida em que envolvem maior grau de iniciativa e exposição, expressar opinião junto de órgão de informação ou responsáveis políticos, dinamizar campanha por uma causa, contribuir para criar uma mensagem pública, colaborar com organização não governamental foram consideradas actividades de carácter proactivo.

Ainda que estes dados tenham de ser interpretados com precaução, na medida em que os indivíduos foram introduzidos nas categorias bastando para isso terem assinalado uma opção, permitem identificar tendências. Confirmam-se, por exemplo, algumas diferenças de género introduzidas no capítulo anterior. Cerca de 47% dos rapazes assinalam acções proactivas, percentagem que diminui para 33,5% nas raparigas. Por sua vez, as raparigas apresentam um tipo significativamente mais reactivo (17% das raparigas assinalam apenas acções reactivas enquanto nos rapazes a percentagem é de cerca de 12%) (Anexo 5: Tabela 36). À excepção da contribuição com donativos, da participação em jornal escolar e do voluntariado, é aliás nas raparigas que se verifica menor percentagem de sinalização das diferentes práticas apresentadas (Anexo 5: Tabela 35). Da mesma forma, são os estudantes mais velhos a apresentar maior tendência de proactividade: 48,3% dos estudantes entre os 24 e os 29 anos assinalam acções proactivas, valor que diminui para 36,4% dos jovens entre os 18 e os 23 anos⁷⁸.

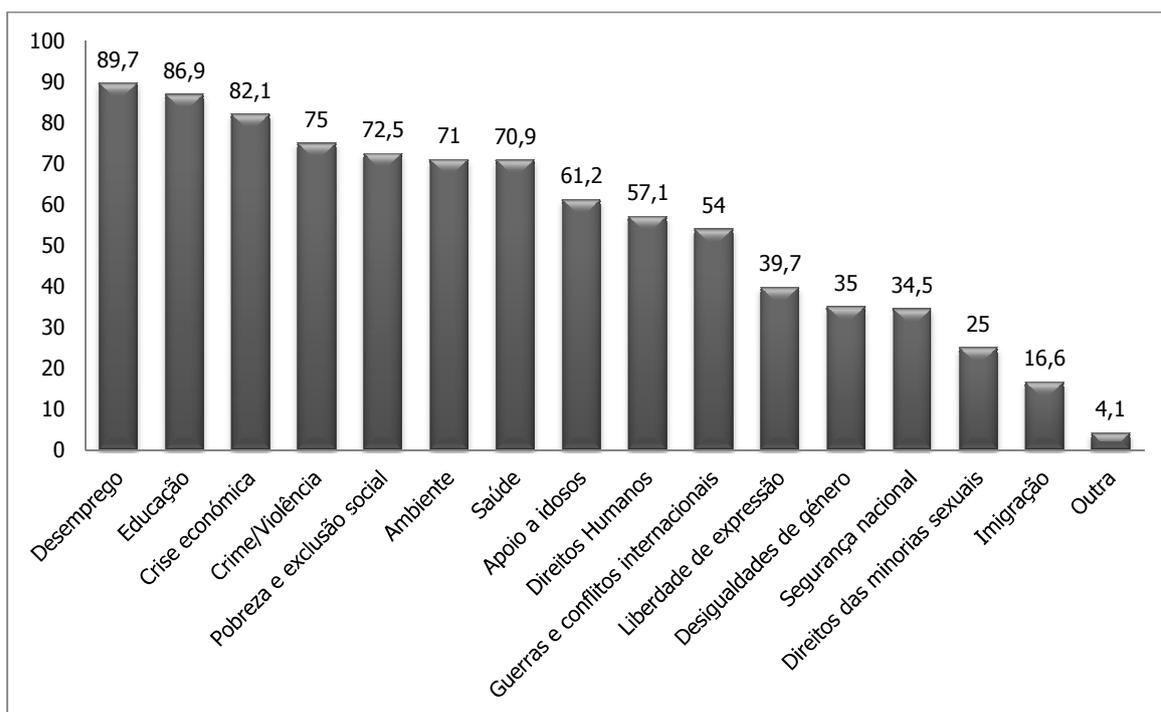
7.4 A sensibilidade face ao ‘público’ e outros indicadores de pertença

Como referimos que uma menor exposição a formatos de aprofundamento e discussão da actualidade não implica, necessariamente, ausência de consumo de informação, ou total alheamento relativamente à actualidade, também estes dados, indicando uma reduzida ligação a partidos, organizações de defesa de causas ou grupos de voluntariado e sugerindo uma postura tendencialmente menos proactiva, dificultam conclusões peremptórias sobre apatia ou desvinculação social. Na realidade, e como observado, para além de sinalizarem inúmeras acções, quase metade da amostra indica pertencer ou colaborar com algum tipo de organização, evidenciando ligações que, sendo de âmbito mais acentuadamente sociocultural (associações culturais, artísticas, recreativas, desportivas), poderão, como veremos, constituir uma base relevante para a emergência de outros tipos de participação e para a constituição de uma «experiência sociocultural pré-política» (Dahlgren, 2009: 57).

⁷⁸ Nas acções reactivas identifica-se a tendência inversa: 16,3% dos mais novos só indicam acções reactivas, valor que desce para 9,2% no grupo dos mais velhos (Anexo 5: Tabela 36). Excluindo a participação em jornal escolar, doação e recolha de donativos e contribuição para mensagem pública, identificam-se também maiores percentagens de sinalização de diversas práticas em jovens mais velhos (Anexo 5: Tabela 35).

Para além disso, e como referido no capítulo anterior, não vivem totalmente alheios ao que se passa à sua volta: a maioria vai acompanhando os principais temas em agenda e, quando questionamos sobre as questões que mais os preocupam, não ficam indiferentes e indicam uma grande diversidade de áreas de inquietação, mostrando-se sensíveis a inúmeras questões da vida pública.

Gráfico 22 – Áreas de preocupação (%)



Q: Enquanto cidadão, que questões o preocupam particularmente? (Podia assinalar-se mais do que uma opção)

N = 632

A este nível, e num cenário justificado quer por particulares expectativas relativas ao seu futuro, quer pelo próprio contexto de recessão em que vivem, o desemprego (89,7%), a educação (86,9%) ou a crise económica (referida por 82,1% dos respondentes) encabeçam as preocupações destes jovens.

Como demonstra o gráfico anterior, crime e violência (referidos por 75% de sujeitos), pobreza e exclusão social (72,5%), ambiente (71%) e saúde (70,9%) são também áreas de preocupação bastante assinaladas. Os tópicos menos referidos são imigração, direitos das minorias sexuais e segurança nacional. Relativamente aos jovens que referiram outra preocupação, as áreas mais indicadas são os direitos dos animais, crise de valores e discriminação étnica.

Nesta questão, as raparigas assinalam significativamente mais áreas como as desigualdades de género, os direitos das minorias sexuais, a pobreza e a exclusão social,

o apoio a idosos, obtendo também percentagens um pouco superiores na preocupação com direitos humanos e saúde⁷⁹.

Não obstante estas orientações, a análise do gráfico anterior permite observar valores elevados numa série de categorias, indiciando que muitos destes jovens assinalaram simultaneamente mais do que uma opção. Ou seja, mesmo que em intensidades diferentes, um mesmo jovem pode indicar estar preocupado com a situação económica e com a crise, com o desemprego, mas também com o ambiente, com os direitos humanos ou com as desigualdades de género, podendo ocorrer, como refere Helve (2001) um cenário complexo de coexistência de sensibilidades.

Em várias entrevistas, as preocupações que demonstram com as questões económicas, e consequentes impactos no seu próprio futuro profissional, convivem com preocupações mais altruístas:

Por exemplo, a poluição. Em vez de estarmos a caminhar no sentido correcto, estamos a desviar-nos. Acho que deveríamos trabalhar mais no sentido de parar de poluir... Outra: [pausa] a situação dos jovens. O mercado, a nível de emprego, está saturado. Não é fácil arranjar um trabalho. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Os que mais me preocupam são sempre os temas económicos porque me afectam directamente e ao meu agregado familiar. Às vezes não vou podendo comprar isto ou aquilo porque é um sinal de coisas que acontecem no nosso país de foro económico e financeiro (...) Mas depois também me preocupo com questões a nível social (...) o casamento homossexual, por exemplo. Também me chama a atenção... estava a ver os prémios do Festival de Cannes e soube que um escritor, um escritor não, um realizador iraniano estava preso... *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Quando lhes é solicitado que apontem as situações que mais os preocupam, tanto referem a questão da empregabilidade,

Agora é a situação do país... e, para mim, é o desemprego. Eu estive três anos a estudar e estive envolvida noutras coisas, não tirei só o curso, é saber o que me vai acontecer. Se quero arranjar emprego, se vou ficar a contrato de três meses ou de seis meses, ou se vou fazer uma semaninha ali, um mês ali... é isso que me preocupa agora: saber o que me vai acontecer depois destes três anos em que eu tive tudo e, se calhar, agora, não vou ter nada. E vou ter de trabalhar num sítio onde não preciso das habilitações que tenho. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Não sei... a nível de empregabilidade... agora também estou no final do curso... e o factor educação... penso tirar o mestrado... não sei... *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Acho que é mesmo a dificuldade económica porque... eu, por exemplo, falo por mim, estou a acabar a licenciatura e mesmo que eu vá trabalhar com ordenado de licenciado e o meu namorado com ordenado de licenciado, se nós quisermos construir, por exemplo, uma casa, só um ordenado é para pagar o empréstimo. *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

⁷⁹ Apoio a idosos, por exemplo é uma preocupação assinalada por 64,7% de raparigas e 54,4% de rapazes. Desigualdade de género é assinalada por 39,8% de raparigas e 25,6% de rapazes (Anexo 5: Tabela 37).

Preocupa-me aquilo das reformas... devido aos meus pais terem trabalhado uma vida inteira e descontado e poderem vir com uma mão à frente e outra atrás e terem-se esforçado e... talvez também me preocupe os incentivos que não dão às pessoas que procuram o primeiro emprego. Ou que dizem que dão, mas não dão, porque todas as empresas pedem pessoas com experiência, mas se ninguém nos dá experiência, quando é que vamos ter experiência? Talvez esses sejam os maiores problemas que Portugal tem. *(VI, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Como mencionam inquietação com o ambiente, a educação, o materialismo crescente.

Hoje em dia o dinheiro traz-nos tudo, ao mesmo tempo não nos traz nada de especial. Então o que nos faz sentir bem? *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Cada um por si, independentemente do resto. A ganância de subir. Já são dois ou três... mas pronto. Acho que... cada vez mais a sociedade incute as pessoas o serem um só e de lutar, independentemente de tudo o que esteja à volta. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Outra preocupação: acho que há falta de bases na educação e isso preocupa-me muito porque ainda por cima estou numa área em que vou trabalhar com crianças diariamente. Acho que cada vez é mais difícil lidar com eles. Acho que falta muita coisa vinda de casa. Há uma falta de *educação*, uma falta de *respeito* para com o outro, tremenda. E assusta-me imenso, mesmo. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

... sei lá... isto é o discurso do bom samaritano, mas, sei lá... a preocupação em torno do dinheiro, esta coisa constante em torno do dinheiro... do material. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

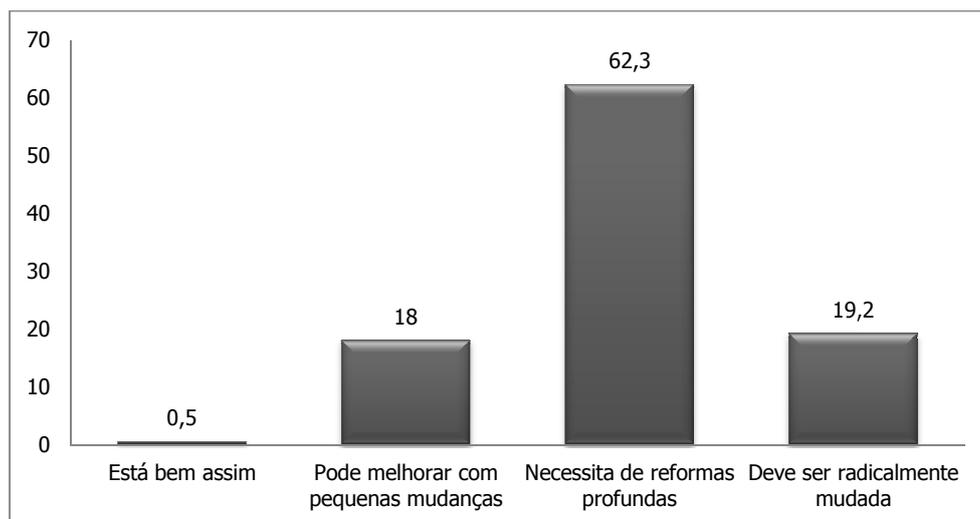
Talvez o ambiente. Será o ambiente. A camada de ozono, a poluição... *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Sensibiliza-me particularmente a violência doméstica, aquelas crianças que os pais vendem para irem trabalhar e que não têm condições para crescer e isso... sensibiliza-me também muito os maus tratos a animais. *(VI, Feminino, 21 anos, CSCD)*

As preocupações com o seu percurso e com questões que os afectam mais directamente não invalidam a preocupação com o contexto mais vasto e convivem, por exemplo, com a já referida valorização que muitos demonstram face a acções sociais e humanitárias.

Com a maioria a apontar ‘reformas profundas’, quase todos pensam que a sociedade em que vivemos necessita de algum tipo de mudança (99,5%), havendo apenas 0,5% a referir que ‘está bem assim’.

Gráfico 23 - Pensando na sociedade em que vivemos com que afirmação está mais de acordo (%)



Q: Pensando na sociedade em que vivemos, com qual destas afirmações está mais de acordo?

N = 626

Ao solicitarmos que explicitassem o tipo de reforma ou mudança que gostariam de ver acontecer, referiram a necessidade de intervenção em áreas específicas, como a burocratização dos tribunais, a religião nas escolas, os abusos aos subsídios de desemprego, o sistema educativo, a distribuição da riqueza, ou questões mais estruturais relacionadas sobretudo com a mudança de mentalidades ao nível do consumismo, facilitismo ou civismo (social e ambiental). Neste âmbito, e mesmo podendo ser referido um «efeito de agendamento» que o «mero acto de colocar questões pode ter» (Deacon *et al*, 2010: 76), fazendo com que se improvisem respostas ajustadas ao contexto da entrevista, mas não necessariamente decorrentes de uma agenda própria, e podendo também ser observada maior ou menor sofisticação na argumentação, revelaram algum envolvimento na discussão dos temas e das soluções⁸⁰.

Estes discursos em torno das suas preocupações e das mudanças que gostariam de ver acontecer remetem, uma vez mais, para a questão do afastamento que muitos dizem ter relativamente à política estar mais relacionado com um problema de representação do político do com o desinteresse ou falta de sensibilidade por temas políticos (Wieviorka, 2007: 17). Efectivamente, há mais jovens a discordar do que a concordar com a afirmação ‘a política tem pouca ligação com as nossas vidas’ situando-se a média de respostas em 2,7, numa escala em que 1 sinaliza ‘discordo totalmente’ e 5 ‘concordo totalmente’. Também as críticas à esfera política parecem dirigir-se com mais

⁸⁰ Não sendo a observação etnográfica objectivo do trabalho, o acompanhamento da aplicação dos questionários permitiu observar também algum entusiasmo na discussão sobre o tema. Terminado o seu preenchimento, aconteceu com frequência os sujeitos ficarem a debater algumas das questões colocadas.

intensidade ao funcionamento do sistema do que aos ideais e princípios que o sustentam.

Apesar de podermos registar nos discursos das entrevistas marcas de uma grande diversidade de entusiasmos e convicções, diversidade ao nível do próprio sentido que o voto assume (acto meramente simbólico, efectivação de uma escolha, até protesto perante as opções disponíveis), o exercício do voto é transversalmente valorizado:

Sim. É a minha forma de mostrar do que gosto. Se não for lá é que não consigo juntar-me à outra maioria que pode ter a mesma opinião que eu. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Sempre... acho que é útil... *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Sim. O meu pai trabalha lá na junta e diz: «não te esqueças de ir votar!»... e então, pronto, ou... mas, sim, eu votaria à mesma. Não sei, acho que é um direito que nós temos. Se as pessoas se queixam que isto não está como elas querem, quando têm essas oportunidades têm de aproveitar. Nas últimas votei em branco, porque não estava a par e não sabia, mas fui lá e votei. Era um direito meu, e gozei dele, apesar de não saber para onde ia, fui. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Sim. Não tenho direito de criticar se não participar nas opções que me dão. Portanto, o voto é um direito cívico que temos. Votei no aborto, votei nas presidenciais e votei agora nestas três, autárquicas, legislativas e europeias. Não concordo com as pessoas que criticam mas que não votam porque não acreditam no sistema. E como mulher, é uma monstruosidade não votar. Primeiro muitos homens morreram para eu ter direito ao voto. Era só para os da câmara e pronto, ficava por ali. (...) E depois as mulheres também muito lutaram para ter esse direito. Isso já foi conseguido por outras senhoras que estiveram cá antes de mim e acho uma profunda falta de respeito esquecer o trabalho e a luta que elas tiveram. Tenho colegas minhas com 20 anos que não tinham sequer feito o recenseamento: «Então, tanta gente morreu e tu não vais fazer o que tens de dado?» É que é dado! Não se paga nada. Portanto, voto por essas razões todas. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Votar é das coisas mais importante que um cidadão pode ter. E acho uma burrice não votar. Tenho montes de discussões com os meus pais por causa disso, porque eles acham que votar é desnecessário, mas eu acho... *Meu Deus!*... é fundamental porque é a única maneira que nós, cidadãos comuns, temos de participar. Até porque refilamos todos os dias que isto está mal e que devia ser assim e quando chega o dia de participar, de ter uma participação significativa no meu país, não vou lá? Acho que não tem lógica. Até por outro motivo, eu acho que pessoas que lutaram tanto para que nós tivéssemos um voto, nomeadamente as mulheres, que não podiam votar, agora acho que era uma injustiça e uma ingratidão para essas senhoras que lutaram tanto para que as mulheres tivessem esse voto. Isso é uma tremenda de uma burrice. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Sim. Só votei uma vez, nestas últimas eleições legislativas. (...) Sentido de responsabilidade e, basicamente, é isso... sentido de responsabilidade... e acho que quem não vota, faz mal, porque há sempre maneira de expressar uma opinião contrária a todas as opções, que é votando em branco. Sou contra o não ir votar. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Votei sempre... Acho que é importante. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Gosto de fazer, pelo menos, o mínimo, que é ir lá à urna. Acho que é por aí... *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Em relação ao voto e às pessoas irem votar, acho que é bom. Ah e tal não concordamos com o senhor que está lá em cima, a mandar no país... temos de votar e temos de dizer que

não queremos, para ele sair de lá. Acho que é bom. Não vale a pena só reclamar. (TP, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Eu acho que não é só um direito, mas é um dever. Acho que toda a gente devia votar, porque é o nosso voto que vai decidir o futuro do país. Não é um voto que vai fazer a diferença, mas acho que toda a gente devia votar para elegermos as pessoas que achamos que vão conduzir melhor o futuro do país. (VI, *Feminino, 21 anos, CSCD*)

Uma valorização que surge expressa também nos questionários (cf. p. 163) e que poderá, por si, e independentemente das realidades para que cada um dos discursos remete, ser interpretada como expressão de uma determinada aceitação, uma determinada «lealdade para com os valores e procedimentos democráticos» (Dahlgren, 2000: 2).

A avaliação do funcionamento da democracia em Portugal é mais negativa do que a avaliação da democracia propriamente dita: se no primeiro caso a média de respostas é de 2,4 (numa escala em que 1 sinaliza o pólo ‘extremamente ineficaz’ e 5 o pólo ‘extremamente eficaz’), sobre a afirmação ‘os regimes democráticos podem ter problemas mas são melhores do que qualquer outro regime político’ a média das respostas – embora possa suscitar reflexão por não ultrapassar um posicionamento intermédio que de alguma forma remete para um reconhecimento da Democracia como algo que não se questiona, mas onde (e por isso) também não se investe⁸¹ - aumenta para 3,3 (correspondendo 1 a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’).

Em relação com o posicionamento face ao voto, muitos dos jovens entrevistados revelam uma identificação com os princípios democráticos, uma defesa do ideal, ainda que com referências ao facto de não estar a ser completamente actualizado e em discursos que, por vezes, indiciam a remissão dessa responsabilidade para a elite política, num entendimento da Democracia como algo ‘exterior’ onde nem todos se incluem ou que reduzem à participação eleitoral.

Acho que é o melhor sistema político que existe (...) Eu avalio a democracia positivamente. Acho que é... se calhar é uma das melhores formas, se não a melhor, de pelo menos haver uma responsabilidade social perante as coisas que acontecem. (OF, *Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Acho que é um princípio que aceitamos, que estamos a realizar, mas estamos e não estamos. Apesar de nós acharmos que participamos activamente, que somos donos de uma

⁸¹ Sublinhando este entendimento da Democracia como dado adquirido, nas entrevistas, por exemplo, há um ou outro caso a referir ser difícil avaliar o sistema democrático porque ‘não conheceram outro’, por ‘sempre terem vivido em democracia’ e ‘não saberem como é de outra forma’.

palavra e de um voto, essa realidade por vezes não acontece em muitas decisões. Mas acho que é uma realidade utópica boa *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

...a democracia é boa, sem dúvida... acho que as pessoas competentes é que não a usam de forma ideal. Abusam do poder que têm *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

... estamos a desviar-nos um bocadinho do conceito que é a democracia porque eu acho que a democracia requer ouvir opiniões, o consenso, e em algumas coisas não existe. Muitas vezes, quando há maioria absoluta o governo diz que é assim e é assim. E será assim. (...) Acho que devíamos ouvir as opiniões. O que é que tu achas, o que é que o outro acha? Vamos reunir e chegar a um consenso. Acho que é essa a base da democracia. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

A democracia acho que, de todos, será o melhor sistema, onde todos podemos eleger alguém. Acho que é o melhor, mas se calhar não funciona da maneira correcta. *(VI, Feminino, 21 anos, CSCD)*

As próprias críticas à actuação dos partidos parecem nem sempre atingir o reconhecimento da sua necessidade para o funcionamento de uma sociedade democrática.

Os partidos políticos [pausa]... são necessários. Têm de existir para moderar as posições. Não pode existir só um, acho que não pode existir só um, senão isto seria uma ditadura. Tem de haver sempre oposição. E servem precisamente para isso: são eles que dão as ideias das leis pelas quais nos regemos. É por aí, penso eu... *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

São fundamentais, antes de mais... acho que o número existente na Assembleia da República não está mal... e acho que é só isso. Porque existindo quase o mesmo número tanto do lado da esquerda como do lado da direita, são fundamentais para contribuírem para a democracia do nosso país. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

Existem vários. Alguns tocam-se. Não temos extremistas, graças a... *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

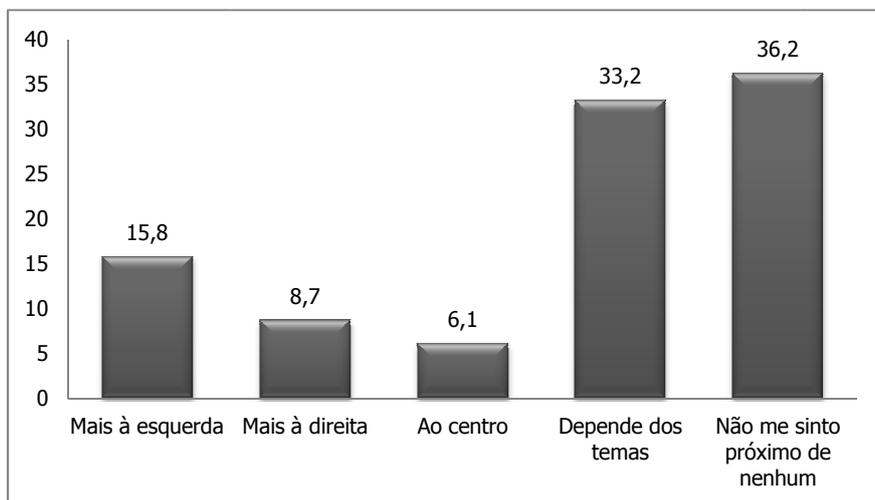
Acho normal. Dentro do mundo da política, cada um defende o que quer. Há pessoas que dizem: «Ah! Acho inútil haver sete ou oito...» Então e equipas de futebol? Há muito mais do que sete ou oito... Porquê? Porque cada um defende uma coisa... cada um defende uma ideia. Se não fosse assim andávamos todos a dizer o mesmo... Não. Acho que tem lógica haver mais. *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Há sinais da emergência de novos paradigmas que apontam, por exemplo, para uma menor percepção das diferenças entre a esquerda e a direita, para uma menor tendência de posicionamento ideológico/partidário estável (sendo as posições muitas vezes definidas circunstancialmente, em função dos temas em debate), para uma decisão de voto frequentemente mais centrada no líder, do que no partido, que, podendo ameaçar a lealdade e militância partidárias, parecem, no entanto, não pôr em causa o reconhecimento da ‘estrutura’.

Neste âmbito, apesar de relativamente à forma como se posicionam no espectro político haver 36,2% de sujeitos aparentemente mais distanciados, que indicam não se

sentir próximos nem da esquerda nem da direita; cerca de dois terços (63%) situa-se, ainda que dando mostras de um posicionamento que, como se pode observar no Gráfico 24, vai oscilando em função dos temas.

Gráfico 24 – Posicionamento esquerda/direita (%)



Q: Considerando o actual espectro político, como se situaria?

N = 618

Nesta questão, são justamente os estudantes mais novos e as raparigas que mais afirmam não se sentir próximos de nenhum e são também as raparigas que mais indicam depender dos temas⁸².

Independentemente de podermos interpretar alguns destes discursos em torno do voto, dos partidos, da democracia, das preocupações sociais e da própria valorização das responsabilidades cívicas como formulações retóricas (no sentido em que podem expressar valores que aprenderam a reconhecer mas que nem sempre surgem completamente vivenciados e consubstanciados numa prática) não deixarão de apontar para um certo sentido de conformidade, manifestação de sensibilidade face ao público e sentido de pertença.

Sublinhando esta tendência para um discurso de valorização de responsabilidades nem sempre plenamente concretizado, mais de metade da amostra considera-se ‘algo’ envolvida e aproximadamente um terço ‘pouco’ envolvida, sendo minoritários quer os que se percebem como ‘muito’, quer os que se consideram ‘nada’ envolvidos.

⁸² Enquanto no grupo dos mais velhos a percentagem dos que indicam não se sentir próximos de nenhum é de 27%, o valor aumenta para 38% nos mais jovens. No que respeita às diferenças de género, 34% dos rapazes afirmam não se sentir próximos de nenhum e 28% depender dos temas, valores que aumentam, respectivamente, para 36% e 37% nas raparigas (Anexo 5: Tabela 38).

Tabela 25 - Como se considera relativamente ao envolvimento na comunidade (e aos pais e amigos)
(%)

	Muito Envolvido	Algo Envolvido	Pouco Envolvido	Nada Envolvido
Eu	7,3	54,9	32,7	5,1
Pai	13,2	51,5	29,8	5,5
Mãe	10,3	49,4	35,1	5,2
Amigos	4,8	59,1	33,1	3

Q: Como se classificaria no que respeita ao seu envolvimento na comunidade. E os seus pais? E amigos?

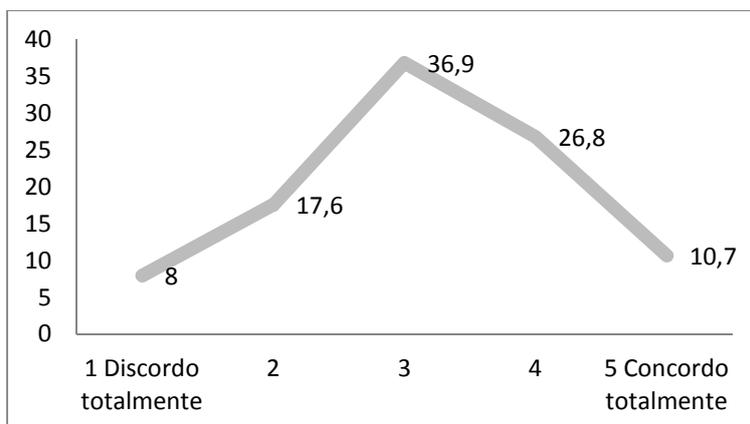
N = Eu 630/ Pai 581/ Mãe 618/ Amigos 626

Comparativamente, têm tendência para considerar os pais mais envolvidos do que eles e os amigos um pouco menos.

Mas se podemos, nestes dados, identificar um conjunto considerável de sujeitos onde poderá fazer sentido discutir o argumento de Couldry, Livingstone e Markham que aponta para a existência de uma eventual «falta de ligação» entre a atenção e sensibilidade que manifestam com temas públicos e uma participação mais efectiva e continuada, entre a discussão da actualidade e a acção pública (2007: 183), há também jovens a quem não pode, tão facilmente, ser aplicada essa formulação.

A leitura das tendências gerais de resposta não deve, por isso, apagar diferenças, sendo importante reconhecer que, apesar da maioria poder revelar menor ligação e colaboração com organizações de carácter mais acentuadamente cívico e político e uma tendência de actuação menos proactiva, não significa que não haja quem o faça. A grande dispersão de respostas na avaliação da afirmação ‘é difícil resolver os problemas do mundo e prefiro canalizar energias a resolver os meus’ (Gráfico 25) será precisamente sinal de que há investimentos diferenciados nestas questões.

Gráfico 25 – Posicionamento face à afirmação: É difícil resolver os problemas do mundo e prefiro canalizar energias a resolver os meus (%)



Q: Indique em que grau concorda ou discorda das seguintes afirmações

N = 628

Os seus testemunhos sublinharão este reconhecimento. Quando perguntamos nas entrevistas como avaliam os discursos sociais que muitas vezes apontam a sua geração como apática, há inúmeras referências aos riscos de uma generalização, havendo também quem remeta essas apreciações para uma perpetuação de estereótipos negativos sobre os jovens e até mesmo para um desacerto nos espaços de comunicação (como pode ser observado nas duas últimas referências):

A minha geração... acho que ainda é um bocado cedo para poderem afirmar isso. É uma questão complicada, mas acho que não é real. Se calhar metade, metade é real, mas acho que mais cedo ou mais tarde essas pessoas que são realmente mais apáticas se vão aperceber de que é importante haver uma participação activa. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Uns são apáticos mas outros não são... há de tudo. Depende da personalidade das pessoas e do arrastão do grupo. Pode haver uma pessoa apática mas se os outros não forem... mas, sim, se calhar os jovens acomodam-se muito ao seu computador e à sua internet e acabam por... não sei... mas há outros que não, que até têm o seu computador, mas trabalham e têm projectos. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Há jovens e jovens. Como há pessoas e pessoas. Sim, alguns deles, eu vejo (...) quando eu digo que há jovens e jovens, esses jovens não têm uma participação positiva na nossa sociedade, mas há os que querem fazer alguma coisa... *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Acho errado. Porque paga o justo pelo pecador. Acho que é uma generalização errada. Há-de haver certamente pessoas apáticas e outras que não. Não são obrigadas a ser colocadas num conjunto de pessoas apáticas só porque outros são. *(OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)*

... e acho que os nossos pais, e os nossos avós disseram a mesma coisa dos nossos pais, e eu hei-de dizer a mesma coisa dos próximos, não é? Acho que vai ser sempre assim. *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

Eu acho que se calhar quando dizem que a nossa geração é um bocado apática é porque eles não se apercebem que se calhar a nossa expressão está num sítio que eles não consultam. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Para além disso, podemos verificar que mesmo os que reconhecem algum fundamento na afirmação tendem a excluir-se dela, referindo-se aos jovens como se de um ‘outro’ (‘eles’) se tratasse.

Eu diria que, em parte, é verdade. Aqui na faculdade encontrei pessoas da minha idade que não se sentiam muito à vontade para falar de determinados assuntos... em parte, até acabo por concordar que isso possa ser uma boa premissa... *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Acho que pode haver um bocadinho de falta de interesse... como o país está, os jovens acabam por pensar: «Ah, isto já não vale a pena!»... mas pensam errado. *(TP, Feminino, 21 anos, CSCD)*

Acho que os jovens pensam: «Para quê? Eu estou aqui, descansadinho, para que me vou estar a chatear a ir para ali?» Acho que é um pouco mais isso. Notamos muito isso nas aldeias, onde por vezes nem se envolvem com a sede. Não querem saber da vizinha que se sentiu mal. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

O facto de tanto se excluïrem de uma classificação de apatia sujeitos que manifestam uma ligação intensa a algumas estruturas, como alguns outros que reconhecem poder envolver-se mais intensamente, não deixa de remeter também para uma reclamação de responsabilidade e sentido de pertença. Estes excertos sublinharão, para além disso, que os discursos que nalguns contextos circulam sobre os jovens nem sempre coincidem com as percepções que os jovens apresentam de si próprios (Carvalho e Brites, 2006: 39).

7.5 Género, idade e outros impactos nas questões da participação

Sinalizadas ao longo do capítulo, as relações de género, idade e área de formação com as questões da participação, não sendo determinantes, permitem traçar algumas tendências. Desta forma, podemos confirmar uma relação, já referida ao nível dos usos dos media, entre a idade e o desenvolvimento de práticas de maior intervenção/exposição, sendo os estudantes mais velhos os que maiores percentagens obtêm na indicação de que já realizaram acções proactivas.

Por outro lado, e embora seja difícil apresentar leituras definitivas sobre a questão particular da ligação a organizações, quer pela observação de reduzidas diferenças percentuais quer pela sua correspondência a um número reduzido de

ocorrências pouco favorecedor de generalizações, poderá ser atribuído significado à forma como o grupo de jovens entre os 24 e os 29 anos de idade, sendo minoritário na amostra, tende a obter percentagens um pouco superiores na ligação a estruturas como partidos, organizações de defesa de causas ou grupos de voluntariado⁸³. A conferir alguma solidez a estes dados, o grupo dos mais velhos tende também a obter valores superiores na indicação de que já desenvolveram práticas como votar, aderir a uma greve, assinar petição ou assistir a um comício⁸⁴.

Estes resultados não permitirão uma conclusão imediata sobre uma maior participação destes estudantes (há actividades mais assinaladas pelos mais novos e as percentagens dos que não indicam pertencer a qualquer tipo de organização, sendo próximas, são ligeiramente superiores no grupo dos 24-29⁸⁵), mas sugerem uma maior orientação dos mais velhos para a esfera da política formal, para espaços e práticas de participação pública e para maior intervenção em geral. Esta observação pode ser sublinhada pelo seu maior consumo de informação e atenção à actualidade política, económica e social, referidos no capítulo anterior, e pelo facto de, embora numa diferença pouco expressiva, ser este o grupo que mais importância atribui à política nas suas vidas, obtendo uma média de 2,4 que diminui para 2,3 nos restantes colegas (Anexo 5: Tabela 39).

No que respeita aos valores totais de pertença e colaboração com organizações, estudantes que mudaram de residência com a entrada no ensino superior não apresentam diferenças de percentagem relativamente aos que não saíram de casa dos pais, mas, como veremos, há referências nas entrevistas ao impacto que, a vários níveis, a saída de casa teve nas suas vidas, não só em termos de responsabilidade ao nível da gestão financeira, mas também numa maior liberdade e disponibilidade para participar em determinados projectos, como por exemplo as associações de estudantes. Neste contexto, podemos referir que a ligação a associações de estudantes é mais indicada por estudantes que se encontram deslocados do que por estudantes que se mantêm na

⁸³ Partidos políticos são indicados por 2,9% dos indivíduos mais novos e por 4,6% dos mais velhos, organizações de defesa de direitos humanos, sociais e ambientais sinalizados por cerca de 3,8% dos mais novos e por 8% dos mais velhos, apresentando grupos de voluntariado também uma progressão de valores de 7,5% para 9,2% (Anexo 5: Tabela 33)

⁸⁴ Cerca de 78% dos indivíduos entre os 24 e os 29 anos indicam já ter votado, valor que desce para 46% no grupo dos mais novos. Também a participação num comício é sinalizada por cerca de 32% dos mais velhos e cerca de 14% dos mais novos (Anexo 5: Tabela 35).

⁸⁵ Há 54% de jovens com idade entre os 18 e os 23 anos a não indicar qualquer ligação a organizações e 55,2% de jovens com 24-29. Se estes últimos indicam maior ligação a partidos, organizações de defesa de causas e grupos de voluntariado, as organizações religiosas, clubes desportivos e associações de estudantes são mais indicados pelos jovens entre os 18 e os 24 anos (Anexo 5: Tabela 33).

residência de origem (Anexo 5: Tabela 33)⁸⁶. Para além disso, jovens que saíram de casa dos pais sinalizam um pouco mais de práticas activas e proactivas e, sobretudo, apresentam menos sujeitos a indicar apenas práticas reactivas⁸⁷.

Estudantes com algum tipo de ligação ao mercado de trabalho tendem também a apresentar um perfil mais proactivo (valores iguais ou superiores a 47%) do que os que não indicam essa ligação (33%) (Anexo 5: Tabela 36), evidenciando também tendência para valores mais elevados na indicação de práticas já realizadas (Anexo 5: Tabela 35). São também os que apresentam maior ligação a organizações: cerca de 59% dos estudantes sem contacto com o mercado de trabalho não assinalam qualquer pertença; valor que diminui para menos de 45% nos jovens que indicam desenvolver algum tipo de actividade profissional (Anexo 5, Tabela 33).

Mas se estas relações indiciam que a idade, e algum nível de autonomização face à família de origem e de contacto com o mercado de trabalho possam ser favorecedores de uma maior participação, a comparação entre os que desenvolvem uma actividade ocasional (férias e fins-de-semana) e os que têm ocupação (em *part* ou *full-time*) sugere que essa possa ser uma observação válida apenas até certo ponto. São os jovens com ligação regular ao mercado de trabalho que mais sinalizam acções proactivas, mas os dados indicam que ao nível da colaboração com associações, os que têm contacto ocasional tendem a obter valores um pouco mais elevados⁸⁸, sugerindo que um mais regular desempenho profissional possa, provavelmente pelo menor tempo disponível, dificultar uma ligação mais continuada a determinadas estruturas.

Relativamente a impactos de género, referimos observar-se nas raparigas menor propensão para o desenvolvimento de práticas proactivas, de maior exposição e intervenção públicas, sendo também as raparigas que menos indicam pertencer ou colaborar com algum tipo de organização: 44% dos rapazes não indicam qualquer ligação, valor que aumenta para 59,3% nas raparigas (Anexo 5: Tabela 33).

⁸⁶ São também os estudantes deslocados que maiores médias obtêm, por exemplo, na frequência com que realizam algumas actividades de tempos livres como sair à noite ou reunir com amigos (Anexo 5: Tabela 40).

⁸⁷ A título de exemplo, cerca de 14% dos estudantes que mudaram de residência com a entrada no ensino superior assinalam apenas acções reactivas, percentagem que aumenta para cerca de 19% nos estudantes que não mudaram de residência (Anexo 5: Tabela 36).

⁸⁸ A sinalização de acções proactivas é efectuada por 47,7% de jovens com contacto ocasional e 54,9% de jovens com contacto regular com o mercado de trabalho (Anexo 5: Tabela 36). No entanto, no que respeita a pertença a organizações, os jovens com actividade regular apresentam percentagem de não ligação a organizações um pouco superiores (45,1%) aos que desenvolvem actividade ocasional (41,7%). Nesta questão, teremos de referir também o reduzido número de casos disponíveis para observação (Anexo 5: Tabela 33).

Os dados sugerem ainda uma maior orientação das raparigas para áreas ligadas ao apoio à comunidade. Como referimos, evidenciam maiores médias na frequência com que desenvolvem voluntariado, bem como maior preocupação com questões como a pobreza e exclusão social ou o apoio a idosos. Neste contexto, e tendendo as raparigas a apresentar índices de valorização superiores de todas as responsabilidades cívicas, são particularmente significativas as diferenças relativas à importância atribuída ao voluntariado (onde obtêm uma média de 3,5, enquanto os rapazes obtêm 3,1) e à participação activa no dia-a-dia da comunidade (onde a média é de 3,1 nas raparigas e 2,8 nos rapazes) (Anexo 5: Tabela 41).

Por sua vez, os rapazes - que nos usos dos meios apresentam maior proximidade com imprensa tradicional, formatos de aprofundamento e discussão da actualidade, temas de política, e práticas *online* de maior exposição - evidenciam também aqui um perfil mais proactivo e maior sinalização não só de práticas relacionadas com o contacto com media e políticos, mas também de acções como votar, subscrever uma petição, assistir a um comício, ou boicotar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais⁸⁹.

Ou seja, enquanto ‘eles’ parecem manifestar maior proximidade com a esfera da política institucional⁹⁰ e, em geral, com práticas de participação mais interventivas e continuadas; ‘elas’, não estando necessariamente mais ‘desligadas’ (revelam até uma maior valorização de todas as responsabilidades cívicas) terão menos tendência para efectivar essa sensibilidade e, sobretudo, tendência para o fazer noutras arenas, num perfil de actuação menos ligado aos sistemas políticos formais, e mais conectado com a esfera do ‘cuidado’ e do apoio social. Neste contexto, são precisamente as raparigas que, tanto no questionário como nos discursos transcritos, apresentam maior tendência para associar a política a um campo complexo, por vezes, difícil de compreender.

Estas tendências não deixarão de estar relacionadas com diferenças ainda existentes nos padrões de educação, nomeadamente ao nível de uma menor preparação

⁸⁹ O voto, por exemplo, é assinalado por 55,8% de rapazes e 47,6% de raparigas e assistir a um comício por 22% de rapazes e 14% de raparigas. A progressão é idêntica na indicação de petições *online*, indicadas por 48,4% de rapazes e 36,1% de raparigas e boicotes sinalizados por 19,5% de rapazes e 13,4% de raparigas (Anexo 5: Tabela 35).

⁹⁰ Embora na questão particular da pertença e colaboração com organizações as diferenças percentuais sejam, como referimos, muito reduzidas e as próprias comparações imponham especiais ressalvas por incidirem num reduzido número de ocorrências, por si, pouco conclusivas ou favorecedoras de generalizações, indiciam também uma maior ligação de rapazes a partidos políticos. Dos que indicam pertencer a partidos 11 são rapazes e 9 são raparigas, numa diferença que, percentualmente, é um pouco mais expressiva, 5,1% e 2,2%, respectivamente (Anexo 5: Tabela 33).

das raparigas para uma actuação ‘exterior’. Hava Gordon, num artigo sobre diferenças de género na participação política, identifica esta maior orientação das raparigas para «questões *soft*» (2008: 52) e justifica a sua menor visibilidade política, por exemplo, por uma educação mais protectora (*Idem*: 35).

Não excluindo a presença destas questões de género, são os estudantes de Educação, Saúde e Protecção Social, áreas onde ocorre justamente maior incidência de raparigas, os que mais assinalam ligação a grupos de voluntariado: cerca de 19% (correspondentes a 25 sujeitos) enquanto nas outras áreas de formação os valores não ascendem os 6,5% (equivalentes a 12 ou menos indivíduos) (Anexo 5: Tabela 33). São também os que mais valorizam o voluntariado enquanto responsabilidade cívica, apresentando uma média significativamente superior (3,6) à das outras áreas de formação (igual ou inferior a 3,3) (Anexo 5: Tabela 42) e os que mais consideram o apoio à comunidade um aspecto importante nas suas vidas⁹¹.

Neste contexto, e com todas as ressalvas já indicadas relativamente ao número de casos, há também indícios de uma maior ligação de estudantes de Ciências Sociais do Comércio, Direito e Serviços a associações de estudantes e partidos políticos⁹², sendo estas as áreas que maiores médias obtêm, por exemplo, na importância que atribuem à política nas suas vidas. Numa escala em que 1 corresponde a ‘nada importante’ e 4 a ‘muito importante’, apresentam uma média de 2,4, um valor superior ao apresentado por estudantes de Artes e Humanidades e Educação, Saúde e Protecção Social (2,3) e aos de Ciências, Matemática, Informática, Engenharia, Construção e Indústria Transformadora (2,2) (Anexo 5: Tabela 43).

Por seu turno, e não deixando de levantar questões sobre os factores que poderão, não só no nível de ensino em que se encontram, mas durante todo o percurso escolar, favorecer a aproximação de determinadas áreas de formação a determinadas práticas, os estudantes de Artes e Humanidades parecem, como indicámos, apresentar um pouco mais de propensão para esferas de actuação alternativas, sinalizando mais intensamente acções, temas e áreas de preocupação relacionadas com novos activismos. São os que menos votam, mas os que mais realizam acções na internet, práticas ligadas ao consumo

⁹¹ Apresentam uma média de 3,1 enquanto os colegas de Ciências Sociais do Comércio e do Direito obtêm 2,8 e os de Artes e Humanidades, Ciências, Matemática, Informática, Engenharia, Construção e Indústria Transformadora 2,7 (Anexo 5: Tabela 43).

⁹² Associações de estudantes são assinaladas por 27 sujeitos (10,3%) enquanto nas outras áreas os valores são iguais ou inferiores 8 (6%). Da mesma forma, partidos políticos são indicados por 13 sujeitos destes cursos (5%) enquanto nas outras áreas de formação os valores não ultrapassam os 4 indivíduos (3,2%) (Anexo 5: Tabela 33).

politicizado ou ao uso de slogan por campanhas. Já os estudantes de Matemática, Ciências, Engenharia, Indústria Transformadora e Construção, apresentam menor valorização e ligação a actividades de carácter mais explicitamente político, e até cívico, e maior percentagem de pertença associativa (organizações juvenis e associações ou clubes desportivos) (Anexo 5: Tabela 33).

A articulação entre estas áreas de formação e o tipo de preocupação assinalada, permitirá reforçar este desenho. Enquanto estudantes de Educação, Saúde e Protecção Social assinalam significativamente mais apoio a idosos, pobreza e exclusão social, os estudantes de Artes e Humanidades apresentam percentagens superiores em áreas relacionadas com novos activismos (como guerras e conflitos internacionais, direitos humanos, liberdade de expressão), bem como em temas mais explicitamente conotados com as novas políticas da vida (como ambiente ou direitos das minorias sexuais). Com diferenças menos acentuadas, são os estudantes de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços os que maiores percentagens obtêm em áreas mais tradicionais como crise económica, crime e violência, segurança nacional ou desemprego (Anexo 5: Tabela 37).

Não deixando de remeter para a necessidade de observar outros factores, capazes de modalizar as próprias tendências de género, idade ou área de formação e interesse, estas diferenças permitem avaliar a influência de algumas variáveis nos processos de participação e esboçar um mapeamento de tipos de participação que procuraremos aprofundar no capítulo seguinte.

Em resumo, identificou-se, ao longo do capítulo, uma desvalorização e desafecto relativamente à esfera política (ou mais politicamente conotada) reflectido, por exemplo, em baixos índices de participação partidária, por contraponto a uma maior predisposição para outras áreas de acção a que, no entanto, não correspondem iguais índices de participação. A este nível, observámos como a ligação a grupos de voluntariado, e sobretudo a colaboração com organizações de defesa de direitos humanos, sociais ou ambientais - muitas vezes apontadas como áreas de acção emergentes e alternativas ao desencanto com a esfera da política tradicional - registam percentagens de participação pouco superiores às registadas para os partidos políticos.

A identificação das acções que mais realizam e a exploração dos discursos em seu torno apontam também para um entendimento mais representativo do que deliberativo de democracia, para uma prevalência de actividades mais orientadas para a

resposta ou adesão a situações pontuais, para a participação em determinados momentos simbólicos como o voto, do que para uma intervenção continuada e com maiores níveis de iniciativa e exposição pessoal.

A reflexão apresentada em torno destes indicadores de participação (relacionados também com sentimentos de falta de compreensão do político ou menor apreço pela exposição pessoal) não será, no entanto, sinónimo de total apatia ou desvinculação social. Pelo contrário, pensamos que tanto ao nível dos questionários como das entrevistas surgem manifestações de pertença e envolvimento: em primeiro lugar, sensibilidade para questões públicas e defesa do ideal democrático; em segundo lugar, alguma vitalidade ao nível da participação em estruturas de âmbito mais acentuadamente sociocultural, habitualmente apontadas como um pré-requisito importante, base para outros tipos de actuação.

Pela sua recorrência, e à semelhança do referido ao nível do contacto com formatos de informação e dos usos dos media, os dados sugerem uma maior orientação dos rapazes para espaços de participação política, bem como tendência para apresentarem um perfil mais orientado para práticas interventivas e de maior exposição pessoal. Por sua vez, as raparigas tendem a actuar em esferas mais acentuadamente ligadas ao cuidado, apoio e intervenção social, apresentando, por exemplo, médias superiores na frequência com que realizam voluntariado.

O desenho destes espaços de actuação parece encontrar também relação com a área de formação. Enquanto jovens de cursos de Saúde, Educação e Protecção Social assinalam significativamente maior ligação à área do voluntariado, jovens de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços apresentam valores mais elevados de participação e sensibilidade com esfera da política institucional. Enquanto estudantes de Artes e Humanidades apresentam marcas de uma participação alternativa, ligada a novos temas e novas acções, estudantes de Ciências, Matemática, Engenharia, Indústria Transformadora e Construção, obtêm valores superiores de ligação a associações, nomeadamente, de carácter juvenil e desportivo.

Para além disso, e tal como nas relações com a informação e com os media, o grupo dos mais velhos aparenta maior orientação para práticas de intervenção e ligação a questões da vida pública. A par destas questões de idade, a mudança de residência e o contacto com o mercado de trabalho indiciam também que a autonomização face à família de origem possa apresentar relação com a participação. Mas só até certo ponto.

A participação associativa, por exemplo, parece ser maior nos estudantes com ocupações ocasionais do que nos que indicam ter trabalho regular.

Estas observações indicam que há em muitos destes jovens um desfasamento entre a valorização de responsabilidades cívicas e a sua efectivação (pelo menos ao nível de uma actuação de carácter mais interventivo e continuado), alguma tendência para ausência de ligação entre discurso e acção; mas revelam também heterogeneidades que remetem para a identificação de diferentes níveis, mas sobretudo de diferentes formas de participação. Assim, tendo presentes estes dados que apontam para o traçado de esferas de acção diferenciadas (política institucional, acção alternativa, voluntariado...) o objectivo do próximo capítulo será justamente o de sistematizar e aprofundar a compreensão destas arenas, procurando avaliar outras diferenças entre os que mais e menos participam, entre os que tendem a concretizar a sua participação de uma ou outra forma.

Capítulo 8

Em torno da participação e dos usos dos media

Os dados expostos sobre os usos que estes jovens fazem dos meios de comunicação, a forma como participam e o impacto de algumas variáveis em cada uma das questões sugerem o desenho de diferentes esferas e tendências de participação que procuraremos sistematizar e aprofundar neste capítulo. Desta forma - e explorando estas observações na discussão que já fizemos em capítulos anteriores sobre as complexas relações que enquadram as questões da participação - procuraremos notar como determinadas práticas se relacionam, não só com determinados consumos de media, mas também com factores como o género, a idade, ou ainda o enquadramento familiar, a área de formação e interesse, as próprias percepções e atitudes face à intervenção sociopolítica.

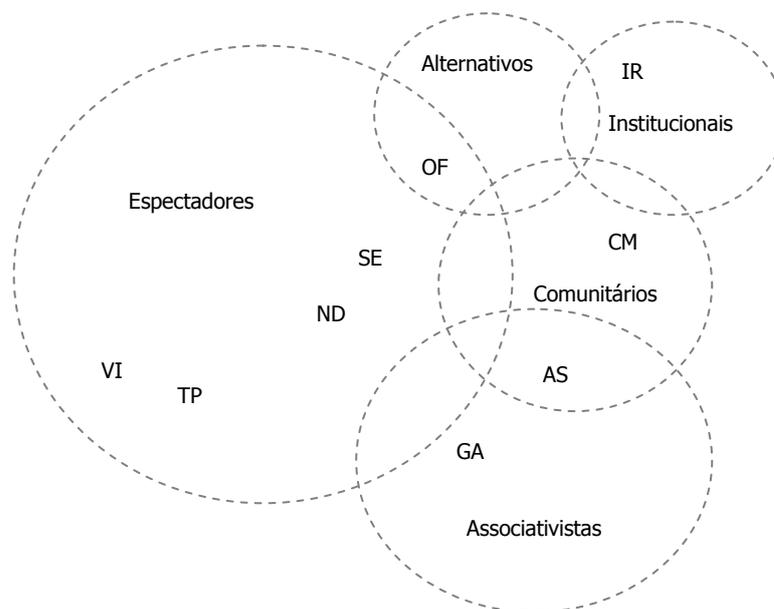
Mais do que a indicação de esferas ou tipos de participação estanques, este exercício de exploração de diferentes «culturas cívicas» (Dahlgren, 2009: 103), a partir dos diferentes contextos sociais, das diferentes percepções sobre envolvimento e dos diferentes modos de consumo dos meios, tem por objectivo, por um lado, produzir um mapa de tendências diferenciadas, mas inter-relacionadas, de vivenciar a cidadania, por outro, aprofundar a reflexão sobre factores distintivos dos que orientam a sua actuação num ou noutro sentido, incluindo, de forma mais ampla, uma reflexão sobre as diferenças que separam os que mais e menos participam. Nesta avaliação, serão também considerados os motivos que os próprios jovens apontam para o seu maior ou menor envolvimento, bem como o seu contributo na reflexão sobre mudanças eventualmente conducentes a dinâmicas de participação mais alargadas.

Longe de pretendermos criar um modelo de previsão de comportamentos, pretendemos, antes, traçar um mapa de contornos flexíveis que possa constituir-se como uma ferramenta de reflexão sobre uma sociedade de democracia mediada como a nossa, na complexa relação entre práticas de participação e práticas quotidianas, que incluem, mas não se esgotam, nos consumos dos media.

8.1 Mapeando tendências de participação

A observação de relações entre o género, a idade, os processos de autonomização, áreas de formação, interesse e investimento pessoal, formas de participação e usos dos media apontam, como vimos, para o reconhecimento de esferas de participação com características diferenciadas que procuraremos sistematizar e aprofundar através de uma proposta de mapeamento de tipos e tendências de participação. Desta forma, e tendo por âncora os dados do questionário sobre a pertença e colaboração com organizações, mas também o desenvolvimento de determinadas práticas mais próximas de uma ou outra área de actuação, identificámos o que pensamos constituir-se como cinco tipos de participação, cujas tendências exploraremos de seguida: **1)** um tipo **institucional** conectado com uma maior orientação para a participação em esferas de política formal, como estruturas partidárias; **2)** um tipo **alternativo** assente numa mais intensa colaboração organizações de defesa de direitos humanos, sociais, ambientais, com ligações também ao desenvolvimento de novas acções associadas ao consumo, cultura e internet; **3)** um tipo **comunitário** relacionado com a participação mais acentuada em actividades como o voluntariado; **4)** um tipo **associativista** de carácter mais marcadamente sociocultural e assente na ligação a estruturas de natureza diferenciada como associações de estudantes, organizações juvenis, associações religiosas, culturais, artísticas, recreativas ou desportivas. Finalmente, **5)** um tipo - o mais alargado por reflectir o comportamento da maioria da amostra – onde incluímos jovens ‘**espectadores**’ no sentido em que, independentemente de poderem manifestar algumas práticas e algum envolvimento com a informação de actualidade, revelam tendência para menor participação, pelo menos ao nível de uma actuação mais comprometida, continuada e proactiva.

Figura 3 – Proposta de mapeamento de tipos de participação



Antes da exploração de cada uma destas esferas/tipos de participação, importa sublinhar as ressalvas relativamente a um determinado grau de simplificação que a proposta comporta. Ou seja, embora o exercício de observação e comparação de médias e percentagens no cruzamento de variáveis nos permita estabelecer tendências e reflectir sobre diferenças no grau e sobretudo na forma destes jovens concretizarem a sua participação, implicará sempre alguma perda de informação quando considerada a observação de percursos individuais. Na verdade, «se tivermos por referência uma escala micro-social, salientando o facto de um mesmo individuo ‘circular’ por vários grupos, poder estar associado a um sistema de valores ou práticas que não será exclusivo, homogéneo ou coerente» (Pappamikail, 2007: 173), identificamos, necessariamente, articulações e multidimensionalidades de que a caracterização dá menos conta. Nas entrevistas, por exemplo, surgem casos de estudantes que actuam simultaneamente em campos diversos, situações de coexistência de práticas e valores, bem como casos de jovens que não pertencendo actualmente a nenhum tipo de organização, já tiveram essa experiência, fazendo com que possam apresentar afinidades com uma ou outra área de actuação. Na tentativa de dar conta dessas justaposições, e como propõe Schroder (2001: 32), utilizámos um Diagrama de Venn (Figura 3), considerando, para aproximação dos casos das entrevistas a cada uma das esferas, a presença de traços de um tipo mais evidenciados do que de outro, bem como a

possibilidade de intersecções nas situações em que essa observação surge como mais problemática.

Este mapeamento de tipos de participação será, assim, uma proposta de observação de tendências necessariamente flexível e aberta a múltiplas trajetórias pessoais, cumpridas de forma única e individual. Para além disso, e na medida em que algumas observações incidem sobre um reduzido número de casos (sobretudo ao nível da participação em partidos e organizações de defesa de causas) constitui também uma proposta susceptível de aprofundamento em observações posteriores.

Neste contexto, será ainda importante sublinhar que os tipos identificados não serão uniformes no que respeita própria intensidade com que as suas marcas surgem nos diferentes sujeitos, sendo necessário admitir, em cada um deles, níveis diferenciados de comprometimento, quer com a informação, quer com própria participação. Este mapeamento não corresponde, assim, a qualquer tentativa de rotulagem normativa, mas apenas à identificação de algumas tendências úteis na reflexão sobre os múltiplos factores que, em complexas relações, se articulam com as questões da participação.

8.1.1 Institucionais

Gosto muito desse tipo de debates. Gosto de ouvir as duas partes (...) Gosto muito de ouvir o que um diz, o que o outro diz (...) (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Tenho noção que será a minha geração que vai trabalhar daqui a uns anos, portanto quanto mais cedo eu puder informar-me e estar a par de como funciona, melhor poderei ajudar. Estou a entrar na juventude e não no partido ainda porque quero aprender como as coisas funcionam, para depois poder fazer alguma coisa. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Se relacionarmos a ligação a partidos políticos com os usos dos media, podemos observar que os estudantes que indicam pertencer ou colaborar com estruturas partidárias obtêm, à excepção da rádio, médias superiores do que os que não assinalam essa pertença na frequência com que usam os diferentes meios de comunicação, sendo as diferenças particularmente significativas na leitura de jornais e no acesso à internet. Numa escala em que 1 corresponde a ‘raramente ou nunca’ e 5 a ‘todos os dias’, a média de leitura de jornais obtida por jovens com ligação a partidos é de 3,6, valor que diminui como pode ser observado na tabela seguinte, para 3,1 nos restantes sujeitos.

Tabela 26 – Médias na frequência de uso dos meios dos que pertencem a partidos políticos e dos que não pertencem

	N	Ver Televisão	Ouvir Rádio	Ler Jornais	Ler Revistas	Aceder à Internet
Não pertence	613	4,2	3,7	3,1	2,7	4,6
Pertence	20	4,6	3,6	3,6	3,0	5,0
Anova (<i>P</i>)		.129	.773	.020	.208	.023

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

Ao nível dos consumos de imprensa, obtêm também médias superiores na frequência com que consultam vários tipos de publicação, sendo as diferenças de valores particularmente significativas na leitura de jornais diários não gratuitos, jornais semanais e imprensa *online*. Neste último caso, os jovens com ligação a partidos obtêm uma média de cerca de 4 (correspondente a ‘4 ou 5 vezes por semana’) enquanto a média dos colegas se situa em 3 (1 ou 2 vezes por semana).

Tabela 27 - Médias na frequência de leitura de publicações dos que pertencem a partidos políticos e dos que não pertencem

	N	Diários Gratuitos	Diários não gratuitos	Jornais Semanais	Revistas Informação Geral	Revistas Especializadas	Imprensa <i>Online</i>
Não pertence	612	2,7	2,3	1,8	2,0	2,0	3,0
Pertence	20	2,8	3,1	2,3	2,5	2,3	4,1
Anova (<i>P</i>)		.625	.005	.012	.052	.192	.001

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

Nem todos os jovens com ligação a partidos indicam ver canais de notícias por cabo e debates, mas comparativamente com a restante amostra, parecem apresentar também maior tendência para o visionamento deste tipo de produtos. Enquanto nos membros de partidos os valores dos que indicam ver debates (55%) são um pouco superiores aos dos que não indicam (45%), na restante amostra a tendência é a inversa com mais de 70% a não assinalar a opção (Anexo 5: Tabela 44). A frequência com que comentam notícias ou publicam conteúdos, embora baixa, é também mais elevada em membros de partidos. Numa escala em que 1 corresponde a ‘raramente ou nunca’ e 3 a ‘frequentemente’, obtêm uma média de 1,7 que diminui para 1,3 na restante amostra (Anexo 5: Tabela 45).

O mesmo pode ser observado na ligação a temas como política nacional (Anexo 5: Tabela 46) e na sinalização de práticas como assistir a um comício, participar numa manifestação política, votar ou participar num fórum *online* comparativamente mais assinalada por jovens com ligação a partidos (Anexo 5: Tabela 47).

Mesmo considerando que a representatividade de um grupo é bastante superior à do outro, e que nem sempre o número de casos é favorecedor de conclusões, a forma recorrente, e por vezes significativa, com que podemos observar estas tendências aponta para uma maior orientação dos membros de partidos para os vários meios de comunicação, para formatos de informação e também para temas políticos.

Considerando que parece haver uma maior propensão dos rapazes e estudantes mais velhos para este campo de acção, sendo também os que mais indicam consumir formatos tradicionais de informação e aprofundamento da actualidade noticiosa (imprensa em papel e *online*, canais de notícias, debates) e também os que mais desenvolvem práticas *online* associadas a uma maior discussão pública da actualidade, podemos afirmar que a tendência é para que esta seja uma área de actuação mais masculina e associada a uma maior idade, não significando, como já referimos, que não haja raparigas ou estudantes mais novos a caber nela. Nas entrevistas é justamente uma rapariga (IR) que mais se enquadra neste perfil. Embora revele alguns traços próximos do tipo alternativo que apresentaremos de seguida (como uma preocupação especialmente acentuada com o ambiente), pertence a uma juventude partidária, defende o voto (sobretudo no feminino), revela relação comprometida com a informação e, em particular, com formatos de aprofundamento e discussão da actualidade, indicando também já ter (pontualmente) comentado notícias.

Não querendo dizer que participam mais – uma percentagem elevada (53,8%) não tem sequer ligação com nenhum tipo de estrutura (Anexo 5: Tabela 33) – vimos também como é no grupo de estudantes de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços que podemos observar maior ocorrência de sujeitos com ligação a partidos e embora falemos aqui de valores que correspondem a um número muito reduzido de casos (13 jovens de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e Serviços envolvidos em partidos, 4 de Artes e Humanidades e 3 de Educação, Saúde e Protecção Social) e, conseqüentemente, de uma necessidade de aprofundar estas observações, outros elementos do questionário parecem reforçar, como referimos, a hipótese de uma maior sensibilidade e aproximação destes jovens a uma esfera de actuação institucional. Em termos mais gerais, são os estudantes de Ciências Sociais, do Comércio, Direito e

Serviços que apresentam, por exemplo, maior média na avaliação da importância da política nas suas vidas (Anexo 5: Tabela 43). Para além, disso, foi nesta área de formação que identificámos também mais transversal exposição aos meios de comunicação e a formatos tradicionais de informação, aprofundamento e discussão da actualidade, bem como maior indicação de interesse por temas políticos.

8.1.2 Alternativos

A internet. Porque a internet alberga quase todos os outros. A partir da internet leio o jornal, rádio, posso ver televisão. Por isso, escolho a internet. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Mas depois também me preocupo com questões a nível social (...) o casamento homossexual, por exemplo. Também me chama a atenção... estava a ver os prémios do Festival de Cannes, e soube que um escritor, um escritor não, um realizador iraniano estava preso. Ao ver aquilo, fui também ver (...) (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Participar em manifestações, é muito raro, acho que nunca participei... mas em abaixo assinados e coisas do género... já fiz pela internet. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Consideramos como base para caracterização desta esfera/tipo de actuação os jovens com ligação a organizações de defesa de direitos humanos, sociais e ambientais que, entre outros aspectos, apresentam uma tendência de uso dos meios de comunicação bastante diferenciada do perfil anterior. Obtendo médias menores na frequência de uso de vários meios, com particular destaque para a televisão, questão em que apresentam uma média de 3,9 inferior aos 4,3 registados pelo restante grupo (e aos 4,6 obtidos, como vimos, pelos membros de partidos políticos), a internet é o único tópico em que apresentam uma progressão de valores.

Tabela 28 - Médias de frequência de uso dos meios dos que pertencem a organizações de defesa de causas e dos que não pertencem

	N	Ver Televisão	Ouvir Rádio	Ler Jornais	Ler Revistas	Aceder à Internet
Não pertence	605	4,3	3,7	3,1	2,7	4,6
Pertence	28	3,9	3,5	3,0	2,5	4,7
Anova (<i>P</i>)		.043	.400	.787	.268	.515

Para cálculo de médias considerou-se: 1 'raramente ou nunca' e 5 'todos os dias'

Sublinhando estas orientações, apresentam menor frequência de leitura da generalidade de publicações impressas, invertendo-se a tendência quando em causa está a imprensa *online* em que obtêm uma média (3,2) um pouco superior à dos restantes (3,0).

Tabela 29 - Médias de frequência de leitura de publicações dos que pertencem a organizações de defesa de causas e dos que não pertencem

	N	Diários Gratuitos	Diários não Gratuitos	Jornais Semanais	Revistas Informação Geral	Revistas Especializadas	Imprensa <i>Online</i>
Não pertence	604	2,7	2,4	1,8	2,1	2,0	3,0
Pertence	28	2,5	2,2	1,7	2,0	2,0	3,2
Anova(P)		.429	.585	.590	.712	.874	.529

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

Embora esta relação com a internet não surja como estatisticamente significativa e não seja este o grupo que maiores médias apresenta na frequência com que acede à rede ou à imprensa *online* (membros de estruturas partidárias apresentam também nesta questão valores superiores), estes dados permitem assinalar uma relação em que a internet surge para estes jovens como privilegiada relativamente aos outros meios, apresentando uma tendência de subida enquanto todos os outros apresentam de descida. Ou seja, não serão os que mais frequente uso fazem da internet, mas os que parecem mais concentrar na internet a sua atenção e actuação. Esta característica já foi sinalizada noutros contextos. Num trabalho que pretende comparar jovens ligados a partidos e jovens com ligação a novos activismos, Cross (2008: 356) conclui precisamente no sentido de um maior consumo de notícias de todas as fontes nos primeiros e para uma maior constituição da internet como base da informação nos segundos.

Para além disso, num quadro em que as potencialidades políticas da rede não são alargadamente consciencializadas, como observado no capítulo anterior, este grupo manifesta um pouco mais de sensibilidade para esse potencial apresentando uma média significativamente superior na importância atribuída à internet enquanto ferramenta de participação política: numa escala em que 1 representa ‘nada importante’ e 4 ‘muito importante’, obtêm uma média de 3,3 enquanto a restante amostra se situa em 2.9 (Anexo 5: Tabela 48).

Apesar do número de casos disponíveis para observação ser, também nesta questão, diminuto, jovens que colaboram com organizações de defesa de causas tendem a apresentar percentagens superiores na indicação de que já realizaram acções como subscrever uma petição *online*. Mas não só. Apresentam também tendência para mais intensa indicação de que já realizaram acções de consumo politizado, como o boicote ou compra de produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, no uso de slogan por determinada causa ou campanha, bem como na indicação de que já expressaram opinião junto de um órgão de informação ou de um responsável político (Anexo 5, Tabela 49)⁹³.

Não revelam os mesmos hábitos de consulta de formatos tradicionais de informação do que os membros de partidos políticos mas serão igualmente ‘politizados’. Num contexto em que a importância atribuída à política não é elevada, jovens com ligação a estruturas partidárias e jovens com ligação a organizações de defesa de causas são, apesar de tudo, os que maiores médias obtêm na importância que atribuem à política, numa relação que surge, em ambos os casos, como significativa.

Tabela 30 – Médias de importância que atribuem à política nas suas vidas em jovens com ligação a partidos políticos e jovens com ligação a organizações de defesa de causas

	N	Importância da política nas suas vidas
Partido político		
Não pertence	609	2,3
Pertence	20	2,7
Anova (<i>P</i>)		.019
Organização de defesa de causas		
Não pertence	601	2,3
Pertence	28	2,6
Anova (<i>P</i>)		.006

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘nada importante’ e 4 ‘muito importante’

Terá também significado a forma como tendem, mesmo sendo minoritários na amostra, a reunir percentagens significativamente superiores na ligação a temas de política nacional, destacando-se, ainda, por uma progressão de valores em temas de ambiente e política internacional. (Anexo 5: Tabela 50).

⁹³ Expressar opinião junto de um responsável político, por exemplo, é uma opção indicada por 29 indivíduos (4,8%) dos 604 que não pertencem e por 9 indivíduos (32,1%) dos 28 com ligação a este tipo de estrutura.

Este grupo será, no entanto, um pouco menos conformado com o sistema do que o anterior. Há cerca de 13 (65%) de jovens pertencentes a estruturas partidárias a indicar que a sociedade necessita de reformas profundas ou de uma mudança radical, valor que sobe para 23 (85%) nos jovens ligados a organizações de defesa de causas (Anexo 5: Tabela 51).

Parecem, desta forma, constituir um perfil mais associado ao protesto, ao desenvolvimento de novas acções e a uma preocupação acrescida com questões ligadas a novos activismos. Apesar da diferença de valores entre membros e não membros não surgir como significativa (Anexo 5: Tabela 52), se compararmos as percentagens obtidas pelos jovens ligados a organizações de defesa de causas com as percentagens obtidas por jovens com outro tipo de ligação, verificamos como os primeiros obtêm valores mais elevados na indicação de preocupações como direitos das minorias sexuais, ambiente, liberdade de expressão, pobreza e exclusão social, desigualdades de género e ainda guerras e conflitos internacionais (Anexo 5: Tabela 53). A justificar a aproximação de realidades, também os jovens que sinalizam desenvolvimento de novas acções ligadas à internet ou a práticas de consumo politizado apresentam maior preocupação com este tipo de tema. Por seu turno, questões como o desemprego ou a crise económica, apesar de apresentarem percentagens transversalmente elevadas, são menos sinalizados por este grupo do que pela restante amostra (Anexo 5: Tabela 52). Ou seja, aumenta a indicação de preocupações habitualmente associadas a novas políticas da vida, havendo, pelo contrário, uma diminuição na indicação de preocupação com áreas mais tradicionais.

Ilustramos esta esfera com um jovem (OF) que, podendo no essencial ser enquadrado no grupo dos espectadores (nomeadamente porque não está ligado a nenhuma organização), apresenta, apesar de tudo, traços bastante acentuados deste perfil, nomeadamente pela referência a novos temas como os direitos das minorias sexuais, liberdade de expressão, guerras e conflitos internacionais, sendo também um utilizador de media centrado na internet e dos poucos que faz, durante a entrevista, referência ao potencial político da rede.

Esta tendência para uma postura menos *mainstream* – quer ao nível dos usos dos media, quer ao nível das áreas de preocupação e actuação – estende-se à relação com produtos e formatos de televisão. Jovens ligados a organizações de defesa de causas (e também os que sinalizam novas acções) tendem a obter valores sistematicamente menores na indicação de que vêem programas de entretenimento não ficcional como

talkshows, programas de celebridades, novelas ou variedades (Anexo 5: Tabela 54). Pelo contrário, em termos de actividades de ocupação de tempos livres, obtêm médias significativamente superiores na frequência com que desenvolvem algumas práticas culturais exteriores ao espaço dos media como ir ao teatro, ópera e concertos (Anexo 5: Tabela 55).

O número reduzido de sujeitos ligados a estruturas partidárias e a organizações de defesa de causas e a observação de diferenças de valores por vezes pouco acentuadas impõem, como temos vindo a referir, especiais ressalvas na observação de algumas destas relações. Em todo o caso, indicámos ser em estudantes de Artes e Humanidades que se observam não só maiores indícios de ligação a organizações de defesa de direitos, mas também, de forma mais geral, maior afinidade com a estrutura de comportamentos e valores deste perfil. Em primeiro lugar, porque podemos identificar nos estudantes de Artes e Humanidades uma particular apetência por novos temas e desenvolvimento de novas acções, em segundo lugar porque ao nível dos usos dos meios são também os que mais estão expostos ao *online* e os que menos consomem, por exemplo, televisão ou formatos de entretenimento não ficcional. Para além disso, na questão sobre a valorização de responsabilidades cívicas, são estes jovens que menor média obtêm na importância atribuída ao voto ou ao respeito pelo Governo, mas os que mais valorizam, por exemplo, a discussão política (Anexo 5: Tabela 42).

Relativamente ao género, é mais difícil observar uma tendência clara. Em valores absolutos e percentuais, há um pouco mais de raparigas e pertencer a organizações de defesa de direitos e causas (Anexo 5: Tabela 33), mas a diferença não só é pouco acentuada, como pouco confirmada por outros dados. Se incluirmos a observação dos que desenvolvem novas acções (Anexo 5: Tabela 35), as percentagens tendem a ser superiores nos rapazes que, em geral, evidenciam, aliás, maior propensão para o desenvolvimento de actividades de intervenção e exposição pública. Os dados apontam também, como vimos, para uma maior ligação de estudantes mais velhos (24/29 anos) a uma postura mais interventiva.

8.1.3 Comunitários

Nunca fui muito de manifestações... eu gosto de ver sempre os dois lados das coisas. Mas se há coisa que eu defendo e visto a camisola tem a ver com solidariedade, tem a ver com nos sentirmos úteis. (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

Acho que se devia dar mais importância aos factos sociais. (*CM, Masculino, 25 anos, CSCD*)

Representando o desenvolvimento de acções de carácter mais acentuadamente cívico, considerámos no grupo dos comunitários, jovens com ligação a grupos de voluntariado. Se observarmos os valores relativos às acções que estes indivíduos indicam já ter realizado, verificamos que tendem a obter percentagens significativamente superiores em práticas como a recolha de donativos, participação em marcha de sensibilização, organização de campanhas ou uso de *slogan* por causas (Anexo 5: Tabela 56).

Neste sentido, e comparativamente com os restantes sujeitos, assinalam significativamente mais temas como saúde e nutrição, ambiente, ciência, crime e justiça e sociedade e acentuadamente menos áreas como economia. Por exemplo, enquanto 36,7% de jovens sem ligação a grupos de voluntariado indicam procurar temas de sociedade, o valor sobe para 53,1% nos sujeitos que indicam essa colaboração (Anexo 5: Tabela 57).

Também ao nível das preocupações, indicam significativamente mais questões de educação (Anexo 5: Tabela 58). Apoio a idosos, direitos humanos, pobreza e exclusão social não apresentam diferenças significativas relativamente à generalidade da amostra, mas surgem como preocupações onde apresentam valores mais elevados do que os colegas com ligações a outro tipo de estruturas (Anexo 5: Tabela 59). Em algumas destas áreas, mantêm uma certa proximidade com o grupo anterior, mas com a característica de serem menos politizados, no sentido estrito e tradicional do termo. A média obtida na importância que atribuem à política é igual à da generalidade da amostra (2,3) e inferior à obtida quer por membros de partidos (2,7) quer por membros de organizações de defesa de causas (2,6). Pelo contrário, revelam uma média significativamente superior na importância atribuída ao apoio à comunidade: numa escala em que 1 corresponde a ‘nada importante’ e 4 a ‘muito importante’, obtêm uma média de 3,4, enquanto a restante amostra não ultrapassa os 2,8.

Tabela 31 – Média de importância atribuída à política e ao apoio à comunidade nas suas vidas por jovens com ligação a grupos de voluntariado

	N	Importância da política	N	Importância do apoio à comunidade
Não pertence	580	2,3	571	2,8
Pertence	49	2,3	48	3,4
Anova (<i>P</i>)		<i>.837</i>		<i>.000</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘nada importante’ e 4 ‘muito importante’

Ao nível dos usos dos meios, destacam-se por algumas características anteriormente referidas como estando mais associadas a um perfil feminino, tal como acontece, aliás, com a própria área de actuação. Embora tendam a ver menos televisão, revelam uma progressão ao nível do consumo de rádio e da leitura de revistas.

Tabela 32 - Médias de frequência de uso dos meios dos que pertencem a grupos de voluntariado e dos que não pertencem

	N	Ver Televisão	Ouvir Rádio	Ler Jornais	Ler revistas	Aceder Internet
Não pertence	584	4,3	3,7	3,1	2,7	4,6
Pertence	49	3,9	3,8	3,3	2,8	4,7
Anova (<i>P</i>)		<i>.022</i>	<i>.695</i>	<i>.242</i>	<i>.347</i>	<i>.381</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

Há também uma progressão na leitura de jornais, mas a observação detalhada por tipo de publicação indica um consumo mais frequente de diários gratuitos, sendo também de assinalar um aumento de valores no consumo de revistas especializadas, onde estes jovens apresentam uma média de 2,3 por contraponto aos 2,0 dos restantes casos.

Tabela 33 - Médias de frequência de leitura de publicações dos que pertencem a grupos de voluntariado e dos que não pertencem

	N	Diários Gratuitos	Diários não gratuitos	Jornais Semanais	Revistas Informação Geral	Revistas Especializadas	Imprensa <i>Online</i>
Não pertence	583	2,7	2,4	1,8	2,1	2,0	3,0
Pertence	49	3,0	2,2	1,8	2,1	2,3	3,1
Anova (<i>P</i>)		<i>.153</i>	<i>.367</i>	<i>.818</i>	<i>.875</i>	<i>.032</i>	<i>.651</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

A sublinhar uma menor ligação desta esfera de acção a formatos *hard news*, nos géneros jornalísticos que mais gostam de ler, este grupo apresenta tendência para valores percentuais mais elevados em grandes reportagens e crónicas e textos de opinião, categorias que tendem a estar associadas a histórias de interesse humano e a um discurso menos factual (Anexo 5: Tabela 60). Estas preferências surgem confirmadas quando cruzamos os usos dos meios não só com os que pertencem ou colaboram com grupos de voluntariado, mas, de forma mais geral, com todos os que assinalam já ter, nalgum momento, realizado voluntariado ou trabalho comunitário, onde o número de casos disponíveis para observação é maior. Estes jovens apresentam médias significativamente superiores na frequência com que lêem revistas de informação geral e revistas especializadas (Anexo 5: Tabela 61) e, no que respeita a consumos de televisão, assinalam também significativamente mais assistir a documentários e grandes reportagens (Anexo 5: Tabela 62).

Uma outra característica deste grupo prende-se com a questão da religião. Embora os valores de valorização e prática religiosa sejam na amostra genericamente baixos, este perfil manifesta maior ligação à religião do que, por exemplo, o anterior. Enquanto os membros de organização de defesa de causas apresentam uma média significativamente inferior à da restante amostra na frequência com que vão à igreja ou outro local de culto religioso, os jovens com ligação a grupos de voluntariado apresentam uma média significativamente superior.

Tabela 34 – Médias de frequência com que jovens com ligação a defesa de causas e grupos de voluntariado vão à igreja ou a outro local de culto religioso

	N	Frequência ida à igreja ou a outro local de culto religioso
Organização de defesa de causas		
Não pertence	584	1,4
Pertence	49	1,2
Anova (<i>P</i>)		.041
Grupo de voluntariado		
Não pertence	605	1,4
Pertence	28	1,8
Anova (<i>P</i>)		.000

Para cálculo de médias considerou-se: 1 'raramente ou nunca' e 3 'frequentemente'

Em termos de área de formação, observámos uma maior tendência de ligação de estudantes das áreas de Educação, Saúde e Protecção Social a esta esfera. Apresentam maior pertença a grupos de voluntariado, sendo também os que, em termos genéricos, mais valorizam o voluntariado e o apoio comunitário.

8.1.4 Associativistas

... a cidade já é maior... mas aqui na comunidade da escola sou participativa. (GA, *Feminino, 20 anos, CSCD*)

Incluimos na esfera associativa os jovens que pertencem ou colaboram com associações de estudantes, organizações juvenis, desportivas, artísticas, recreativas e religiosas, sendo, por isso, um arena bastante mais heterogénea do que as anteriores. Com uma actuação mais centrada ao nível do sociocultural, a sua diversidade dificulta o estabelecimento de tendências, surgindo os usos dos media, os temas que mais procuram e o tipo de actuação como dependentes da própria área de actividade da associação a que estão ligados e, ainda assim, com padrões de associação entre variáveis muito menos nítidos do que os anteriores.

A ligação a associações de carácter desportivo, por exemplo, tende a ser mais masculinizada, um pouco mais associada a estudantes de Ciências, Matemática, Engenharias, Indústria Transformadora e Construção, a maiores médias na frequência de leitura de jornais e também de publicações especializadas. Tendem a apresentar também maior exposição a canais jovens e programas de humor, bem como sensibilidade para temas de economia, media e tecnologia. As percentagens são ainda mais elevadas na frequência com que saem à noite, na frequência com que assistem a espectáculos, jogam computador ou praticam desporto. Por sua vez, membros de associações religiosas apresentam maior indicação de que já realizaram voluntariado, mas também participação em jornal escolar ou marcha de sensibilização por causa; enquanto jovens ligados a associações de estudantes assinalam, por exemplo, significativamente maior ligação a temas económicos e aspectos relacionados com a sociabilidade entre pares.

No entanto, talvez mais pertinente do que a observação destas diferenças, seja a constatação de uma transversal, e quase sempre significativa, tendência para que jovens

ligados a este tipo de associações apresentem um perfil mais proactivo do que os que não indicam qualquer pertença.

Tabela 35 – Percentagem de sujeitos de tipo reactivo, activo e proactivo por associação (frequência de respostas afirmativas)

	Religiosa	Recreativa	Estudantes	Juvenil	Desportiva	Nenhuma
Reactivo	2 (4,5%)	10 (11,6%)	5 (11,4%)	3 (6,7%)	9 (9,9%)	52 (20,4%)
Activo	17 (38,6%)	33 (38,4%)	19 (43,2%)	13 (28,9%)	38 (41,7%)	133 (51,0%)
Proactivo	25 (56,9%)	43 (50,0%)	20 (45,4%)	29 (64,4%)	44 (48,4%)	74 (28,6%)
χ^2, p	.014	.048	.527	.001	.063	.000

Apenas um terço (28,6%) dos inquiridos sem pertença associativa indica já ter realizado algum tipo de acção proactiva, valor que aumenta para mais de 45% nos colegas que indicam algum tipo de colaboração. De forma inversa, enquanto nos jovens sem vínculos associativos se identifica um conjunto de 20% que só assinalam acções reactivas, a percentagem desce para menos de 12% nas restantes situações. Dados que, de alguma forma, remetem para a importância que tem sido atribuída a este tipo de ligação enquanto rede de base potenciadora de outras formas de actuação, contextos que parecem favorecer possibilidades de participação a outros níveis. Esser e Vreese (2007: 1206) no seu estudo sobre os factores que determinam a ida dos jovens às urnas, identificam, por exemplo, a ligação a instituições religiosas como um factor importante de socialização política e também Couldry *et al* (2007: 80) argumentam sobre a importância, na ligação à vida pública, do contacto com redes comunitárias, étnicas, de classe ou religião.

Neste contexto, os próprios dados relativos à ocupação de tempos livres e sociabilidade podem ser entendidos como mais do que mera ‘distracção’, «como espaço de desenvolvimento [pessoal], de inclusão social e acesso a oportunidades» (Carvalho e Brites, 2006: 52), tempos relacionais relevantes na constituição de identidades, mas também de solidariedades e diferentes práticas de mobilização. Observa-se, por exemplo, que os jovens que indicam pertencer a associações de estudantes obtêm médias superiores na frequência com que saem à noite ou reúnem com amigos (Anexo 5: Tabela 63), obtendo também médias superiores na importância atribuída aos amigos (Anexo 5: Tabela 64). A frequência de convívio com amigos é também superior nos que

estão envolvidos com partidos políticos e organizações de defesa de direitos humanos, sociais e ambientais⁹⁴ (Anexo 5: Tabelas 65 e 66).

8.1.5 Espectadores

Sou participativa, mas pouco activa. Ou seja, sou participativa na medida em que voto, que vou às urnas, que falo sobre os assuntos, quando estão na berra, mas pouco activa na medida em que não tomo uma iniciativa de ir fazer uma reclamação, de ir dar uma sugestão... (SE, Feminino, 23 anos, CSCD)

Acho que não participo aquilo que devia participar. Tenho estas ideias e defendo que é preciso andar para a frente e ter mais participação dos jovens e assim... não participo. (TP, Feminino, 21 anos, CSCD)

A esfera dos ‘espectadores’ corresponde ao conjunto de jovens que não manifestam nenhum tipo de pertença ou colaboração com organizações, revelando uma participação menos continuada, bem como menor tendência para uma participação proactiva (como observado na Tabela 35⁹⁵). Não significa que não participem (na categoria das acções activas obtêm até percentagem superior), mas não assinalam qualquer tipo de ligação associativa e têm tendência para apresentar uma actuação mais confinada a actos isolados e determinados momentos simbólicos. Efectivamente, como indicam as diferenças de médias da Tabela 36, atribuem menos importância à política nas suas vidas e, embora de forma menos expressiva, também ao apoio à comunidade.

Tabela 36 – Média de importância atribuída à política e apoio à comunidade nas suas vidas em sujeitos com ligação e sem ligação a associações

	N	Importância da política	N	Importância do apoio à comunidade
Pertence a associações	289	2,4	285	2,9
Não pertence a associações	340	2,2	334	2,8
Anova (P)		.038		.151

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘nada importante’ e 4 ‘muito importante’

⁹⁴ Considerando uma escala em que 1 corresponde a ‘raramente ou nunca’ e 3 a ‘frequentemente’, membros de associações de estudantes e organizações de defesa de direitos obtêm uma média de 2,9 na frequência com que reúnem com amigos, enquanto os que não pertencem apresentam média de 2,7. Também nos que se encontram ligados a partidos o valor (2,8) é superior aos que não assinalam essa ligação (2,7). Neste mesmo sentido, são também os jovens com perfil mais acentuadamente proactivo que maiores médias obtêm na frequência com que reúnem com amigos (Anexo 5: Tabela 67) e na própria importância que atribuem ao lazer nas suas vidas (Anexo 5: Tabela 68).

⁹⁵ Sobre esta questão conferir também Anexo 5: Tabela 69.

Ao nível dos consumos de media, estes jovens têm tendência para obter médias um pouco superiores na frequência com que vêem televisão e inferiores na frequência com que acedem à internet e, sobretudo, lêem jornais. Neste último tópico, os membros de organizações apresentam uma média de 3,2, valor que desce para 3,0 nos sujeitos que não assinalam qualquer ligação.

Tabela 37 – Médias na frequência de uso dos meios em sujeitos com ligação e sem ligação a associações

	N	Ver Televisão	Ouvir Rádio	Ler Jornais	Ler Revistas	Aceder Internet
Pertence a associações	343	4,2	3,7	3,2	2,7	4,7
Não pertence a associações	290	4,3	3,7	3,0	2,7	4,6
Anova (<i>P</i>)		<i>.551</i>	<i>.951</i>	<i>.001</i>	<i>.522</i>	<i>.140</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

No que respeita ao tipo de publicação, os resultados nem sempre são significativos, mas apresentam uma tendência de diminuição em quase todos os tipos de imprensa, com excepção das revistas especializadas onde as realidades são idênticas.

Tabela 38 - Média de frequência de leitura de publicações em sujeitos com ligação e sem ligação a associações

	N	Jornais Diários Gratuitos	Jornais Diários não Gratuitos	Jornais Semanais	Revistas Informação Geral	Revistas Especializadas	Imprensa <i>Online</i>
Pertence a associações	342	2,8	2,4	1,9	2,1	2,0	3,1
Não pertence a associações	290	2,6	2,3	1,8	2,0	2,0	2,9
Anova (<i>P</i>)		<i>.069</i>	<i>.434</i>	<i>.114</i>	<i>.717</i>	<i>.773</i>	<i>.023</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

Este não é o perfil com os valores mais baixos (jovens de tipo alternativo, por exemplo, obtêm médias menores na leitura de gratuitos, 2,5, e os de tipo comunitário na leitura de não gratuitos, 2,2), mas é o grupo onde a diminuição surge como transversal.

Relativamente a produtos de informação televisiva (canais de notícias, noticiários, documentários e grandes reportagens), a tendência é menos clara e, quando ocorre, as diferenças de valores são reduzidas, mas é particularmente significativa a menor percentagem de visionamento de debates, indicados por cerca de 35% dos indivíduos ligados a organizações e cerca de 24% dos jovens sem essa ligação (Anexo 5: Tabela 70).

Teremos de admitir nesta esfera – tal como nas anteriores – diferentes níveis de atenção à actualidade noticiosa e a existência de jovens com relação bastante comprometida com a informação, mas – enquanto grupo – revelam uma tendência para um decréscimo na frequência com que consomem produtos informativos impressos e formatos de discussão da actualidade. Relativamente aos temas que mais procuram nos media, e num contexto de valores transversalmente baixos, assinalam também menos política nacional e internacional e menos economia⁹⁶.

Não excluindo também a existência de jovens mais ‘desligados’ este grupo não constitui necessariamente, e como argumentámos no capítulo anterior, um perfil completamente inerte ou desatento à actualidade. Não revelando pertença associativa e apresentando tendência para uma actuação menos proactiva e menor comprometimento com a informação, desenvolvem acções, mostram-se sensíveis ao mundo que os rodeia, obtendo, por exemplo, valores um pouco superiores de interesse por temas de sociedade. Ao nível das preocupações assinaladas, obtêm também valores idênticos ou até superiores aos jovens ligados a organizações (Anexo 5: Tabela 72) e o mesmo acontece na valorização de responsabilidades cívicas em que, à excepção de tópicos mais ligadas à esfera da política formal, tendem a apresentar médias iguais às dos restantes (Anexo 5: Tabela 73).

Neste sentido, será justamente o perfil onde observamos maior desfasamento entre a preocupação e a acção, entre a valorização das responsabilidades cívicas e a sua plena efectivação em práticas que lhe correspondam. A designação de ‘espectadores’ dará simultaneamente conta desta ligação com a informação assente em noticiários televisivos, e de uma postura tendencialmente menos interventiva. Será o grupo que mais se aproxima dos valores gerais da amostra onde, como referimos, muitos valorizam a acção comunitária mas apresentam reduzidas percentagens de participação

⁹⁶ Política nacional, por exemplo, é indicada como tema que costumam procurar nos meios de comunicação por 21% dos jovens com ligação a organizações e cerca de 15% dos restantes colegas (Anexo 5: Tabela 71).

em grupos de voluntariado, valorizam a defesa de causas mas encontram-se pouco ligados a organizações não governamentais, defendem os valores da democracia, manifestam preocupação com questões públicas mas têm menor comprometimento com a informação e menor tendência para o desenvolvimento de práticas de discussão pública da actualidade.

Sendo justamente as raparigas que mais importância atribuem a diferentes acções cívicas e as que menos as actualizam, é uma esfera um pouco mais feminina. Cerca de 59% de raparigas indicam não pertence nem colaborar com nenhum tipo de associação, valor que diminui para cerca de 44% nos rapazes (Anexo 5: Tabela 33). Surge também mais associada a jovens sem ligação ao mercado de trabalho que, como observado no capítulo anterior, apresentam menor propensão para ligação associativa e actuação proactiva. Neste sentido, também os que não mudaram de residência com a entrada no ensino superior, não evidenciando diferenças na ligação a associações, obtêm percentagens menores de desenvolvimento de acções proactivas.

Não obstante terem sido sinalizadas relações entre a área de formação e as anteriores esferas de actuação (que remetem para a necessidade de observar mais aprofundadamente factores eventualmente relevantes para essas diferenças de orientação), essa não será uma variável determinante para avaliação deste perfil. Todas elas apresentam percentagens de não participação em associações na ordem dos 50% (Anexo 5: Tabela 33), o que significa que a área de formação, interesse e investimento pessoal parece importante na determinação do tipo/área de actividade, mas não necessariamente na distinção entre os que mais ou menos participam.

Ao contrário do que acontece com jovens incluídos noutras esferas, os entrevistados que integrámos neste grupo revelam marcas, e muitas vezes consciência, deste desfasamento entre discurso e acção. Quando lhes pedimos que reflectam sobre o seu envolvimento ou se definam como cidadãos, os primeiros tendem a reconhecer-se como participativos:

Envolvo-me em vários meios, em várias coisas. Por vezes demais. Tenho de começar a seleccionar e a dizer não porque já começa a ocupar muito tempo. Fazia para não estar sempre em casa, para conhecer novas pessoas, novas ideias. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Acho que sou uma cidadã activa, interessada. Ajudo, sempre que posso. (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

Activo... Acho que esse é o termo certo. (*CM, Masculino, 25 anos, CSCD*)

Por sua vez, os segundos, verbalizam com frequência menor participação, frequentemente materializada na adesão a determinados momentos simbólicos, mas menos consubstanciada numa actuação diária continuada. Surge com frequência essa ideia de uma concretização que não é levada às últimas consequências, de uma distância entre a preocupação com o que os rodeia e um envolvimento efectivo e, num dos casos, entre o próprio interesse pelo que se passa à sua volta e a procura de informação.

Acho que não participo aquilo que devia participar. Tenho estas ideias e defendo que é preciso andar para a frente e ter mais participação dos jovens e assim... não participo. (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

... gosto de fazer, pelo menos, o mínimo, que é ir lá à urna. Acho que é por aí... (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

Porque não considero que seja uma pessoa que participe em eventos públicos ou que estejam relacionados com a comunidade, da minha cidade... ou com a Câmara... podia pertencer a uma instituição qualquer, mas não pertenço. Não, sou sincera, não. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

(...) mas é um bocado contraditório, porque eu interesse-me, mas não procuro muito... (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Este reconhecimento surge também em jovens que, evidenciando até outras participações, reconhecem não ter interesse pela esfera da política formal:

Um cidadão tem de se interessar por política porque a política significa saber como vai o país. Não só o país, a cidade, mas... lá está, eu se calhar nisso sou uma má cidadã. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Apesar de reconhecerem que não participam como podiam, indicam ter ideias, ser sociáveis, apresentando-se também como cidadãos sensíveis, social e ambientalmente responsáveis.

Acho que sou uma pessoa sensível. Ou seja, se alguém me contar um assunto que me sensibilize, eu tento fazer o máximo para ajudar. Acho que também... por exemplo, eu não sou capaz de fazer algo que deixe o outro mal. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Sinto-me uma pessoa responsável. Em termos de atitudes... desde a simples coisa de deitar o papel para o chão, ou não até àquelas mais abrangentes como a participação num abaixo-assinado. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Eu acho que tenho grandes valores nesse sentido. Sou *incapaz*, e aprendi ao longo da vida, nomeadamente na escola, de colocar o que quer que seja, para o chão. Se existem contentores, se existem caixotes do lixo, servem para alguma coisa. Acho que sou uma boa cidadã. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Aprofundaremos a reflexão sobre os traços que separam estes sujeitos de outros mais envolvidos e sobre os próprios motivos que os jovens vão apontando para a sua maior ou menor participação, mas a valorização que fazem destas características estará também relacionada com um entendimento de cidadania assente na ideia de entreeajuda, sensibilidade e responsabilidade que - não sendo, aliás, exclusiva deste grupo - poderá contribuir para compreender uma menor tendência para uma participação pública interventiva.

8.2 Sobre os (contextuais) impactos da informação

A descrição destas esferas de participação e a observação das suas relações com os usos dos meios de comunicação, não indicando ligações determinantes, apontam para algum grau de relação entre o consumo de informação e uma actuação mais formalizada e comprometida, que surge também sublinhada quando se articulam os usos dos meios com o tipo de acção assinalada. Assim, sujeitos que indicam já ter desenvolvido práticas activas e proactivas tendem a apresentar médias superiores na frequência com que lêem jornais e revistas e com que acedem à internet. Pelo contrário, observa-se uma diminuição nas médias de consumo de televisão e rádio.

Tabela 39 – Média de frequência de uso dos meios em função do tipo de acção sinalizada

	N	Ver Televisão	Ouvir Rádio	Ler Jornais	Ler Revistas	Aceder Internet
Reactivas	97	4,5	3,9	2,9	2,6	4,5
Activas	295	4,3	3,7	3,0	2,7	4,7
Proactivas	241	4,1	3,7	3,2	2,8	4,7
Anova (<i>P</i>)		.003	.324	.005	.217	.016

Para cálculo de médias considerou-se: 1 'raramente ou nunca' e 5 'todos os dias'

A observação dos consumos de imprensa (Tabela 40) introduz uma progressão idêntica: sujeitos que assinalam acções proactivas lêem significativamente mais diários não gratuitos, jornais semanais, revistas de informação geral e imprensa *online*.

Tabela 40 – Média de frequência de consumo de publicações em função do tipo de acção sinalizada

	N	Jornais Diários Gratuitos	Jornais Diários não Gratuitos	Jornais Semanais	Revistas Informação Geral	Revistas Especializadas	Imprensa <i>Online</i>
Reactivas	97	2,7	2,1	1,6	1,9	1,9	2,6
Activas	294	2,7	2,3	1,8	2,1	2,1	3,0
Proactivas	241	2,8	2,5	1,9	2,1	2,0	3,2
Anova (<i>P</i>)		.779	.001	.036	.031	.231	.001

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘raramente ou nunca’ e 5 ‘todos os dias’

São também os que mais formatos de aprofundamento e discussão da informação consomem (crónicas e textos de opinião, canais de notícias, debates). Debates, por exemplo, surgem como opção assinalada por cerca de 14% dos sujeitos cuja actuação assenta em actividades reactivas e quase 40% dos que indicam já ter realizado acções proactivas (Anexo 5: Tabela 76).

De forma menos expressiva, e excluindo a constituição de redes de amigos, verifica-se também alguma relação entre o desenvolvimento de práticas *online* e o tipo de acção indicada. Sujeitos activos e proactivos obtêm médias um pouco superiores na frequência com que usam o correio electrónico, conversam *online* ou publicam conteúdos (Anexo 5: Tabela 77).

Estas relações podem ser confirmadas nas entrevistas onde os que mais participam revelam não só maior consumo de informação, mas também maior sofisticação no manuseamento e crítica da informação disponível, com referências, por exemplo, a procedimentos de pesquisa ou à sua própria responsabilidade ao nível da avaliação da validade dos conteúdos.

Não sou de ir ao *Google* e colocar poço de petróleo no México. Sou mais de ir ao jornal e procurar notícias do mundo ou destaques... se têm alguma coisa, ou então dentro do próprio site fazer a pesquisa. Não sou muito de ir ao *Google* porque acho que acaba por aparecer demasiada informação que não procuro. Muita coisa dispersa... depois nem sequer é o mais fidedigno. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Nós que recebemos a informação também somos um bocado responsáveis por isso. Em filtrarmos aquilo que é realmente importante. (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

Para além disso, a informação é transversalmente sentida como importante, quer pelos que fazem referência à sua falta como entrave à participação, quer pelos que referem a necessidade de aprofundar algumas questões para uma participação mais efectiva.

O facto de não estar muito informada, pode ser um entrave... (VI, *Feminino*, 21 anos, CSCD)

Gostava de perceber melhor economia. Gostava de saber mais a nível de economia e educação. Seriam duas questões que eu poderia valorizar para ainda ser mais activa. Estando dentro dos assuntos é que poderei ter opinião. Sobre a avaliação dos professores, por exemplo, não tenho grande opinião porque não entendo. Posso dar a minha opinião sobre algumas leis mas como não sou de dentro não vou dizer qual é a mais correcta... Preciso de estar à vontade no tema para poder decidir ou formar a minha opinião completa. (IR, *Feminino*, 22 anos, *Artes e Humanidades*)

Mas se estes dados apontam para a existência de relações, não nos dizem em que sentidos elas ocorrem. Ou seja, podemos dizer que há tendência para uma ligação entre um consumo mais comprometido de informação e uma participação mais continuada e proactiva, mas essa observação será insuficiente para concluir que mais/menos informação resulte, necessariamente, em maior/menor participação. Pode inclusivamente colocar-se a possibilidade de uma relação de sentido contrário: dos baixos índices de leitura de imprensa e menor consumo de formatos de aprofundamento e discussão da actualidade serem a consequência e não a causa de menores índices de participação e, nesse sentido, estes produtos serem «vítimas» e não responsáveis pelo ‘desengajamento’ (Bromley, 2004: 33).

Nesta perspectiva, maiores consumos de informação poderão surgir precisamente como resultado de uma integração em espaços onde ela surge como pertinente, num «círculo» em que «os já envolvidos se tornam mais interessados e envolvidos» (Livingstone e Markham, 2008: 17).

Justificar-se-ia, assim, que sujeitos mais ligados ao voluntariado tendam a procurar informação tematicamente mais próxima da área social, ou jovens envolvidos em estruturas políticas mais informação política. Áreas respectivamente mais envolventes, precisamente porque mais necessárias e conectadas com os contextos onde se movem. Neste sentido, e embora as referências sejam manifestamente insuficientes para qualquer generalização, surge nas entrevistas uma ou outra expressão interessante relativa papel que a integração em determinadas espaços e estruturas pode desempenhar no próprio consumo e compreensão da informação:

Já há muito tempo que tinha pensado em entrar numa juventude. Via as notícias e lia os jornais e não entendia nada daquilo. Então pensei em entrar para entender. Sempre achei que, cá fora, só temos um lado e lá dentro consigo ver dos dois. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

... porque me inseri também num novo grupo de trabalho onde isso é mais um tema de conversa (...) senti essa necessidade de aprofundar, não exaustivamente, mas para saber falar com as pessoas. (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

Referências que podem também ajudar a compreender porque estudantes com maior ligação ao mercado de trabalho, por exemplo, tendem a apresentar maior ligação a questões públicas.

Esta observações não invalidam a observação do impacto da informação mediatizada ao nível mais transversal do agendamento. Quando perguntamos sobre temas que tenham seguido com interesse respondem com muito mais facilidade do que quando perguntamos sobre temas que suscitem o seu interesse mas não tenham a cobertura que lhes pareceria devida, acabando alguns por referir alguma questão, mais como solução de recurso do que em resultado de uma verdadeira mobilização pessoal.

Sinceramente, assim... não sei... não me estou a recordar assim de nenhum. Hum...Sei dizer o que há de exagero, agora em falta não estou a conseguir lembrar-me de nada, assim de repente. [Pausa] Não estou a recordar nada. O papa foi um exagero, o casamento homossexual foi um exagero... não estou a recordar... (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Hum... [Hesita muito antes de responder] Não me recordo de nenhum... mas talvez... a morte do presidente e da esposa do presidente da Polónia. Eu acho que também não estava cá nessa altura... se calhar foi por isso, se calhar até falaram e eu não me apercebi. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Há vários assuntos... mas... falar de um assunto concreto, acho que é complicado... mas, por exemplo, em termos de divulgação de qualquer coisa na Universidade, não há. (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Acho que não... pelo menos que eu me recorde agora, acho que não. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Não, penso que não... hoje em dia há muitos meios de comunicação, logo, tudo acaba por ser notícia, dão um bocadinho de tudo o que o público se interesse e acho que nisso a internet facilita porque se eu quiser saber algum assunto, vou à internet, ponho lá e aparece tudo o que tenha acontecido. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

A própria recorrência de algumas preocupações indicadas, como a crise por exemplo, «tendem a reflectir as questões mais ampla e proeminentemente transmitidas pelos media que usam» (Graber, 2004: 549).

Seria também redutor associar linear e deterministicamente um maior consumo de televisão ou de formatos de entretenimento a uma menor participação. Em primeiro

lugar, porque jovens envolvidos também os consomem de forma alargada (membros de partidos políticos são, por exemplo, os que maiores médias obtêm na exposição a televisão e dos que maior percentagem apresentam na sinalização de *reality shows*⁹⁷). Em segundo lugar, porque, embora nos questionários não se possa identificar uma tendência clara de posicionamento face à afirmação ‘filmes e séries ajudam-me a compreender o mundo e a actualidade’ (situando-se a média de respostas em 3, numa escala de 1 a 5), identificam-se nas entrevistas algumas referências ao contributo que estes produtos também podem dar no conhecimento de determinadas realidades, na consciencialização e sensibilização para determinados temas, na própria compreensão mais alargada das ‘relações humanas’, constituindo-se como formatos capazes de apelar a experiências «do mundo micro-político das relações diárias e encontros mundanos com o poder» (Coleman, 2007b: 177).

Nestes sentidos, as influências dos media nas questões da participação articular-se-ão necessariamente com outros factores, sublinhando uma complexidade de relações que incluem também questões de género, idade, processos de autonomização, áreas de formação e interesse, contextos familiares e influências dos pares.

Não obstante motivações genéricas relacionadas com a vontade de ‘resolver’ situações, ‘ajudar a construir uma sociedade melhor’ ou com a aquisição de ‘experiência’, ‘desenvolvimento de competências’ e ‘formação pessoal’, os amigos parecem ter um papel importante enquanto porta de entrada para determinados projectos. A oportunidade de integrar um partido político, por exemplo, surge muitas vezes por essa via, num processo em que o conhecimento mais aprofundado das próprias ideologias, tende a surgir como posterior.

Surgiu através de um namorado. Um amigo convidou-o para entrar, por acaso foi na socialista, e eu também quis. Um amigo, entrou, outro também entrou... conheci mais pessoas, conheci o coordenador e ele entusiasmou-me bastante. Explicou-me: - «Apoiamos esta e aquela ideia» e eu achei aquilo tudo muito bem: «Vou entrar!». Entrei e comecei realmente a perceber. Também procurei na internet: partido socialista, fundações, história... perdi-me um bocado nas ideologias. Acabei por entrar naquela, porque era onde estavam os outros e depois percebi que o que eles apoiavam era o que eu apoiava. Até agora, ainda nada me fez tirar essa ideia. Desde o aborto, ao casamento homossexual, até agora, a nível ambiental, tudo bateu certo. Não tenho problema nenhum. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

⁹⁷ Membros de partidos apresentam como referimos uma média na frequência com que vêem televisão (4,6) superior ao grupo dos espectadores (4,3). Observa-se também uma percentagem ligeiramente maior de indivíduos a indicar que vêem *reality shows* em jovens ligados a estruturas partidárias (15%) do que em jovens sem qualquer ligação a associações (11,4%) (Anexo 5: Tabela 78).

... no início, para ser sincero, a maior parte dos amigos pertenciam... e então, porque não? Foi daí que comecei também a conhecer as ideologias partidárias, (*CM, Masculino, 25 anos, CSCD*)

A salientar esta importância das redes de integração familiar e social, quando pedimos que sinalizem momentos ou marcos importantes no seu percurso de formação como cidadãos referem a escola:

Vários professores contribuíram. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Há sempre pessoas que marcam... sei lá... professores que nos ajudaram de uma ou outra maneira ou que disseram: «Ah! Não podes pensar assim, tens de pensar de outra maneira.» (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

... sem dúvida, a escola... molda bastante a nossa personalidade e a nossa opinião... acho que foi isso... Acho que somos fruto da nossa educação e também da formação que aprendemos na escola e talvez isso molde como seremos no futuro. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Acho que a escola é muito importante nesse aspecto. A escola educa-nos nesse sentido. Eu lembro-me de ter uns 8 anos e formar um clube amigo do ambiente. Havia a preocupação pelos assuntos que eram falados pela professora. Depois, concursos como o Hemiciclo, também ajudaram. O envolvimento na política também ajudou. A minha família com 15 anos passou a ser família de acolhimento, conhecer outra realidade, também ajudou. Depois, o ano passado, a minha mãe foi para Moçambique em solidariedade durante uns meses para um orfanato... as histórias que ela me conta e as coisas que ela me diz, também ajudou. Acho que sobretudo é isso. (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

Indicam também a família e, simultaneamente, a importância da saída de casa que surge, como referimos, como um aspecto a considerar nos processos de participação.

O ambiente familiar, sem dúvida, é o que nos prepara melhor, mas notei uma diferença bastante grande pelo facto de sair da casinha e vir para cá. Sem dúvida, isso foi algo que me mudou muito... e a parte dos bombeiros também. (...) Nós ganhamos mais responsabilidade. (*CM, Masculino, 25 anos, CSCD*)

Primeiro de tudo, em mim ou qualquer pessoa, a educação que se tem em casa... isso enquanto se é pequeno e está debaixo da asinha da mãe. Depois, quando se sai e se começa a escola, é o grupo de amigos. É muito importante. (...) Depois dessas duas, sair da casa dos pais, e saber gerir essas duas e saber o que está certo e o que está errado. (...) O facto de sair de casa, de não ter a comidinha pronta, de ter de fazer as compras, de ter a mesada para gerir durante aquele mês... fez-me ver as coisas de outra forma. Se calhar não gastava tanto dinheiro como antes, porque via que custava ao meu pai... isso foi a mudança mais radical e foi isso que me tornou mais livre também para eu me integrar em certas associações. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

Lá está, a vivência com a família... se calhar, assim mais marcante, foi quando comecei a viver sozinho, o ingresso na faculdade. A responsabilidade... estamos sozinhos... por exemplo, a nível financeiro, temos uma quantia de dinheiro e temos de tomar decisões: não gastar naquilo e gastar noutra coisa. A esse nível... (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Com referências também aos media e a opiniões de comentadores de referência, são, aliás, estes os factores que, de forma geral, consideram importantes ao nível da própria construção de opinião:

A base da forma como eu penso começa, sem dúvida, na família. E arrisco a dizer que é assim na maior parte das pessoas. Eu acho que a maior parte das vezes as opiniões constroem-se pelo que é ensinado, primeiro, em casa. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

A escola, principalmente os professores, a visão que eles nos transmitem influencia um pouco a nossa opinião, acho eu... tenho, por exemplo, um professor que nas aulas importa-se... discute bastante a actualidade. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Os meus princípios, a minha educação... Os meus pais, especialmente a minha mãe... porque ela esteve sempre muito presente na minha vida, no meu crescimento. Muitos dos princípios que tenho hoje, dos valores que tenho hoje, vêm dela, claramente. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Provavelmente tudo o que eu estudei... acaba por influenciar um bocadinho a maneira como nós pensamos... e também a educação que eu tive e a vivência com os meus pais. Penso que são os principais aspectos... (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Para além desta influência ao nível da opinião ou do exemplo, os contextos familiares sugerem outros impactos. Embora o número de casos dificulte generalizações sobre a influência do nível socioeconómico na ligação a associações, os dados sugerem, por exemplo, maiores valores absolutos e percentuais de ligação de jovens provenientes de contextos socioeconómicos baixos a grupos de voluntariado e médios a partidos políticos (Anexo 5: Tabela 33). Os resultados relativos à valorização de responsabilidades cívicas parecem sublinhar esta hipótese. Assim, são os estudantes de nível socioeconómico mais baixo que maiores médias apresentam de valorização do voluntariado e trabalho comunitário, apresentando também valores superior na importância atribuída à participação activa no dia-a-dia da comunidade. Por sua vez, são os estudantes integrados em famílias de classe média que mais valorizam acções como ‘denunciar injustiças’, ‘protestar contra leis injustas’ ou ‘discutir política’ (Anexo 5: Tabela 79). Estes jovens apresentam também uma ligeira maior sinalização de acções proactivas (Anexo 5: Tabela 36), sendo ainda os que mais indicam ligação a organizações⁹⁸.

Relativamente ao tipo de família, os dados apontam para que sujeitos integrados em famílias nucleares apresentem um perfil de actuação mais acentuadamente reactivo

⁹⁸ Estudantes integrados em famílias de nível socioeconómico médio são os que menor percentagem apresentam de não ligação a associações (38,1% enquanto os colegas apresentam valores superiores a 43%) (Anexo 5: Tabela 33).

em (17,6% destes jovens nunca realizaram outro tipo de práticas, enquanto indivíduos com outro tipo de composição familiar apresentam percentagens iguais ou inferiores a 10%⁹⁹). Por sua vez, são os indivíduos integrados em famílias monoparentais que mais assinalam ter desenvolvido práticas de carácter mais acentuadamente proactivo (43,3% enquanto os outros dois grupos obtêm cerca de 37%) (Anexo 5: Tabela 36).

Neste quadro, o tipo de parentalidade exercida parece ter também influência na forma como estes jovens vão construindo os seus percursos de participação. Não foi uma questão aprofundada, mas há nas entrevistas indícios de menor participação em jovens (sobretudo raparigas) com pais mais protectores, referências ao facto da família ter colocado obstáculos a uma ou outra vontade ou iniciativa. A própria associação entre a saída de casa e uma maior liberdade para participar nalguns projectos sublinha esse argumento e o papel determinante dos pais enquanto configuradores de determinadas oportunidades.

Não desvalorizando estas influências dos enquadramentos familiares, numa amostra que se caracteriza por um diferencial de formação entre pais e filhos, teremos também de admitir situações em que a construção dos seus percursos modaliza os contextos de proveniência. Por exemplo, se ao nível da construção de opinião, escola e família surgem frequentemente em complementaridade, há também casos de maior desvinculação relativamente a visões da família de origem.

A família, por norma, vou um bocadinho contra aquilo que eles acham e pensam. Não é numa de rebeldia mas porque tenho outra maneira de ver as coisas, nomeadamente em relação à polémica do casamento homossexual... foi uma discussão de uma hora e meia e a minha mãe já estava sem paciência... mas estava tudo a falar sobre o assunto e cada um defendia as suas ideias e, eu independentemente de ser católica, defendia uma posição que deixava o resto da minha família muito constrangida... não posso dizer o factor família. (SE, *Feminino*, 23 anos, CSCD)

Todos estes factores, os enquadramentos familiares, mas também a idade, o género, a área de formação e interesse, os consumos de informação surgem assim em complexas redes de relações a que podemos ainda acrescentar, conforme reflectiremos de seguida, questões relativas a percepções e atitudes, à confiança no sistema ou à forma como avaliam as suas possibilidades/capacidades para intervir.

⁹⁹ A observação da Tabela (Anexo 5: Tabela 35) permite também verificar como são os estudantes de famílias nucleares que menos percentagens obtêm na sinalização de muitas das práticas apresentadas.

8.3 Percepções e atitudes: a participação como processo ‘difícil’

Um outro factor com impacto na participação é a confiança. Jovens ‘institucionais’, com ligação a estruturas partidárias, obtêm médias superiores na confiança que têm, por exemplo, nos políticos ou no parlamento, enquanto jovens ‘alternativos’ com ligação a associações de defesa de causas apresentam justamente valores superiores de confiança em organizações não governamentais. Mas o dado mais relevante dirá respeito aos ‘espectadores’, aos jovens com perfil menos interventivo que, à excepção da confiança nos amigos, tendem a apresentar médias menores no crédito atribuído à maioria das instituições e agentes sociais, sendo o decréscimo de valores particularmente significativo nos tópicos relativos aos media tradicionais e aos outros cidadãos, numa circularidade em que a espiral de cinismo relativa à política parece surgir ligada a espiral de cinismo nos media (Jamieson e Capella, 2006: 75).

Tabela 41 – Média de confiança atribuída a instituições e agentes sociais por jovens com e sem ligação a associações

	N	Políticos	Organizações não governamentais	Parlamento	Justiça	Media tradicionais	Amigos	Cidadãos
Pertence a associações	290	2,1	3,2	2,7	2,7	3,1	4,2	3,0
Não pertence a associações	338	2,0	3,1	2,6	2,6	3,0	4,2	2,8
Anova (<i>P</i>)		<i>.065</i>	<i>.379</i>	<i>.217</i>	<i>.107</i>	<i>.009</i>	<i>.270</i>	<i>.012</i>

Para cálculo de médias considerou-se: 1 ‘não confio nada’ e 5 ‘confio totalmente’

A mesma tendência surge no cruzamento da confiança com o tipo de actuação, com sujeitos reactivos a obterem médias de confiança inferiores aos proactivos (Anexo 5: Tabela 80). Mas não só. Sujeitos que apenas assinalam acções reactivas obtêm ainda médias ligeiramente menores na satisfação com a vida e na confiança no futuro (Anexo 5: Tabela 81).

Num processo a que, não serão alheias as representações veiculadas pelos discursos circulantes na família e no espaço social mais vasto, estas questões relativas à confiança serão particularmente relevantes quando em causa está o envolvimento na esfera da política formal, mas podem ter impactos mais alargados.

...mesmo ao nível da militância do partido, penso que a minha geração cresceu a ouvir muitas coisas contra os políticos. Estão saturadas... contra isto e contra aquilo... e contra aqueloutro e então acabam por não querer envolver-se. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Eu acho que as pessoas hoje em dia acreditam cada vez menos. As pessoas estão desmotivadas. Ouvem-se muitas histórias, mesmo a nível de solidariedade, de desvio de dinheiro e de coisas. As pessoas vão-se apercebendo até porque hoje em dia têm maior acesso à informação e pensam: «então mas eu vou dar isto sei lá para quem é que vai isto...» é essa falta de acreditar, essa falta de querer fazer melhor. (*AS, Feminino, 22 anos, Serviços*)

No questionário, quando jovens que se sentem pouco ou nada envolvidos são questionados sobre os motivos dessa falta de envolvimento, assinalam a ausência de projectos motivantes (43,8%), o facto de não gostarem de se expor publicamente (23%), preferirem fazer outras coisas (21,9%) ou não saberem bem como participar (21,9%)¹⁰⁰. Apesar de, como sublinha Putnam (1995: 669), serem muitas vezes as pessoas mais ocupadas as que mais participam, a falta de tempo é também aqui um argumento recorrente (indicado por cerca de 29% destes jovens)¹⁰¹. Um pouco mais de 10% consideram que a sua participação não faria diferença e cerca de 2% serem ainda jovens para se preocuparem com essas coisas. Dos cerca de 5% que referem outro motivo, surgem referências à de interesse mas também, e em relação com o já referido impacto da falta de confiança, à desonestidade do próprio sistema.

Sublinhando alguns destes motivos, como a falta de tempo ou a própria reserva relativamente a uma maior exposição pública, a observação das entrevistas permite acrescentar outros argumentos relacionados, por exemplo, com a centralização de actividades em grandes centros, cuja distância apontam como obstáculo a uma maior participação.

... só que... cada vez que eles chamam para uma acção de rua, é em Lisboa... com as aulas, ainda nunca consegui participar em nada... eles mandam emails, mas ainda não tive oportunidade de participar... (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Em primeiro lugar, há eventos, manifestações, por exemplo, que acontecem muito na capital. Não existem tantos aqui... teria de deslocar-me. Era mais fácil ter uma participação num local mais próximo. É o primeiro entrave. Depois, não estou sempre por dentro do assunto... (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Para além disso, e reforçando também a distância que separa o interesse da sua efectivação em acções concretas, reconhecem dificuldades ao nível da concertação e

¹⁰⁰ De forma mais geral, 43% dos inquiridos tendem a concordar com a afirmação ‘por vezes fico muito sensibilizado com um tema mas não sei como participar’.

¹⁰¹ Também a percepção de que ‘é necessário tempo e esforço para se ser politicamente activo’ surge como frequente, com mais de metade da amostra a concordar com a afirmação.

concretização de vontades, a priorização de outras preocupações e até algum comodismo, numa argumentação que não deixa de conter referências à falta de apoios, aos processos burocráticos associados a uma maior iniciativa ou à falta de retorno e resposta mais imediata por parte das instituições a que, por vezes, se dirigem.

Acaba por ficar tudo um bocadinho... este tem uma ideia, o outro tem uma ideia... mas se ninguém se juntar... ninguém querer dar o passo. Vamos tentar fazer isto... eu tenho a ideia, tu tens a ideia... ah... mas é melhor esquecer... Não fazemos as coisas. Fica um bocado tudo perdido, talvez por falta de apoios (...) Não temos o poder, não temos por vezes o dinheiro e tudo o que falta para conseguir levar um projecto para a frente. (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Quer dizer, já pensei em elaborar uma petição, mas não a cheguei a fazer (...) Porque entretanto surgiu trabalho, outras preocupações com as coisas da escola e acabei por esquecer... (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Ainda há duas semanas fui à direcção da escola com dois colegas meus. Esbarrei na burocracia de escrever um *mail*. (...) Porque nesse dia estava muito cansado... e pronto... está a acabar o curso... não me dei ao trabalho. (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

Acho que... não sei... depende... se tiver muito chateada, acho que reclamo, como já fiz uma vez... mas também não valeu de nada: foi na... como é que se chama... serviços de saúde ... também não valeu de nada... acho que isso também não incentiva a que as pessoas dêem uma sugestão ou refiram qualquer problema que está mal porque... uma reclamação não tem propriamente de ser uma coisa negativa, pode-se ver pelo lado construtivo... então acho que é um pouco por aí: não temos um *feedback*: «Sim, senhor, tomámos, pelo menos, conhecimento da sua sugestão» ... acho que é por isso que não tenho essa iniciativa de... (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

Neste sentido, sobre aspectos a modificar há menções à sua própria persistência e pragmatismo, mas em enunciações que pressupõem também uma vontade de simplificação de processos que percebem como difíceis.

... de certa forma, deixar de lado a preguiça. Não é que seja preguiçoso, mas ser mais pragmático... se calhar... (*OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades*)

... talvez se eu insistisse mais eu levasse a minha avante, mas como às vezes são pessoas superiores a nós que nos dizem que não vai valer a pena, eu acabo por desistir. E talvez haja situações na minha vida onde eu pudesse ter sido mais bem sucedida e não fui por não ter insistido... (...) Já houve duas coisas que eu quis muito fazer e, por exemplo, a escola não deixou, pôs entaves, bastante burocracia, para fazer e acabei por desistir... talvez se eu tivesse sido mais persistente... a situação tivesse sido diferente. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

A reflexão sobre quer sobre obstáculos, quer sobre as sugestões que apresentam no sentido de uma maior participação dos jovens incluem, assim, o reconhecimento de que as mudanças também passam por si em articulação com uma reclamação de maior poder de intervenção, de maior abertura das instituições ao diálogo com os jovens.

Um obstáculo... não sei, se calhar também ainda existe esse tal preconceito... os jovens não participam, os jovens não têm apetência... o que eles querem, é ir para a praia, pensar neles... é mais a parte do preconceito. Também não abriram uma porta para sentar o jovem numa cadeira e falar com ele. (*SE, Feminino, 23 anos, CSCD*)

... seja aqui na escola, seja na câmara, seja onde for. Às vezes acho que somos um bocadinho discriminados. Ai, é jovem, não interessa! Também pode ser culpa deles que às vezes não têm a posição mais acertada, mais correcta, porque há maneiras e maneiras de fazer as coisas, mas acho que não nos dão abertura suficiente para nos ouvirem. Nem que sejam cinco minutos... era importante que nos ouvissem. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

E acho que devia haver nas câmaras secções direccionadas aos jovens. Existem, mas não são organizadas pelos jovens. Posso estar a dizer alguma ideia errada... mas... as pessoas que fazem coisas relacionadas com jovens não são jovens... achava importante ouvirem-nos. (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

O próprio facto de quase 70% da amostra concordar com a afirmação ‘fazem falta novos mecanismos para que os jovens possam participar nas decisões políticas’ remete para este reconhecimento.

Ora, todas estas ideias de que não têm tempo, de que a participação envolve burocracia, de que as oportunidades surgem em locais menos acessíveis, de que poderia haver mais abertura na interacção com as instituições, de que nem sempre há retorno quando apresentam uma sugestão, indicam que a participação é um processo muitas vezes associado a inúmeras dificuldades. O próprio reconhecimento de que alguns obstáculos estão relacionados com a sua própria falta de tenacidade, remete para esta ideia de que é necessário ultrapassar inúmeras resistências para conseguir concretizar uma actuação.

Independentemente da fundamentação que estas percepções possam ter e de, nalguns casos, se poder tratar mais de uma prévia percepção de dificuldade do que de uma consciencializada avaliação de falta de influência decorrente de verdadeiras tentativas de intervenção, estes sentimentos parecem ter efeitos na participação.

São os jovens que mais concordam com a afirmação é ‘preciso tempo e esforço para ser politicamente activo’ que menos pertencem a associações (Anexo 5: Tabela 82). Pelo contrário - sublinhando que também as percepções e os valores «podem servir como ponte entre os mundos público e privado, reforçando ligações entre hábitos de consumo de media (...) e uma mais vasta orientação para o mundo» (Couldry *et al*, 2007: 111) - sujeitos ligados a associações obtêm médias mais elevadas (3,7) de concordância com a afirmação ‘uma pessoa pode influenciar as coisas envolvendo-se em temas que lhe interessam’ do que os que não indicam qualquer pertença (3,6)

(Anexo 5: Tabela 83); verificando-se igual progressão entre os de perfil reactivo (3,5), activo (3,6) e proactivo (3,8) (Anexo 5: Tabela 84). Não são valores estatisticamente significativos, mas assinalam uma tendência que aponta justamente para maior participação em jovens com maior percepção de influência.

Da mesma forma, quando nas entrevistas solicitamos a todos uma reflexão sobre obstáculos à participação, podemos verificar que sujeitos com algum tipo de ligação associativa tendem, ao contrário dos de perfil espectador, a sublinhar a existência de oportunidades (não só ao nível social ou político mas também no plano do empreendedorismo empresarial), remetendo, muitas vezes, a falta de participação para a falta de vontade.

Acho que não há grandes obstáculos. Acho que as pessoas é que não estão a ser educadas para a participação. Nós, tanto no partido, como no voluntariado, sentimos muita falta de pessoal. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Há oportunidades para os jovens aproveitarem. Por exemplo o concurso Poliemprende. Como esse concurso há muitas outras coisas. Acho que há oportunidades para os jovens fazerem projectos e se organizarem e perderem um bocadinho de tempo. Pôr mãos à obra. Deu, deu. Não deu, tentamos para a próxima. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Não sei... as oportunidades estão aí para quem quiser participar. Há pessoas que não se interessam. Há pessoas que não querem... *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Tendem também a ter uma opinião mais positiva sobre a própria capacidade de influência dos jovens, ainda que inicialmente conseguida no espaço doméstico e, por vezes, por via do domínio da tecnologia.

Acho que já foram menos. Acho que começam a ser cada vez mais porque nós já nascemos numa fase completamente diferente. Eu não nasci com telemóveis e internet mas conheci com uns 10, 12 anos. Ou seja, eu sinto que as pessoas mais velhas hoje em dia... eu vejo pelos meus pais que eles precisam do nosso conhecimento, eles precisam de nós. Então, acabam por deixar que nós os influenciemos um bocadinho. Acabam por achar que nós se calhar temos um conhecimento que eles não tiveram e aceitam. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Os jovens de agora têm a cabeça mais fresca, têm mais possibilidades e recursos do que antigamente. *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Sim... Sim... Por exemplo, desde que entrei no partido, vá, na juventude, porque não é o partido ainda, desde que comecei a estar dentro consegui também explicar ao meu pai e mostrar questões que ele também não se tinha apercebido ou pensado. Consigo levar para casa outra opinião. *(IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)*

Não significa que não apresentem críticas a um ou outro aspecto relacionado com a burocracia, autorizações, constituição de equipas, à própria dificuldade de fazerem ouvir a sua opinião nalguns contextos: um dos jovens inseridos numa juventude

partidária refere, por exemplo, que nem sempre o partido está aberto às sugestões da juventude:

Porque o que notamos é que só nos dão a palavra quando é bonito e quando fica bem na fotografia. (*IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades*)

Mas, na maior parte das vezes, a referência a dificuldades é maior e mais generalizada nos primeiros. Também mais vaga, no sentido em que decorre menos de uma efectiva tentativa de intervenção.

Ora, se estas percepções de dificuldade têm impacto na participação em geral, são ainda mais expressivas quando falamos da esfera da política formal, em que os sentimentos se adensam numa mais geral percepção falta de compreensão e, por isso, maior inacessibilidade. Uma esfera excluída à partida, em grande medida porque é, para alguns, uma área que não compreendem.

Acho que há falta de sensibilidade para a política. Como eu não me interesso, há imensos jovens que não se interessam. Se calhar, a maior parte deles também não sabe... o que um defende, o que não defende... (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

...muitas vezes, como não percebo, não me interesso. (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

É verdade que é uma coisa que nos interessa e que interfere na nossa vida... quem está a governar e as decisões que toma... mas, realmente, não é uma coisa da qual eu saiba muito, muito, muito... (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Por isso, a quando são convidados a apresentar sugestões, a par de indicações mais gerais como a necessidade de diversificação de abordagens, de uma cobertura mediática mais positiva da actualidade em geral e em particular de informação relacionada com jovens, referem a necessidade de maior compreensão da informação veiculada, contextualização e explicitação de questões e processos políticos.

Não sei, eu acho que eles têm de traduzir por miúdos. Explicar como se todos nós fossemos meninos de oito anos. Para aquelas pessoas que são entendidas é um bocadinho chatinho para elas dizerem, olha isto é isto, isto é aquilo, mas essas pessoas podem ver um canal só de política, não é? Mas acho que um canal generalista e mesmo os próprios jornais e revistas devem explicar por miúdos aquilo que estão a dizer. Claro que é difícil, porque o próprio tema tem aqueles termos todos, e estar sempre a repetir isso torna-se um bocadinho chato... mas para quem não percebe... acaba por perder o interesse... (*GA, Feminino, 20 anos, CSCD*)

... eu acho que se devia explicar mesmo tim-tim por tim-tim, mesmo para as crianças, para os adolescentes. Se perguntarem à minha irmã, que é mais nova, quem é o José Sócrates, ela não sabe. Devia-se fomentar mais programas educativos sobre o que é a política, o que é a esquerda, o que é a direita, quem é este, o que é que ele defende... Aquela parte mais básica... Porque eles acabam por dar notícias do José Sócrates, do Francisco Louçã, de não sei quem, e acabam por não dizer o que eles defendem, porque é que aquilo aconteceu. Dizem... ah, ele fez isto, ele aprovou isto... então e porquê? Quais são as opiniões dele

para aprovar isto? O que é que ele pensou... Está a entender (TP, Feminino, 21 anos, CSCD)

Eu acho que era mesmo explicar o que é... a esquerda e a direita... explicar o que cada um defende, qual é o papel deles. Se perguntarem a um adolescente de 15 ou 16 anos ele sabe quem são, mas não sabe o que fazem. Nem eu própria... (TP, Feminino, 21 anos, CSCD)

No sentido de uma participação mais interventiva, e também a par de sugestões genéricas como uma educação menos facilitista e necessidade de introdução precoce em actividades de voluntariado, indicam necessidade de maior articulação com as instituições, sobretudo com as estruturas de proximidade com que se sentem mais capazes de interagir.

A Câmara talvez pudesse ter mais iniciativas, mais coisas viradas para os jovens... não digo que não façam... mas se calhar podiam fazer mais um bocadinho, de forma a dizer: (...) «Temos este projecto e temos este evento e se calhar precisamos da vossa ajuda. Estão inscrições abertas para voluntários ajudarem a fazer este evento». Não há muito disso aqui... (...) Mas também eles não podem pensar em tudo... vai de nós propormos. (GA, Feminino, 20 anos, CSCD)

Talvez participar mesmo a nível de Câmara. Acho que começa tudo pela Câmara, o sítio onde moramos, a junta de freguesia. É só idosos que estão nas juntas de freguesia. Não há jovens e isso depois nota-se na gestão das freguesias que é sempre a mesma. Fazer pavimentos, e estradas e arranjos de passeios e não se nota muito mais. (IR, Feminino, 22 anos, Artes e Humanidades)

Deveria haver uma secção que fosse organizada por jovens. Sei lá... Eu não digo que as câmaras e as escolas não organizam coisas, organizam, mas na organização deveria haver jovens também. Se são eles que vão assistir... (ND, Feminino, 21 anos, Educação)

Em resposta aos processos de falta de confiança, são ainda referidas questões relacionadas com a postura dos políticos, com a manutenção de princípios e valores dentro dos partidos, mas também com uma maior necessidade de menos formalidade nos processos.

Não sei... talvez encarar a política de uma forma diferente, não tão rígida. Pronto, as campanhas e os palcos e a pessoa a discursar... isso acaba por ser desinteressante... (GA, Feminino, 20 anos, CSCD)

Sei lá... fugir daquele tom de auditório e palestra... e fazer coisas mais no terreno. Sei lá, organizar uma viagem a um bairro social qualquer e ajudar as pessoas do bairro... não sei... (OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)

Como afirma Machado Pais, os jovens rejeitam o lado ‘coroa’ (aborrecido) da política (2010: 123). Recusam uma política de secretária, reclamando também maior ligação à realidade e observação de resultados. É neste contexto que, como exemplo de bons incentivos à participação, há quem refira iniciativas como o *Limpar Portugal*.

Houve o Limpar Portugal, há pouco tempo, a que muitos jovens aderiram. É uma forma. (IR, *Feminino*, 22 anos, *Artes e Humanidades*)

Por exemplo, o Limpar Portugal, eu achei uma boa iniciativa. (TP, *Feminino*, 21 anos, *CSCD*)

Uma acção que, de alguma forma, materializa esta ideia de informalidade e de maior visibilidade de resultados, mas que sublinha também, como veremos de seguida, um determinado entendimento de política e cidadania.

8.4 Um entendimento pouco ‘público’ (e político) de cidadania

Apesar de na indicação de motivos de não envolvimento apenas 23% referir não gostar de se expor publicamente, outros dados do questionário permitirão enfatizar este argumento, justificando uma reflexão sobre a questão. Revelando grande parte da amostra essa tendência, são justamente os jovens sem qualquer ligação a organizações e os de perfil reactivo que mais discordam da afirmação ‘gosto de participar publicamente dando a minha opinião sobre temas de actualidade’. Numa escala em que 1 corresponde a ‘discordo totalmente’ e 5 a ‘concordo totalmente’, membros de organizações obtêm uma média de 2,9, os não membros apresentam 2,7 (Anexo 5: Tabela 85). A diminuição de valores é idêntica e igualmente significativa entre os que assinalam acções proactivas (3,1) e os que apenas indicam acções reactivas (2,4) (Anexo 5: Tabela 86).

Para além disso, quando perguntamos sobre características suas potenciadoras ou limitadoras de maior participação, surgem referências positivas ao facto de terem ideias, serem sociáveis, como referimos também sensíveis e responsáveis, surgindo, nos aspectos considerados limitadores, menções à timidez e discursos que evidenciam uma mais geral dificuldade de controlar aspectos considerados importantes na gestão da exposição e intervenção públicas, da liderança e do próprio conflito que por vezes pressupõem.

A timidez, a vergonha, é o que me trava. Eu sei que pessoas da minha idade já conseguiam ter uma posição dessas. Também depende da pessoa, há pessoas que são mais capazes de liderar e e eu não sou. Já me apercebi que não sou. Falta-me alguma perspicácia, não sei... talvez... Eu demoro algum tempo... (...) Às vezes, as situações são..., como hei-de dizer... se nos confrontam com alguma coisa, é necessária perspicácia para responder e organizar ou fazer alguma coisa logo, e eu às vezes faço, mas passado uns minutos penso que não devia ter feito assim, devia ter feito de outra maneira. Há pessoas que são naturalmente mais perspicazes... e eu sei que não sou assim. Gosto ou sinto necessidade de levar algum tempo a pensar até encontrar a solução certa. (ND, *Feminino*, 21 anos, *Educação*)

Sou muito impulsiva e isso vai um bocadinho contra o factor assertividade... lá está, porque reajo, em vez de, se calhar, às vezes pensar um bocadinho no que hei-de fazer... (...) há certas questões que, às vezes, são um bocadinho difíceis de gerir... é importante saber ponderar e saber quando se deve intervir. *(SE, Feminino, 23 anos, CSCD)*

Não sei ser líder. Eu gosto mais de trabalhar em grupo do que de dizer: «Tu vais fazer isto, tu vais aquilo!»... claro que isso se aprende, mas também depende da pessoa. Às vezes gostava de dizer «Vai fazer aquilo!», mas não sei ser líder, não sei mandar. Gosto mais de fazer, do que de mandar os outros fazer. Se calhar... lá está, porque me sinto mais segura se for eu a fazer, do que se mandar outra pessoa fazer aquilo que eu sei que sei fazer. E não deve ser assim, não é? *(GA, Feminino, 20 anos, CSCD)*

Ou seja, há vários indícios nos dados de dificuldades em lidar com uma faceta mais pública de cidadania e, como refere S. Bennett (1997: 51), com a adversariedade própria da esfera da política formal. O autor refere que muitos jovens estarão a ser «pouco treinados para defender um argumento em prol de uma posição», acrescentando que as próprias referências à necessidade dos políticos ultrapassarem as suas divergências, decorrem de uma falta de tolerância ao «desacordo» e de uma falta de compreensão de que «a democracia requer agentes públicos que tenham argumentos contrários aos seus oponentes políticos».

Mais acentuados no perfil ‘espectador’ estas as reservas relativas à exposição pública não são seus exclusivos. Embora de forma menos acentuada, em jovens de outros perfis surgem também referências a esta salvaguarda quando justificam, por exemplo, não comentar notícias com frequência ou não ter blogue, indiciando alguma transversalidade na dificuldade de lidar com uma faceta mais pública de cidadania. Compreende-se, assim, que evidenciem práticas relativamente generalizadas de discussão da actualidade com família e amigos e uma menor tendência para a sua expressão pública.

Embora as definições que apresentam não esgotem os seus entendimentos de cidadania, permitem também observar a priorização de valores como a educação, a entreajuda, o respeito, a responsabilidade na relação com os outros e com o próprio meio ambiente.

Eu acho que cidadania tem a ver com o espírito de entreajuda. Entre as pessoas e entre comunidades. Sermos educados, entre aspas, ou pelo menos sermos respeitadores. Sentirmos que pertencemos a algo em comum. *(AS, Feminino, 22 anos, Serviços)*

Cidadania? Acho que é uma coisa que se está a perder, que é ajudar. A entreajuda. (...) Respeitar, sem dúvida. Respeitar e ser respeitado. Acho que isso é o básico. Acho que quando se perder isso... *(CM, Masculino, 25 anos, CSCD)*

É ajudar o próximo... e ser responsável para com o próximo, seja ele um vizinho, a comunidade... temos de ser respeitadores. (...) Respeitar... respeitar não só as pessoas, mas tudo o resto que nos envolve, o meio ambiente. *(ND, Feminino, 21 anos, Educação)*

Respeito para com os outros... ter todo aquele tipo de práticas... não deitar lixo para o chão, reciclar... (OF, Masculino, 20 anos, Artes e Humanidades)

Ser cidadão é pertencer a determinada sociedade e viver. Acima de tudo viver, mais do que pertencer é o viver, o saber viver numa comunidade. (...) Saber viver tem a ver com uma maneira de estar, de agir, com as nossas preocupações sociais e, acima de tudo... por mais que as pessoas digam que não... com o nosso desempenho perante os outros... (SE, Feminino, 23 anos, CSCD)

Pertencer à sociedade e tentar participar nas actividades da sociedade. Digamos que não pensarmos só na nossa vida, tentar dar a nossa opinião, contribuir, ir assistir, ir ver... (TP, Feminino, 21 anos, CSCD)

Isso é uma pergunta... É estar na cidade ou no país em que se vive. Um bom cidadão é aquele que se preocupa por melhorar o sítio onde está. Não digo país, porque é muito grande, mas digo na sua terra, na sua aldeia, na sua freguesia ou na sua cidade. É interessar-se e ser activo nessas associações, nas juntas e assim... é fazer algo por, não é só falar e dizer que isto está mal. Um bom cidadão deve actuar. Se não, é um cidadão passivo, fica à espera. (GA, Feminino, 20 anos, CSCD)

Mesmo considerando que as duas últimas definições apontam para entendimentos um pouco mais alargados de cidadania, nem sempre correspondem, como vimos, aos que mais participam. A sublinhar estes discursos, e uma cultura de cidadania onde surge mais realçado o valor da responsabilidade do que o da proactividade, mais de 70% da amostra concorda com a ideia de que ‘ajudar os outros é a melhor forma de participar na comunidade’. A este respeito, e numa afirmação que pensamos poder ser aplicada de forma transversal a vários contextos de socialização, Dahlgren refere também que, porque a «política tende a ter uma aura negativa sobre ela», as pessoas são frequentemente mais encorajadas a ser ‘cívicas’ (no sentido estrito do apoio à comunidade e preocupação com os outros) do que ‘políticas’ (2009: 59), surgindo estes dois campos, muitas vezes, como «esferas desarticuladas» (Couldry *et al*, 2007: 192).

Ora, o facto das suas identidades como cidadãos surgirem muitas vezes em desarticulação com a esfera da actuação pública e política (também importante no plano do agendamento e discussão de questões), fará com que se excluam/sejam excluídos desses terrenos.

Na verdade, a facilidade que apresentam na formulação de uma definição de cidadania é bastante maior do que na formulação de uma definição de política em que com frequência hesitam até improvisar uma resposta, por vezes acompanhada da referência ao facto de já terem aprendido na escola, mas não se recordarem bem.

Uma definição de política... hum... não sei... qualquer coisa a ver com... uma orientação... um guia para um país... não sei... política... eu já soube o significado... (VI, Feminino, 21 anos, CSCD)

A política... eu normalmente não me interessava muito por política... ela só começou a fazer sentido quando tive Ciência Política... e... não sei... não sei bem o que devo dizer sobre a política porque... é verdade que é uma coisa que nos interessa e que interfere na nossa vida... quem está a governar e as decisões que toma... mas, realmente, não é uma coisa da qual eu saiba muito, muito, muito... interessei-me só pela disciplina e, a partir daí comecei a perceber algumas coisas, mas não dou muita atenção à política. (*VI, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Mesmo quando, ao nível do discurso, estabelecem ligações entre os dois conceitos e reconhecem a importância dessa articulação, a forma como alguns se referem à política (sublinhando um já referido entendimento representativo de Democracia) aponta para representações restritas de um universo que muitos não vêm integrado no seu quotidiano e que circunscrevem à actuação dos partidos. A reclamação de determinados direitos, por exemplo, não é percebida como actuação política por todos.

Como há outros aspectos a nível de educação que, se me dissessem, «Vamos manifestar-nos ou vamos fazer isto ou aquilo»... provavelmente participava. Em termos de política... acho que está fora de questão. (*TP, Feminino, 21 anos, CSCD*)

Gosto de lutar pelos meus direitos e se alguém mos estiver a tirar, manifesto-me, claro. Agora, directamente com a política... (*ND, Feminino, 21 anos, Educação*)

Ou seja, a política é claramente um conceito menos envolvente para estes jovens, «algo que ocorre ‘noutro lugar’» (Henn *et al*: 2005: 562), mais difícil de expressar porque também mais difícil de compreender e mais difícil de compreender provavelmente porque também menos vivenciado. Uma definição que aprenderam na escola, mas que surge como pouco relevante no seu quotidiano.

Ora, estas questões - não deixando de remeter para a pertinência de uma observação mais aprofundada sobre a forma como o ‘cívico’ e o ‘político’ vão sendo abordados ao longo de toda a formação escolar, mas também como cada uma das esferas vai sendo construída pelos próprios discursos circulantes nos espaços domésticos, nem sempre incentivador de uma maior confiança, participação e exposição públicas – remetem também para uma reflexão em torno da articulação entre espaços formais de formação e outros contextos de integração, para uma reflexão em torno de uma formação que, tal como a própria informação dos media, pode ser menos relevante se não for acompanhada por uma integração em contextos que a tornem mais vivenciada e, nessa medida, mais envolvente.

Referimos nos capítulos anteriores que, apesar dos dados gerais da amostra apontarem para consumos menos comprometidos de informação e para uma actuação

pouco interventiva, se poderiam identificar também casos a quem essa formulação seria menos aplicável. Assim, no sentido da exploração de diferenças entre estes jovens, procurámos neste capítulo mapear tendências de participação, explorando a sua articulação não só com tendências de usos dos meios de comunicação, mas também com factores como o género, a idade ou a área de formação: um tipo de actuação institucional, marcado pela ligação a estruturas partidárias e por um consumo acentuado dos vários meios disponíveis e, em particular, de formatos de informação, tendencialmente mais masculino e associado a maior idade; um tipo mais associado à actuação alternativa, assente na ligação a organizações não governamentais, no desenvolvimento de novas acções, preocupação com novos temas e uso privilegiado da internet relativamente a outros meios; um tipo comunitário, tendencialmente mais feminino e associado ao voluntariado, onde a preferência por temas de sociedade parece surgir acompanhada de maior consumo de formatos de informação menos factuais como a reportagem; um tipo associativista de carácter mais heterogéneo e, finalmente, um grupo de jovens ‘espectadores’, marcado pela ausência de ligações associativas, por uma actuação tendencialmente menos proactiva, e por uma menor tendência de exposição a produtos de informação impressa e a formatos de aprofundamento e discussão da actualidade.

Se a observação deste mapeamento permite observar algumas tendências (com uma maior aproximação dos rapazes ao perfil institucional e das raparigas ao comunitário, por exemplo) possibilita também uma reflexão sobre as características que tendem a separar o perfil ‘espectador’ dos restantes. Assim, procurando reflectir sobre os motivos de um menor envolvimento, observámos como jovens sem nenhum tipo de ligação a associações e com perfil menos proactivo, para além de menor ligação a formatos de aprofundamento e discussão da actualidade, tendem a surgir associados a menores índices de confiança nas diversas instituições e agentes sociais, menor percepção de influência, menor compreensão da esfera política. Tendem a apresentar o mesmo tipo de preocupação com questões relativas ao mundo que os rodeia, também o mesmo nível de valorização da maior parte das responsabilidades cívicas, mas menor desenvolvimento de práticas de maior intervenção e exposição pública. Neste contexto, talvez mais do que um mero desinteresse, possamos referir questões de falta de confiança e de «voz» (Couldry *et al*, 2007: 193), uma percepção da participação como processo associado a inúmeras dificuldades e resistências que sentem ser necessário ultrapassar e que podem constituir-se como inibidoras de uma maior iniciativa.

Para além disso, e embora não seja exclusivo destes jovens, sujeitos menos envolvidos apresentam também indícios de maior dificuldade em gerir uma faceta mais pública de cidadania, frequentemente concebida em termos de sensibilidade, responsabilidade e entreajuda. Remetendo para a pertinência de uma reflexão mais aprofundada sobre os moldes em que a formação cívica vai sendo construída - não só em espaços de formação específica e aprendizagem formal, mas também em espaços de construção informal como a família - identifica-se um entendimento de cidadania de onde a esfera pública (e a articulação com o terreno da política formal) surge muitas vezes excluída.

O mapeamento que criámos e explorámos, permite-nos, pois, ter presente uma ferramenta de compreensão dos modos de participação dos jovens numa democracia mediada como é a nossa. Tal mapa, porém, não postula qualquer relação directa e imediata entre consumos de media e participação. A própria identificação de uma tendência de maior proximidade com a informação em sujeitos mais interventivos, por exemplo, para além de admitir excepções, não indica os sentidos dessa relação, podendo o consumo de informação surgir mais como consequência do que causa de outras práticas de envolvimento. Daí termos sublinhado o papel que a própria integração nalgum tipo de estrutura pode ter, quer no desenvolvimento de uma actuação mais interventiva, quer na própria ligação e comprometimento com determinados formatos de informação, constituindo-se esses espaços, não como formas únicas de participação, mas como contextos onde a informação e a própria aprendizagem formal parecem poder tornar-se mais relevantes. Para além disso, como vimos, não só o consumo dos meios é multidimensional e variado, como a ligação à vida pública depende de múltiplos outros factores, constituindo-se através de diferentes e complexas práticas quotidianas que dificultam uma absoluta linearidade na articulação de influências.

Dado que os media – e os nossos usos dos media e os seus contextos – são tão variados (como são as formas de envolvimento público), a ‘ligação publica mediada’ é claramente mais ‘uma ‘prática dispersa’ do que uma ‘prática integradora’: não tem certamente regras explícitas, embora possa implicar ‘fins, projectos e crenças’, isto é, valores de motivação. (Couldry *et al*, 2007: 65-66)

Estamos, no entanto, em crer que, face aos tipos que identificámos, é possível compreender melhor, de forma menos homogénea a mais detalhada, as orientações destes jovens em torno da participação,

CONCLUSÃO

A construção de ligações

Reflectir sobre cidadania no quadro da sociedade da informação implica, como procurámos explorar ao longo do nosso estudo, incluir nessa reflexão as dinâmicas de uso dos media, principais responsáveis pela visibilidade da actualidade em geral e dos processos de governação política, em particular. Neste sentido, e procurando concluir sobre a forma como estes jovens adultos interagem com os meios de comunicação e sobre a forma como actualizam a sua participação, verificamos que os dados obtidos apontam, em termos gerais, para uma relação pouco comprometida, quer com formatos de aprofundamento e discussão da informação, quer com práticas de participação pública.

A leitura de jornais ou o visionamento de debates, por exemplo, não constituem, para os participantes no estudo, hábitos generalizados, e a observação das formas de participação aponta também para baixos valores de ligação a associações de carácter cívico e político e para uma actuação mais centrada na participação nas eleições, no voto, na adesão a determinados momentos simbólicos do que no desenvolvimento de práticas de maior intervenção, iniciativa e exposição pessoal. Esta observação surge particularmente sublinhada pela reduzida participação em estruturas partidárias, mas também em organizações de defesa de causas que, operando em áreas mais valorizadas do que a esfera da política formal, não reúnem iguais níveis de participação efectiva. Algumas novas acções ligadas ao consumo politizado e à própria internet, muitas vezes, apontada como espaço para o desenvolvimento de novas actuações, não parecem também surgir como alternativa de participação. É reduzida a percentagem de jovens que referem já ter comprado ou boicotado um produto por razões políticas, éticas ou ambientais e menor ainda o número dos que indicam comentar notícias ou desenvolver *online* espaços de discussão da actualidade.

Estes dados não significarão, no entanto, total alheamento face ao mundo que os rodeia ou completa ausência de participação. Em termos gerais, e mesmo considerando que algumas respostas e opiniões poderão surgir ajustadas ao próprio contexto da entrevista e às expectativas que pensarão existir sobre a aceitabilidade das suas atitudes

e comportamentos, os dados apontam para algum tipo de atenção à actualidade, algum tipo de sensibilidade e orientação para questões públicas, sentimentos de pertença.

Embora surjam habitualmente associados a uma atenção mais panorâmica e superficial da actualidade, os noticiários televisivos são acompanhados pela generalidade da amostra, que revela ainda preocupação com áreas diversas da vida da comunidade e uma valorização acentuada da maioria das acções cívicas. Da mesma forma, apesar de ser menos frequente o desenvolvimento de uma actuação pública comprometida, há marcas de alguma ligação a associações de carácter mais acentuadamente sociocultural, bem como de um investimento ao nível da actuação diária, da responsabilidade para com os outros. Esta questão é particularmente visível ao nível das práticas de discussão sobre a actualidade. Muitos destes jovens referem não gostar de expor publicamente as suas opiniões, mas indicam ter hábitos de discussão de temas públicos em espaços interpessoais, de maior informalidade e familiaridade.

Podemos, assim, identificar um cenário que não indica total desconexão, mas aponta para desarticulações a vários níveis. Uma desarticulação entre a valorização da acção cívica e a sua efectivação em iguais índices de intervenção concreta, entre a cidadania como valor e a sua consubstanciação numa prática mais interventiva, comprometida e continuada, mas também uma desarticulação entre espaços informais e formais de actuação.

Apesar do acompanhamento da actualidade não ser por todos aprofundado, a comparação entre os índices de atenção à informação noticiosa e as práticas de participação efectiva, apontam, ainda, para uma desarticulação entre «um sentido de envolvimento colectivo através dos media» (Couldry *et al*, 2007: 185) e uma atitude de maior iniciativa e intervenção. Enquanto cerca de 80% dos jovens indicam ter por hábito assistir a noticiários, menos de 50% refere, por exemplo, pertencer ou colaborar com algum tipo de organização. Para além disso, para a maioria dos jovens abordados, o acompanhamento da informação e da actualidade noticiosa surge como um valor, expresso em discursos que remetem para esse uso dos meios como forma de integração e monitorização do social (Couldry *et al*: 2007: 183). Ou seja, desenha-se uma cidadania de carácter essencialmente mediado, apesar de tudo, mais centrada no seguimento da informação veiculada pelos órgãos de informação do que numa participação propriamente dita.

Neste contexto, podemos dizer que muitos destes jovens evidenciam algum tipo de envolvimento (no sentido apresentado por Dahlgren (2009: 80) da atenção prestada a

determinado objecto) mas com baixos índices de participação em determinadas estruturas e com reduzido desenvolvimento de práticas de maior intervenção e proactividade; uma atenção pouco consubstanciada em acções, visível em várias esferas, mas particularmente acentuada no campo da política formal (área que consideram mais difícil de compreender e acompanhar e face à qual evidenciam também maior cepticismo).

Este traçado geral que aponta para uma construção de «cidadania fluida e empática» (Pais, 2010: 19), para uma maioria de sujeitos ‘espectadores’, caracterizados por menor tendência para a ligação associativa e menor tendência de actuação proactiva, não invalida a identificação de heterogeneidades na amostra que procurámos explorar através da identificação de outras esferas e tipos de participação: um tipo institucional, caracterizado, quer ao nível dos usos dos meios, quer ao nível das práticas de participação, por uma maior apetência e proximidade com a esfera da política tradicional; um tipo alternativo, igualmente politizado, mas tendencialmente menos *mainstream* e mais orientado para novos meios, novos temas e novos tipos de acção; um tipo comunitário, mais envolvido na esfera do voluntariado e tendencialmente mais sensível a temas de sociedade e a abordagens menos factuais da agenda noticiosa e uma esfera associativista, heterogénea e caracterizada pela ligação a associações de carácter cultural, recreativo, desportivo.

Sabendo que «a pesquisa de recepção não pode nunca ambicionar encontrar a verdade sobre práticas e representações das audiências, apenas olhares parciais sobre a forma como as audiências usam os media num contexto específico» (Schroder, 2003: 16), que as práticas de uso dos meios e as formas de participação se caracterizam pela diversidade e complexidade das suas relações, bem como pela articulação com outras variáveis; considerando ainda que, individualmente, os percursos destes jovens são feitos de justaposições e coexistência de práticas e valores, a identificação de tipos de participação não pretende postular qualquer tipo de determinismo entre práticas de participação e usos dos meios. Constitui-se apenas como um exercício de observação de tendências capaz de apoiar a reflexão sobre a forma como estes jovens tendem a consubstanciar de modos diferenciados as suas dinâmicas de cidadania, as suas atitudes e comportamentos face ao envolvimento e participação na comunidade. Nesse sentido, estes dados apontam para a necessidade de evitar generalizações de apatia que não correspondem às nuances da realidade e que apenas servem para legitimar e reforçar esses comportamentos.

Introduzindo uma reflexão sobre impactos de género e idade nas questões da participação vimos, por exemplo, como jovens do sexo masculino e estudantes mais velhos tendem a apresentar maior orientação para a esfera institucional, apresentando, por seu turno as raparigas maior propensão para a área do voluntariado e do apoio à comunidade e, em geral, menor tendência para o desenvolvimento de práticas de maior intervenção ou exposição pessoal.

Embora a exploração destes tipos de participação permita identificar alguma associação entre consumos de informação, maior ligação a organizações e maior desenvolvimento de práticas de iniciativa e exposição pessoal, introduz também questões relacionadas com a ordem de relação entre variáveis. Alguns discursos sugerem, por exemplo, que um maior consumo de informação possa ser a consequência, e não a causa, de um maior envolvimento em espaços de prática. Como postula Mindich, as pessoas procuram e aprendem o que precisam de saber (2005: 18) e, nesse sentido, alguns contextos parecem favorecer a ligação entre os jovens e a informação (*Idem*: 61) e, acrescentaríamos, o próprio desenvolvimento de práticas mais interventivas.

Esta perspectiva, que aponta para a importância da integração dos jovens em contextos que tornem a informação pertinente, espaços de processamento dos discursos e prolongamento da discussão, situações em que a informação importe e faça falta (McLeod, 2000: 49), ajudará também a compreender a forma como jovens ligados a determinados tipos de organização tendem a procurar determinados temas e formatos de informação mais próximos dessas esferas, a própria maior ligação de determinadas áreas de formação e interesse a determinados usos dos meios e práticas de participação.

Deste ponto de vista, e não diminuindo a importância de introduzir desde cedo notícias nas dietas de media (Mindich, 2005: 16), a solução não passará apenas por dar-lhes informação e esperar que um dia a participação aconteça, mas por conjugar o consumo de informação com oportunidades de participação que possam contribuir para tornar a informação mais pertinente e, nesse sentido, também mais envolvente.

Esta observação indica assim que, embora os media surjam como elos importantes de ligação à comunidade, espaço para uma «conversação nacional sobre quem somos, como vivemos e o que queremos do futuro» (Coleman, 2004: 1), fundamentais ao nível do próprio agendamento dos temas em discussão, a ligação à comunidade não será única e exclusivamente sustentada pelos consumos de media (Couldry, 2006: 12), sendo necessário considerar toda uma série de factores,

relacionados não só com esta ligação a determinados contextos de prática, mas também com o género, idade, área de formação e interesse e até mesmo com os processos de autonomização e outros contextos de integração social e familiar.

Jovens que mudaram de residência ou que indicam algum tipo de ligação ao mercado de trabalho parecem revelar, por exemplo, maior apetência pela informação de actualidade e por uma actuação mais proactiva e, embora nalgumas destas questões o número de casos disponíveis para observação dificulte um traçado de tendências claras e remeta para a necessidade de aprofundar a observação, a herança parental, em termos de escolaridade e nível socioeconómico, bem como o tipo de estrutura familiar parecem constituir-se também como questões a considerar. Jovens integrados em famílias de nível socioeconómico médio tendem a apresentar, por exemplo, maior propensão para o desenvolvimento de acções proactivas, mais indicadas também por sujeitos integrados em famílias monoparentais.

As representações e atitudes parecem também constituir um factor importante nos processos de participação. Apesar das críticas ao funcionamento do sistema político, e à própria cobertura da política feita pelos media, serem muito transversais (remetendo para uma necessidade de reconfiguração de actuações), jovens com menores níveis de confiança nos media, nas instituições e responsáveis políticos, nos outros cidadãos, tendem a apresentar menor tendência para o desenvolvimento de práticas de maior intervenção e exposição pessoal, menor tendência de associativismo e também menor interesse por informação política. De forma geral, são aliás os jovens menos interventivos os que mais percebem a participação como processo associado a inúmeras dificuldades, um entendimento que parece, independentemente da sua fundamentação, inviabilizar a própria tentativa de acção e que assume especial relevo quando em causa está a avaliação da esfera da política formal, face à qual manifestam frequentemente sentimentos de falta de compreensão e de falta de influência.

Neste contexto, a questão tende, como vimos, a incidir menos na valorização da participação – transversalmente considerada importante – mas sobretudo na dificuldade de efectivar essa valorização, observável em vários domínios, mas particularmente acentuada ao nível do envolvimento com a esfera da política institucional. Se pensarmos nas dimensões da cidadania (valores, identidades, confiança, conhecimento, espaços e práticas), propostas por Dahlgren (2009: 112-125), diríamos que muitos destes jovens tendem a valorizar a participação e o próprio sistema democrático, sentem-se cidadãos, manifestando, no entanto, fragilidades ao nível da confiança no sistema, do próprio

conhecimento da esfera política, das competências de actuação no domínio público; surgindo a sua actuação frequentemente remetida para espaços e práticas de maior familiaridade e informalidade.

Esta particular desarticulação com a esfera da política formal e com práticas de maior intervenção pública - entre outros aspectos relacionados com a própria actuação dos media e dos responsáveis políticos, por vezes acusados de um menor comprometimento com os jovens (Coleman, 1996: 166) - poderá também resultar de um entendimento pouco político de cidadania e de uma menor preparação para uma actuação mais acentuadamente pública. A cidadania é, como referimos, sobretudo definida como entreajuda e responsabilidade para com os outros.

Sem diminuir a relevância deste entendimento e de formas de participação mais informais (vimos inclusivamente como algumas práticas de lazer relacionadas com o convívio com amigos podem constituir dinâmicas de integração potenciadoras de outros envolvimento), a identificação de um elevado número de jovens afastados de práticas de participação mais efectivas e, em particular, de terrenos mais públicos e políticos, não deixa de remeter para uma reflexão em torno da necessidade de uma maior actualização desta espécie de cidadania latente, também da necessidade de maior inclusão em espaços de política formal, onde os processos de tomada de decisão tendem efectivamente a decorrer.

Sublinhando que a ideia de cidadania pode e deve ser construída através de uma rede concentrada de gestos, trata-se de pensar em estratégias capazes de tornar a sensibilidade mais manifesta, de incentivar a ligação entre a valorização e a prática cívica, mas também entre a cidadania como entreajuda e a cidadania enquanto intervenção pública e política.

A prevalência do voto sobre outras formas de participação, sublinhará também a necessidade de reflectir sobre um entendimento essencialmente representativo de democracia e sobre necessidade de um alargamento a uma concepção mais deliberativa. Muitos destes jovens, embora valorizando a Democracia, parecem referir-se a ela como algo exterior, um projecto para políticos, esquecendo o seu carácter processual e a necessidade do seu próprio envolvimento em dinâmicas de participação que não se circunscrevam ao exercício de voto no acto eleitoral. Como podemos ler na *Carta Europeia da Participação dos Jovens na Vida Local e Regional*, ainda que o papel das eleições seja fundamental para assegurar a representação da população, «participar na vida democrática de uma sociedade, qualquer que seja, não é apenas votar ou

apresentar-se nas eleições (...) participar e ser um cidadão activo é ter o direito, os meios, o lugar, a possibilidade e, se necessário, o suporte para participar nas eleições, influenciá-las e envolver-se nas acções e actividades de forma a contribuir para uma sociedade melhor» (2009: 12).

Mas não serão apenas estas as questões a considerar. As representações destes jovens vão, como referimos, apontando também para dificuldades ao nível da compreensão do político e da interacção com determinadas estruturas. Neste sentido, o silêncio dos jovens na vida pública pode ser também uma forma de construção de significados que remetem, justamente, para uma reflexão mais vasta sobre aspectos relacionados com a própria actuação dos media e dos responsáveis políticos, actores que nem sempre consideram as novas gerações na construção dos discursos ou as convidam a participar nos processos (L. Bennett, 2008: 15).

Considerando todas estas questões relacionadas com as condições de vida, contextos sociais e familiares, usos dos media, outros espaços e práticas socioculturais, representações e atitudes e também tendências conjunturais e enquadramentos socioculturais mas vastos, relacionados com as dinâmicas das sociedades contemporâneas e com o próprio funcionamento das instituições políticas e mediáticas, tem sido sublinhada a necessidade de reflectir sobre propostas de acção também assentes em vários eixos, num envolvimento integrado dos vários intervenientes nos processos: públicos, produtores de informação, responsáveis políticos, escola, família, pares. Assim, se os próprios jovens necessitam de desenvolver a sua literacia mediática, tornar-se participantes mais activos nas discussões, «aprender melhor como transferir competências que já usam noutras experiências (...) para arenas mais convencionais de política» (L. Bennett, 2008: 20) e desenvolver estratégias no sentido de uma melhor concretização de vontades e concertação de vozes (L. Bennett, 2008: 18); muitas propostas têm sido formuladas no sentido de envolver também os media, agentes sociais e políticos numa geral revitalização da esfera pública e num maior comprometimento relativamente às novas gerações.

Num contexto em que o cinismo em torno da política parece, como vimos, surgir acompanhado de um cinismo em torno da actuação dos jornalistas, tendendo os cínicos num domínio a ser cínicos no outro (Jamieson e Cappella, 1996: 83-84), refere-se a necessidade dos media se apresentarem como «mais conscientes da opinião que os cidadãos têm do seu trabalho e em particular da forma como interagem com os processos políticos» (Couldry *et al*, 2007: 190). Esta necessidade de modificação dos

padrões de cobertura da actualidade envolverá a gestão das agendas (Blumler, 1997: 401-403), mas também uma maior abertura dos discursos à voz dos mais novos, nomeadamente em temas e espaços de onde surgem por vezes excluídos, incluindo «a audiência nos processos de hierarquização, edição, avaliação e discussão» da informação (L. Bennett, 2008: 19). Uma maior interactividade pressupõe assim envolvê-los no diálogo, considerar as suas formas expressão (Coleman, 2007b: 184), comunicar com as novas gerações nos seus «próprios termos», em abordagens compreensíveis e capazes os incluir nos processos de política convencional (L. Bennett: 2008: 20). O impacto dos media não será, também desta perspectiva, um dado garantido à partida, surgindo como dependente do seu desempenho que pode constituir um factor de desintegração ou pelo contrário um potencial gerador de sinergias, dependendo da «abertura, receptividade e eficácia das formas de representação» (Melucci, 1996: 117).

Instituições e responsáveis políticos poderão também estar mais conscientes das reflexões dos cidadãos (Couldry *et al*, 2007: 190), assumindo, em particular, práticas que integrem estas visões dos jovens e ajustando os seus discursos e posturas no sentido de uma maior compreensibilidade, acessibilidade e abertura. Na criação de maior contacto com os responsáveis políticos no exercício das suas funções e de uma mais intensa aprendizagem pela experiência, as instituições de proximidade poderão, como os próprios jovens sugerem, ter um papel fundamental, identificando os actores que podem participar nos processos, identificando as suas intenções e motivações, disponibilizando informação adequada, bem como os recursos (tempo, espaço, suporte) necessários ao desenvolvimento de parcerias (*Centre Européen de la Jeunesse*, 2009: 56), considerando e integrando as suas formas de participação.

Mas não só. Num contexto em que a cidadania surge concebida sobretudo em termos de responsabilidade e entreajuda, para uma maior ligação à esfera da política formal e desenvolvimento de competências ao nível da intervenção pública refere-se também o papel de educadores, escola e família na mudança de práticas e intensificação de uma instrução não só cívica, mas também política (S. Bennett, 1997: 51) e na articulação precoce dessa instrução com mais oportunidades de inclusão em espaços de prática, experiências directas em questões da comunidade (L. Bennett, 2008: 17), integração em «contextos relevantes, onde os códigos de comportamento social, cultural e político possam ser observados e desenvolvidos» (Storrie, 2004: 58).

A tendência para que, independentemente do tipo de associação, maior ligação associativa surja associada a maiores consumos de informação, mas também a maior

proactividade e maior confiança e percepção de influência, sublinhará esta importância que o envolvimento nalgum tipo de estrutura pode ter, não como única forma de participação possível, mas enquanto forma possível de reforço da confiança, competências e percepção sobre a capacidade de intervenção.

Considerando a cidadania como uma «realização comunicativa» (Coleman, 2007b: 185) estará, assim, nas mãos de todos estes actores criar condições de comunicação que permitam efectuar uma articulação mais eficaz entre modelos de política informal e formal, entre micro e macro esferas públicas, entre pessoal e político (L. Bennett, 2007: 63; Buckingham, 1997: 362), num maior incentivo ao diálogo das comunidades com os meios informativos, mas também dos meios com os públicos e dos públicos com os próprios representantes políticos, «de uma forma dinâmica e multilateral, que a todos considere como elementos ligados em rede» (Correia, 2004: 209). Advoga-se, no fundo, uma concepção mais heterogénea de esfera pública que não esqueça as questões do acesso e da representação e que ofereça a possibilidade de incluir vozes menos escutadas. Um espaço público pluralista que inclua o discurso juvenil e as suas formas de acção e que, por essa via, possa assumir um papel na ligação entre espaços informais e formais de circulação dos discursos, as questões do mundo da vida e a sua expressão pública e política.

Em conclusão, as sugestões de intervenção no sentido de uma maior cultura de participação e da reconfiguração das dinâmicas do espaço público apelam, necessariamente, a factores relacionados com a actuação de diversos agentes, num contexto onde todos são convidados a uma mudança de práticas que procurem não apenas «envolver» os jovens, mas «envolver-se» com eles na construção de uma comunicação acessível, de um maior debate político e de uma «agenda política partilhada» (Coleman, 2007a: 36/37), capaz de contribuir para reduzir o cinismo, incentivar a confiança e a competência cívica e de fazer com que também os jovens construam mais ligações entre a cidadania como valor e a cidadania como prática mais participada, interventiva e continuada.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Questões da Investigação	95
FIGURA 2 – Modelo de Análise	96
FIGURA 3 – Proposta de mapeamento de tipos de participação	200

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de uso dos meios	123
Gráfico 2 - Valorização dos meios enquanto fonte de divertimento	124
Gráfico 3 - Valorização dos meios enquanto fonte de informação noticiosa	125
Gráfico 4 - Frequência de consumos de imprensa	129
Gráfico 5 - Géneros jornalísticos favoritos	131
Gráfico 6 - Programas de televisão que costuma ver	132
Gráfico 7 - Canais que consome habitualmente	134
Gráfico 8 – Posicionamento face à afirmação: Quando uma informação me interessa procuro-a em vários meios	139
Gráfico 9 - Temas de actualidade que mais procura nos meios de comunicação	140
Gráfico 10 – Posicionamento face à afirmação: Na internet é fácil criar e publicar conteúdos, mas não tenho esse hábito	149
Gráfico 11- Representações da internet	150
Gráfico 12 – Posicionamento face à afirmação: As notícias ajudam-me a construir opiniões	152
Gráfico 13 – Posicionamento face à afirmação: A informação veiculada pelos media tem pouco a ver com a minha vida	153
Gráfico 14 - Percepção sobre grau de informação que consideram ter	157
Gráfico 15 - Valorização responsabilidades cívicas	163
Gráfico 16 - Percepção da complexidade dos políticos	168
Gráfico 17 - Percepção do desempenho do Governo na representação do interesse dos jovens	168
Gráfico 18 - Confiança nas instituições e agentes sociais	169
Gráfico 19 - Importância de cada um dos factores na sua vida.....	174
Gráfico 20 - Actividades que já realizou	176

Gráfico 21 – Tipologia de práticas realizadas	178
Gráfico 22 – Áreas de preocupação	180
Gráfico 23 - Pensando na sociedade em que vivemos com que afirmação está mais de acordo	183
Gráfico 24 – Posicionamento esquerda/direita	187
Gráfico 25 – Posicionamento face à afirmação: É difícil resolver os problemas do mundo e prefiro canalizar energias a resolver os meus	189

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de estruturação da amostra	107
Tabela 2 - Área de formação	110
Tabela 3 - Ano curricular	112
Tabela 4 – Idade	112
Tabela 5 – Género	113
Tabela 6 - Distribuição por região de residência de origem	114
Tabela 7 - Mudança de residência	114
Tabela 8 - Agregado familiar	115
Tabela 9 - Tipo de família	115
Tabela 10 - Irmãos no agregado	115
Tabela 11 – Escolaridade dos pais	116
Tabela 12 - Situação dos pais na profissão	117
Tabela 13 - Profissão dos pais	117
Tabela 14 – Nível socioeconómico da família	118
Tabela 15 - Contacto com o mercado de trabalho	119
Tabela 16 - Frequência de uso dos meios	122
Tabela 17 - Frequência de consumos de imprensa	127
Tabela 18 - Frequência de consumo de semanários generalistas e revistas especializadas	130
Tabela 19 - Frequência de usos da internet	143
Tabela 20 - Tipo de página/blogue	148
Tabela 21 - Frequência de comunicação com diferentes interlocutores	149
Tabela 22 - Com que frequência e com quem costuma discutir temas da vida pública	153

Tabela 23 - Organizações a que pertence/com as quais colabora	171
Tabela 24 - Ocupação de tempos livres	173
Tabela 25 - Como se considera relativamente ao envolvimento na comunidade (e aos pais e amigos)	188
Tabela 26 – Médias na frequência de uso dos meios dos que pertencem a partidos políticos e dos que não pertencem.....	202
Tabela 27 - Médias na frequência de leitura de publicações dos que pertencem a partidos políticos e dos que não pertencem.....	202
Tabela 28 - Médias de frequência de uso dos meios dos que pertencem a organizações de defesa de causas e dos que não pertencem	204
Tabela 29 - Médias de frequência de leitura de publicações dos que pertencem a organizações de defesa de causas e dos que não pertencem	205
Tabela 30 – Médias de importância que atribuem à política nas suas vidas em jovens com ligação a partidos políticos e jovens com ligação a organizações de defesa de causas.....	206
Tabela 31 – Média de importância atribuída à política e ao apoio à comunidade nas suas vidas por jovens com ligação a grupos de voluntariado	210
Tabela 32 - Médias de frequência de uso dos meios dos que pertencem a grupos de voluntariado e dos que não pertencem	210
Tabela 33 - Médias de frequência de leitura de publicações dos que pertencem a grupos de voluntariado e dos que não pertencem	210
Tabela 34 – Médias de frequência com que jovens com ligação a defesa de causas e grupos de voluntariado vão à igreja ou a outro local de culto religioso	211
Tabela 35 – Percentagem de sujeitos de tipo reactivo, activo e proactivo por associação.....	213
Tabela 36 – Média de importância atribuída à política e apoio à comunidade nas suas vidas em sujeitos com ligação e sem ligação a associações	214
Tabela 37 – Médias na frequência de uso dos meios em sujeitos com ligação e sem ligação a associações	215
Tabela 38 - Média de frequência de leitura de publicações em sujeitos com ligação e sem ligação a associações.....	215
Tabela 39 – Média de frequência de uso dos meios em função do tipo de acção sinalizada	219

Tabela 40 – Média de frequência de consumo de publicações em função do tipo de acção
sinalizada..... 220

Tabela 41 – Média de confiança atribuída a instituições e agentes sociais por jovens com e sem
ligação a associações..... 227

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, J. C. (2006). Os Jovens e a Internet: Uma investigação Internacional. In J. C. Abrantes (Ed.), *Ecrãs em Mudança, Dos Jovens na Internet ao Provedor da Televisão* (pp. 25-37). Lisboa: Livros Horizonte.
- Alasuutari, P. (1999). Three Phases of Reception Studies. In P. Alasuutari (Ed.), *Rethinking The Media Audience* (pp. 1-21). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Alexander, J. C., & Jacobs, R. N. (1998). Mass communication, ritual and civil society. In T. Liebes & J. Curran (Eds.), *Media, Ritual and Identity* (pp. 23-41). London e New York: Routledge.
- Almeida, J. F., Firmino da Costa, A., & Machado, L. F. (1988). Famílias, Estudantes e Universidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-41.
- Amadeo, J. (2007). Patterns of Internet use and political engagement among youth. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 125-146). New York, Routledge.
- Auerbach, C. F., & Silverstein, L. B. (2003). *Qualitative Data: An introduction to coding and analysis*. New York: New York University Press.
- Axford, B. (2001). The Transformation of Politics or Anti-Politics? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 1-29). London: Sage Publications.
- Bardin, L. (2003). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Barnhurst, K., & Wartella, E. (1991). Newspapers and Citizenship: Young Adult's Subjective Experience of Newspapers. *Critical Studies in Mass Communication*, 8, 195-209.
- Batista, C. (2008, Abril/Junho). A Independência é a grande virtude jornalística. *Jornalismo e Jornalistas*. Lisboa, Clube de Jornalistas (Entrevista a Michael Schudson). Acedido em 15/01/2009 em: http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj34/jj34_18.pdf.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 2000)
- Bauman, Z. (2003). Individualmente, pero juntos. In U. Beck & G. E. Beck (Eds.), *La Individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales e políticas* (pp. 19-26). Barcelona: Paidós.
- Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio D'Água. (Obra original publicada em 1991)
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. 1-52). Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1994)

- Beck, U., & Gernsheim, E. B. (2003). *La Individualización: El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales e políticas*. Barcelona: Paidós.
- Benedicto, J., & Mórán, M. L. (2007). Becoming a Citizen: Analysing the social representations of citizenship in youth. *European Societies*, 9:4, 601-622.
- Bennett, S. E. (1997). Why Young Americans Hate Politics and What We Should Do About It. *Political Science and Politics*, 30: 1, 47-53.
- Bennett, S. E. (1998). Young Americans' Indifference to Media Coverage of Public Affairs. *Political Science and Politics*, 31: 3, 535-541.
- Bennett, W. L. (2000). Communication and civic engagement in comparative perspective. *Political Communication*, 17, 307-312.
- Bennett, W. L. (2002). Branded Political Communication: Lifestyle Politics, Logo Campaigns, and the rise of Global Citizenship. In M. Micheletti, A. Follesdal & D. Stolle (Eds.), *Politics, Products and Markets: Exploring Political Consumerism, Past and Present* (pp. 101-126). New Brunswick: Transaction Books.
- Bennett, W. L. (2003). Communicating Global Activism: Strengths and Vulnerabilities of Networked Politics. University of Washington Acedido em 03/03/2007 em: <http://depts.washington.edu/gcp/pdf/newcomglobalactivism.pdf>.
- Bennett, W. L. (2007). Civic Learning in changing democracies: Challenges for citizenship and civic education. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 59-77). New York: Routledge.
- Bennett, W. L. (2008). Changing Citizenship in the Digital Age. In L. Bennett (Ed.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media can Engage Youth* (pp. 1-24). Cambridge: The Mit Press.
- Bennett, W. L., & Lawrence, R. (2000). Civic Engagement in the Era of Big Stories, Center for Communications and Civic Engagement, University of Washington. Acedido em 07/11/2001 em: <http://depts.washington.edu/ccce/events/lawrence.htm>.
- Bennett, W. L., & Xenos, M. (2005). Young voters and the Web of politics 2004: The youth political web sphere comes of age. The Center for Information & Research on Civic Learning & Engagement. Acedido em 02/10/2010 em: <http://depts.washington.edu/ccce/assets/documents/WP42BennettXenos.pdf>.
- Biesta, G. (2010). Pragmatism and the Philosophical Foundations of Mixed Methods Research. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *The Sage Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (pp. 95-118). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Blumler, J. G. (1997). Origins of the crisis of communication for citizenship. *Political Communication*, Taylor & Francis, 14, 395-404.
- Bogana, L., Livingsstone, S., & Haddon, L. (2007). Researching Children's Experiences Online Across Countries: Issues and Problems in Methodology. *Eu Kids Online*. Acedido em 21/08/2010 em: <http://www.eukidsonline.net>.
- Bolin, G. (2004). Research on Youth and Youth Cultures. *Young, Nordic Journal of Youth Research*, 12: 3, 237-243.

- Bourdieu, P. (1980). La «jeunesse» n'est qu'un mot. In P. Bourdieu (Ed.), *Questions de Sociologie* (pp. 143-154). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1983a). A economia das trocas linguísticas. In R. Ortiz (Ed.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 156-183). S. Paulo: Editora Ática.
- Bourdieu, P. (1983b). Gostos de classe e estilos de vida. In R. Ortiz (Ed.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 82-121). S. Paulo: Editora Ática.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, Difusão Editorial.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1996).
- Bromley, C., & Curtice, J. (2004). Are non-voters cynics anyway? *Journal of Public Affairs, Henry Stuart Publications, 4: 4*, 328-337.
- Brull, M. T. D., & Abeja, D. G. (2006). El Fenómeno Dinki: un nuevo estilo de vida, lo último en target publicitário. In P. R. G. Cardoso, Sofia; Seoane, Jesus Perez (Ed.), *Jovens, marcas e estilos de vida* (pp. 75-84). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Buckingham, D. (1997). News Media, Political Socialization and Popular Citizenship: towards a new agenda. *Critical Studies in Mass Communication, 14*, 344-366.
- Buckingham, D. (2000). *The Making of Citizens: Young People, News and Politics*. London: Routledge.
- Calhoun, C. (1994). Social Theory and the Politics of Identity. In C. Calhoun (Ed.), *Social Theory and the Politics of Identity* (pp. 9-36). London: Blackwell.
- Camauer, L. (2002). Feminist and citizen identity: The role of the media in processes of identity formation. In K. Ross & D. Derman (Eds.), *Mapping the margins. Identity politics and the media* (pp. 51-66). New Jersey: Hampton Press.
- Capella, J. N., & Jamieson, K. H. (1996). News Frames, Political Cynicism and Media Cynicism. *The Media and Politics, 546*, 71-84.
- Cardoso, G. (2005). *Os media na sociedade em rede: A cidadania entre montras, filtros e notícias*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Cardoso, G., Costa, A. F., Conceição, C. P., & Gomes, M. C. (2005). *A Sociedade em rede em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras.
- Cardoso, G., & Espanha, R. (2009). *Multitasking e Preferência de Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Obercom. Acedido em 27/03/2010 em: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=fr2_sr_2008.pdf
- Cardoso, G., Espanha, R., & Lapa, T. (2009). *Do Quarto de Dormir para o Mundo: Jovens e Media em Portugal*. Lisboa: Editora Âncora.
- Carvalho, H. (2008). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos: Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Carvalho, M. J. L., & Brites, M. J. (2006). Em Torno da Condição de Jovem: A (Re)Construção Social da Juventude. *Infância e Juventude*, 4/06, 9-67.
- Castells, M. (2003). *O Poder da Identidade - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa. (Obra original publicada em 1997).
- Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 2001).
- Castells, M. (2005). A Sociedade em rede. In G. Cardoso, A. F. Costa, C. Conceção & M. C. Gomes (Eds.), *A Sociedade em rede em Portugal* (pp. 19-29). Lisboa: Campo das Letras.
- Cieslik, M., & Pollock, G. (2002). Studying Young People in Late Modernity. In M. Cieslik & G. Pollock (Eds.), *Young People in Risk Society: The restructuring of youth identities and transitions in late modernity* (pp. 1-21). Aldershot: Ashgate.
- Coleman, S. (2001). The Transformation of Citizenship? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 109-126). London: Sage Publications.
- Coleman, S. (2004). From Service to Commons: Re-inventing a space for public communication. In D. Tambini & J. Cowling (Eds.), *From Public Service Broadcasting to Public Service Communications* (pp. 88-98). London: IPPR.
- Coleman, S. (2007a). From big brother to Big Brother: Two faces of interactive engagement. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 21-39). New York: Routledge.
- Coleman, S. (2007b). How Democracies have Disengaged from Young People. In B. D. e. Loader (Ed.), *Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media* (pp. 166 - 185). London: Routledge.
- Comissão Europeia (2001). *Livro Branco da Comissão Europeia: Um Novo Impulso à Juventude Europeia*. Comissão das Comunidades Europeias.
- Conseil de L'Europe (2003). *Charte européenne révisée de la participation des jeunes à la vie locale et régionale*. Acedido em 21/04/2008 em: http://www.coe.int/t/dg4/youth/Source/Coe_youth/Participation/COE_charter_participation_fr.pdf.
- Cornog, E. (2005). Let's Blame de Readers. *Columbia Journalism Review*, 1-10. Acedido em 19/19/2005 em: <http://www.crj.org/issues/2005/1/cornog-readers.asp>.
- Correia, J. C. (2001). A emergência do individualismo na cultura mediática contemporânea, Universidade da Beira Interior, Acedido em 8/09/2007 em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ferreira-emergencia-individualismo.pdf>
- Correia, J. C. (2004). *Comunicação e Cidadania: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Couldry, N. (2006). Culture and Citizenship: The Missing Link? *European Journal of Cultural Studies*, 9, 321-339.
- Couldry, N., Livingsstone, S., & Markham, T. (2007). *Media Consumption and Public Engagement: Beyond the Presumption of Attention*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

- Couldry, N., & Markham, T. (2007). Celebrity culture and public connection: bridge or chasm? *International Journal of Cultural Studies*, 10: 4, 403-421.
- Creswell, J. W. (2003). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*: Sage Publications.
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2011). *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cross, W., & Young, L. (2008). Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged to Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*, 14: 3, 345-369.
- Curran, J., & Liebes, T. (1998). Crisis of public communication: a reappraisal. In T. Liebes & J. Curran (Eds.), *Media, Ritual and Identity* (pp. 175-202). London e New York: Routledge.
- Cushion, S. (2007). Protesting their Apathy? An Analysis of British Press Coverage of Young anti-Iraq War Protestors. *Journal of Youth Studies*, 10:4, 419-437.
- Dahlgren, P. (2000). Internet and the Democratization of Civic Culture, Center for Communications and Civic Engagement, University of Washington, Acedido em 03/04/2007 em: <http://depts.washington.edu/ccce/events/dahlgren.htm>.
- Dahlgren, P. (2001). The Transformation of Democracy. In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 64-88). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Dahlgren, P. (2007). Youth, civic engagement and learning via new media. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 1-18). New York: Routledge.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement, Citizens, Communication and Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P., & Olsson, T. (2008). Facilitating political Participation: Young Citizens, Internet and Civic Cultures. In K. Drotner & S. Livingstone (Eds.), *The International Handbook of Children, Media and Culture* (pp. 493-507). London: Sage Publications.
- Damien, A., Sherman, C., & Appel, D. (2006). Understanding and communicating with Australia's young adults. In P. R. Cardoso, S. Gaio & J. P. Seoane (Eds.), *Jovens, marcas e estilos de vida* (pp. 47-59). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Dayan, D. (1998). Particularistic media and diasporic communications. In T. Liebes & J. Curran (Eds.), *Media, Ritual and Identity* (pp. 103-113). London e New York: Routledge.
- Dayrell, J. (2007). A Escola faz as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In M. M. Vieira (Ed.), *Escola, Jovens e Media* (pp. 191-229). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P., & Murdock, G. (2007). *Researching Communications: A Practical Guide to Methods in Media and Cultural Analysis*. New York: Bloomsbury Academic.
- Duarte, J., & Barros, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (2ª Ed.). S. Paulo: Editora Altas.

- Dudley, R. L., & Gitelson, A. R. (2003). Civic Education, Civic Engagement and Youth Civic Development. *Political Science and Politics*, 36:2, 263-267.
- Eco, U. (1995). *Seis Passeios nos Bosques da Ficção*. Lisboa: Difel. (Obra original publicada em 2004)
- Elder, G. H. (1998). The Life Course as a Developmental Theory. *Child Development*, 69: 1, 1-12.
- Eliasoph, N. (2000). Immeasurable Pleasure and Meaningful Imperfection: Raising Good Citizens in a Bad State. *Political Communication*, 17, 389-394.
- Esser, F., & Vreese, C. H. (2007). Comparing Young Voters' Political Engagement in the United States and Europe. *American Behavioral Scientist*, 50:9, 1195-1213.
- Esteves, J. P. (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Gallup Organization. (2007a). *A Survey among young people aged between 15-30 in the European Union* (Eurobarometer, Analytical Report, Series 202).
- Gallup Organization. (2007b). *EU Communication and the Citizens General Public* (Flash Eurobarometer N 189^a). Hungary.
- Faustino, P. C. (2010). *Tendências e Prospectiva dos Media, Inovação, Gestão, Emprego e Mercado*. Odivelas: Media XXI, Formalpress.
- Ferin, I. (2002). *Comunicação e Culturas do Quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Ferreira, G. B. (2003). *Linguagem e Modernidade, Comunicação e experiência nas sociedades mediatizadas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ferreira, V. S. C., Fernandes, A. M., Vieira, J., Puga, P., & Barrisco, S. (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio, Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990 - 2005*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais (Observatório Permanente da Juventude).
- Fortuna, C. (1999). Nem Cila nem Caribdis, Somos todos translocais: Estudos sociológicos de Cultura Urbana. In C. Fortuna. *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água. (Obra original publicada em 1970).
- Freire, A. e P. Magalhães (2002). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freitas, C. S. (2001, Junho). O espaço virtual de produção do conhecimento, abandono ou expressão do real? In M. L. Marcos & J. B. Miranda (Eds.) *Revista de Comunicação e Linguagens* (Actas do congresso ICNC 2001) (pp. 341-359). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Furlong, A., & Cartmel, F. (1997). *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.
- Galland, O. (1985). *Les Jeunes*. Paris: Editions la Découverte.

- Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse : l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Coli.
- Giddens, A. (1997a). *Modernidade e Identidade Pessoal* (2ª Ed.). Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1991).
- Giddens, A. (1997b). *Para Além da Esquerda e da Direita, O Futuro da Política Radical*. Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1994).
- Giddens, A. (1999). *Para uma Terceira Via, A Renovação da Social-Democracia*. Lisboa: Editorial Presença. (Obra original publicada em 1998).
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (6ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença. (Obra original publicada em 1999).
- Gillmor, D. (2005). *Nós, Os Media*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gitlin, T. (1998). Public Sphere or Public Sphericules? In J. Curran & T. Liebes (Eds.), *Media Ritual and Identity* (pp. 168-174). London: Routledge.
- Gonnet, J. (2006). A Educação para os Media: Sonhos e Realidades para um Público Cativo. In J. C. Abrantes (Ed.), *Ecrãs em Mudança, Dos Jovens na Internet ao Provedor da Televisão* (pp. 53-71). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gordon, H. R. (2008). Gendered Paths to Teenage Political Participation: Parental Power, Civic Mobility, and Youth Activism. *Gender & Society*, 22:31, 31-55.
- Graber, D. (2004). Mediated Politics and Citizenship in the Twenty-First Century. *Annual Review Psychology*, 55, 545-571.
- Greene, J. C. (2007). *Mixed Methods in Social Inquiry, Research Methods for the Social Sciences*. S. Francisco: John Wiley & Sons.
- Greene, J. C., & Hall, J. N. (2010). Dialectics and Pragmatism: Being of Consequence. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *The Sage Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (pp. 119-143). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gross, L. (1998). Minorities, majorities and the media. In T. Liebes & J. Curran (Eds.), *Media, Ritual and Identity* (pp. 87-102). London e New York: Routledge.
- Hackett, C. (2004). Young People and Political Participation. In J. Roche, S. Tucker, R. Thompson & R. Flynn (Eds.), *Youth in Society* (pp. 74-80). London: Sage.
- Halloran, J. D. (1998). Mass Communication Research: Asking the Right Questions. In A. Hansen, S. Cottle, R. Negrine, C. Newbold (Eds.), *Mass Communication Research Methods* (pp. 9-34). New York: New York University Press.
- Hart, D., & Atkins, R. (2002). Civic Competence in Urban Youth. *Applied Developmental Science*, 6:4, 227-236.
- Helve, H. (2001). Reflexivity and Changes in Attitudes and Value Structures. In H. Helve & C. Wallace (Eds.), *Youth, Citizenship and Empowerment* (pp. 201-218). Aldershot: Ashgate.
- Henn, M., Weinstein, M., & Forrest, S. (2005). Uninterested Youth? Young People's Attitudes towards Party Politics in Britain. *Political Studies*, 53, 556-578.

- Henn, M., Weinstein, M., & Wring, D. (2002). A generation apart? Youth and political participation in Britain. *British Journal of Politics and International Relations*, 4(2), 167-192.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Honneth, A. (1995a). Decentered Autonomy: The subject after the fall In C. W. Wriqth (Ed.), *The Fragmented World of the Social, Essays in Social and Political Philosophy* (pp. 261-271). Albany: State University of New York Press.
- Honneth, A. (1995b). Pluralization and Recognition: On the Self-misunderstanding of Postmodern Social Theories. In C. W. Wriqth (Ed.), *The Fragmented World of the Social, Essays in Social and Political Philosophy* (pp. 220-230). Albany: State University of New York Press.
- Huggins, R. (2001). The Transformation of the Political Audience? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 127-150). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Jamieson, K. H., & Capella, J. N. (1997). *Spiral of Cynicism, The Press and the public good*. New York: Oxford University Press.
- Jensen, K. B. (2000). On the Edge, A Meta-Analysis of the State of Media and Communication Research. *Nordicon Review*, 2/2000 (Special Issue: The 14th Nordic Conference on Media and Communication Research), 23-30.
- Jensen, K. B. (2002). *Handbook of Media and Communication Research: Qualitative and Quantitative Methodologies*, London: Routledge.
- Centre Européen de la Jeunesse (2009). *Parole aux jeunes! Manuel sur la Charte européenne révisée de la participation des jeunes à la vie locale et régionale*. Strasbourg: Éditions du Conseil de l'Europe.
- Jones, G. (1995). *Leaving Home*. Buckingham: Open University Press.
- Jones, G. (2001). Critical Discussion: Modern or Postmodern Youth? In H. Helve & C. Wallace (Eds.), *Youth, Citizenship and Empowerment* (pp. 191-200). Aldershot: Ashgate.
- Karvonen, S., & Rahkonen, O. (2001). Young People's Values and Their Lifestyles. In H. Helve & C. Wallace (Eds.), *Youth, Citizenship and Empowerment* (pp. 219-234). Aldershot: Ashgate.
- Kennedy, J. J. (2007). Students constructions of active citizenship: what does participation means to students? *British Journal of Educational Studies*, 55(3), 304-324.
- Lash, S. (2000). A reflexividade e os seus duplos. Estrutura, estética, comunidade. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. 105-164). Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1994).
- Lash, S. (2003). Individualización a la manera no lineal. In U. Beck & G. E. Beck (Eds.), *La Individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales e políticas* (pp. 9-18). Barcelona: Paidós. (Obra original publicada em 2001).
- Lauf, E. (2001). Research Note: The Vanishing Young Reader. *European Journal of Communication*, 16(2), 233-243.

- Lenhart, A., Percell, K., Smith, A., & Zickuhr, K. (2010). *Social Media & Internet Use among Teens and Young Adults*. Washington: Pew Research Center.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *A Cultura-Mundo, Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Livingstone, S. (1998). Relationships between media and audiences: Prospect for audience reception studies. In J. Curran & T. Liebes (Eds.), *Media Ritual and Identity*. London: Routledge.
- Livingstone, S. (2000). On the Cutting Edge, or Otherwise, of Media and Communication Research. *Nordicon Review*, 2/2000 (Special Issue: The 14th Nordic Conference on Media and Communication Research), 7-13.
- Livingstone, S. (2002). *Young People and New Media: Childhood and the changing media environment*. London: Sage Publications.
- Livingstone, S. (2007). Interactivity and participation on the internet: Young people's response the civic sphere. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 103-124). New York: Routledge.
- Livingstone, S., Bober, M., & Helsper, E. J. (2005). Active participation or just more information? *Information, Communication & Society*, 8:3, 287-314.
- Livingsstone, S., & Markham, T. (2008). The contribution of media consumption to civic participation. *The British Journal of Sociology*, 59(2).
- Loader, B. D. (2007). Young citizens in the digital age: disaffected or displaced? In B. D. e. Loader (Ed.), *Young Citizens in the Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media* (pp. 1-17). London: Routledge.
- Longo, P. (2001). Revisiting the Equality/Difference Debate: Redefining Citizenship for the New Millennium. *Citizenship Studies*, 5 N 3, 269-283.
- Magalhães, P., & Moral, J. S. (2008). *Os jovens e a política*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (2002). *História das Teorias da Comunicação* (2ª Ed.). Lisboa: Campo das Letras. (Obra original publicada em 1995)
- McLeod, J. M. (2000). Media and Civic Socialization of Youth. *Journal of Adolescent Health*, 27S, 45-51.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1983).
- Melucci, A. (1996). *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: University Press.
- Melucci, A. (2001). *Vivencia y Convivencia: Teoría social para una era de la información*. Madrid: Editorial Trotta.
- Mendes, J. M. d. O., & Seixas, A. M. (2005). Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127.

- Menezes, I. (2002). Estudo Internacional sobre Educação Cívica. In Instituto de Inovação Educacional (Ed.), *Educação para os Direitos Humanos, Actas do Encontro Internacional* (pp. 211-235). Lisboa: Ministério da Educação.
- Mennell, S. (1994). The formation of We-Images: a process theory. In C. Calhoun (Ed.), *Social Theory and the politics of Identity* (pp. 175-197). London: Blackwell.
- Mindich, D. T. Z. (2005). *Tuned Out: Why Americans under 40 don't follow the news*. New York: Oxford University Press.
- Moog, S., & Sluyter-Beltrao, J. (2001). The Transformation of Political Communication? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 30-63). London: Sage Publications.
- Novadir. (2008). *Jovens Urbanos: o retrato psico-sociológico*. Lisboa: Marketest.
- Olsson, T. (2007). An indispensable resource: The Internet and young civic engagement. In P. Dahlgren (Ed.), *Young Citizens and new Media, Learning for Democratic Participation* (pp. 187-204). New York: Routledge.
- Osgerby, B. (2004). *Youth Media*. London: Routledge.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens Trabalho e Futuro*. Lisboa: Âmbar.
- Pais, J. M. (2010). *Lufa-Lufa Quotidiana, Ensaio sobre cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gameiro, J. e Dantas, A. (2005) Traços cruzados e riscos de vida. In Pais, J. M. *Traços e riscos de vida: Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis* (3ª Ed.). Porto: Ambar.
- Papert, S. (1997). *A Família em Rede: Ultrapassando a barreira digital entre gerações*. Relógio D'Água Editores. Lisboa. (Obra original publicada em 1996).
- Pappamikail, L. (2007). O lugar da autonomia: reflexões em torno das identidades juvenis e da família. In M. M. Vieira (Ed.), *Escola Jovens e Media* (pp. 163-189). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pasquier, D. (2006). Públicos e Comunidades Sociais: O Papel dos Media nas Sociabilidades Juvenis. In J. C. Abrantes (Ed.), *Ecrãs em Mudança, Dos Jovens na Internet ao Provedor da Televisão* (pp. 39-49). Lisboa: Livros Horizonte.
- Patrocínio, J. T. V. (2004). *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital: Aprender a formar-se dentro e fora da escola na sociedade tecnológica globalizada*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Patterson, T. E. (2002). Os Media como Actores Políticos. In Centro de Investigação Media e Jornalismo (Ed.), *Media, Jornalismo e Democracia: Comunicações apresentadas ao Seminário Internacional* (pp. 33-43). Lisboa: Livros Horizonte.
- Pennington, R. (2006). A cultural framework for studying youth, brands and lifestyles. In P. R. Cardoso, S. Gaio & J. P. Seoane (Eds.), *Jovens, marcas e estilos de vida* (pp. 15-24). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Pereira, A. (2008). *Guia Prático de Utilização do SPSS: Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia* (7ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Piette, J., Pons, C. M., & Giroux, L. (2002). Les Jeunes et Internet : Représentation, utilisation et appropriation (Synthèse Internationale). Acedido em 26/10/2005 em: www.reseau-crem.qc.ca/projet/synthese.pdf.
- Piette, J. (2006). Os Jovens e a Internet: De que público se trata? In J. C. Abrantes (Ed.), *Ecrãs em Mudança, Dos Jovens na Internet ao Provedor da Televisão* (pp. 13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Pollock, G. (2008). Youth Transitions: Debates over the Social Context of Becoming an Adult. *Sociology Compass*, 2/2, 467-484.
- Ponte, C. (2004). *Leituras das notícias, Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ponte, C. (2007). Notícias sobre crianças, risco e ansiedade social. In M. M. Vieira (Ed.), *Escola Jovens e Media* (pp. 25-66). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Poster, M. (1995). *A Segunda Era dos Média*. Oeiras: Celta Editora.
- Poster, M. (2002). Cidadãos, Media Digitais e Globalização. In M. L. Marcos & J. B. Miranda (Eds.) *Revista de Comunicação e Linguagens (Actas do congresso ICNC 2001)* (pp. 21-34). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Potter, J. W. (1996). *An Analysis of Thinking and Research about Qualitative Methods*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Putnam, R. D. (1995). Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. *Political Science and Politics*, 29(4), 664-683.
- Quintelier, E. (2007). Differences in political participation between young and old people. *Contemporary Politics*, 13:2, 165-180.
- Raeymaeckers, K. (2002). Young People and Patterns of Time Consumption in Relation to Print Media. *European Journal of Communication*, 17 (3), 369-383.
- Raeymaeckers, K. (2004). Newspaper editors in search of young readers: content and layout strategies to win new readers. *Journalism Studies*, Volume 5, Number 2, 221-232.
- Rebelo, J. (Coord.), Ponte, C., Férin, I., Malho, M. J., Brites, R., Oliveira, V. (2008). *Os Públicos dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Robson, C. (2002). *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Rocco, T. S., Bliss, L. A., Gallagher, S., & Aixa, P. P. (2003). Taking the Next Step: Mixed Methods Research in Organizational Systems. *Information Technology, Learning and Performance Journal*, 21: 1, 9-29.
- Romay, E. T. (2006). Estratégias electorales para jóvenes: el caso de las elecciones Gallegas 2005. In P. R. Cardoso, Gaio, Sofia, Seoane, Jesus Pérez (Ed.), *Jovens, marcas e estilos de vida* (pp. 373-386). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

- Sánchez, M. P. (2004). *Culturas juveniles y cultura política: la construcción de la opinión política de los jóvenes de la Ciudad de México*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona.
- Santos, S., & Cardoso, G. (2007). *Públicos de media em Portugal*: Obercom. Acedido em 28/11/2009 em: <http://www.obercom.pt/client/?newsId=30&fileName=wr8.pdf>.
- Sassi, S. (2009). The Transformation of the Public Sphere? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 89-108). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Scammell, M. (2000). The Internet and civic engagement: The age of the citizen-consumer. *Political Communication*, 17, 351-355.
- Schattle, H. (2005, Maio, 2005). Communicating Global Citizenship: Multiple Discourses Beyond the Academy. *Citizenship Studies*, 9: 2, 119-133.
- Schmitter, P. C. e T., Alexander H. (2004). *L'avenir de la démocratie en Europe, Etat des lieux et propositions de réforme*. Belgique: Editions du Conseil de l'Europe.
- Schroder, K. C. (1999). The best of both worlds? Media Audience Research between Rival Paradigms. In P. Alasuutari (Ed.), *Rethinking The Media Audience* (pp. 38-68). Thousand Oaks: Sage Publication.
- Schroder, K. C. (2001). Beyond the Pioneer Days! Where is Reception Research Going? *Nordicon Review*, 1, 23-36.
- Schroder, K. C., Drotner, K., Kline, S., & Murray, C. (2003). *Researching Audiences*. London: Hodder Arnold.
- Schroder, K. C., & Larsen, B. S. (2010). The Shifting Cross-Media News Landscape: Challenges for News Producers. *Journalism Studies*, 11, 524-534.
- Seixas, A. M. (2005). Aprender a Democracia: Jovens e protesto no ensino secundário em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 187-209.
- Sell, C. E. (2006). *Introdução à Sociologia Política, Política e Sociedade na Modernidade Tardia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Serón, C. G., & Corral, V. G. (2006). La percepción del nivel de vida y diferencias sociales por los jóvenes de dos generaciones (1991/2006). In P. R. Cardoso, S. Gaio & J. P. Seoane (Eds.), *Jovens, marcas e estilos de vida* (pp. 85-98). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Silveirinha, M. J. R. C. (2001). *A conformação das Identidades nas Democracias Liberais, Comunicação e Mediações Sociais*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Silverstone, R., & Hirsch, E. (1992). *Consuming Technologies*. London: Routledge.
- Simões, J. A. (2009). *Entre o "real" e o "virtual"- Representações e Práticas Culturais e Juvenis fora e dentro da Internet: O caso do Hip-Hop Português*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Simões, M. (2000). Variáveis Sociodemográficas. In F. C. Gulbenkian (Ed.), *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das matrizes progressivas coloridas de raven (M.P.C.R.)* (pp. 316-331): Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os seus Efeitos: As 'teorias' do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva.
- Stolle, D., Hooghe, M., & Micheletti, M. (2005). Politics in the Supermarket: Political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*, 26: 3, 245-269.
- Storrie, T. (2004). Citizens or What ? In J. Roche, S. Tucker, R. Thompson & F. R. (Eds.), *Youth in Society* (pp. 52-56). London: Sage.
- Street, J. (2001). The Transformation of Political Modernity? In B. Axford & R. Huggins (Eds.), *New Media and Politics* (pp. 210-224). London: Sage Publications.
- Takhar, S. (2007, June 2007). Expanding the boundaries of political activism. *Contemporary Politics*, 13:2, 123-137.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of Mixed Methods Research: Integrating Quantitative and Qualitative Approaches in the Social and Behavioral Sciences*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Tedesco, J. C. (2007). Examining Internet Interactivity Effects on Young Adult Political Information Efficacy. *American Behavioral Scientist*, 50: 9, 1183-1194.
- Valentine, G. (2003). Boundary Crossings: Transitions from Childhood to Adulthood. *Children's Geographies*, 1:1, 37-52.
- Wallace, C., & Kovatcheva, S. (1998). *Youth in Society: The Construction and Deconstruction of Youth in East and West Europe*. Hampshire: Palgrave.
- Wieviorka, M., Barnavi, E., Liwerant, J. B., & Caraça, J. (2007). *A nova primavera do político*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Guerra e Paz Editores.
- Williamson, H. (2008). *Soutenir les jeunes en Europe : Leçons tirées de la deuxième série d'analyses internationales des politiques nationales de jeunesse par le Conseil de L'Europe*. Strasbourg: Conseil de l'Europe.